



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



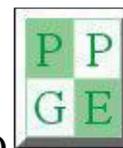
**EDUCAR E EDUCAR-SE NA PRÁTICA SOCIAL DE ATIVISMO  
PELA CAUSA ANIMAL: CONSTRUINDO SIGNIFICADOS**

**Luciana Cristina Godoy**

São Carlos  
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



**EDUCAR E EDUCAR-SE NA PRÁTICA SOCIAL DO ATIVISMO  
PELA CAUSA ANIMAL: CONSTRUINDO SIGNIFICADOS**

**Luciana Cristina Godoy**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, Linha de Pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Waldenez de Oliveira.

São Carlos  
2023

Godoy, Luciana Cristina

Educar e Educar-se na Prática Social de Ativismo pela  
Causa Animal: construindo significados / Luciana  
Cristina Godoy -- 2022.  
177f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos,  
campus São Carlos, São Carlos  
Orientador (a): Maria Waldenez de Oliveira  
Banca Examinadora: Fabiana Rodrigues de Sousa, Felipe  
Ferreira Vander Velden, Valéria Oliveira de Vasconcelos,  
Tiago Zanquêta de Souza  
Bibliografia

1. Processos educativos. 2. Ativismos (animal). 3.  
Estudos críticos animais. I. Godoy, Luciana Cristina. II.  
Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática  
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

---

Folha de Aprovação

---

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Luclana Cristina Godoy, realizada em 12/12/2022.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira, Presidente /UFSCAR

Profa. Dra. Fabiana Rodrigues de Sousa/USF

Prof. Dr. Tiago Zanquêta de Souza / UNIUBE

Profa. Dra. Valéria Oliveira de Vasconcelos / UFSCar

Prof. Dr. Felipe Ferreira Vander Velden / UFSCar

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

\*Banca foi realizada de modo remoto de acordo com as normas vigentes sendo a aprovação atestada pela assinatura da orientadora.

Dedico este trabalho ao companheiro de vida, Jonas. Sem tuas mãos, unidas às minhas, o caminhar acadêmico não teria as mesmas cores; juntos nos afetamos, juntos nos indignamos e juntos buscamos aprender e transformar. Meu eterno amor e gratidão.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a todos/as interlocutores/as que permitiram que esta pesquisa pudesse ser efetivada. A generosidade e disponibilidade em compartilhar suas leituras de mundo, permanecerão aqui na tessitura dessa pesquisa, somando as suas ações de luta e esperança por uma sociedade mais justa e respeitosa para com os Seres-Animais. Sigamos juntos/as!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pelo apoio financeiro, durante grande parte do período pandêmico, imprescindível para realização deste trabalho.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Waldenez de Oliveira, pelas inúmeras vezes que respirou e inspirou não desistindo de mim e da pesquisa. Agradeço o rigor, comprometimento profissional e a forma sincera com que conduziu o processo de orientação. O sentimento que levo é de permanente gratidão.

Aos professores e às professoras da Linha de Pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos, do Programa de Pós-graduação em Educação da UFSCar. Em especial ao Prof. Dr. Luiz Gonçalves Júnior, pelo afetuoso acolhimento, aprendizagens significativas acerca da fenomenologia e por tornar mais alegre e prazeroso o quefazer da pesquisa.

Às queridas educadoras populares Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fabiana Sousa e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Valéria Vasconcelos, a quem nutro o mais profundo respeito e admiração: exemplos de pesquisadoras e militantes que seguem firmes em seus propósitos, mantendo sempre a coerência teórico-prática em suas vivências. Gratidão por serem referências em minha incessante busca por ser mais, ao invés de ter mais.

Agradeço ao Prof. Dr. Felipe Ferreira Vander Velden, pelas provocações pertinentes e críticas construtivas que me inspiraram a conhecer um pouco mais do campo da antropologia, desde nosso primeiro diálogo na ocasião dos Seminários de Tese e Dissertações.

Ao Prof. Dr. Tiago Zanqueta de Souza, pelo aceite em participar da banca de defesa deste trabalho e, sobretudo, pela escuta sensível e partilha de saberes em cada encontro acadêmico que estivemos juntos.

Aos/às meus/minhas queridos/as companheiros/as de doutorado, Siri, Mariel, Thaís, Jussara, Miriã, Deia, Gu, Nathan, Lúcio e Marcos por todos os momentos em que compartilhamos leituras, angustias e esperanças. Guardarei no coração nossas experiências acadêmicas, tertúlias pós-aulas e momentos de descontração e (des)construção em comum(união).

Aos/às amigos/as e estudantes que, de perto ou de longe, acreditaram, sofreram e sonharam este sonho comigo. Gratidão por todas as palavras de carinho, estímulo e apoio.

Por último, mas jamais em ordem de importância, à minha amada mãe ao meu amado pai, Sueli Marcelino e Zé Godoy, por todo amor e apoio dedicado a mim e a meus irmãos humanos, Dedé e Marquinhos, e caninos July (*in memoriam*) e Dudu. Pela presença em nossas vidas, pela dedicação irrestrita e segurança do afeto. Minha família multiespécie: amo vocês!

[...] era um político enquanto educador, minha militância sempre foi na educação [...] Paulo Freire, 2013.

Sou um homem de causas. Vivi sempre pregando e lutando, como um cruzado, pelas causas que me comovem. Elas são muitas, demais: a salvação dos índios, a escolarização das crianças, a reforma agrária, o socialismo em liberdade, a universidade necessária. Na verdade somei mais fracassos que vitórias em minhas lutas, mas isto não importa.

Horrível seria ter ficado ao lado dos que nos venceram nessas batalhas.

Darcy Ribeiro, 1991.

## RESUMO

Dentre as diversas retóricas que reforçam uma posição binária entre Seres-Animais e Seres-Humanos, avigorando os pressupostos do Antropoceno, destacamos nesta tese a retórica pedagógica. Faz-se necessária uma mudança de paradigma no campo da Educação que passe pela adoção de uma atitude ecologizadora, ou seja, uma urgente retomada das formas de diálogo com a natureza, confrontando o paradigma ocidental-moderno e sua concepção hierárquica de humanidade, a qual é central nesta problemática. A produção acadêmica, especialmente neste campo, não tem se debruçado em pensar-escrever o Ser-Animal a luz deste enfrentamento epistêmico. Diante disso, conectado aos estudos e discussões desenvolvidos junto ao grupo de pesquisa “Práticas Sociais e Processos Educativos”, esse estudo buscou confrontar essa lacuna, pensando a Educação Libertadora por meio de experiências tecidas no seio da diversidade de ativistas que se propõe a defender os interesses dos Seres-Animais; o espectro de luta que concebemos como causa animal. Neste sentido, o que se interroga neste estudo é: quais são os significados atribuídos ao ser-animal e à prática social do ativismo pela causa animal por sujeitos que dela participam? E, que processos educativos são consolidados nesta prática social? Para apreensão do fenômeno investigado o percurso metodológico adotado foi qualitativo e participativo, lançando mão de procedimentos para coleta de dados em três momentos: convivência metodológica de inspiração netnográfica; acesso aos sujeitos de pesquisa por meio do método Bola de Neve e; aplicação de entrevista semiestruturada fenomenológica. A análise dos dados adotou a modalidade fenômeno situado. O processo de investigação está ancorado em aportes teóricos e metodológicos dos Estudos Descoloniais, Estudos Críticos Animais e da Fenomenologia. Os resultados sugerem que as significações atribuídas ao ser e a causa possuem um elemento sensível na constituição do eu e do outro, que corroboram com o senso de alteridade animal, construída na argumentação teórico-conceitual desta tese. Por fim, anunciamos alguns processos educativos que emergem da prática social de ativismo pela causa animal e podem contribuir para reflexões na formação inicial e continuada de professores/as, que passe por uma ecopedagogia, bem como na elaboração propositiva de práticas pedagógicas escolares, com vistas a sensibilização no convívio interespecie, a construção de repertório acerca de informações legais e científicas, acerca das consequências das inter-relações exploratórias humano-animal e ao conhecimento de práticas do veganismo, como alternativa político-filosófica para enfrentamento da exploração animal.

**Palavras Chaves:** Processos Educativos. Ativismo Pela Causa Animal. Estudos Críticos Animais. Estudos Decoloniais. Educação Libertadora.

## SUMMARY

Among the various rhetorics that reinforce a binary position between animal-beings and human-beings, reinvigorating the assumptions of the Anthropocene, we highlight in this thesis the pedagogical rhetoric. A paradigm shift in the field of Education is necessary, involving the adoption of an ecological attitude, that is, an urgent resumption of forms of dialogue with nature, confronting the western-modern paradigm and its hierarchical conception of humanity, which is central to this problem. Academic production, especially in this field, has not focused on thinking-writing or being-animals in light of this epistemic confrontation. In view of this, connected to studies and developed together with the research group “Social Practices and Educational Processes”, this study seeks to confront this gap, thinking about liberating education through experiences woven within the diversity of activists who propose to defend the interests of animal beings; a spectrum of struggle that we conceive as an animal cause. In this sense, what is questioned in this study is: what are the meanings attributed to the animal being and to the social practice of activism for the animal cause by subjects who participate in it? And, what educational processes are consolidated in this social practice? To understand the phenomenon investigated, the methodological path adopted is qualitative and participatory, made use of procedures for data collection in three moments: methodological coexistence of netnographic inspiration; access to research subjects using the Snowball method and; application of phenomenological semi-structured interviews. Data analysis adopted the situated phenomenon modality. The research process is anchored in theoretical and methodological contributions from Decolonial Studies, Critical Animal Studies and Phenomenology. The results suggest that the meanings attributed to being and cause have a sensitive element in the constitution of the self and the other, which corroborate the sense of animal alterity, built in the theoretical-conceptual argumentation of this thesis. Finally, we announce some educational processes that emerge from the social practice of activism for the animal cause and can contribute to bringing reflections on the initial and continued training of teachers, which involves an ecopedagogy, as well as in the purposeful elaboration of school pedagogical practices, with aimed at raising awareness in interspecies coexistence, building a repertoire about legal and scientific information, about the consequences of human-animal exploratory interrelationships and knowledge of veganism practices, as a political-philosophical alternative for confronting animal exploitation.

**Keywords:** Educational Processes. Activism for the Animal Cause. Critical Animal Studies. Decolonial Studies. Liberating Education.

## RESUMEN

Entre las diversas retóricas que refuerzan una posición binaria entre seres-animales y seres-humanos, reforzando las suposiciones del Antropoceno, destacamos en esta tesis la retórica pedagógica. Es necesario un cambio de paradigma en el campo de la Educación, que implique la adopción de una actitud ecológica, es decir, una urgente reanudación de formas de diálogo con la naturaleza, confrontando el paradigma occidental-moderno y su concepción jerárquica de la humanidad, que es central para este problema. La producción académica, especialmente en este campo, no se ha centrado en pensar y escribir sobre los seres animales a la luz de esta confrontación epistémica. Ante esto, conectado a los estudios y discusiones desarrolladas con el grupo de investigación “Prácticas Sociales y Procesos Educativos”, este estudio busca enfrentar esta brecha, pensando en la educación liberadora a través de experiencias tejidas en la diversidad de activistas que se proponen defender los intereses de seres animales; un espectro de lucha que concebimos como una causa animal. En este sentido, lo que se cuestiona en este estudio es: ¿Cuáles son los significados atribuidos al ser animal y a la práctica social del activismo por la causa animal por parte de los sujetos que participan en él? ¿Y qué procesos educativos se consolidan en esta práctica social? Para comprender el personaje investigado, el camino metodológico adoptado es cualitativo y participativo, utilizando procedimientos de recolección de datos en tres momentos: convivencia metodológica de inspiración netnográfica; acceso a sujetos de investigación a través del método Snowball y; aplicación de entrevistas fenomenológicas semiestructuradas. El análisis de datos desarrolló la modalidad específica situada. El proceso de investigación está anclado en transportes teóricos y metodológicos desde los Estudios Decoloniales, los Estudios Críticos con Animales y la Fenomenología. Los resultados sugieren que los significados atribuidos al ser y a la causa tienen un elemento sensible en la constitución del yo y del otro, que corroboran el sentido de alteridad animal, construido en la argumentación teórico-conceptual de esta tesis. Finalmente, anunciamos algunos procesos educativos que emergen de la práctica social del activismo por la causa animal y pueden contribuir con reflexiones sobre la formación inicial y continua de los docentes, que pasan por la ecopedagogía, así como en la elaboración propositiva de prácticas pedagógicas escolares, con miras a sensibilizar en la convivencia inter-específica, construir un repertorio sobre información jurídica y científica, sobre las consecuencias de las interrelaciones exploratorias humano-animal y el conocimiento de las prácticas del veganismo, como alternativa político-filosófica para enfrentar la explotación animal.

**Palabras clave:** Procesos Educativos. Activismo por la Causa Animal. Estudios críticos en animales. Estudios decoloniales. Educación liberadora.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 – Representação esquemática da cadeia de referências – Bola de Neve.....	p. 108
Figura 2 – Representação esquemática da categoria A.....	p. 125
Figura 3 – Representação esquemática da categoria B.....	p. 138
Figura 4 – Representação esquemática da categoria C.....	p. 146

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Quantidade de trabalhos provenientes da pesquisa nas bases de dados e selecionados para análise preliminar.....	p. 56
Tabela 2 - Identificação das teses e dissertações com seus respectivos enfoques metodológicos.....	p. 58
Tabela 3 - Relação descritores e perfis selecionados.....	p. 104
Tabela 4 - Caracterização dos/as participantes da pesquisa.....	p. 112
Tabela 5- Matriz nomotética.....	p. 115

## **LISTA DE SIGLAS**

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

CLACSO – Conselho Latino Americano de Ciências Sociais

ECA – Estudos Críticos Animais

ENDA – Encontro Nacional de Direitos Animais

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MST – Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra

NMS – Novos Movimentos Sociais

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização Não Governamental

OSC – Organizações da Sociedade Civil

PSPE – Práticas Sociais e Processos Educativos

RSV – Redes Sociais Virtuais

SARS – Síndrome Respiratória Aguda Grave

SciELO – Scientific Electronic Library Online

SVB – Sociedade Vegetariana Brasileira

## SUMÁRIO

<b>PRIMEIRAS PALAVRAS</b> .....	14
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>SEÇÃO I – O SER E A CAUSA</b> .....	25
1.1 Afirmando o Ser .....	25
1.2 O grito de outrem: sendo na exterioridade .....	31
1.3 Alteridade Animal: proposições advindas da Ética Animal.....	41
1.4 Ativismo pela causa animal: a prática social e sua dimensão educativa.....	46
1.5 Revisão de Literatura: o status da discussão acadêmica brasileira acerca do ativismo pela causa animal.....	54
<b>SEÇÃO II – EDUCAÇÃO E ATIVISMO NO ANTROPOCENO</b> .....	62
2.1 Educação e Ativismo .....	62
2.2 Estudos Críticos Animais e a virada animalista .....	71
2.3 <i>Ecologizar</i> a práxis educativa no Antropoceno.....	78
2.4 Contexto pandêmico: uma problemática em curso.....	86
2.5 As possibilidades da Ecopedagogia.....	89
<b>SEÇÃO III – O QUE DIZEM OS/AS ATIVISTAS PELA CAUSA ANIMAL</b> .....	93
3.1 Convivência metodológica: horizonte teórico-metodológico, aproximações e escolhas.....	93
3.2 A investigação sob a ótica fenomenológica .....	95
3.3 De onde partem as vozes? Os três movimentos para a coleta de dados .....	101
3.4 Análise dos dados, interpretação e discussão dos resultados .....	110
3.4.1 Caracterização dos/as colaboradores/as da pesquisa.....	111
3.4.2 Matriz nomotética .....	114
3.4.3 Lutar para ser a voz dos que não falam .....	115
3.4.4 Se o sofrimento aumenta o trabalho tem que aumentar .....	125
3.4.5 Me educar para aprender como me comunicar com as pessoas .....	139
<b>IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	147
4.1 O Ser-Animal e a prática social: os significados apreendidos.....	147
4.2 Ativismo pela causa animal e as contribuições para pensar práticas educativas escolares/formativas .....	150
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	154
<b>APÊNDICE I - Teses e dissertações publicadas no portal BDTD e Scielo</b> .....	164
<b>APÊNDICE II – Questionário e TCLE</b> .....	170
<b>ANEXO I – Aprovação no Comitê Ética em Pesquisa (UFSCar)</b> .....	173

## PRIMEIRAS PALAVRAS

Diante de uma sociedade estruturalmente desigual, em que o imperativo da miséria de muitos é o alimento da riqueza e privilégio de poucos, enquanto educadora e pesquisadora, comprometida com um ativismo pedagógico que busque a transgressão do ensino classicista neoliberal hegemônico, nutro a compreensão de que engajamentos em quaisquer lutas sociais que se reconheçam numa dimensão contra a educação acrítica e reprodutivista do status quo da modernidade, carecem ser interpretadas com seriedade.

Deste lugar é que surge a motivação para esta pesquisa. Meu ponto de partida foram os afetos e afetamentos advindos de minha trajetória como mulher, ativista, pesquisadora, profissional atuante nos últimos dezoito anos na Educação. Tempo vivido que me fez e faz indignar com a potência desumanizadora que a educação necrófila e institucionalizada pode alcançar, mas também faz da indignação o motor para empenhar práticas pedagógicas cotidianas, de amorosidade e esperança, enquanto posicionamentos de luta frente às injustiças sociais, frente ao desamor e violência que vivenciamos constantemente em espaços escolares e não-escolares; vivência ainda mais latente no cenário sócio-político, no período em que esta tese foi escrita.

Entre indignação e esperança, minha primeira constatação é de que educação é ato político. E neste sentido, assim como coloca Darcy Ribeiro, fui acumulando causas e procurando construir meu ativismo na e pela educação, em cada encontro, em cada aula, em cada projeto, como me inspira a trajetória de Paulo Freire. Ativismo aqui entendido em seu aspecto político-metodológico, ou seja, um conjunto de ações constantes que visa intervir em normas sociais e políticas, vigentes, que são desumanizadoras.

Entendendo Educação e Pesquisa como lugares germinais que acomodam este conjunto de ações, vejo a potência em dialogar com a temática que desenvolveremos, posicionando-me como uma educadora-pesquisadora, interlocutora ativa da causa animal, mas sobretudo atuante na causa educacional. Com isso procuro, nesta pesquisa, contribuir com a construção dos significados advindos do diálogo proposto entre as causas, que fortaleçam ações de promoção à transformação social.

Em nosso quefazer da pesquisa, consideramos dois aspectos fundamentais, que situam politicamente, socialmente e culturalmente nossa escrita: o nosso paradigma é a Terra (é planetário), enquanto o maior de todos os pobres e oprimidos, como pronuncia Leonardo Boff (2015) e a nossa perspectiva é de uma ética cotidiana, pautada no compromisso com a simetria e universalidade da vida de todos e todas, tal como nos ensina Dussel (2000).

Vale esclarecer de imediato que quando eu, pesquisadora, anteriormente altero a enunciação do eu para nós, faço no intuito de avigorar que entendo que este processo se dá sempre em conjunto e na convivência com os/as demais pesquisadores/as e em diálogo com autores/as que escolho para me situar. Ultrapasso, por conseguinte, a ordem pessoal discursiva descortinando a marca de pluralidade que trança meu discurso. De tal modo, justifico que a opção pelo emprego de plural, que marcará parte do corpus redacional, advém desta concepção de pesquisar sendo-ao-mundo-com. Somente nas partes que envolvem as interações da pesquisadora com os/as ativistas será utilizado o singular.

O horizonte que orienta o meu caminhar, conforma-se nos estudos e discussões desenvolvidos junto ao grupo de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos (PSPE) e as proposições teórico-metodológicas, suleadas epistemologicamente, pelos/as autores/as de referência. Sulear, entendido como a resistência a uma pretensa episteme universal (eurocêntrica), como única forma de produzir conhecimentos verdadeiros, válidos e superiores, impostos pela ciência eurocêntrica e estruturada pela razão colonial. Trata-se do reconhecimento das Epistemologias do Sul, conforme discorre Santos (2019), no âmbito das experiências do sul anti-imperial, não-geográfico, mas produzidas onde quer que ocorram lutas contra o capitalismo, colonialismo e patriarcado, tanto no Norte quanto no Sul geográfico. Lutas essas protagonizadas por afrodescendentes vítimas de racismo, mulheres vítimas de violência patriarcal, trabalhadores/as precarizados/as, indígenas, entre tantos/as outros/as protagonistas.

Nesta comunidade de trabalho<sup>1</sup> em PSPE, cuidamos para que o rigor científico caminhe de mãos dadas com o compromisso social, resistindo aos rígidos regimes de verdades ou formas ratificadas de produção do conhecimento, que reproduzem o exercício epistemológico da razão (colonial). Conectam todos e todas na convivência metodológica de maneira intersubjetiva, de modo a combinar práticas pedagógicas com práticas científicas em uma comunidade de trabalho (SILVA; ARAÚJO-OLIVERA, 2004).

O ato de pesquisar é assim, em sua essência, comunitário, pautado na concepção de educação como prática da liberdade, afirmando-se crítico e decolonial. Neste sentido, aportamos discussões que reconhecem a diversidade de outras formas possíveis de ser e estar no mundo com outrem, favorecendo problematizações que permitam outras formas possíveis de percepção das relações entre Seres-Humanos e Seres-Animais.

---

<sup>1</sup> O termo comunidade de trabalho (SILVA; ARAÚJO-OLIVERA, 2004), neste contexto, refere-se aos encontros de investigadores/as interligados na sociedade e ao espaço acadêmico e aos enfrentamentos de desigualdades sociais e recriação humanizadora do mundo, admitindo outras maneiras de pensar o mundo. Em comunidade podemos nos humanizar, pesquisando, lutando por uma sociedade mais justa.

Haja vista o compromisso social desta comunidade de trabalho, tomamos as discussões ancoradas nos Estudos Decoloniais que tratam da totalidade colonialista de parte dos europeus sobre a exterioridade de povos indígenas, afro-brasileiros e africanos, tendo-os escravizado, inferiorizado e invisibilizado. Conforme Dussel (1997), Quijano (2013), Maldonado-Torres (2010), Santos (2010) e Araújo-Oliveira (2014), a perspectiva do homem branco europeu do período da colonização, se mantém até os dias atuais no contexto da colonialidade, pautando-se, sobretudo, na discriminação de Seres-Humanos (por exemplo: grupos étnico-raciais negros e indígenas, tratados na esfera do não-ser) por outros Seres-Humanos. Ao que sobrepomos aos/à autores/a, no contexto desta pesquisa, discriminando também os Seres-Animais (GODOY, 2019a).

Assim, dentre as diversas inquietações éticas e epistemológicas, enquanto pesquisadora em Educação, deparei-me com uma que me afeta existencialmente e parece-me ainda insípida à seriedade acadêmica no campo da Educação: a relação dos Seres-Humanos com os Seres-Animais com foco em proposições que conduzam à transposição das barreiras entre espécies; barreiras estas ainda muito latentes nas sociedades modernas<sup>2</sup>.

No tocante a discriminação de Seres-Animais, estes têm sido, sobretudo, tratados na esfera da domesticação e docilização, disfarçando a discriminação, particularmente para Seres-Humanos que fariam oposição a ela, se assim fosse tratada. Neste sentido, teóricos/as-ativistas do campo da Ética Animal (SINGER, 2010; FRANCIONE, 2013, REGAN, 2006, FELIPE, 2003, 2014) defendem a tese de que existe uma forma de preconceito latente na modernidade, que materializada estruturalmente em práticas sociais antropocêntricas institucionalizadas, portanto autorizadas pela tradição moral, religiosa, jurídica, filosófica e econômica. Os autores denominam esta ideologia de especismo.

Destacamos que outros/as pesquisadores/as (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1997; HARAWAY, 2008; DE WAAL, 2010; MATURANA; DÁVILA, 2015) entendem que Seres-Animais têm uma história própria, são igualmente atores, possuem cultura própria, e não são apenas coadjuvantes ou espectadores de ações realizadas exclusivamente por Seres-Humanos, observando que a história de Seres-Humanos e Seres-Animais têm se entrelaçado, por vezes em cooperação, por vezes em antagonismo, mas, sobretudo, enquanto Seres integrados e

---

<sup>2</sup> Cabe, primeiramente, destacar que a compreensão de Ser/Seres adotada neste estudo abarca todos os entes vivos (todas as categorias biológicas dos reinos dos Seres-Vivos), com os quais partilhamos a vida terrestre, não apenas sujeitos da espécie humana. Entretanto, atemo-nos como recorte o reino animal e suas relações interspécies, ou seja, 'no interior de, no espaço de, entre' os entes vivos: Seres-Humanos e Seres-Animais. Nossa acepção será melhor elucidada na seção I.

interdependentes que com respectivas diversidades precisam uns dos outros para existência, coexistência e coevolução na Terra.

Quando trazemos esse recorte para pensar os desdobramentos do antropocentrismo no campo da Educação, notamos que pouco se tem debruçado em pesquisas acerca dos processos educativos escolares e não escolares que discorrem e desvelam a problemática envolta da coisificação institucionalizada - no campo da moda e beleza, comércio e exibição, espetáculos e diversão, serviços de tração, testes e experimentações, gastronomia e alimentação, entre outras - dos corpos de Seres-Animais e sua relação com a crise político-socioambiental do Antropoceno. Na contramão deste processo, observamos ativistas pela causa animal fazendo esta denúncia, produzindo experiências e reflexões sobre o tema.

Neste pano de fundo, afirmo esta tese de doutoramento enquanto uma pesquisa ativista no campo da educação, comprometida em valorizar a dimensão cognitiva das lutas de resistência contra essas opressões e contra as formas de conhecimento que as legitimam, desvelando conhecimentos que favoreçam a superação do preconceito e estereótipos voltados aos ativistas e ao ativismo pela causa animal e, sobretudo, fomentando a discussão, no campo da educação, sobre a necessidade de problematizar e superar o sofrimento e a exploração que recaem aos Seres-Animais.

## INTRODUÇÃO

Conforme destacam Godoy e Sousa (2019), tanto na educação que ocorre em espaços escolares como não escolares, os Seres-Animais são tratados na esfera do não-ser, geralmente pautado pela justificativa de que há diferenças entre os substratos neurológicos dos humanos (que gerariam consciência) e dos animais (que não gerariam consciência). O reforço desta posição binária está presente em retóricas pedagógicas quando, por exemplo, enfatiza-se discursivamente que a diferença entre os Seres-Animais e Seres-Humanos reside na superioridade da racionalidade<sup>3</sup> humana, e suas capacidades e relações<sup>4</sup>; avigorando, desta forma, um suposto lugar de irrelevância da temática do Ser-Animal enquanto outrem (uma vez que, supostamente, não há consciência do ser), como objeto na área de Ciências Humanas.

Concordamos que, no sentido daquilo que designa os reinos da vida, no reino animal coexistem distinções, todavia após o posicionamento confirmado pela Declaração de Cambridge sobre a consciência em Seres-Humanos e Seres-Animais (LOW, 2012) pode-se afirmar que esses seres são sencientes, ou seja, com capacidades cognitivas e conscientes de suas existências de maneira muito semelhante aos Seres-Humanos.

Desde esta leitura, o argumento de que exista uma sobreposição de espécies animais (para justificar barreiras entre espécies) ancorada no argumento da diferenças entre substratos neurológicos já não faz mais sentido. Inclusive, esta declaração tem sido, frequentemente, usada como fundamento teórico no campo dos Direitos Animais como vemos, a título de ilustração, na redação do projeto de lei 6054/2019<sup>5</sup>, o qual visa outorgar um status jurídico aos Seres-Animais na legislação brasileira, buscando redefinir sua classificação legal, atualmente tidos como bens móveis.

O que queremos dizer é que se considerarmos a opacidade que há, no sistema jurídico e educacional, por exemplo, em enxergar Seres-Humanos e Seres-Animais enquanto pertencentes a um único sistema molecular (uma totalidade animal, enquanto seres vivos e inteligentes e partícipes da mesma comunidade planetária), quiçá perceber a Terra enquanto organismo vivo<sup>6</sup>,

---

<sup>3</sup> Tomando a racionalidade como a capacidade de tomar decisões baseadas em pensamentos lógicos, muitos outros animais podem ser considerados racionais, de acordo com novas pesquisas. Apenas para ilustrar, indicamos a matéria publicada na revista Super Interessante, em outubro de 2016, que indica um conjunto de pesquisas avançadas nesta discussão. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/o-homem-nao-e-o-unico-animal-racional/>. Acesso em: 3 nov. 2019.

<sup>4</sup> Seres humanos são os únicos dotados de razão, cultura, linguagem, capacidade de agencia moral e justiça.

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=4A1391F83979996BE461D6E7083D2120.proposicoesWebExterno1?codteor=1839353&filename=Avulso+-PL+6054/2019+%28N%C2%BA+Anterior:+PL+6799/2013%29](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=4A1391F83979996BE461D6E7083D2120.proposicoesWebExterno1?codteor=1839353&filename=Avulso+-PL+6054/2019+%28N%C2%BA+Anterior:+PL+6799/2013%29). Acesso em: 13 de jun. 2021

<sup>6</sup> Consoante ao paradigma adotado nesta pesquisa.

enquanto o maior de todos os pobres e oprimidos (BOFF, 2015), no qual este sistema molecular é apenas um dos órgãos de um sistema maior e que, portanto todos nossos hábitos e ações têm influência direta neste. Ancoradas em Boff (2015) acreditamos que o caminho para a justiça sociocósmica, necessite realmente passar por fases. Contudo, a justiça social e ecológica interespecies - entre Seres-Humanos e Seres-Animais - parece-nos ser a elementar prioridade e não a última, conforme sugere o autor, posto que temos a corporização de rostos, olhos que nos interpelam, o que facilitaria a escuta ativa dos gritos de socorro daqueles a quem não podemos (ou não queremos) interpretar.

Diante ao exposto, observamos que a oposição argumentativa a essa cartografia de retóricas binárias, ainda constitutivas e protagonizadas no campo educacional, são insipientes na discussão da área, conforme apontam pesquisas anteriores (REIS, 2013; GODOY, 2016; FERNANDES, 2019). Neste lócus opositivo reside um ponto de relevância acadêmica desta pesquisa, sobretudo quando se defende uma educação crítica e libertadora, ancorada na dimensão da alteridade nas mais diversas formas de educar e se educar.

Assim, temos como ponto de partida a compreensão de Lévinas (2005), Dussel (1977) e Araújo-Olivera (2014) ensinam-nos que não basta saber da existência de outrem, é preciso ter este como critério, ou seja, firmar postura ética pelo respeito e reconhecimento da alteridade. Colocamo-nos consoante a este ponto de vista, de que o outrem é percebido pela diferença absoluta e não pode ser objetivado (LÉVINAS, 2005), bem como que há um imperativo ético de se relacionar com outros seres, já que o Ser carece deixar de se fechar em si, de ser metafísico e transportar-se à materialização ética na figura do oprimido (DUSSEL, 1977), para que assim haja uma razão crítica libertadora. Todavia, cabe destacar que, ontologicamente, a autora e os autores concebem o conceito de alteridade no reconhecimento de outrem, especificamente, entre a espécie humana.

Perante os limites ontológicos de nosso referencial, ocorre que falar sobre alteridade estendida aos Seres-Animais, ancorada, em especial, na concepção freiriana de educação, ainda é uma arena tateante, portanto esclarecemos que será necessária a relativização das categorias teóricas empregadas neste estudo, uma vez que, por exemplo, o conceito chave de humanização, na obra freiriana está ancorado em oposição ao de animalização<sup>7</sup>, o que nos apresenta como um primeiro grande desafio teórico ontológico.

---

<sup>7</sup> O que queremos comunicar é que antropológicamente, consoante ao que defende Tim Ingold (1995), o conceito de humanidade é, em geral, consubstanciado em oposição ao de animalidade e esse aspecto fica muito evidente na obra freiriana consultada para esta pesquisa.

Inspiradas em Freire (2011b), entendemos que os Seres-Humanos trazem em si a vocação ontológica de Ser mais, compreendendo a vida humana no sentido mais biográfico do que biológico. A educação, por sua vez, faz-se antropológica no processo em que o Ser-Humano constitui e conquista, historicamente, sua própria forma, em seu espaço-tempo, reinventando-se constantemente. Neste sentido, se a práxis educativa que defendemos perfaz-se num processo pedagógico antropológico, como nos ensina Paulo Freire, (re)pensar sobre a própria adjetivação epistemológica/ontológica que estamos atribuindo a esta pedagogia, dentro de um programa de pós-graduação em Educação, em nosso tempo-espaço, é buscar estar alinhada/o à perspectiva da Educação Libertadora, que consiste na curiosidade epistemológica, sem a qual não se alcança o conhecimento cabal do objeto (FREIRE, 2011c).

Sendo assim, primeiramente, é importante relativizar que na matriz de conhecimento freiriana, há uma polarização subordinativa no que se refere à leitura do mundo ontológica. Por exemplo, quando se busca pelo termo “animal” na obra que sustenta e clarifica a tese central de Freire, escrita no final da década de 60, sobre as relações contraditórias ente opressor-oprimido, a Pedagogia do Oprimido, nota-se que as 28 vezes que o termo aparece, está empregado para consubstanciar a linha de raciocínio de reforço discursivo da distinção ontológica (para o Humano SER, em sua plenitude ontológica, o não humano carece estar situado na esfera do Não-SER). Justifica, por exemplo, que os “animais” não exercem ato reflexivo, que são seres a-históricos, que não tridimensionam o tempo, que não exercem atos limites, que não são seres da práxis e, portanto, não realizam transformação no mundo, uma vez que não estão comprometidos com as dimensões histórica, ética e cultural. Portanto, “[...] o animal se constitui, fundamentalmente, como um ser fechado em si” (FREIRE, 2011b, p. 123). Como se vê, discursivamente, o tratamento discriminatório parte da negação da animalidade para a afirmação da humanidade, o que a nosso ver traz à tona o hábito cartesiano de classificação das coisas, incutido na dimensão do não-dito que perfazem os estratos ideológicos desses enunciados que circundam o campo da educação (GODOY, 2016).

Ademais, a respeito da discussão sobre alteridade animal, podemos encontrar preciosas contribuições nas novas antropologias (VIVEIROS DE CASTRO, 2015; VANDER-VELDER, 2016; VANDENBERGHE; WEID, 2016), visto que estas debatem as principais oposições que balizaram o conhecimento antropológico, natureza-cultura, homem-animal e indivíduo-sociedade. Seus resultados podem vir a auxiliar no rompimento de possíveis obstáculos epistemológicos e ontológicos que cerceiam discussões sobre os Seres-Animais, enquanto outrem.

Diante desta problemática, se buscarmos aproximações da ideia da produção de não-existências (SANTOS, 2010) aplicada à lógica de classificação que visa naturalizar a hierarquia Ser-Humano e Ser-Animal - visão sustentada pelo pensamento cartesiano. Defendemos, nesta aproximação conceitual, que não se sustentam formas de classificações e subjugações no argumento de inferioridade insuperável, porque natural - pautada no recorrente argumento de diferenças nos substratos neurobiológicos e/ou culturais - pois, além de não ser essa a questão fundamental para a tomada de outrem como critério, a virada ontológica da antropologia, os estudos sobre cultura e novas alteridades propostos pela primatologia, bem como os posicionamentos já constituídos pela Ética Animal refutam muitos dos argumentos que costumam situar a discussão no campo do não-dito na Educação.

Partimos de inquietudes teóricas que advém da leitura crítica de nosso próprio referencial teórico e elencamos outras, a fim de indicar ao leitor/a as possíveis lacunas conceituais advindas desta matriz conceitual, que sustenta a perspectiva metodológica-ontológica de outro/oprimido até então não problematizada pela linha de pesquisa PSPE. Cabe esclarecer de imediato que tomamos a opção semântica por outrem para designar o sentido de outro (DUSSEL, 1977) ou oprimido (FREIRE, 2011b), por compreender o caráter especista, racista e sexista da linguagem. Outrem, assume uma posição mais abrangente independente da orientação sexual, raça-etnia, classe social e da espécie.

Esclarecemos que não é nosso objetivo aprofundar nas lacunas (naquilo que não é alteridade/convivência metodológica) e sim ensinar aquilo que poderia vir a ser. Nesta investigação, a prática social pautada é o ativismo pela causa animal, deste modo, o que propomos a contribuir com a linha de pesquisa é: pensar o campo da alteridade animal, a partir das experiências de ativistas que vivenciam esta prática, questionando o modelo de exploração do projeto colonial-capitalista com enfoque nos aspectos relacionais entre Seres.

### **A prática social investigada**

Entenda-se, preliminarmente, ativismo como uma designação à adesão de pessoas em movimentos de contestação de pautas que conformam a ordem social vigente, envolvendo suas próprias táticas e repertórios de ação coletiva e; causa animal com um agrupamento que designa a totalidade de sujeitos que configuram um movimento heterogêneo específico, ativo e articulado, sobretudo, em contextos urbanos. Pesquisas etnográficas acerca do ativismo pela causa animal (PADILHA, 2018; FERRIGNO, 2016; SOUZA, 2013) destacam a pluralidade desta prática social, esta entendida como um movimento articulado com foco em ações prol

seres não humanos, mas que em seu interior mostra-se fragmentado em um espectro de luta, uma vez que a percepção de outrem (Ser-Animal) e de práxis de libertação é difusa e volátil e que “são as relações dentro do próprio grupo que ajudam a compreendê-lo e caracterizá-lo como pequenos grupos de defesa animal e como movimento social” (FERRIGNO, 2016, p.234).

Do ponto de vista macropolítico, o ativismo pela causa animal interpela interesses econômicos e culturais da modernidade e, conseqüentemente, gera mobilizações por parte daqueles/as que se beneficiam da coisificação de Seres-Animais. Estas mobilizações são articuladas com a intenção de desacreditar o movimento, pautando-o como irrelevante, elitista e firmando-se, muitas vezes, na retórica de que os obstáculos políticos e civilizatórios que precisariam ser transpostos seriam inviáveis para as relações sociais humanas: repensar alimentação, domesticação, experimentação, entretenimento, caça esportiva entre outros. Posicionamo-nos frente a esta leitura e observamos que há uma carência na produção acadêmica de trabalhos sobre a relação da Educação, na perspectiva decolonial, com os saberes advindos deste tipo de luta por justiça social interespecies<sup>8</sup>.

Nosso posicionamento é que no (re)conhecimento do fenômeno das diferentes formas de educar e educar-se, que circulam na prática social de ativismo pela causa animal, há uma potência a ser desvelada com maior robustez teórica sobre as possíveis posturas éticas por respeito e reconhecimento do Ser-Animal enquanto outrem (alteridade animal), na perspectiva de um processo pedagógico que perfaça uma razão crítica libertadora, como ecoado pelo pensamento educacional freiriano.

A relevância social desta pesquisa consiste, portanto, em investigar a causa animal sob o enfoque da educação e com isso promover e divulgar suas ações, os argumentos que ancoram seus ativismos, desvelando as leituras de mundo de pessoas comprometidas com a causa e que muitas vezes são silenciadas e marginalizadas em suas ações, pelos mecanismos de negação sócio-político-culturais constitutivos do paradigma cartesiano que, por sua vez, insiste em relutar no avanço dos direitos animais. Especialmente, buscamos contribuir com o processo de conscientização acerca da exploração, dor e sofrimento que nós Seres-Humanos empenhamos aos demais seres sencientes, bem como minimizar os preconceitos veiculados a prática social, protagonizada por Seres-Humanos que, de alguma forma, se sensibilizam com a dor de outrem e mobilizam ações de enfrentamentos a estrutura hegemônica.

Quanto ao campo da Educação, esta pesquisa reconhece-se no bojo político e epistemológico pós-abissal e, portanto, pretende contribuir com o exercício de auto-

---

<sup>8</sup> Esta pesquisa se justifica pela constatação da lacuna de produções, conforme aponta a revisão de literatura, a ser apresentado na seção I.

reflexividade, em programas de pesquisa em Educação, transformando ausências em presenças (SANTOS, 2010) ao trazer à tona a persistente opacidade de problematizações – como apreciado na revisão de literatura - que elucidem processos de educar e educar-se em relações interespecies, no campo da alteridade. Defendemos também a ponderação objetiva do tópico de estudo da alteridade animal, nas discussões acerca da Educação como prática de liberdade. Ademais, o enfoque sulador à causa animal, propõe-se a nutrir a formulação de concepções críticas da modernidade para pensar a animalidade a partir do Sul e, em última análise, modelos educacionais ontologicamente disruptivos.

### **Objetivos e interrogação de pesquisa:**

Comprometidas com a dimensão educativa do Ser-Humano, no movimento de sua coexistência com os demais Seres, neste estudo nos detemos sobre as constituições intersubjetivas tecidas no seio de um espectro de ativistas que se propõem a defender os interesses dos Seres-Animais, enquanto outrem, ao que concebemos como causa animal. Tal processo de investigação foi realizado com base nos aportes teóricos e metodológicos dos Estudos Críticos Animais, Estudos Decoloniais e da Fenomenologia. Assim, o que se interroga neste estudo é: quais os significados atribuídos ao Ser-Animal e à prática social do ativismo pela causa animal por sujeitos que dela participam? Que processos educativos são consolidados nesta prática social?

Para responder a essa questão temos como objetivo central compreender a prática social do ativismo pela causa animal e os processos educativos decorrentes. Tendo como objetivos específicos:

- Favorecer a visibilidade da causa animal no campo da educação e possibilitar problematizações que permitam outras formas possíveis de percepção das relações interespecies, construindo argumentação teórico-conceitual sobre alteridade animal;
- Desvelar o modo como ativistas se identificam dentro do movimento e fomentar as contribuições que emergem desta prática social para minimizar o sofrimento e a exploração que recaem aos Seres-Animais;
- Desvelar conhecimentos que favoreçam a superação do preconceito e estereótipos voltados aos ativistas e ao ativismo pela causa animal.

## **Estrutura das seções**

Esta pesquisa está dividida em quatro seções: na primeira, intitulada *O Ser e a Causa*, apresentamos os aspectos teórico-conceituais da concepção de Ser-Animal, enquanto outrem, situamos a prática social investigada em sua dimensão educativa e apresentamos a revisão de literatura. A segunda seção, *Educação e Ativismo no Antropoceno*, compreende os aspectos teórico-conceituais que permeiam e embasam esta investigação, no campo da Educação e dos Estudos Críticos Animais, na perspectiva dos Estudos Decoloniais. Nesta seção refletimos também sobre necessidade da atitude ecologizadora no campo da Educação, apresentando a Ecopedagogia e situando a pesquisa no contexto pandêmico de 2020-21. Na seção III *O que dizem os/as ativistas pela causa animal*, apresentamos a trajetória metodológica para aproximação dos/as ativistas, a coleta de dados e as categorias de análise elaboradas a partir dos depoimentos das/o entrevistadas/o. Finalizamos com a Seção IV, *Considerações finais*, apresentamos as considerações acerca do fenômeno investigado e discorremos sobre as possibilidades de incorporação às práticas educativas escolares.

## SEÇÃO I – O SER E A CAUSA

O objetivo desta primeira seção é o de apresentar o referencial teórico-metodológico, construindo, concomitantemente, argumentação teórico-conceitual sobre o Ser-Animal como outrem, a partir da perspectiva dos Estudos Decoloniais e das contribuições advindas da Ética Animal, em linhas gerais, os propósitos estabelecidos para a divisão dos tópicos.

Na primeira parte discorreremos sobre as escolhas terminológicas acerca daquele que buscamos afirmar como outrem: o Ser-Animal. Em seguida, visamos apresentar alguns dos conceitos fundamentais da obra do filósofo argentino Dussel, atendo-nos nas categorias modernidade/transmodernidade, outro/alteridade, exterioridade/totalidade e alienação/libertação marcando uma possível chave-analítica para ensaiar a categoria de alteridade animal, desde este referencial decolonial.

No terceiro tópico, trazemos os preceitos de senciência e especismo que se coadunam com a categoria de alteridade animal, lançando mão do referencial teórico advindo da Ética Animal. Em seguida, apresentamos a prática social investigada em sua diversidade interna (espectro de luta/atuação) procurando dialogar com as categorias propostas pelo educador brasileiro Paulo Freire, unidade na diversidade e práxis. Por fim, apresentamos a revisão de literatura que analisa as lacunas de produção acadêmica sobre a causa animal, desde uma perspectiva teórica decolonial, na área da Educação.

Ao final desta seção, esperamos ter lançado operadores teóricos para melhor compreender fenômenos educativos que emergem dos discursos dos/as ativistas da causa animal entrevistados/as, focalizando aspectos como: os modos de produção de subjetividades em torno dos significados atribuídos por eles/as ao Ser-Animal; os repertórios empregados no movimento, as táticas de contestação e as formas de protesto e ação. Ademais, pretendemos também buscar conhecer outras ontologias decoloniais, fundamentadas em matrizes filosóficas ameríndias, que possam contribuir com as reflexões, nesta tese, em torno da questão relacional humano-animal.

### 1.1 Afirmando o Ser

Viver... é muito perigoso. Guimarães Rosa

Iniciamos situando pontualmente ao/à leitora algumas compreensões base de asserções constantes em nossa introdução. A primeira é da ordem discursiva e refere-se às escolhas terminológicas com base em nossa concepção de vida animal, que intenta negar a negação do

ser não-humano. Partindo do entendimento de que mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo (FREIRE, 2011b; ARAÚJO-OLIVERA, 2014) e da inspiração que advém desta matriz filosófica-metodológica latino-americana, adotamos as nomenclaturas Ser-Humano e Ser-Animal, como um primeiro passo - ainda que discursivo - à negação da negação do Ser-Animal na totalidade ontológica, entendendo que ambos (animais e humanos) habitam em uma mesma dimensão do Ser.

De acordo com Felipe (2009), ao que se refere às discussões acerca dos interesses dos Seres-Animais e ecossistemas naturais, a ética prática contemporânea está delineada basicamente em três vertentes: a primeira é a antropocêntrico-hierárquica, que não compreende Seres-Animais enquanto sujeitos de direitos e a qual intentamos denunciar enquanto a matriz do pensamento especista. A segunda é a senciocêntrica, que de acordo com a pesquisadora, é também de caráter utilitarista, mas que entende que seres dotados de sensibilidade e consciência devam ser compreendidos como sujeitos de uma vida. E a terceira é a biocêntrica, que coloca como algo que o campo da ética deve cuidar: a preservação da vida no centro de toda atividade humana, não privilegiando nem a racionalidade, nem a sensibilidade mental, mas a unidade do Ser com o universo. Cabe destacar que esta última vertente, ainda que promissora para a construção de nossa concepção de ser, ainda parte de uma compreensão limitada de ser vivo<sup>9</sup> - distante da perspectiva de humanidade estendida, observadas no conceito de bem viver, dos povos indígenas ameríndios.

Conforme destaca Acosta (2016) o modo de vida dos povos indígenas – ou a ética prática destes – o bem viver, contrapõe-se ao que vem sendo indicado em políticas públicas, e em estudos científicos acerca da ideia de desenvolvimento e suas adjetivações: econômico, humano, sustentável, entre outras. O autor ainda observa que expressões como *Suma Qamaña* (boa vida) e *Nhandereko* (nosso modo de viver) são alguns termos presentes em populações indígenas na América Latina, traduzindo princípios éticos e estéticos similares no modo de viver a vida, que (re)surgem como uma alternativa e são adotados por países latino-americanos, que buscam constituir um modo de vida mais ecocentrado. Essa visão sugere que o sistema social esteja interconectado ao ecológico. Nosso entendimento de *Ser, Animal e Humano* está em diálogo, sobretudo, com os princípios anunciados por estes povos, considerando seus alcances e limites.

---

<sup>9</sup> “[...] entendendo por “ser vivo” não a simples condição de uma coisa viva, como o são, por exemplo, as sementes e os frutos, mas a de alguém que, para viver, precisa reconhecer seus interesses e agir de modo a alcançar o próprio bem, preservando-se e aos seus” (FELIPE, 2009).

Neste sentido, coadunamos com o indígena Munduruku (2019):

[...] as gentes indígenas sabem que fazem parte de um universo que os tornam irmãos de todos os viventes. Essa compreensão é a mola mestra que compõe a filosofia e a teologia indígenas. É ela que questiona o mundo materialista ocidental, o qual confunde ser e ter, possuir e pertencer, cuidar e destruir... Enquanto as pessoas continuam pensando como seres individuais, o mundo estará em perigo, pois pensar dessa maneira é considerar-se superior a todas as coisas e procurar controlar, dominar, comprar, consumir e destruir [...] tudo está em harmonia com tudo; tudo está em tudo e cada um é responsável por essa harmonia. É uma concepção que não exclui nada e não dá importância a um único elemento, pois todos são passageiros de uma mesma realidade, sendo, portanto, iguais. No entanto, não se pode pensar que essa igualdade signifique uniformidade. Todos esses elementos são diferentes entre si, têm personalidade própria, identidade própria (p. 21-33).

O conceito de bem viver, que assenta em seu bojo a diversidade de seres, já possui consideráveis influências nas políticas públicas de países como Equador, em que os direitos da natureza foram incorporados na Constituição Federal, resgatando a compreensão dos povos originários de que compartilhamos um planeta vivo e que carecemos considerá-lo nos projetos de continuidade da vida humana e não mais explorá-lo (SORRENTINO, 2017).

No verbete de dicionário, o termo Ser, enquanto substantivo masculino, tem como sua primeira definição “o que existe”<sup>10</sup>. E, é neste sentido que entenderemos o alcance da palavra Ser, no campo existencial (ontológico), enquanto a condição de uma coisa viva que possui vínculo indissociável à teia da vida, desde as sementes, florestas, frutos e rios (seres inanimados) àquilo que convencionamos chamar na classificação biológica taxonômica - da ciência moderna - de reino animal, na qual se sabe que o Ser-Humano, atribuiu-lhe (ele próprio) um status de ser especial. No que se refere ao termo animal, vale observar a definição proposta por Sônia Felipe (2009, p.12):

*Animais*, no sentido que designa um dos três reinos da vida, são seres que nascem livres. Sua condição de indivíduos se mantém por autoprovisamento. A condição de ser obrigado a mover-se no ambiente natural e social para autoprover-se pode ser compreendida como uma espécie de liberdade física negativa ou autonomia prática, característica da natureza animal. Ao nascer, o animal é separado bruscamente da fonte provedora de seu organismo. Os que aprendem a *mover-se para prover-se* seguindo padrões bem sucedidos de sua espécie adquirem os conceitos necessários às interações ambientais naturais e sociais, quase sempre hostis, e *sobrevivem*. *Viver... é muito perigoso* (Guimarães Rosa). Aplica-se a animais de outras espécies também, não apenas ao *Homo sapiens*. (Grifos da autora)

---

<sup>10</sup> HOLANDA FERREIRA, A.B. de. **Dicionário Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. 7.ed. Curitiba: Positivo, 2008. p.735.

A autora lembra-nos que na história da Ética, que conformou o pensamento ocidental-moderno<sup>11</sup>, desde Pitágoras, Sêneca e Porfírio constituiu-se uma vertente de pensamento (embora uma herança, destacadamente, rejeitada pela filosofia greco-romana) que se convencionou a chamar de vida animal - dentre a condição de ser vivo vinculada à teia da vida - àqueles aos quais em comum nos igualamos a “uma natureza frágil, vulnerável à doença e à morte, ao bem-estar e ao próprio bem” (FELIPE, 2009, p.3). Neste mesmo sentido, Peter Singer (2010) lembra-nos de que todos os argumentos para provar a superioridade humana são incapazes de confrontar a dura realidade de que, no sofrimento, os Seres-Animais são nossos iguais.

O sentido de existência (de Ser), adotado nesta pesquisa, não se encerra apenas no humano, tampouco em alguém que, para viver, precisa reconhecer seus interesses, procura dialogar diretamente, numa leitura intercultural, com o conceito estendido de humanidade que emerge de autores indígenas latino-americanos (KRENAK, 2019a; 2019b; 2020; 2021; MUNDURUKU, 2019), os quais não empregam categorias taxonômicas (como reino, filo, classe etc.) para conferir o sentido existencial (e suas propriedades transcendentais) aos seres que habitam o mundo, tampouco atribuem-lhes uma hierarquia entre espécies. Esta ausência de sentido existencial incide diretamente na configuração do imaginário coletivo, conforme aponta Krenak (2019a, p.49) “quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista”.

Humanidade é, portanto, um conceito entendido nesta pesquisa, consoante à definição indígena, proposta por Ailton Krenak (2020b, p.2), a qual vale ser reproduzida em sua integralidade:

Quando falo em humanidade não estou falando só de *Homo sapiens*, me refiro a uma imensidão de seres que nós excluímos desde sempre: caçamos baleias, tiramos barbatanas de tubarão, matamos leão e o penduramos na parede para mostrar que somos mais bravos que ele. Além da matança de todos os outros humanos que a gente achou que não tinham nada, que estavam aí só para nos suprir com roupa, comida e abrigo. Somos a praga do planeta, uma espécie de ameba gigante. Ao longo da história, os humanos, aliás esse clube exclusivo da humanidade – que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições -, foram devastando tudo ao seu redor. É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade. Não só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda a vida que deliberadamente largamos à margem do caminho. E o caminho é o progresso: essa ideia prospectiva de que estamos indo para algum lugar. Há

---

<sup>11</sup> No que tange à matriz do pensamento ocidental-moderno, sabemos que a sua base se consolida no *Humanismo*, enquanto filosofia moral, e o antropocentrismo representou a dimensão mais contundente do *Humanismo*.

um horizonte, estamos indo para lá, e vamos largando no percurso tudo que não interessa, o que sobra, a sub-humanidade – alguns de nós fazemos parte dela.

Em *A vida não é útil* (KRENAK, 2020b), um livro escrito em meio à maior pandemia do século XXI, encontramos o mote da reflexão no campo ontológico, para a qual o autor indígena nos convida: (re)lembrarmos que temos sido orientados por uma ideia falida de humanidade, edificada no pensamento ocidental-moderno, que para além de deixar na exterioridade a maioria da sub-humanidade em seu projeto civilizatório, deixa igualmente a imensidão dos demais seres com os quais compartilhamos vida.

Concordamos com Aílton Krenak (2020a) quando diz que estamos tão habituados com uma ideia naturalizada de humanidade que não prestamos mais atenção ao verdadeiro sentido do que é ser humano. O autor lembra-nos de que aprendemos desde a tenra idade que há listas e listas de espécie em extinção, todavia tais listas só aumentam na igual medida em que os humanos proliferam destruindo florestas, rios e animais.

Diante disso, adotamos a mesma linha de raciocínio do autor (KRENAK 2019, 2020a, 2020b, 2021) ao afirmar que a origem do desastre socioambiental de nossa era reside no reconhecimento da humanidade como ente separado da natureza e ao estarmos vivendo uma era denominada, exatamente, de Antropoceno. De acordo com o autor, a resistência dos povos indígenas ameríndios, que se baseia na negação da legitimação do humano como superior aos demais seres e no reconhecimento da diversidade, seria a maneira mais sensata de conter a marcha desatinada ao abismo anunciado por esta era (KRENAK, 2019). Neste mesmo sentido, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, ao prefaciar a obra *A queda do céu*, discorre sobre aquilo que denomina de contra-antropologia do Antropoceno, atentando-nos que há “uma iminência da destruição do mundo, levada a cabo pela civilização que se julga a delícia do gênero humano” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 24).

Mas afinal, qual seria o verdadeiro sentido do que é ser um Ser-Humano? Ser político, cultural, estético, ético, etc.? É isso que define o Ser-Humanos na ordem das coisas? A reflexão que nos propomos a provocar é que além da dicotomia humanidade/animalidade, a dicotomia natureza/cultura, muitas vezes, também perfazem outro argumento visivelmente caro às retóricas pedagógicas quanto ao reforço de diferenças ontológicas entre os Seres-Animais e Seres-Humanos. E vale lembrar que a distinção entre o lado cultural e o lado natural do Ser-Humano é uma distinção que não tem nada de natural é, essencialmente cultural, pois possui sua raiz na filosofia grega hegemônica, culturas ocidentais, no cristianismo, entre outras (SINGER, 2010, THOMAS 1988). Em outras tradições culturais podemos encontrar visões

diferentes como, por exemplo, nas concepções dos povos ameríndios, sintetizadas por Viveiros de Castro (1996) numa matriz filosófica amazônica.

Alguns/as autores/as (VIVEIROS DE CASTRO, 1996; LATOUR, 1994) vêm contribuir com esta discussão ao proporem pensar novos paradigmas e uma virada ontológica. O conceito de perspectivismo ameríndio, por exemplo, sugere uma redefinição relacional das categorias clássicas de natureza e cultura no campo da Antropologia. De acordo com Viveiros de Castro (1996) esta concepção, comum a muitos povos do continente americano, compreende que o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos, humanas e não humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos.

Cabe destacar que, na literatura consolidada que trata da questão animal (SINGER, 2010; FRANCIONE, 2013, REGAN, 2006, FELIPE, 2003, 2009, 2014), convencionou-se o emprego dos termos animal NÃO-humano e animal-humano para designar as distinções entre Humano e Animal. Todavia, destacamos que a base conceitual que ancora esta literatura, e emprega o não como marcador de distinção de outrem, também tem suas raízes atreladas ao pensamento da Ética de origem grega, portanto epistemologicamente eurocentrada e, sobretudo afirma lexicalmente uma negação.

Consoante a nossa base teórica decolonial, entendemos que se partirmos da afirmação de todos os seres vivos, precisamos optar por uma nomenclatura redefinida através da afirmação e não da negação (o NÃO-humano que reforça a depreciação e exclusão), para designar a materialização ética da figura do outrem (o outro/oprimido), como nos ensina Dussel (1977) e Freire (2011 b). O outrem para nós, nesta pesquisa, é o Ser-Animal, em relação à totalidade humana; são todos os seres sencientes com interesses próprios que foram ocultados epistemologicamente, pela cultura antropocêntrico-hierárquica, e possuem múltiplos rostos, dentre estes os chamados animais de estimação ou companhia, mas é importante ressaltar que vai muito além destes.

Estamos cientes de que, desde uma leitura na perspectiva taxonômica, nesta escolha terminológica pode haver uma contradição em termos, uma vez que para nós humanos e animais não têm significação contrária (em termos biológicos, ambos habitam o reino animal, sendo assim, no sentido stricto, ambos são Seres-Animais), o que pode soar, à primeira vista, como uma negação mútua. Na mesma direção, consoante às concepções dos povos ameríndios, como a definição proposta por Krenak (2020b), todos os Seres constituem a Humanidade, assim no sentido de haver um húmus comum, ambos são Seres-Humanos. Ensaçando uma tradução intercultural propomos considerar: o Humano que habita o Animal e o Animal que habita o Humano, ambos Seres de uma vida.

Fazemos esse ensaio conceitual, partindo de uma das premissas básicas da ecologia de saberes, proposta por Santos (2010): todos os conhecimentos têm limites internos e externos, pressupondo assim uma co-presença igualitária e o entendimento do caráter de incompletude destes. Diante disso, o atributo pós-abissal mais característico é a tradução intercultural.

A proposta semântica de usar os termos Ser-Animal e Ser-Humano, portanto, é de afirmar o animal não humano (que nasce livre e com a condição de ser obrigado a mover-se para prover-se) no campo existencial também enquanto Ser de uma vida, afirmando-o como alteridade e marcar sua distinção (de ordem lexical, pensada por humanos para a comunicação entre humanos) e não diferença, conforme discussão teórica que veremos ainda neste capítulo. Entendemos que a nomenclatura não humano pode reforçar a exterioridade do Ser-Animal, portanto optamos por não utilizá-la quando nos referimos aos Seres em si (Animal e Humano). Ademais, a sutil diferença das iniciais nas duas palavras H e A (Humano e Animal em caixa alta) após o hífen (associando os termos ao campo do Ser) é empregada como forma também de afirmar as distinções (e não as diferenças) entre esses Seres.

## **1.2 O grito de outrem: sendo na exterioridade**

Decolonizar o ato de pesquisar exige, em última instância, uma postura de autodecolonização. Paulo Freire (2011b) ensina-nos que o Ser-Humano é um ser inacabado em processo sócio-histórico-cultural constante de humanização do mundo; mundo este entendido não como espetáculo, mas sim como obra. Nós, latino-americanas/os, fomos socializadas/os na matriz colonial do poder, educadas/os em instituições de ensino que se engendram na modernidade. Propor uma investigação decolonial, pressupõe primeiramente uma desobediência epistêmica, ou seja, questionar os alicerces epistemológicos do pensamento crítico eurocêntrico e ir além dele, mas ciente da incompletude destas pesquisadoras latino-americanas.

Segundo Dussel (1993) o ano de 1492 inaugura o nascimento da modernidade como conceito. A modernidade, diz o autor, nasce quando a Europa - como centro do mundo - pôde se confrontar com o seu outro, que não foi descoberto e sim en-coberto. Dussel (1977) esclarece que somente é pessoa “o outro como rosto interpelante, relevante, provocante [...] história de um povo antes que biografia singular” (p.50). Este outro é o não-europeu ou o não-ocidental (das nações periféricas do mundo) que com a invasão de seus territórios e, subsequente, colonização tiveram seus rostos excluídos da comunidade de comunicação hegemônica. Dussel (1993) parte da terminologia gramsciana bloco social, para designar o conjunto desses sujeitos

históricos encobertos, esta outra face da modernidade, denominada de bloco social dos oprimidos. Dentre os vários povos que configuram este bloco - como os de África e Ásia, por exemplo - a América Latina faz-se constitutiva, como exterioridade, da noção europeia de modernidade.

Nas palavras de Dussel (1986, p.196) “o outro para nós, é a América Latina, em relação à totalidade europeia; é o povo pobre e oprimido da América Latina em relação às oligarquias dominadoras e, contudo, dependentes”. O povo uno latino-americano que ficou oculto à modernidade é, na verdade, composto por múltiplos *rostos*: indígenas, africanos, mestiços, crioulos, camponeses, operários e marginais (DUSSEL, 1993).

Dussel, ao romper com a ontologia<sup>12</sup> clássica, em sua *filosofia e ética da libertação*, fala-nos destes outros: os latino-americanos. A ontologia clássica para o autor (1977, p.11), enquanto pensamento que explica o ser (do sistema vigente e central), é “a ideologia das ideologias, é o fundamento das ideologias do império, do centro. A filosofia clássica de todos os tempos é o acabamento e a realização teórica da opressão prática das periferias”. Ao que nos é pertinente, o autor aponta que enquanto esse ramo da filosofia estiver articulado à formação ideológica das classes dominantes, dificilmente se encontrará nela um pensamento crítico que leve a uma filosofia da libertação. É nesse horizonte de pensamento transgressor que observamos a originalidade da filosofia de Dussel: dedicar-se, em sua obra, a um projeto ético-antropológico interpretante do Ser-Humano latino-americano, ainda que para isso parta de filosofias genuinamente europeias - e sua instrumentalização característica - mas ressignificando.

Em sua tese filosófica, a definição da posição de exterioridade é indispensável para compreender a experiência da exclusão e dominação, pois nos fala sobre o outro Ser-Humano, tratado como outro. Exterioridade, enquanto categoria dusseliana, é entendida como processo de totalização das ontologias que fundaram - e que são movidas pela vontade de poder - as mais distintas formas de negação da alteridade, edificando, assim, as mais diferentes ideologias que exercem tal poder.

Esta categoria - exterioridade - é proposta do ponto de vista metafísico em relação ntagônica com a noção de totalidade ontológica. Já a categoria totalidade vem elucidar a noção de unidade (nível ontológico - sua identidade) da pluralidade dos entes (nível ôntico - diferença

---

<sup>12</sup> A ontologia é o ramo da filosofia - e parte constitutiva da metafísica - que estuda o Ser em geral e as suas propriedades transcendentais.

em face de outros entes). Um aspecto na relação exterioridade e totalidade, que destacamos, reside nas acepções de diferente x distinto e de alienação. De acordo com Dussel (1977, p.58):

O outro, que não é diferente (como afirma a totalidade) mas distinto (sempre outro), que tem sua história, sua cultura, sua exterioridade, não foi respeitado; não lhe permitiu ser outro. Foi incorporado ao estranho, à totalidade alheia. Totalizar a exterioridade, sistematizar a alteridade, negar o outro como outro é a alienação. Alienar é vender alguém ou algo; é fazê-lo passar a outro possuidor ou proprietário. A alienação de um povo ou indivíduo singular é fazer-lhe perder seu ser ao incorporá-lo como momento, aspecto ou instrumento do ser de outro.

Essa alienação foi sendo conformada, no tempo-espço do processo de colonização. Os laços entre a modernidade e a concepção de mundo, por exemplo, fundamenta aquilo que J. M. Blaut chamou de mito difusionista do vazio<sup>13</sup>. Todavia, segundo Maldonado-Torres (2010), não há como compreender tais laços, sem ter em conta a ‘descoberta’ e a ‘conquista’ das Américas. Maldonado-Torres (2010) aponta as camadas sobrepostas e sucessivas que conformavam estes laços e serviram de justificativas/argumentos ao en-cobrimento do outro: a) há uma região não-europeia praticamente desabitada, b) os habitantes caracterizam-se pelo nomadismo, c) as culturas não têm o entendimento de propriedade privada e, d) há um vazio de criatividade intelectual e valores espirituais, os quais configuram uma ausência de racionalidade.

A lógica de tal concepção acomodou o processo de invasão das terras e o genocídio dos povos nativos, ou seja: são nômades, logo não são os donos das terras (pautados na concepção de propriedade privada). Não possuem cultura e alma, logo passíveis de serem escravizados (pautados na cosmovisão judaico-cristã). Nesta visão ocidentalcêntrica, são seres da natureza, que não habitam a cultura, portanto animalizados. São diferentes, são os não-idênticos à cultura do homem branco europeu.

A luz do que já foi dito, ressaltamos que na história da relação Ser-Humano x Ser-Animal, nas primeiras décadas que inauguram a modernidade, temos em Martinho Lutero (1530) e, posteriormente, no papa Leão XII (1891) os fundamentos teóricos-teológicos de que a propriedade privada constituía a diferença entre os esses Seres (THOMAS, 1988). Na obra *o Homem e o Mundo Natural*, o autor nos conta como os Seres-Animais eram equiparados a bestas (o anticristo judaico-cristão), decorrente disso “a ética da dominação humana removida

---

<sup>13</sup> Trata-se de uma abordagem que se consolida no século XIX, especialmente entre etnógrafos, que perfaz uma concepção de mundo, na qual se entende que de um lado há comunidades humanas biologicamente superiores e perduravelmente inovadoras (modernas), e de outro regiões ou povos incapazes de modernizar.

os animais da esfera de preocupações do Ser-Humano. Mas também legitimava os maus-tratos àqueles que supostamente viviam uma condição animal” (THOMAS, 1988, p.53).

Este recurso discursivo (besta/animal/sub-humano) de fundamento judaico-cristão, reverbera sobre um paradigma naturalista, de dualismo constitutivo, conforme defende a antropóloga Annamaria Rivera (2017). A analogia animalização-bestialização, tem suas origens no pensamento moderno ocidental e em sua semântica - e retóricas - de relações de dominação, posta a serviço da desumanização (RIVERA, 2017). Para estigmatizar o outro, o racismo e o sexismo, procuram com notável recorrência, figuras metafóricas de sub-humanidade, que são construídas sobre a base da referência da animalidade, ou melhor, na bestialidade, a saber: a face mais negativa atribuída a animalidade (THOMAS, 1988; RIVERA, 2017).

Agora retomando às premissas postas por Dussel (1993) e Maldonado-Torres (2010), lembramos que a ideia colonial-moderna alienada de humanidade foi construída com base em tais justificativas, violentas e discriminatórias, pautadas em uma visão pretensamente universal de verdade filosófica - ocidentalocêntrica e dualista. Sobre essa questão, Ailton Krenak (2019), avalia - desde uma episteme que tem o rosto indígena que:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Este chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história. Agora, no começo do século XXI, algumas colaborações entre pensadores com visões distintas originadas em diferentes culturas possibilitam uma crítica dessa ideia. Somos mesmo uma humanidade? (KRENAK, 2019, p. 11-14)

Visando salientar ponderações conceituais, com relação a estes outros jeitos de estar aqui na Terra, para além desta visão de verdade que aponta criticamente Krenak (2019), é importante recordar que a concepção de humanidade, desde esse pensador indígena, assim como desde outro pensador indígena, Davi Kopenawa (KOPENAWA; ALBERT, 2015), aproximam-se a uma aceção na qual fronteiras entre natureza e cultura não são tão claras; o que, tanto Donna Haraway (2008) quanto Bruno Latour (1994), num misto teórico de filosofia-antropologia-biologia, categorizam como natureza-cultura. Neste momento, confrontados por Krenak (2019), indagamo-nos: de que humanidade estamos falando? São apenas os Seres-Humanos que possuem uma percepção consciente sobre a sua própria existência?<sup>14</sup> Nesta

---

<sup>14</sup> Discussão presente no tópico 1.3

investigação, inspiramo-nos no entendimento epistêmico consoante aos autores indígenas, que asseveram:

[...] Há centenas de narrativas de povos que estão vivos, contam histórias, cantam viajam, conversam e nos ensinam mais do que aprendemos nessa humanidade. Nós não somos as únicas pessoas interessadas no mundo, somos parte do todo. Isso talvez tire um pouco da vaidade dessa humanidade que nós pensamos ser, além de diminuir a falta de reverência que temos o tempo todo com as outras companhias que fazem essa viagem cósmica com a gente. [...] Nosso amigo Eduardo Viveiros de Castro gosta de provocar as pessoas com o perspectivismo amazônico, chamando a atenção exatamente para isso: os humanos não são os únicos seres interessantes e que têm uma perspectiva sobre a existência. Muitos outros também têm. (KRENAK, 2019, p. 32).

Maldonado-Torres (2010), ao trazer à tona um dos raciocínios lógicos que se assentavam a concepção imperial do espaço e da racionalidade, que explanamos anteriormente<sup>15</sup>, contribui para a reflexão acerca do argumento central desta concepção, que hierarquiza os rostos. Fala-nos Dussel (1993) que: a alienação do outro define-se por aquilo que Não é idêntico ao Ser que delibera - tendo o poder de fazê-lo - a identidade ‘verdadeira/legítima’, portanto o que é diferente é o não-ser em relação a ele. É o bicho. É o selvagem. Assim, nada mais é Humano na natureza, inclusive os Animais, a não ser aquele que delibera – que detém o poder.

A alienação humana (do povo ou indivíduo), de acordo com Dussel (1977), é fazer-lhe perder seu ser ao incorporá-lo como momento, aspecto ou instrumento do ser de outro. Se analisarmos por essa ótica - assim como discorre Nunes (2011), quando defende o Ser-Animal enquanto o grande outro da nossa cultura - o Ser-Animal que é considerado o oposto do Ser-Humano, ao mesmo tempo é uma espécie de simbolização marginalizada do próprio humano (sub-humano). No campo discursivo, se aplicarmos esse mesmo raciocínio de incorporalização/instrumentalização para além da dimensão humana, veremos que Seres Humanos e Animais - e todos os demais - sofrem as consequências da alienação de tais premissas modernas.

E, neste sentido, concordamos com Sônia Felipe (2009, p.13) quando diz que a escravização de Seres-Humanos e de Seres-Animais igualmente “destitui os indivíduos

---

<sup>15</sup> Trata-se do humano que difere do outro humano: um é possuidor de cultura, de propriedade privada e de alma, portanto o “humano legítimo” e o outro é desprovido de cultura, de propriedade privada e de alma – portanto, é um sub-humano (ilegítimo), ou seja, uma espécie de animal.

escravizados da liberdade de proverem-se a seu próprio modo, o que quer dizer, priva-os do modo natural de buscarem seu bem nos padrões da espécie de vida na qual nascem”.

A libertação, no sentido ético-político dusseliano, consiste na desalienação dos indivíduos e povos humanos do sistema moderno vigente. O filósofo argentino faz o brilhante trabalho de reforçar a compreensão de que a negação do ser do outro é a raiz dos grandes males, sendo louvável o seu sincero comprometimento com a causa de libertação do povo latino-americano; inspiração a muitos, o que não é pouca coisa (COSTA, 2017).

Vejamos agora o pensamento metódico proposto nesta abordagem. Trata-se de um método, cujo ponto de partida é a afirmação do outro, que se dá de maneira comunitária, a partir da auto-revelação de Seres-Humanos na exterioridade (outro/não-ser) na sua irrupção como distinto e não diferente. E este é o primeiro passo à negação de sua negação como não-ser, na totalidade ontológica. Dussel, assim, enfatiza o caráter de distinção e não de diferença para construir sua acepção de alteridade. Sobre a acepção de o não-ser Dussel (1977, p. 51) afirma que:

Enquanto outro condicionado, exterior, o outro como outro consiste num não-ser. Além do horizonte do ser, o outro é o bárbaro (que não é o homem para Aristóteles), ou a mulher na sociedade machista (que é castrada para Freud) ou órfão que nada é e deve aprender tudo (como o Emílio de Rousseau). Visto que não é, enquanto alteridade da totalidade, pode-se também dizer que é nada. É do nada que aparecem novos sistemas; novos em sentido metafísico, radical. [...] Desde o outro como outro, o pobre, liberdade incondicionada por quanto se despreza sua exterioridade como nada (como incultura, analfabetismo, barbárie), como nulo, é que surge na história o novo.

Assim, ontologicamente, o princípio da diferença vai pronunciar o não-idêntico, ou seja, o que Dussel (1977) nomeia de o não-ser: este é o não-ocidental (culturas asiáticas, africanas e ameríndias), o não-branco (etnias exploradas tendo como base a concepção imperial do espaço e da racionalidade), o não-homem (a mulher nas relações patriarcais). Nesta esfera da diferença, o Ser, que é, encerra-se no ocidental/centro, homem e branco (aquele que explora/domina), enquanto o Ser, que não é (aquele/a que é explorado/a, dominado/a) são todos os povos periféricos, a mulher, a população negra, indígena e, por extensão, no contexto latino-americano, todos os rostos elencados por Dussel (1993).

Resumindo o que foi explanado até agora, nos ditos da filosofia e ética da libertação dusseliana, o rosto como exterioridade se revela como outro, que não pode ter sua existência negada. Dussel (1977, 1986, 1993), acerca de uma acepção ontológica do outro, constrói um aparato teórico sensível à escuta da palavra reveladora do outro, que interpela por justiça desde a exterioridade. Diante disso, no plano metodológico, Dussel formula um novo aparato de

instrumentos teórico-práticos, partindo do viés marxista e da tradição semita. Propõe um método não meramente dialético, mas analético, pois pretende ir além (aná), ir à exterioridade, transcendendo assim a totalidade, superando a meta-física:

Esta ana-lética não leva em conta somente o rosto sensível do outro (a noção hebraica de *basar*, “carne”, indica adequadamente o ser unitário inteligível-sensível do homem, sem dualismo de corpo-alma), do outro antropológico, mas exige igualmente colocar faticamente a “serviço” do outro um trabalhador (para além, mas assumindo o trabalho que parte da “necessidade” de Marx). A analética antropológica é então uma econômica (um pôr a natureza a serviço do outro), uma erótica e uma política. O outro nunca é “um só”, mas também e sempre “vós”.

Diante de tais notas sobre o pensamento dusseliano, cabe agora fazer um necessário esclarecimento: estamos cientes de que este referencial rege uma proposição teórico-metodológica analética antropológica, portanto na dimensão do outro antropológico, que tem o rosto humano, que pronuncia a sua palavra humana e que pode interpelar por justiça social - ou sociocósmica - numa ação comunitária entre entes humanos. A concepção de alteridade (o outro, exterioridade, metafísica), assentada nesse referencial, por extensão ontológica, restringe-se, especificamente, a entes de vida humana.

Dussel (1977) defende que o princípio da diferença vai pronunciar o não-idêntico. Derrida (2004), de maneira aproximada, propõe que o debate sobre etnocentrismo pode ser colocado a partir da diferença, como um problema essencial da modernidade (DERRIDA, 2004, p. 33). Para o autor, a *différence* é a anarquia improvisadora, portadora de negatividade, mas também de uma alteridade que escaparia incessantemente ao mesmo e ao idêntico”. Derrida (2002, 2004), numa leitura pós-moderna, propõe uma ampliação da questão da diferença (étnicas, de gênero, identidade etc.) para as diferenças de espécies e propõe que se problematize “o processo de diferenciação para além de qualquer espécie de limites: quer se tratem de limites culturais, nacionais, linguísticos ou mesmo humanos” (DERRIDA, 2004, p.31).

Em nosso estudo, situado na esfera da Educação, de referenciais chaves *desde e nos* Estudos Decoloniais, faremos uso do esquema *com Dussel, para além de Dussel*, que o próprio autor tanto usou, em relação a outros autores, sobretudo europeus (COSTA, 2017) para a construção da base de nosso referencial teórico que pretende dialogar com esses outros estudos.

Neste sentido, partirmos do entendimento de que há uma alienação da compreensão de humanidade - conforme denunciam as falas de rostos indígenas – e, portanto, a ideia de alteridade - que se encerre unicamente em entes de vida humana - não nos contempla, pois defendemos os Seres-Animais enquanto outrem. Neste sentido, adotamos nesta pesquisa a

proposta da ecologia dos saberes (SANTOS, 2010) que ancora, em suas premissas teóricas como já mencionado anteriormente, que todos os conhecimentos têm limites internos e externos e, assim, relativizaremos as referências que nutrem o pensamento ontológico e antropológico, de que parte Dussel em diálogo com a própria acepção de transmodernidade, proposta pelo autor (2016) para o entendimento do que seria a superação explícita do conceito de modernidade. Nas palavras de DUSSEL (2016, p.63) transmodernidade significa:

[...] O surgimento - como se a partir do nada - da exterioridade, da alteridade, do sempre distinto, de culturas universais em desenvolvimento, que assumem desafios da Modernidade e, até mesmo, da pós-modernidade e euro-americana, mas que respondem a partir de outro lugar, *other location* (DUSSEL, 2002) do ponto de sua própria experiência cultural, diferente da euro-americana, portanto capaz de responder com soluções completamente impossíveis para cultura moderna única.

A transmodernidade, nesse sentido, indica o movimento transversal, o qual se dá a partir da periferia para periferia, em aspectos que vão além das estruturas valorizadas pela cultura euro-americana moderna. Dessa maneira, quando Dussel (2016) defende que o diálogo intercultural deve ser transversal, sempre supor que haja simetria, é possível fazer uma aproximação ao conceito de ecologia dos saberes postulado por Boaventura de Sousa Santos (2019, 2020), uma vez que este também propõe a reconquista de saberes e práticas de grupos sociais diversos. Aqueles, que por sua vez, ao longo do tempo foram sendo colocados historicamente e socialmente, em função dos processos coloniais e colocados em posição epistemológica subalterna. E, a autovalorização das culturas pós-coloniais, segundo o filósofo, começa a partir de sua afirmação; e negação da negação.

Devemos deixar claro, de antemão, que esta pesquisa não tem a pretensão alguma de adentrar a uma análise epistemológica da filosofia dusseliana, mas é lúcido fazer a algumas breves ponderações (até porque partimos dela). Estamos diante de uma perspectiva analítica que emerge em categorias levinianas, gramscianas e marxistas (COSTA, 2017), tendo destacadamente como princípio material universal de sua ética da libertação, a reprodução e o desenvolvimento da vida do sujeito humana, o que parece estar em sintonia com o moderno paradigma biológico e cultural, conforme articula Costa (2017, p.18):

Na esteira de Marx, Dussel “elege a vida como critério último de valor e princípio material”. Nessa linha, segundo as suas próprias palavras, “vale o que tem relação com a vida, não vale o que não tem relação com a vida. Vale mais o que tem mais relação com a vida”. Dessa forma, o projeto ético de libertação – cujo princípio imperativo é a produção, a reprodução e o desenvolvimento da vida humana – também será fruto da razão estratégico-

instrumental, uma vez que esta “se propõe e define fins políticos e econômicos (a utopia histórico-possível)”. Esta razão tem lugar insubstituível em seu projeto ético porque “ocupa-se, exatamente, da ‘factibilidade’ eficaz da ação humana”; porque, arrematará Dussel, o bem ou a eticidade vivente traduz-se como “o eticamente verdadeiro (que permite viver), moralmente válido [...] e factível (segundo a razão instrumental e estratégica) efetuado”.

Vê-se que a categoria vida, está intimamente ligada a ideia dual de vida na terra x humanidade<sup>16</sup>. Neste sentido, Terra e natureza ocupam um plano, enquanto humanidade e cultura outro. Ao que nos indica seus textos<sup>17</sup>, a adjetivação antropológica dusseliana é assentada no conceito antropológico clássico de humanidade, aquele que nos fala o antropólogo Timothy Ingold (1995): edificado, na diferenciação de natureza x cultura e por extensão à oposição humanidade x animalidade. O que difere, por exemplo, da acepção de Krenak, Munduruku e Kopenawa.

Neste momento o/a leitor/a poderá pensar: mas se estamos falando de uma questão conceitual antropológica (antrophos), ou seja, grosso modo é apenas relativo ao Homo sapiens (Homo) e seus aspectos culturais. Esclarecemos que a questão etimológica (antrophos) não nos parece relevante para nossa discussão. No tocante aos termos culturais, pesquisas na área da primatologia como de Frans De Waal (2010), que empreende uma jornada científica em busca das raízes da empatia, reúne diversos exemplos de primatas e cetáceos evidenciando capacidades de aprender novos hábitos e de transmiti-los de geração a geração. Com novas discussões acerca das classificações taxonômicas<sup>18</sup> e com os debates antropológicos contemporâneos, falar sobre esta questão conceitual pode tornar-se algo difuso e impreciso, pelo menos para este estudo no âmbito da educação.

Assim, à primeira vista, a filosofia da libertação pode parecer não ser o aporte mais adequado para tratar um tema que envolva as relações Seres-Humanos e Seres-Animais. Contudo, Dussel possui inegável influência não somente no campo da Educação, mas também nos movimentos sociais. Ainda que o filósofo não seja um autor precisamente ambientalista,

---

<sup>16</sup> Essa oposição fica bastante clara quando o pensador tece suas considerações sobre alguns princípios para uma ética ecológica material da libertação - DUSSEL, E. *et al.* **Por um mundo diferente:** alternativas para o mercado global. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p.23-35.

<sup>17</sup> Esta proposição dá-se, sobretudo, considerando as obras *Filosofia da Libertação da América Latina (1977)* e *Método para uma Filosofia da libertação (1986)*, nas quais Enrique Dussel descreve toda a matriz teórica-filosófica de que parte sua filosofia e método, mas também considerando os demais textos lidos e produção áudio-visual de/sobre Dussel.

<sup>18</sup> Apenas a título de ilustração, indicamos a reportagem Chimpanzés são humanos. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/chimpanzes-sao-humanos/>. Acesso em: nov-2020. O texto sugere que há algumas discussões acerca de novos modelos taxonômicos já em discussão por cientistas da área.

tampouco animalista, a inspiração/escolha por este aporte, dá-se pela intersecção nos estudos anteriores sobre processos educativos.

Oliveira e Sousa *et al.* (2014) indicam-nos que as premissas políticas, de concepção de mundo e de transformação social dusselianas - assim como as freirianas - comportam, em seu exercício crítico e autocrítico filosófico uma forte potência a acomodar metodicamente desobediências epistêmicas que se neguem a manter intocáveis pensamentos-palavras: categorias, conceitos, definições, doutrinas e encadeamentos lógicos de teorias. Ou seja, quaisquer ideias pretensamente intocáveis, que partam de critérios, padrões e valores hegemônicos socialmente estabelecidos; e o antropocentrismo-hierárquico é um exemplo de ideário intocável.

Ademais, estando ciente de todas as limitações conceituais, mas também de suas potencialidades, partimos da articulação de categorias dusselianas para propor uma chave analítica, que visa introduzir elementos não humanos no campo político, cultural e moral da ideia de humanidade, cuja inserção já foi sustentada nos estudos que tratam do problema da distinção humano-animal na filosofia e antropologia (LATOURET, 1994; HARAWAY, 2008; DERRIDA, 2002) assim como a urgente necessidade de repensar a forma como os Seres-Animais são tratados.

Tomando como horizonte a atitude ecologizadora<sup>19</sup> na Educação, entendemos que há abissalidades explícitas na relação interespecies. Como recorte, atemo-nos especificamente à relação Animal-Humano e, valendo-se dessa chave analítica, nesta pesquisa o rosto - como exterioridade, que se revela como outrem e não pode ter sua existência negada - é o do Ser-Animal, dentre a diversidade de Seres de uma vida, as quais afirmamos em nossa concepção ancorada no bem viver.

Assim, partimos da afirmação da alteridade animal, ao negar a raciocínio ontológico tradicional que pronuncia o Ser-Animal na diferença (e não na distinção) como um não-idêntico (ou seja, como um não-ser-humano). Assim, concebemos o Ser-Animal também como um outrem na exterioridade. Desse modo, construímos nossa proposição, considerando que há também rostos não humanos, subjugados no lugar de não-idênticos ao Ser-Humano, embora partícipes do mesmo reino biológico de vida animal. Estes, na visão moderna, são considerados pela sua diferença e não pela sua distinção na totalidade ontológica animal, tendo os limites da totalidade definidos pelo Ser-Humano, possuidor da palavra (inteligência e cognição) que interpela.

---

<sup>19</sup> A ser discutida na Seção II

Ademais, quando falamos em convivência, nesta pesquisa, assumimos um *com* que não hierarquiza Seres, sejam eles humanos ou animais, animados ou inanimados, visíveis ou invisíveis. A convivência se dá nas relações dinâmicas compõem ecossistemas de vida e de trabalho, no encontro intramundano entre Seres em interação. Visto o recorte de nossa pesquisa, ater-nos-emos, aqui, apenas nas relações estabelecidas entre Seres-Humanos e Seres-Animais, cuja vivência - partimos da consideração de que - ocorre na alteridade. Portanto reiteramos que, neste recorte, o outrem en-coberto, a que nos referimos e denunciemos, na perspectiva dos Estudos Críticos Animais, é o Ser-Animal.

### **1.3 Alteridade Animal: proposições advindas da Ética Animal**

Peter Singer (2010) expressou um posicionamento, do qual também compartilhamos com relação às escolhas temáticas no campo da investigação científica, ao dizer que dentre tantas questões graves imbricadas no status quo da modernidade, é difícil dizer qual seria a mais importante/urgente, uma vez que todas são seriamente relevantes: a fome, a miséria, o racismo, as guerras, o sexismo, o desemprego, a preservação de nosso frágil meio ambiente, etc. Todos estes, sem dúvidas, se configuram em problemas que mereceriam nosso tempo e energia.

Diante enfrentamentos e escolhas, quando percebemos que a opressão de não humanos por humanos acontece ao largo do debate desses problemas, salta aos olhos que o modelo mental antropocêntrico é incutido desde os tenros anos e ao legitimar, paulatinamente, o Ser-Humano numa pretensa escala classificatória superior aos demais seres com os quais compartilhamos vida na Terra, acaba por avigorar os compromissos morais humanos - mesmo com distinções internas - apenas em relação à própria espécie.

Vimos que dentre os princípios dusselianos, merece particular destaque o princípio da alteridade: que implica um ir além da constatação do outro como mera diferença. Exige, como posição ética, receber o outro como igual e, concomitantemente, como distinto. Este processo ético-anropológico, de acordo com Dussel (1977) pressupõe uma ruptura com a lógica do pensamento ontológico hegemônico.

Para compreender a defesa do Ser-Animal enquanto outrem é preciso discorrer em dois conceitos, que tomaram corpus a partir da segunda metade do século XX e estão imbricados diretamente com os preceitos do campo da Ética Animal<sup>20</sup>: a sciência e o especismo. Ambos pressupõem uma consideração moral não-antropocêntrica, ou seja, um olhar para além de meras

---

<sup>20</sup> Na verdade, trata-se de um subcampo da Bioética ou Ética Ambiental que constitui um ramo da Ética Aplicada (NACONECY, 2014)

diferenças entre Seres-Humanos e Seres-Animais; olhar pautado no argumento de que, dentre os diversos interesses distintos entre esses seres, pelo menos um interesse é partilhado: o de não sofrer e sentir dor (SINGER, 2010).

Concordamos com Tom Regan (2006) quando afirma que há bilhões de Seres-Animais conscientes do mundo e daquilo que lhes acontece, ou seja inúmeros seres dotados de certas capacidades e habilidades mentais, que também são sujeitos-de-uma-vida. Peter Singer (2010) trata estas capacidades e habilidades mentais citadas por Regan (2006) como o critério mínimo para determinar se um ser é ou não membro da comunidade moral<sup>21</sup>, ou seja, considerar minimamente a senciência do ser. Ao que se aproximam em suas teorias, destacamos que ambos partem de princípio ético semelhante<sup>22</sup> em defesa da expansão da comunidade moral humana incluindo os seres tradicionalmente excluídos de qualquer consideração e respeito e que tem a capacidade de sofrimento.

Senciência designa àquele que tem capacidade de sentir, que possui uma perspectiva sobre a existência ou, nas palavras de Sônia Felipe (2009, p.6), é aquele que possui a capacidade de “percepção das próprias interações (consciência) e a distinção de si em relação ao ambiente natural e social no qual se constituem a seu modo específico (consciência de si)”. Ocorre que há, conforme vimos na acepção de exterioridade de Dussel (1977), desde a filosofia e ética da libertação, um processo bem articulado pela modernidade para a exclusão e dominação de seres dotados de consciência e sensibilidade, dentre os próprios Homo Sapiens e, neste sentido, quando ampliamos o horizonte para os demais seres dotados de tais capacidades, observamos o quanto a ausência deste princípio de igualdade é ainda mais latente para com os Seres-Animais, conforme bem pontua Singer (2010), desde sua ética animal.

A relação totalidade x exterioridade tende a se modificar a partir das muitas lutas e pressões daqueles/as que se encontram na exterioridade, parte dessa mudança também é impulsionada pelas novas descobertas científicas, conforme observamos na Declaração de Cambridge sobre a consciência em Seres-Humanos e Seres-Animais, assinada em julho de 2012, por 13 neurocientistas (LOW, 2012) na presença do reconhecido físico Stephen Hawking. Esses achados recentes sobre a senciência asseguram que Seres-Animais possuem uma

---

<sup>21</sup> Singer (2010) defende o “princípio de igual consideração de interesses”, o que não significa tratar a todos de igual modo, mas uma maneira de considerar igualmente seus interesses. A teoria utilitarista do autor lança mão de critérios como a imparcialidade e o princípio de igualdade para defender a igualdade moral (consideração de interesses) de Seres-Animais com Seres-Humanos e ampliar esta concepção de comunidade moral (desde a ética que critica, para construção de sua tese, comunidade centrada apenas na espécie humana).

<sup>22</sup> Todavia, de acordo com Felipe (2003) enquanto Peter Singer constrói uma argumentação pautada no princípio de igual consideração de interesses na defesa dos Seres-Animais, Tom Regan organiza uma argumentação fundada na categoria de direitos. O que assinalamos como semelhança é o recorte da senciência para delimitar a construção argumentativa de ambos filósofos.

percepção consciente sobre a sua própria existência, haja vista as capacidades de interação dos Seres-Animais com outros com seres e com seu meio. Neste documento declara-se que:

A ausência de um neocórtex não parece impedir que um organismo experimente estados afetivos. Evidências convergentes indicam que animais não humanos têm os substratos neuroanatômicos, neuroquímicos e neurofisiológicos de estados de consciência juntamente como a capacidade de exibir comportamentos intencionais. Consequentemente, o peso das evidências nos indica que os humanos não são os únicos a possuir os substratos neurológicos que geram a consciência. Animais não humanos, incluindo todos os mamíferos e as aves, e muitas outras criaturas, incluindo polvos, também possuem esses substratos neurológicos. (LOW, 2012, p.2 – tradução livre).

Nesta declaração observamos que, desde a ciência moderna, já é possível assegurar que alguns comportamentos e sensações emocionais dos Seres-Animais surgem de redes cerebrais semelhantes aos dos Seres-Humanos, o que demonstra que existe experiências individuais comuns compartilhadas no decorrer do processo evolutivo dos animais em geral (Seres-Humanos e Seres-Animais).

O documento ainda afirma que muitas redes neurais subcorticais ativadas em Seres-Humanos, durante estados afetivos, também são criticamente importantes para gerar comportamentos emocionais em Seres-Animais (LOW, 2012) e isso para além dos mamíferos. A título de ilustração das possíveis relações que podem ser estabelecidas por meio de tais estados afetivos, observamos no documentário *Professor Polvo*<sup>23</sup> que narra um ano de convivência real entre o cinegrafista e mergulhador Craig Foster e um polvo nas águas do litoral da África do Sul, em uma trajetória de aproximação, inserção e convivência com este Ser-Animal. Uma reportagem do G1 sobre este documentário<sup>24</sup>, traz o estudo da pesquisadora brasileira, Tatiana Leite, que configurou uma das referências buscadas pelo mergulhador para compreender melhor os hábitos deste molusco durante o período de convivência. A pesquisadora destaca que a inteligência, a capacidade de estabelecer sono ativo e sonhar dos polvos, bem como de estabelecer relações com Seres-Humanos não são exagero fictícios do documentário, diz inclusive que durante sua pesquisa na ilha de Fernando de Noronha passou por situações em que os polvos pareciam estudá-la. O polvo, deste modo, é um exemplo de ser senciente, dentre muitas outras faces sencientes como: onças, cães, porcos, gatos, ovelhas,

---

<sup>23</sup> Professor Polvo. Direção: Pippa Ehrlich, James Reed. África do Sul: 2020.

<sup>24</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/oscar/2021/noticia/2021/04/26/onde-professor-polvo-aprendeu-estudos-de-brasileira-figuram-no-filme-que-levou-o-oscar.ghtml> . Acesso em: jul. de 2021

cobras, mosquitos, urubus, antas, jacarés, conforme apontam as evidências postas por Low (2012).

Já o termo especismo foi empregado pela primeira vez na década de 1970, pelo psicólogo e cientista inglês Richard D. Ryder em um panfleto distribuído em 1973 e definitivamente em 1975 ao escrever *Victims of Science* (FELIPE, 2003), desde então, foi adaptado por outros estudiosos (SINGER, 2010; FRANCIONE, 2013, REGAN, 2006, FELIPE, 2003, 2014) e, assim como ocorre também com outros conceitos imbricados às lutas sociais, está situado numa arena de tensões filosóficas que tecem sua acepção (GODOY, 2016). De maneira geral, um dos pontos altos que o comporta a ideia de especismo é, categoricamente, uma petição de rompimento à relação antropocêntrico-hierárquica entre espécies animais. Baseia-se na proposta do princípio da igual consideração de interesses como um preceito moral básico que deveria ir para além de membros da espécie humana. Nas palavras de Peter Singer (2010, p.11) especismo é “o preconceito ou atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros da própria espécie, contra os de outras”.

Entre as publicações que tratam do conceito de especismo destacamos uma que na década de 1975 foi considerada um marco teórico: a publicação de *Libertação Animal*, por Peter Singer, obra traduzida para 14 idiomas com grande impacto para o movimento pela causa animal, não exclusivamente em sua época, mas também nos anos posteriores. Nesta obra, Singer (2010) constrói seu raciocínio em defesa ao princípio da igual consideração de interesses traçando, inicialmente, um paralelo com as objeções fundamentais de outras opressões:

Os racistas violam o princípio da igualdade ao conferir mais peso aos interesses dos membros de sua etnia quando há um conflito entre os próprios interesses e os daqueles que pertencem a outras etnias. Os sexistas violam o princípio da igualdade ao favorecer os interesses do próprio sexo. Analogicamente, os especistas permitem que os interesses de sua própria espécie se sobreponham aos interesses maiores de membros de outras espécies. O padrão é idêntico em todos os casos. (SINGER, 2010, p.15)

Para Sônia Felipe (2003, 2014) o especismo é a máxima dos preconceitos presentes na comunidade humana, o qual perpassa todos os demais (de gênero, étnico-raciais, etc.). Para a pesquisadora este preconceito:

[...] tem seu fundamento na percepção e na constatação das diferenças *aparentes* determinadas pelo padrão biológico dos seres em apreço. Se um determinado interesse *aparece* em um ser constituído biologicamente em uma espécie animal não humana, os seres humanos deixam de considera-lo moralmente. (FELIPE, 2003, p.83)

A pesquisadora cunha dois desdobramentos para o conceito de especismo: o elitista e eletivo; o primeiro designa a tendência de reforçarmos ações de respeito e justiça apenas por animais de nossa própria espécie (*Homo Sapiens*), enquanto o segundo seria abranger um pouco essas ações para algumas espécies que despertem no sujeito humano alguma simpatia ou sentimento de compaixão e ternura, na maioria das vezes, aos animais de estimação. Sobre esta adjetivação atribuída a alguns Seres-Animais e sua relação com o especismo eletivo, que discorre Felipe (2003), a pesquisadora Osório (2016, p.53) esclarece as características de habitação e não comestibilidade que define tal designação (estimação):

Cães e gatos tem sido tratados, muitas vezes, como membro das famílias, sobretudo em meio urbano ocidental moderno. Chamamo-los, no Brasil, de animais de estimação. Sua carne não é comida e a relação que mantêm com humanos pode ser de afeto, de companhia, mas também de trabalho, como o caso dos cães de guarda. Os animais aos quais nos sentimos parentes são, em geral, animais que não comemos ou que não queremos comer.

Cabe destacar de imediato que as proposições advindas do campo da Ética Animal intercedem pela eliminação completa dos usos de Seres-Animais para fins humanos o que, em tese, pressuporia um estilo de vida vegano e antiespecista (no sentido apresentado), incluindo a não habitação (enquanto propriedade) com humanos e a comestibilidade de todo e qualquer Ser-Animal. Entretanto, nem todo adepto à causa animal segue, necessariamente, o veganismo ou concorda, integralmente, com todos os preceitos e fundamentos teóricos situados na filosofia animalista, como é o caso de parte dos/as protetores/as animais e socorristas. Atualmente há, inclusive, várias vertentes do veganismo<sup>25</sup>. Neste sentido, ponderamos que há uma contradição no trato com os chamados seres sencientes dentro do próprio movimento pela causa animal, podendo afirmar de antemão que há um especismo eletivo dentro do próprio ativismo pela causa animal (da maneira que a concebemos). Gary Francione (2013) denomina de outra forma este tipo de contradição: esquizofrenia moral. Para além das premissas de Peter Singer (2010), o autor vai defender que o princípio de igual consideração requer a abolição da condição dos Seres-Animais enquanto propriedade dos Seres-Humanos, seguindo uma argumentação fundada na categoria de direitos (abolicionismo), assim como Regan (2006).

O que destacamos aqui é que há muito mais identidade, em meio às distinções, do que diferenças entre Seres-Humanos e Seres-Animais e neste sentido, em termos de direitos, torna-se difícil continuar usando argumentos científicos pautados na ontologia ocidental cartesiana

---

<sup>25</sup> Abolicionista, pragmático, interseccional, popular, para citar alguns. O veganismo será melhor abordado no próximo item.

para justificar a exploração e escravização de seres dotados de senciência, já que a própria ciência não pode negar que este seres sentem dor e possuem comportamentos emocionais, ao contrário do que afirmava os preceitos de Rene Descartes em seu *Discurso do Método*.

Agora, no sentido de sulear a discussão, vislumbramos em epistememes indígenas como o citado bem viver, enquanto uma epistemologia do sul por excelência de povos indígenas latino-americanos (conforme descrevem KRENAK, 2021, MUNDURUKU, 2019; ACOSTA, 2016), igualmente uma perspectiva de denúncia e anúncio no tocante à presunçosa posição hierárquica humana.

Quando, por exemplo, Ailton Krenak (2019a) afirma, desde sua filosofia indígena, que o rio Doce é um ente de seu povo (*Watu* – avô dos Krenak), que a montanha pode dizer que irá chover e que este dia será um dia próspero, está afirmando-os enquanto pessoas - em diálogo - e não como meros recursos incapazes de sofrer, portanto entes<sup>26</sup> que não tem interesse em ser explorado, intoxicado por resíduos tóxicos e aniquilados da vida na Terra.

Seguindo esta linha, a fim de evitar quaisquer mal-entendidos, esclarecemos que nosso posicionamento, do ponto de vista ético, político e epistemológico decolonial não exclui os seres incapazes de sofrer - seres não sencientes - da comunidade moral, apenas procuramos aqui, adotando um certo pragmatismo, delimitar o rosto excluído do - e pelo - qual falamos nesta pesquisa a partir dos referenciais teóricos já elaborados em defesa dos Seres-Animais. Concordamos com Felipe (2003) quando diz que ainda que não possamos distinguir bem-estar de um estado de desconforto (sofrimento) os seres não são artefatos, recursos ou objetos que devem ser explorados a seu bel-prazer humano.

Assim, nesta linha é necessário relativizar o conceito de especismo apenas como um dos desdobramentos do modo cultural moderno de pensar e agir, o qual resulta na exploração não apenas de Seres-Animais mas de toda a natureza em si (todos os seres viventes), seja ela de natureza animal, vegetal ou mineral.

#### **1.4 Ativismo pela causa animal: a prática social e sua dimensão educativa**

Compreendemos por práticas sociais as relações que se estabelecem e se constroem entre pessoas, pessoas e comunidades, num determinado contexto histórico de nação que se dão a partir de diversos objetivos (OLIVEIRA *et.al.*, 2014), dentre os quais destacamos no ativismo

---

<sup>26</sup> São os sujeitos-de-uma-vida, empregado em um sentido que transcende aquilo que chamamos de seres sencientes.

pela causa animal: pensar, refletir, discutir e executar ações que visem corrigir distorções e injustiças sociais com foco nos Seres-Animais.

As ações de ativismo pela causa animal começaram a tomar corpus na década de 1950, inicialmente no Reino Unido e Estados Unidos e foi intensificada após a publicação de Peter Singer citada anteriormente. Desde então, nas últimas décadas, tem-se intensificado o surgimento de ONGs, Associações, Coletivos, entre outros, mobilizadas para o enfrentamento contra hegemônico da lógica e da ética ocidental antropocêntrica/especista. Um exemplo simbólico desse tipo de ativismo no Brasil foi o episódio da ocupação ao Instituto Royal, ocorrido em 2013 no município de São Roque (SP)<sup>27</sup>, resgatando dezenas de animais suspeitos de sofrerem maus tratos, usados em testes e pesquisas de produtos da cadeia cosmético-farmacêutica. Este fato é recorrentemente interpretado como um marco da discussão na esfera política brasileira do ativismo pela causa animal, reacendendo à discussão sobre o marco regulatório brasileiro da experimentação animal<sup>28</sup>.

De acordo com Padilha (2018) designações como ativismo animal/animalista, proteção animal, defesa/causa animal são usadas de maneira genérica para a categorização do movimento social que une pessoas ativistas em torno da pauta em prol de Seres-Animais. Em sua tese de doutorado, esta pesquisadora defende que se trata de um movimento heterogêneo e, ao fazer um levantamento etnográfico, identifica quatro pequenos subgrupos: dos teóricos; dos bem-estaristas; dos veganos abolicionistas e dos socorristas. Cada subgrupo atua numa esfera específica, mas a somatória das ações resulta naquilo que denominamos em nosso estudo como causa animal e, assim como Padilha (2018) empregaremos o termo como sinônimo às demais designações e compreendendo-o em sua pluralidade de dimensões: política, jurídica, teórica e de atuação prática.

O ativismo pela causa animal é polifacetado, pois pessoas e grupos organizam ações de diversos ângulos e frentes de luta e a partir de classificações afetivas (SOUZA, 2013) diferentes. Destacamos como campo de atuação prática o resgate e assistência a animais abandonados, adoção de vegetarianismos, execução de protestos performáticos e/ou manifestos (em ruas ou redes sociais); nos campos político e jurídico, discussão e proposições de políticas públicas; no campo teórico a discussão e produção científica e de materiais informativos e/ou educativos.

---

<sup>27</sup> OLIVEIRA, N. Invasão ao prédio do Instituto Royal em São Roque completa um ano. G1, 18 out. 2014. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2014/10/invasao-ao-predio-do-instituto-royal-em-sao-roque-completa-um-ano.html> >. Acesso em: 13 ago. 2019.

<sup>28</sup> Lei Arouca (nº 11.794/2008)

Para Carlos Naconecy (2009), pesquisador de referência no movimento de defesa animal brasileiro, o ativismo está dividido em três posições:

A escola do Bem Estarismo que aceita o uso humano dos animais na medida em que eles sejam tratados humanitariamente, isto é, que se evite seu sofrimento desnecessário. O foco desta corrente é a regulamentação do tratamento animal; (2) a posição do Direitos dos Animais, ou Abolicionismo Animal, que sustenta que nosso uso de animais não é moralmente justificado e, portanto, deve ser abolido. Entre ambas as posições, temos (3) aquela que Francione denomina de “Novo Bem Estarismo” que defende a regulamentação a curto-prazo enquanto não se atinge o fim último da libertação animal ou pelo menos uma redução significativa da exploração animal no futuro. (NACONECY, 2009, p.239)

Para Francione (2013) apenas a segunda posição é legítima. Naconecy (2009) contrapõe esta tese e defende que não apenas os movimentos que lutam, exclusivamente, pela abolição são benéfico aos animais. Nesta pesquisa, não pretendemos aprofundar em nenhuma das posições, tampouco reforçar dicotomias ou emitir juízos de valor sobre elas. Apenas para fins terminológicos, designaremos radicais<sup>29</sup> os abolicionistas – a exemplo de parte dos veganos – e reformadores os bem-estarmistas – a exemplo de parte dos veganos e protetores/resgatadores de animais humanizados ou de estimação (cachorreiros e gateiros).

De maneira geral, Peter Singer (2010) é o teórico considerado o representante da corrente bem-estarmista, enquanto a vertente abolicionista, embasado teoricamente nos preceitos Regan (2006) e/ou Francione (2013). Ainda sobre a dicotomia entre as correntes, Carlos Naconecy (2009, p.237) esclarece que:

Dentro do panorama atual do movimento de defesa animal tem ocorrido um fenômeno muito singular, a saber, uma polarização entre duas posições, a do chamado Bem-Estar Animal, de um lado, e a do Direitos dos Animais, de outro, também chamado de Abolicionismo Animal. Podemos qualificar essa contraposição: (1º) essa rivalidade está se acirrando, (2º) a controvérsia se faz mais presente na esfera ativista do que na literatura acadêmica, (3º) muito do combustível dessa disputa provém da obra do professor norte-americano de direito Gary Francione e (4º) a consequência indesejável dessa rivalidade é a de passar uma mensagem confusa para o público a respeito dos objetivos do movimento animalista.

Dentro dessa seara teórica, emerge o veganismo enquanto um posicionamento ético baseado nos direitos dos animais. Esta frente acredita que Seres-Animais encontram-se em uma condição de total servidão/escravidão e por isso, alguns segmentos do veganismo se auto

---

<sup>29</sup> Radical – Raiz. Empregamos o termo no sentido daqueles que buscam ações que mais se aproximem a coerência teórico-prática abolicionista, a fim de agir na raiz das causas de exploração animal.

intitulam abolicionistas e diante disso o boicote a quaisquer produtos de origem animal é elemento central em suas ações (VILELA, 2013). Entretanto, dentro do próprio segmento (abolicionista) que se pauta nos direitos dos animais, há desdobramentos em vertentes, as quais possuem narrativas que ora se aproximam, ora se distanciam fundamentalmente; destacamos as vertentes popular e a liberal.

O veganismo liberal é conhecido como o veganismo de prateleira (de mercado ou capitalista), e costuma estar desvinculado a outras pautas sociais. Trata-se de uma corrente que utiliza métodos mais pragmáticos como: pressionar empresas a expansão do mercado de produtos veganos, organizar resgates midiáticos de animais em condições de sofrimento e se valer de influencers ou personalidades para propagar o veganismo<sup>30</sup>, portanto utilizando parâmetros mais voltados à classe média. Todavia, parte dos ativistas abolicionistas (sobretudo, os seguidores de Gary Francione), entendem que as reformas bem-estaristas (muitos resultados desse tipo de ativismo) são mais prejudiciais aos Seres-Animais do que reforma nenhuma e, portanto, esta vertente não poderia ser considerada abolicionista e sim bem-estarista. Ocorre que os adeptos ao veganismo liberal, de maneira geral, autodeclarem-se abolicionistas.

Já o veganismo popular – que também busca esta expansão de mercado, mas fomentando em empresas menores e familiares – possui uma perspectiva mais voltada à soberania alimentar e economia solidária, levando o veganismo às periferias. Esta adjetivação popular é relativamente nova, mas já aparece em diálogos com outros movimentos sociais, por exemplo, com o movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST)<sup>31</sup> despontando o discurso interseccionado da causa animal com a reforma agrária.

Para Naconecy (2009), dentro de uma sociedade fortemente especista como a nossa, há um considerável risco exigir a abolição completa, desconsiderando os passos bem-estaristas, uma vez que “frequentemente pedindo o máximo, conseguimos menos que o mínimo” (NACONECY, p. 264), em termos legais. O autor segue defendendo que “o sonho da abolição não deve cegar nossos olhos quanto ao que é o melhor - ou o menos pior - para os animais neste instante da nossa civilização” (NACONECY, p. 265).

---

<sup>30</sup> Um exemplo de ativismo nesta vertente é empenhado pela ex-apresentadora Xuxa Meneghel, que desvincula a outras pautas sociais quando, por exemplo, em uma live em 26/03/21, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que tinha o foco voltado para os direitos dos animais, sugere como alternativa aos testes em animais, que os produtos sejam testados em Seres-Humanos voluntários, que estejam privados de liberdade. Vale destacar que, posteriormente, ela retratou-se da fala, conforme reportagem publicada na plataforma uol. Fonte: [https://cultura.uol.com.br/noticias/18125\\_xuxa-defende-teste-de-medicamentos-em-presidarios-e-e-criticadas-redes-sociais-apresentadora-se-desculpa.html](https://cultura.uol.com.br/noticias/18125_xuxa-defende-teste-de-medicamentos-em-presidarios-e-e-criticadas-redes-sociais-apresentadora-se-desculpa.html).

<sup>31</sup> A ativista vegana Sandra Guimarães da UVA (União Vegana de Ativismo) aborda a relação interseccional e decolonial desta perspectiva em artigo publicado na página do movimento MST. Fonte: <https://mst.org.br/2021/11/10/mst-e-veganismo-popular/>

Protetores/as, resgatadores/as e socorristas atuam na perspectiva de minimizar o sofrimento de alguns Seres-Animais - principalmente cães e gatos - ou seja, numa ação considerada reparatória (bem-estarista), mais voltadas a atingir objetivos de ordem mais prática e emergencial (PEREIRA, 2019). Entretanto, conforme apontam pesquisas anteriores (PEREIRA, 2019; OLIVEIRA, 2012) o cuidado com cães e gatos acaba por alargar a percepção moral de muitas/os das/os ativistas/os para as discussões referente aos demais Seres-Animais considerados para alimentação e consumo, como intercede o veganismo.

Defender uma causa é, a rigor, buscar lutar e influenciar os tomadores de decisão a provocarem quaisquer mudanças que corrijam injustiças justapostas socialmente (e/ou ambientalmente) ao ser específico (objeto da causa) e essa busca ocorre tanto na dimensão prática quanto teórica. Um dos maiores legados de Paulo Freire (2011a) foi defender a necessidade de uma teorização da prática e de uma praticabilidade da teoria, num movimento constante de reflexão e ação. Isto é, uma perspectiva que não desassocia as duas dimensões: o tensionamento entre uma e outra resulta na práxis.

Haja vista a caracterização do movimento - marcado por um panorama envolto de diversidade e tensões (práticas e teóricas), mas também de aproximações quanto ao objeto de luta (Ser-Animal) - concebemos o ativismo pela causa animal como uma prática social, que produz e compartilha conhecimentos, experiências e valores relacionados à vida animal. No entanto, como acontece em outras causas que procuram promover alguma mudança social, ambiental, política e econômica, a causa animal também está situada num arena que passa por diversos recortes de afetamentos – e distintos lugares de fala – como discutido por Naconecy (2009).

O movimento feminista ilustra muito bem a questão da diversidade interna - de uma causa/movimento - que procuramos destacar. Djamila Ribeiro (2017) ao discorrer sobre o feminismo negro, por exemplo, explica que a universalização da categoria mulheres foi construída tendo como base a mulher branca de classe média e defende a não universalização das categorias feministas tendo em vista a representação política, pois estas passam por relações raciais e de gênero também dentro do movimento. A pesquisadora e ativista afirma que é comum escutar que o feminismo negro traz cisões ou separações, quando é justamente o contrário. Há pautas distintas e imperativas que atravessam grupos étnico-raciais, de classe social, entre outras, todavia o movimento não deixa de ter o feminino no centro das discussões e, sobretudo, no centro da sua luta. São os feminismos plurais. Neste exemplo, vê-se, portanto a interseccionalidade como um caminho tão incipiente quanto necessário no feminismo negro.

Ainda sobre a interseccionalidade, destacamos que este conceito tornou-se tema central em círculos acadêmicos e ativistas de diversas causas, visto que se trata de uma importante ferramenta analítica que descreve a ideia central que “em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes” (COLLINS; BILGE, 2021), ao que acrescentamos às autoras também as relações entre espécies.

Na direção do conceito de interseccionalidade, quando se pensa na dimensão educativa das pautas sociais, ensina-nos o educador Paulo Freire (2011a) a ponderar a dialética da unidade na diversidade, ou seja, o reconhecimento da existência de distinções entre as pessoas e visões que não pode impedir movimentos/grupos de encontrarem convergências nos objetivos de luta.

Assim, muito embora existam identidades e ideologias de resistência distintas na prática social de ativismo investigada a que nos parece, esta unidade reside na potencial compreensão da alteridade animal, alvitado, de maneira geral<sup>32</sup>, pela causa. Cabe esclarecer que, para o educador, trata-se de um conceito que denota a “materialização da grande utopia” (FREIRE, 2014, p. 42) e não quaisquer proposição pretensa - e violenta - de homogeneização das diferenças, muito pelo contrário, os movimentos sociais tem suas tensões e nelas residem o devir das diversidades na unidade.

Acomodando o conceito a este estudo seria: viver a utopia de uma sociedade com mais alteridade Humana e Animal. Unidade, enquanto a contínua busca por justiça socioambiental e cognitiva. Diversidades, enquanto as várias facetas que compõem essa busca. Diante do exposto, adotamos a categoria de unidade na diversidade por nos parecer um bom caminho para compreender o ativismo pela causa animal enquanto um movimento de ações coletivas, que gera aprendizagens e saberes e que perfaz uma luta política de várias faces (prática social).

Para seguir essa proposição, implica-se ter a consciência dos pontos fundamentais que tecem a categoria proposta por Freire (2014): a necessidade política, econômica e sociocultural de articulações das minorias - ao darem-se conta de que são maiorias - e o reconhecimento de que, no seio destas (minorias) há diferenças interculturais marcadas por corte de classe, que perpassam também outras formas de opressão destacadas<sup>33</sup> por Freire (2014) como: de raça e de gênero e, ao que acrescentamos nesta pesquisa: também de espécies.

Todavia, consoante a Freire (2014), se por um lado as diferenças interculturais geram discriminações - como sexismo, racismo, eugenismo, especismo, entre outras - por outro, também geram, dialeticamente, resistências; estas ora se apresentam em ações de luta desde as

---

<sup>32</sup> Em menor ou maior abrangência de seres não humanos, a depender do subgrupo.

<sup>33</sup> Como exemplificada por Djamila Ribeiro (2017) ao que se refere aos feminismos plurais.

mais moderadas/reformadoras até as mais radicais. Estes ideários podem tanto transformar quanto reproduzir as relações de poder. A dimensão discursiva destes ideários promovem igualmente narrativas comprometidas com a manutenção do status quo ou, dialeticamente, com a transformação social. Diante disto, ressaltamos que não há discurso neutro, tampouco há educação neutra.

Situação-limite, ato-limite, percebido-destacado e inédito viável são categorias freirianas presentes na concepção de Educação Libertadora (FREIRE, 2011a) que denotam aquilo que, embora ainda não tenha sido ensaiado (o inédito viável) pode vir a ser - sendo revelado, percebido, destacado - por meio da ação articulada dos sujeitos históricos e tornar-se realidade a partir da percepção de uma situação-limite (denúncia) e articulação dos atos-limites (anúncio).

Visto o exposto, o ativismo pela causa animal, enquadrando-se como um movimento social de defesa dos animais (GOHN, 2011) que é matriz geradora de saberes e produz fontes de inovação, incita nosso percurso de pesquisa, pois constitui uma causa articuladora de atos-limites, os quais nos parecem ir ao encontro do sonho possível de uma sociedade onde impere a justiça social estendida, indiscriminadamente, a outros seres para além dos humanos. É um exemplo de engajamento e movimento de luta que considera outrem para além dos olhos humanos refletidos no espelho. Conjeturamos a potência educativa deste movimento rumo ao alcance do inédito-viável, em seu vigor de afirmar vidas. Afinal, somos apenas uma parte ínfima da vida no Planeta Terra.

Maria da Glória Gohn (2011) lembra-nos que a relação entre movimento social e a educação - não escolar ou escolar - emerge a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Gohn (2011) destaca o caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar de movimentos sociais, já que estes são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes que não ocorrem em um processo isolado, mas de caráter político-social.

No decorrer da prática de indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural, sabemos que muitos movimentos sociais acabam sendo marginalizados (GOHN, 2011) e isso tem a ver com os modos de interpretar a realidade. Quando se vê subjugações do movimento feminista, negro, por direto a terra, entre tantos outros, por exemplo, inferimos que isso reside no desconhecimento, de parte da população, dos fundamentos da luta ou, nos casos mais extremistas, não por desconhecimento, mas por realmente interpretar a realidade de maneira eugenista ou racista. O que ocorre com o movimento pela causa animal, não se difere dos demais movimentos por justiça socioambiental, no que se refere aos pressupostos argumentativos para desqualificá-lo.

Entretanto, do ponto de vista acadêmico sua visibilidade nas discussões, no campo da Educação, está muito aquém a outros movimentos, com relação ao quanto caminhamos no desvelamento de tais pressupostos argumentativos. Desta maneira, para compreender a relevância deste movimento é necessário, primeiramente, fazer um exercício de reconhecimento de que a tentativa prematura de desqualificá-lo pode estar baseada em uma interpretação especista, no sentido empregado pelos teóricos da ética animalista (REGAN, 2006; SINGER, 2010; FRANCIONE, 2013).

Entendemos que as discussões e teorias ligadas à Ética Animal e sua episteme ligada a vertentes dissidentes da filosofia clássica<sup>34</sup> (greco-romana), contribuem como ponto de partida para pensarmos a discriminação do Ser-Animal, todavia para além delas compreendemos que a luta pela causa animal situa-se em um momento de observáveis transformações culturais e enfrentamentos da atual crise político-socioambiental do Antropoceno latino-americano. Terminologias como biocentrismo, direito da natureza, direito animal estão relacionados às nomenclaturas que buscam um alargamento político (de direitos) para além de sujeitos humanos, considerando também os Seres-Animais, ignorados pela lógica do desenvolvimento econômico, do mercado e da própria ciência (FERRIGNO, 2016) - naquilo que se refere a crueldade que muitas vezes são submetidos.

Cabe destacar que há campos de discussões, já consolidados na esfera acadêmica, que congregam saberes científicos-filosóficos de diferentes áreas do conhecimento e contribuem diretamente para pensar a causa animal de maneira espectral: Animal Studies (Estudos Animais), posteriormente, Critical Animal Studies (Estudos Críticos Animais) e, mais recentemente, Animal Turn (Virada Animalista), este especificamente no campo da Antropologia. Esses campos podem ser vistos como a gênese sistematizada de estudos acadêmicos que tomam como objeto as relações entre Seres-Humanos e Seres-Animais como foco central. A partir das leituras para esta pesquisa, percebemos que neste cenário acadêmico, há um conjunto de pesquisadores/as que organizam mobilizações em favor dos Seres-Animais por meio de organização de atividades que possuem motivações políticas e pretensões acadêmicas:

---

<sup>34</sup> Tendo em vista o material consultado para esta pesquisa, o que pretendemos comunicar é que o lastro epistemológico do conceito de especismo, da maneira empregada pelos/as autores de referência (FELIPE, 2009; SINGER, 2010), ancora-se nas construções argumentativas teológica-filosóficas de pensadores clássicos do ocidente, que ao longo da história tiveram suas reflexões, acerca do debate ético aos Seres-Animais, silenciados pela episteme hegemônica especista. Segundo Sônia Felipe (2009, p.11) “Pitágoras, Sêneca e Porfírio foram ignorados pela filosofia moral tradicional, pelo menos até o final do século XVIII, quando Humphry Primatt escreve e publica seu único livro, *A Dissertation on the Duty of Mercy and the Sinn of Cruelty Against Brute Animals* [Uma dissertação sobre o dever de clemência e o pecado da crueldade contra animais brutos], em 1776.”

A causa animal é construída como uma reparação do entendimento da realidade a partir da própria ideia moderna de natural e inato. A explicação racionalista e naturalista da realidade é mobilizada por militantes, militantes-cientistas e cientistas para atribuir a posse de certos atributos aos animais, até então negada (PERROTA, 2015, p. 82).

Concordamos com Boaventura de Sousa Santos (2020) quando afirma que somente por meio de uma nova articulação entre os processos políticos e os processos civilizatórios, que pressuponha uma viragem epistemológica, cultural e ideológica, será possível começar a pensar numa sociedade em que os Seres-Humanos assumam uma posição mais humilde no planeta que habitam. O que queremos dizer é que sem a plasticidade acadêmica necessária, alguns conhecimentos produzidos para manterem-se invisíveis, aquilo que Santos (2010) denomina de sociologia das ausências, continuará sendo reproduzida pela educação, até mesmo pelos mais bem intencionados programas de pesquisa que se firmem no horizonte da busca por relações humanizantes e libertadoras. Partindo, por conseguinte, do comprometimento com a luta por justiça social ampliada aos demais Seres-Animais - no lócus da causa animal - e com a justiça cognitiva - no lócus dos Estudos Decoloniais - começamos a organizar nossas premissas trazendo a seguir o desenho da ausência desta discussão, levantada em nossa revisão de literatura.

### **1.5 Revisão de Literatura: o status da discussão acadêmica brasileira acerca do ativismo pela causa animal**

A fim de melhor situar a temática em investigação, realizamos um levantamento e revisão de literatura para obter um panorama inicial das pesquisas nesse âmbito. Como nosso foco é compreender os processos educativos emergentes da prática social investigada, buscamos literatura especializada que trouxesse aspectos que dizem respeito à dimensão educativa da causa animal. Constatou-se que há uma heterogeneidade de termos que designam a causa animal, conforme sinalizado anteriormente pela pesquisadora Padilha (2018) e que mesmo fazendo uma procura detalhada por diversos descritores, fica evidente que há uma lacuna de pesquisas que contemplam à dimensão educativa do ativismo pela causa animal no Brasil.

Chegamos a esta verificação após busca feita em dois repositórios digitais de acesso livre, os quais são amplamente utilizados por pesquisadores/as da área de Educação.

Apresentaremos a conjuntura do conhecimento contido nos artigos encontrados na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e nas teses e dissertações, localizados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). As buscas foram feitas no mês de janeiro de 2020. Como não pretendíamos realizar um estado da arte - e sim apenas delimitar o assunto e localizar pesquisas representativas - reconhecemos a possibilidade de encontrar discussões propendidas em uma maior variedade de bases, aqui não contempladas. Mas, muito embora tenhamos feito uma opção reduzida por plataformas, por outro lado não fizemos nenhum recorte temporal, linguístico ou de área nestas, intencionando explorar ao máximo uma heterogeneidade de termos para designar este movimento em ambos os repositórios.

A princípio consideramos os descritores “ativismo” (enquanto cerne da prática social) e “animal” (enquanto o ser objeto de luta, a qual a prática é direcionada) para compor a essência semântica da prática social. Todavia, em um estudo preliminar<sup>35</sup> (GODOY, 2019b), aplicamos o termo “ativismo/s” o qual não foi suficiente para um levantamento satisfatório em torno do objeto de estudos. O emprego do termo “animal” como descritor geral, desconsiderando quaisquer tipos de filtros, igualmente revelou-se inviável, uma vez que encontramos cerca de 27.000 resultados na BDTD e 17.064 no SciELO. Estes descritores gerais, quando utilizados isoladamente, apresentaram um universo muito amplo de pesquisas e, quando associados (ativismo/s + animal ou ativismo/s + causa animal), não apresentaram quaisquer resultados.

Diante dos resultados da busca preliminar, consideramos adotar outros descritores que fossem mais recorrentes nos dois principais enquadramentos da causa animal - a saber: “proteção animal” (recorrente na vertente tida como bem-estarista) e “direitos animais” (recorrente na vertente tida como abolicionista) - uma vez que a procura por uma categorização homogênea (ativismo animal/animalista, causa animal) apresentou-se pouco razoável, no que diz respeito à nomenclatura adotada pelas pesquisas publicadas recentemente acerca da temática (GODOY, 2019).

Assim, definimos como descritores os seguintes substantivos, seguidos da adjetivação “animal”: questão, proteção, libertação, todos também ligados ao campo semântico de ambos enquadramentos supracitados. Insistimos, novamente, em aplicar os substantivos ativismo e

---

<sup>35</sup> Trata-se de artigo de revisão de literatura apresentado durante o VIII Colóquio de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana. A discussão dos resultados mostrou-nos que há uma miríade de pesquisas, cujo termo “ativismo” pode ser encontrado seguido de adjetivações, tais como: político, feminista, digital, católico, antiabortista, judicial, pedagógico, entre outros, mas não foi encontrado nenhum resultado com a adjetivação “ativismo animal” ou que contemplasse o objeto de investigação da tese de doutorado em desenvolvimento. Disponível em: <http://motricidades.org/conference/index.php/cpqmh/8cpqmh/paper/viewFile/362/321>. Acesso em: 1 set. 2020.

causa, visto que como o campo ainda está em formação, uma posterior busca poderia trazer novos resultados. Achamos pertinente, ainda, adotar como descritor a expressão de busca *vegan* recorrendo à busca com o sinal de asterisco (\*), no final da palavra, a fim de dilatar as variações de sufixos, já que o movimento vegano perfaz uma arena de ativismo com perspectiva política consolidada em seus fundamentos teóricos (NUNES, 2010; CARMO, 2013, FERRIGNO, 2012, MONTEIRO, 2014) seja ela ‘consciente’ ou não.

Feitas estas ponderações, acerca da definição dos descritores, utilizamos para este estudo: ativismo animal; causa animal; questão animal; proteção animal; libertação animal; *vegan\**. Na primeira busca empregamos os termos separadamente. Em seguida, refizemos a busca associando cada descritor com cada palavra-chave imbricadas ao referencial teórico e metodológico adotado nesta pesquisa, a saber: Estudos Decoloniais, Fenomenologia, Processos Educativos, Práticas Sociais e Educação. Os resultados do levantamento, e seleção preliminar, nas bases de dados estão apresentados, sumariamente, na tabela 1.

Tabela 1 - Quantidade de trabalhos provenientes da pesquisa nas bases de dados e selecionados para análise preliminar

Scientific Electronic Library Online		Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	
ARTIGOS		TESES E DISSERTAÇÕES	
Total de trabalhos encontrados	Total de trabalhos selecionados	Total de trabalhos encontrados	Total de trabalhos selecionados
31	8	100	19
		TESES	DISSERTAÇÕES
		4	15

O procedimento adotado foi, primeiramente, recorrer à leitura dinâmica de todos os resumos dos 131 trabalhos encontrados, analisando indícios de interfaces com a prática social investigada. Foram excluídos trabalhos que utilizaram os descritores de modo genérico ou relacionaram-se diretamente a temas específicos das ciências naturais, artísticas ou literárias. As publicações excluídas não apresentavam foco em ações de ativismo, tampouco com referencial teórico e metodológico adotado nesta pesquisa; dessa forma, não contribuiriam para nossa discussão.

Selecionamos, *a priori*, as pesquisas que apresentaram quaisquer temas relacionados às redes de ativismo da causa: 8 artigos, 15 dissertações e 4 teses (consultar apêndice I). Dentre

esta totalidade, apenas duas produções, disponíveis na BDTD associaram-se ao termo “Educação”. Evidentemente, este desfecho se deu por conta de tais trabalhos estarem vinculados a programas de pós-graduação em Educação. Não obtivemos resultados com todas as demais buscas associadas às palavras-chaves.

Para leitura na íntegra selecionamos apenas as duas dissertações (FERNANDES, 2019; REIS, 2013) que são diretamente associadas com a área de interesse desta investigação. Quanto às demais 25 pesquisas, não foram consideradas como leituras prioritárias para esta tese, embora tenham sido sistematizadas com vistas a auxiliar nas discussões teóricas-analíticas em torno dos aspectos políticos/jurídicos (LONDERO, 2019; SANTANA, 2006; MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2016), antropológicos (PADILHA, 2019; LIRA, 2013; MATOS, 2012; VILELA, 2013; FERRIGNO, 2012; NUNES, 2010; SOUZA, 2013; OLIVEIRA, 2012. BARBOZA, 2017, CARVALHO DE OSTOS, 2017) e interseccionais (CARMO, 2019; MONTEIRO, 2014), ligados direta ou indiretamente à causa animal. Outras pesquisas (PEREIRA, 2019; ORSINI, 2016; FERREIRA, 2006; ESTEVES, 2017; GORDILHO, 2006; EMAUZ *et al.* 2018), possuem abordagens específicas que não se encaixam, especificamente, nos três aspectos elencados anteriormente.

Sobre os trabalhos encontrados no campo da Educação, que merecem atenção especial, temos então a pesquisa de Fernandes (2019) que faz uma análise de documentos oficiais da Educação Infantil, com vistas à compreensão de possíveis diálogos com a questão animal, problematizando as concepções documentais (em torno de temas, sobretudo relacionados à alimentação e ao meio ambiente), através das quais se reconhece e reforça o *modus operandi* do *carnismo*<sup>36</sup>. O referencial teórico adotado para análise tangencia, de maneira geral, o campo da Ética Animal e o metodológico a Análise do Conteúdo.

Já a dissertação de Reis (2013), reflete sobre como a instrumentalização e exploração dos Seres-Animais perpassa, quase sempre, a exploração humana e ambiental. Emprega a categoria “ecologia onírica” como uma das possibilidades para interpretar as ações de ativistas veganos abolicionistas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e experimental, fundamentada em aporte teórico e metodológico pós-estruturalista, que adota estratégias de micro-intervenções,

---

<sup>36</sup> O conceito de Carnismo, cunhado pela pesquisadora e professora de psicologia e sociologia na Universidade de Massachusetts, Meline Joy (2014), designa o sistema de crenças subjacente à produção e ao consumo de carne pela sociedade contemporânea, sugerindo que esta ideologia se justifica e a torna invisível pelo que denomina de Três Ns (a necessidade, naturalidade e normalidade do consumo), dando robustez cognitiva às percepções humanas acerca da carne que comemos e nos condiciona a vivenciar naturalmente a abissal contradição de valores que nos leva, por exemplo, a amar incondicionalmente alguns animais e nos alimentar de outros, sem que paremos para questionar o porquê deste comportamento.

concatenando atividades práticas de Educação Ambiental e Direitos Animais em ambientes não escolares de ensino-aprendizagem.

Agora, analisando o cenário global das pesquisas resultantes de programas de pós-graduação (teses e dissertações), observamos que apesar deste levantamento apontar para um interesse relativamente emergente na área de Ciências Humanas, o tema mostra-se bastante incipiente no campo específico da Educação (em comparativo à Antropologia, por exemplo). Além da nulidade de pesquisas que têm como objeto de estudo uma busca *suleada* da compreensão tanto da causa animal quanto das pessoas em situações de ativismo pela causa num processo de relações intersubjetivas, dialógico e culturalmente contextualizado. Observamos ainda que grande parte das pesquisas tem enfoque metodológico etnográfico. Não localizamos nenhum estudo com enfoque metodológico fenomenológico. O status da discussão acadêmica que cerceiam nosso objeto pode ser visualizado na tabela a seguir.

Tabela 2 - Identificação das teses e dissertações com seus respectivos enfoques metodológicos.

Grandes áreas dos programas de pós (CAPES)	Ciências Sociais Aplicadas: <b>Administração</b>	Ciências Sociais Aplicadas: <b>Direito</b>	Ciências Humanas: <b>Psicologia</b>	Ciências Humanas: <b>Filosofia</b>	Ciências Humanas: <b>Antropologia</b>	Ciências Humanas: <b>Sociologia</b>	Ciências Humanas: <b>Educação</b>	Multidisciplinar: <b>Sociais e Humanidades</b>
Quantidade	2	1	1	2	8	1	2	2
Enfoques metodológicos	Estudo quantitativo e Estudo Etnográfico	Estudo documental	Estudo qualitativo/ Representações sociais	Estudos Bibliográficos	Estudos Etnográficos	Estudos Etnográficos	Estudo qualitativo/ Participante e Estudo documental	Estudo qualitativo/ Participante
<b>Total de trabalhos selecionados na BDTD: 19</b>								

Do ponto de vista quantitativo e qualitativo das produções, chegamos a duas constatações que nos levam a inferir que o campo de investigação acadêmica, acerca da temática investigada, ainda está em gestação. A primeira é que há uma predominância considerável das dissertações em relação às teses e não foi localizada nenhuma tese no campo da Educação e, em especial, com temática não escolar. A segunda é que as pesquisas mais antigas datam o ano de 2006, mas as publicações concentram-se, em maior incidência a partir do ano de 2013, sendo cinco (entre as dezenove totais) publicadas no mesmo ano de 2013. Dentre estas, uma na área de Educação (Ambiental). No ano de 2019 observamos a segunda maior incidência de trabalhos encontrados nas bases, com quatro pesquisas publicadas, todavia mantendo apenas uma na área da Educação.

Com relação a constatação cronológica, em consonância a Padilha (2018), intuímos que se trata de indicativos de processos contemporâneos que reverberam nos interesses de pesquisa da época. Vale contextualizar que no Brasil, em 2013, ocorreu a ocupação de ativistas,

vinculados ao movimento de Libertação Animal, ao prédio do laboratório de Instituto Royal em São Roque, conforme citado anteriormente nesta mesma seção. Outra ocorrência, sucedida neste mesmo ano, foi a publicação do relatório *Pecuária Global 2013: Mudando as Paisagens das Doenças*<sup>37</sup>, pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) alertando aos riscos de pandemia para os Seres-Humanos causada por patógenos de origem animal<sup>38</sup>. Material este amplamente usado para compor argumentos de ativistas e referência para produção de cartilhas informativas/educativas sobre a causa animal<sup>39</sup>

Ademais, considerando a perspectiva histórica da luta em defesa dos animais no Brasil, o artigo de Carvalho de Ostos (2017) destaca que o ativismo em defesa dos animais cresceu juntamente com o número dos chamados pets (animais de estimação), promovendo concomitantemente maior adesão de pessoas à causa. A pesquisadora cita informações obtidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados coletados no ano de 2013, que evidenciaram que já há mais cachorros do que crianças nos domicílios brasileiros<sup>40</sup>.

De acordo com uma reportagem da revista Exame<sup>41</sup> de janeiro de 2020, o Brasil é o segundo país na quantidade de animais de estimação, os números de 2018 indicam a presença de 139,3 milhões desses Seres-Animais vivendo nos lares brasileiros, muitas vezes recebendo tratamento tais quais crianças humanas e, neste sentido, a reportagem aponta que o Poder Judiciário, frequentemente, trata de litígios de casais separados com pedidos de guarda compartilhada dos animais de estimação; inclusive já há um marco regulatório dos animais de estimação em análise na Comissão de Meio Ambiente (PL 6.590/2019). Paralelo a este status de vínculo afetivo que os animais de estimação atingiram na atualidade, destacamos a revisão de literatura de Maria G. Rios (2009) que aponta para como o fenômeno da ausência voluntária de filhos (crianças humanas) vem assumindo relevância e visibilidade na família contemporânea brasileira.

Ainda sobre a relação entre o aumento na quantidade de animais de estimação e as várias classificações afetivas atribuídos aos Seres-Animais, a pesquisadora Ferrigno (2012, p.193), em seu estudo etnográfico pondera que:

---

<sup>37</sup> Disponível em: <http://www.fao.org/3/i3440e/i3440e.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

<sup>38</sup> Discutiremos essa relação com o contexto pandêmico atual (2020/21) na seção III.

<sup>39</sup> Como exemplo destacamos a cartilha “Comendo o planeta” produzida pela SVB em sua 3ª edição. Disponível em: <https://materiais.svb.org.br/impactos-ambientais>. Acesso em: 23 maio 2020.

<sup>40</sup> Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/bichos/2015/06/1636937-brasileiros-tem-mais-cachorros-que-criancas-segundo-pesquisa-do-ibge.shtml>. Acesso em: 25 mar. 2020.

<sup>41</sup> Reportagem disponível em: <https://exame.com/brasil/brasil-podera-ter-marco-regulatorio-dos-animais-de-estimacao/>. Acesso em: jul. 2021

Se a proximidade (ou o parentesco) que temos com os animais de estimação é mais fortemente vivenciada do que a proximidade com outros animais, os quais se consome, por outro lado, estes seres estão, na nossa taxonomia biológica, em uma mesma categoria: a dos mamíferos, como os humanos. Em outras palavras, por um lado, parte de nosso sistema classificatório coloca cães, gatos, vacas e porcos em uma mesma categoria, da qual nós mesmos, enquanto espécie humana fazemos parte. Entretanto, as relações sociais entre homens e cada espécie de mamíferos variam enormemente: cães e gatos são tratados como pessoas (são singularizados, ao receberem nome; possuem identidade; passam por processo de educação, tais quais crianças humanas; e possuem personalidades, segundo seus donos); vacas e porcos, são, ao contrário, sobretudo nas grandes indústrias de alimentos animais, objetificados, ou tratados como matéria-prima para consumo.

Já com relação aos artigos, os resultados no Scielo, nenhum artigo selecionado está veiculado a revistas do campo da Educação. Todos selecionados datam a partir de 2016 e o dado que nos chama a atenção é que pelos menos quatro (CARMO, 2019, OSÓRIO, 2017, OSÓRIO, 2018, AGUILERA, 2019) tangenciam alguma relação do movimento feminista com as práticas de ativismo pela causa animal, numa perspectiva interseccional dos movimentos sociais.

Na mesma esteira de interesses contemporâneos de pesquisas na área, destacamos a varredura complementar que fizemos em todos os volumes da Revista latino-americana de Estudos Animais, a qual teve sua primeira edição datada em 2014, sendo a primeira do gênero na América Latina. A escolha se deu pelo fato da revista ser um espaço exclusiva para publicações em espanhol e português, com o objetivo de fomentar discussões na área de Estudos Críticos Animais, desenvolvidos na América Latina. Além de ser autodeclarada um lócus de *ativismo teórico*, que busca uma abordagem trans/interdisciplinar e interseccional (considerando, por exemplo, racismo, sexismo, classismo e especismo).<sup>42</sup>

Como o foco da pesquisa é compreender a dimensão educativa da causa animal, a varredura entre os quatorze volumes da revista se deu, buscando nela, publicações que trouxessem aspectos que dizem respeito ao movimento de ativismo pelos animais e o campo da Educação. Foram localizados dois volumes, respectivamente, relacionados aos aspectos temáticos indicados, embora não associados. A edição ano I, volume I de maio de 2014 apresenta um dossiê em torno dos movimentos pelos animais. As discussões partem de posicionamentos e enfoques filosóficos heterogêneos como pós-humanismo, abolicionismo e contratualismo. Já a edição ano VI, volume 1 de 2019, traz um dossiê dedicado às questões

---

<sup>42</sup> De acordo com a política editorial. Disponível em: <http://revistaleca.org/journal/index.php/RLECA/about/editorialPolicies#focusAndScope>

educacionais e pedagógicas “Educação, Pedagogia e abordagens não-especistas” sobretudo, pautados em referenciais pós-estruturalistas.

Este percurso serve-nos para elucidar o desenvolvimento e as diretrizes de um campo dotado de diversas potencialidades, porém ainda em plena formação. A que nos parece, o interesse acadêmico pelas discussões tem aumentado nos últimos sete anos, mostrando-se como uma área proeminente de pesquisa. Evidenciamos também uma escassez de estudos latino-americanas, que partam propriamente de referenciais decoloniais (DUSSEL, 1997; FREIRE, 2011; TORRES, 2010; QUIJANO, 2013), tanto nas bases pesquisadas BDTD e Scielo, quanto nas publicações na área de Estudos Críticos Animais latino-americano.

Assim, diante desta revisão apontamos para dois caminhos que pretendemos percorrer concomitantemente, o primeiro consiste na perspectiva de análise acerca da temática, fundamentando-se em outras formas de fazer ciência, ao que destacamos, num modo particular, à decolonização nas estratégias de produção do conhecimento. O segundo reside na constatação de que a Antropologia pode auxiliar na construção de novos olhares à Educação no que diz respeito às relações interespecíficas/multiespecíficas – entre Seres-Humanos e Seres-Animais, já que possui maior acúmulo de publicações sobre a temática.

## SEÇÃO II – EDUCAÇÃO E ATIVISMO NO ANTROPOCENO

No primeiro momento desta seção, dedicamo-nos à elucidar nossa compreensão e estabelecer uma relação entre às categorias ativismo e educação, no contexto do século XXI. Esclarecemos a nossa opção pela categoria ativismo, aclarando os aspectos metodológicos atribuído pela literatura consultada ao termo e situando sua relação com os novos movimentos sociais. Neste sentido, procuramos ilustrar a concepção relacional atribuída entre os termos ativismo e educação *aprendendo com a própria história*<sup>43</sup> de vida e obra do educador brasileiro Paulo Freire, em sua ação constante e ativa de contestação, no campo da educação, à ordem social e modelos pedagógicos vigentes, bem como as perseguições políticas decorrentes deste enfrentamento.

Em seguida, visamos apresentar a proeminência deste campo de investigação na América Latina, dando enfoque às contribuições teóricas advindas da virada animalista, em especial, ao estudo de Viveiros de Castro (1996) acerca do perspectivismo ameríndio. O campo interdisciplinar que se interessa pelas relações humano-animal, Estudos Animais, teria emergido na década de 1970 em meio a causa animal, mas na verdade os Seres-Animais participam das análises antropológicas há muito tempo.

Por fim, procuramos discutir os aspectos coloniais manifestos da ciência moderna e seus paradigmas decorrentes. Situamos a problemática do Ser-Animal no Antropoceno e no contexto pandêmico de 2020/22, refletindo sobre necessidade da atitude ecologizadora no campo da Educação que crie espaços para adotar o paradigma planetário decolonial e apresentamos a Ecopedagogia como um destes espaços possíveis. Neste sentido, fundamentalmente, dialogamos com as proposições de Boff (2015), Krenak (2019, 2020) Santos (2010) Gadotti (2001). Com relação aos operadores teóricos, traremos as premissas básicas das epistemologias do Sul (SANTOS, 2010), da perspectiva da ética do cuidado (BOFF, 2015) e do entendimento acerca da prática de tratar o planeta como um ser vivo e inteligente (KRENAK, 2019, 2020 a, 2020 b, GADOTTI, 2001; BOFF, 2015).

### 2.1 Educação e Ativismo

Com intuito de explanar sobre nossa concepção de ativismo, abriremos esse capítulo, focalizando as primeiras palavras nos caminhos percorridos por Paulo Freire; este bastante

---

<sup>43</sup> Menção a obra na qual Paulo Freire dialoga com diálogo com Sérgio Guimarães, revelando alguns aspectos de sua vida, enfatizando possibilidades de auto-reflexão em sua trajetória como educador.

relevante nas discussões mundiais sobre pedagogia, referência fundamental desta tese e nosso horizonte epistêmico, que dá sentido, força e direção ao projeto de sociedade que acreditamos e para o qual dedicamos o ato de pesquisar, ainda que em tempos nebulosos, vivenciados no Brasil (mas também em outras partes do mundo) com a necropolítica empenhada pelo governo em exercício, à época da condução desta tese, no período entre 2019 e 2022.

Paulo Freire em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, coloca a educação no coração da cultura e a cultura nos braços da política (BRANDÃO, 2017). E faz ainda mais. Inspira e energiza pessoas mundo a fora. Nomeado em 2012 como *Patrono da Educação Brasileira*, está entre os três teóricos<sup>44</sup> mais citados na área de humanidades. Seu legado pedagógico (e filosófico) com vistas a tornar o mundo mais igualitário e justo, reverbera, atualmente, na obra de outros tantos educadores brasileiros (e latino-americanos) como Carlos Brandão, Leonardo Boff, Moacir Gadotti, Enrique Dussel, entre tantos outros. Sem dúvidas, uma das maiores referências quando se considera a dimensão decolonial que tanto vislumbramos para a Educação.

Para Freire conhecimento e aprendizado são, fundamentalmente, políticos. Sua pedagogia fundada em categorias como, dialogicidade, amorosidade, conscientização, humanização, práxis transformadora, provoca uma espécie de arrebatamento reflexivo freiriano ao colocar, por exemplo, conflito e consenso como faces da mesma moeda. Acreditamos que esse entusiasmo, ou seja, algo que alimenta o esperançar<sup>45</sup> em ativistas do campo educacional, dá-se por dois fatores: primeiro porque a tese de Freire está subordinada a politicidade da educação, ou seja, a uma visão de projeto de sociedade no qual educação e a democracia prosperam juntas; segundo pelo fato de sua proposta educacional fundamentar-se na prática humana de solidariedade e liberdade.

O educador denominou de bancário o modelo de educação que era (e persiste sendo) oficial e praticado legitimamente e chamou de libertadora aquela que ele e seus companheiros de trajetória teórico-prática propunham (BRANDÃO, 2017). Na visão bancária da educação, de acordo com Freire (2011b), o/a educador/a é o sujeito e o/a educando/a é o objeto que precisa ter uma formação suficiente para servir aos opressores. Para Freire (2011b) este modelo parte de uma visão necrófila do mundo, de um profundo amor à morte e não à vida, pautando-se na função depositória dos conteúdos programáticos nos/as educandos/as, já que pressupõe que

---

<sup>44</sup> Thomas Kuhn e Everett Rogers, primeiro e segundo, respectivamente. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/noticias/463-paulo-freire-%C3%A9-o-terceiro-pensador-mais-citado-em-trabalhos-pelo-mundo>. Acesso em: 20 de jun. 2021

<sup>45</sup> Termo que alude à necessidade ontológica que mantém o Ser-Humano em movimento na luta por *ser mais* e não o mantém na espera passiva (FREIRE, 2011a)

estes indivíduos são vazios de conhecimentos e que precisam ser preenchidos com os conteúdos necessários para se tornarem objetos produtivos (coisifica), negando-os/as a humanização. Na contramão deste modelo defende, portanto, a Educação Libertadora ou problematizadora, que implica a ação e a reflexão (práxis transformadora) no processo educativo, no qual educador/a e educando/a são sujeitos da aprendizagem – pois, não há vazio – e constroem conhecimentos no diálogo intercultural e problematizador (dialogicidade), partindo dos diversos conhecimentos de mundo que trazem em suas bagagens de vida, o saber de experiência feito, humanizando-se em um processo de conscientização (pronunciando o mundo com).

Para defender teoricamente suas proposições, o educador articulou diferentes correntes de pensamentos entre si - marxistas, fenomenológicas e teológicas cristã - em uma única tese. Em uma passagem na *Pedagogia da Esperança* (2011a), Freire aponta-nos alguns dos interlocutores que viriam a iluminar seus escritos, são eles: “Marx, Lukács, Fromm, Gramsci, Fanon, Memmi, Sartre, Kosik, Agnes Heller, M. Ponty, Simone Weill, Arendt, Marcuse...” (FREIRE, 2011a, p.27).

O educador anunciara já na abertura da *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 2011b, p. 34) que esta obra se tratava de “um trabalho para homens radicais. Cristão ou marxistas, ainda que discordando de nossas posições, em grande parte, em parte ou em sua totalidade, estes, estamos certos, poderão chegar ao fim do texto”. Contemporâneas a sua tese, temos uma miríade de vertentes, por exemplo, o educador Moacir Gadotti, que autodeclara ter sido influenciado por Freire, Leonardo Boff e Enrique Dussel que, no contexto da Teologia da Libertação, dialogam com a produção intelectual freiriana em diversas obras.

A imanência freiriana (cristã e marxista), que está em última instância nos braços da política, como nos fala Brandão (2017) rendeu a Paulo Freire não só o mérito de propor uma prática educativa que perpassa opções políticas (autocríticas e não sectárias), a ética, a estética, a utopia, como também o rendeu a alcunha de doutrinário, haja vista a potência revolucionária presente no processo pedagógico freiriano. Alcinha essa que, em meados dos anos 1960, resultou em sua perseguição, prisão e posterior exílio pela ditadura militar. Atualmente, no período entre 2019 e 2022, enquanto produzimos esta pesquisa, vivenciamos estarecidos o retorno póstumo a essa perseguição pelo atual governo em exercício. Perseguição esta materializada, inclusive, no plano de governo em execução que, explicitamente, invocou em

seu programa eleitoral para Educação combater a doutrinação escolar “expurgando a ideologia de Paulo Freire”<sup>46</sup>.

Observa-se que as proposições de Freire, na seara dos limites do nosso modelo de democracia representativa multipartidária, por serem políticas e sociais, por vezes foram (e são) apropriadas em discursos com fins unicamente partidários - tanto para rechaçá-lo quanto para endossá-lo de maneira enviesada - ou melhor dizendo utilizando a expressão empregada pelo próprio educador, para fins sectários o que justamente Freire tanto combateu, sejam eles discursos sectários de nascença (como ele se refere ao sectário de direita) ou os sectários de esquerda. Para o educador:

Ambos se fazem reacionários porque, a partir de sua falsa visão da história, desenvolvem um e outro formas de ação negadoras da liberdade [...] Enquanto o sectário de direita, fechando-se em “sua” verdade, não faz mais do que lhe é próprio, o homem de esquerda, que se sectariza e também se encerra, é a negação do si mesmo. Um na posição que lhe é própria; o outro, na que o nega, ambos girando em torno de “sua” verdade, sentem-se abalados na segurança, se alguém a discute. (2011b, p.36)

Em setembro de 1964, com 43 anos, Paulo Freire foi efetivamente expurgado do Brasil por lutar ativamente no campo da educação e em prol de diversas causas sociais que lhe eram caras em seu tempo/espço e que atravessam o campo educacional. Ao falar sobre o período em que passou exilado e as perseguições a ele e seus pares, em uma das entrevistas para *Aprendendo com a Própria História*, Freire afirma: “era um político enquanto educador, minha militância sempre foi na educação, de modo que podia estar vivo mais facilmente.” (FREIRE, GUIMARÃES, 2013, p. 111). Escreveu e publicou *Pedagogia do Oprimido* durante o exílio, obra que projetou suas ideias pelo mundo e, posteriormente, ao retornar ao Brasil, após 15 anos de expatriação, obteve o devido reconhecimento à suas contribuições a educação brasileira.

Sobre o atual governo (2019-2022) e os ataques declarados a Paulo Freire, em entrevista à revista Carta Capital em setembro de 2019, Ana Maria Araújo Freire, companheira do educador e continuadora de seus escritos, fala sobre o retorno a perseguição de suas ideias<sup>47</sup>. Transcrevo uma passagem para ilustrar: “[...] o presidente só não manda matar Paulo porque ele já morreu, senão ele mandaria matar Paulo, entende? Tamanho o ódio que ele tem a Paulo. Que é a inexistência total de tolerância que ele tem”. Todavia, Ana Maria também nos lembra

---

<sup>46</sup>Conforme descrito no plano de governo de Jair Bolsonaro 2018 intitulado “O caminho da Prosperidade”. Disponível em: [https://flaviobolsonaro.com/PLANO\\_DE\\_GOVERNO\\_JAIR\\_BOLSONARO\\_2018.pdf](https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf). Acesso em: 03 de jan. de 2020.

<sup>47</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/tag/nita-freire/>. Acesso em: 02 de fev.2020

que o educador “não se lamentaria, mas teria ainda forças de lutar por um país melhor e teria esperança [...]” e cita o levante dos estudantes como exemplo<sup>48</sup>.

Diante da breve biografia do autor, fica clara a sua participação ativa, por meio de ações continuadas, pacíficas e não violentas com vistas a uma mudança social e política, posicionando-se abertamente enquanto um militante na educação. Em seu tempo-espaço assume teoricamente esta categoria (militância) para traduzir seu protagonismo de luta no campo educacional. Isso posto, de imediato, relativizamos os sentidos atribuídos aos termos militância e ativismo, encontrados na obra de Freire, àqueles conceitualmente, adotados nesta tese. E, nossa escolha só pode ser compreendida - em sua dimensão político-metodológica - a luz do espaço-tempo em que falamos, ou seja, de nossa história imediata de lutas no século XXI e seus enfrentamentos, conforme situamos anteriormente.

Como se viu, o filósofo brasileiro dedicou toda sua obra e compromisso social em prol de relações mais humanizadas e sempre defendeu, fenomenologicamente, que somos seres inconclusos e, conscientes de nossa inconclusão, só podemos entender alguns fenômenos dentro da história, num contexto real e, em curso vamos nos reinventando e reinventando o mundo. O desvelamento do mundo e de si, dá-se apenas na práxis e Freire - nossa referência principal na área da educação - dizia para não o repetirem, como lembra-nos Ana Maria Araújo Freire em entrevista recente, mas sim o reiventarem<sup>49</sup>.

À vista disso, destacamos a pesquisa de Sales, Fontes e Yasui (2018) que tratou de uma revisão de artigos publicados entre 1980-2016 acerca da literatura científica nacional sobre protestos, no cotidiano de partidos políticos, de sindicatos e movimentos sociais brasileiros, as expressões ativismo e militância, as quais frequentemente, são empregadas como sinônimos nas publicações consultadas.

Paulo Freire, não as empregou como sinônimos, pelo contrário, na Pedagogia do Oprimido (2011b, p.108) o autor refere-se ao termo ativismo como uma ação destituída de reflexão, uma vez que sendo “ação pela ação, ao minimizar a reflexão, nega também a práxis verdadeira e impossibilita o diálogo”. Paulo Freire, em seu espaço-tempo, assenta a figura do ativista no espaço de intersecção de tensão entre o radical e sectário (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2016). Neste sentido, é importante esclarecer o que o educador entende por radical e sectário. A acepção de radicalidade relaciona-se a um tipo de posicionamento, uma tomada de decisão amorosa, em uma frente de luta contra as injustiças e pelos direitos de homens e

---

<sup>48</sup> Ana Maria Araújo Freire refere-se aos protestos dos secundaristas contra a reorganização do ensino público paulista, em 2015 em São Paulo e as ocupações ocorridas em 2016.

<sup>49</sup> Ibid.

mulheres. E quando Freire (2000) fala em amorosidade, na obra *Pedagogia da Indignação*, reafirma-a como um fator básico da vida humana e da educação, referindo-se a um modo de acolhimento do outro no eu e sobre uma possibilidade de reconhecimento de um eu no outro. Aponta, dessa maneira, para uma forma de um Ser-Humano estar em atividade em uma determinada luta social, tendo a compreensão histórica como processo que se faz e refaz cotidianamente a partir do reconhecimento de outrem. Radical, neste sentido, parece-nos ter a ver com buscar ir à raiz das causas por meio do diálogo (conflito e consenso). Visto isso, o termo ativismo, na acepção freiriana, possui a característica de possuir certa tendência-propensão a tomadas de decisões acríticas (mais sectárias) diferente da posição militante (mais radical).

Já com relação a figura do militante, muito embora ele se auto defina como um *militante da educação*, tanto nos primeiros escritos como em *Pedagogia do Oprimido* (2011b), quanto nos últimos como em *Aprendendo com a Própria História* (2013), a categoria militância não é explicitamente detalhada em sua obra no sentido crítico, como fez com o ativismo; todavia termos recorrentes como: engajamento, luta, implicações políticas, compromisso e comprometimento, entre outras, oferecem-nos pistas para compreender o sentido atribuído à militância (STRECK, REDIN, ZITKOSKI, 2016).

Assim como Freire, os pesquisadores contemporâneos Sales, Fontes e Yasui (2018) concebem os termos (ativismo/militância) enquanto metodologias distintas para produzir ações coletivas a fim de intervir nas normas sociais e políticas vigentes. Neste sentido, aproximam-se da proposição freiriana, ao compreenderem que diferentes metodologias criam distintos ambientes de luta (mais radical ou mais sectária). Todavia, propõem sentidos semânticos distintos àqueles atribuídos por Freire, distanciando-se por um lado terminologicamente, mas por outro, complementando-a no que se refere às condições táticas de luta.

Não havendo metódica neutra (FREIRE, 2011c), conseqüentemente, há de se procurar condições metodológicas, teóricas e conceituais coerentes ao posicionamento que se tem do a favor de quem/que, contra quem/que, para quem/que se produz conhecimento<sup>50</sup>. Diante de tais considerações, esclarecemos que é uma opção não apenas semântica desnaturalizar o termo militância como sinônimo de ativismo para designar a prática social, objeto desta tese: ativismo pela causa animal, mas metodológica e também política.

---

<sup>50</sup> Alusão a Freire em *Pedagogia da Autonomia* (2011c, p.75) quando ao afirmar que ensinar exige a convicção de que a mudança é possível, propõe a reflexão: “Em favor de que estudo? Em favor de quem? Contra que estudo? Contra quem estudo?”

Ainda que, no contexto discursivo atual, ativismo/militância sejam por vezes usadas como correlatas, destacam Sales, Fontes e Yasui (2018) que estas guardam conotações um pouco distintas e o emprego delas como sinônimos pode vir a homogeneizar as diferenças contidas em suas acepções e extinguir as potências de mudança que residem nelas. Estes pesquisadores ao investigarem os usos da noção de militância, apontam que o uso tautológico da expressão militância, ao confundir-se com o repertório do ato de militar, já justificaria a necessidade de lançar a militância à condição de problema.

Tendo em vista os resultados de tal investigação, Sales, Fontes e Yasui (2018) argumentam que militar, enquanto metodologia, seria, em última instância, a organização de um movimento segundo a lógica da guerra, em uma topologia e a cronometria de campo de batalha, portanto visando produzir ações coletivas - a fim de intervir, ou interferir, nas normas sociais vigentes - marcadas pela disciplina, docilidade, comprometimento e obediência, características da hierarquia militar. Os pesquisadores indicam que, no Brasil, considerando as pesquisas consultadas, o termo estaria mais ligado às estruturas organizativas, tais como os partidos, os diretórios, as centrais sindicais e afins.

Seguindo esta acepção, se considerarmos do ponto de vista político-partidário, enquanto a militância é necessariamente grupal (alinhada, em primeira instância, com tudo aquilo que advoga o partido), o ativismo é veementemente individual (mas não individualista) no sentido de ser suprapartidário (ou também apartidário, mas não antipartidário), uma vez que para produzir ações coletivas procura um certo distanciamento às estruturas organizativas ('militarmente' hierárquica e centralizadora) citadas anteriormente. Ainda sobre o ponto de vista político-partidário, em entrevista cedida à plataforma acadêmico-jornalista Nexo<sup>51</sup>, os pesquisadores advertem que, de acordo com os resultados de suas pesquisas, não é conclusivo associar militância com posições políticas exclusivamente à esquerda e ativismo com posicionamentos à direita e elucidam:

Por exemplo, a campanha presidencial de 2018 explicitou tanto a força da militância de direita quanto a tentativa tardia da esquerda de familiarizar-se com as formas de ação típicas das redes sociais. Entender militância como uma metodologia para articular ação coletiva é um ponto de partida interessante para reconhecer semelhanças inconvenientes entre pessoas localizadas em polaridades opostas do espectro político.

---

<sup>51</sup> Entrevista disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/academico/2019/02/27/Quais-as-diferen%C3%A7as-entre-os-termos-milit%C3%A2ncia-e-ativismo>. Acesso em: 04 de abr. de 2021

Assim, para compreender o ativismo, a partir desta outra lógica de organização das ações coletivas, as redes multimídia de comunicação em massa que emergem, sobretudo, no século XXI, são essenciais. Castells (2013) contextualiza a nossa sociedade atual como uma sociedade em rede. Para o autor, neste novo cenário o poder é multidimensional e o espaço público – sendo situado entre os espaços digital e urbano, ou seja, híbridos - é o espaço de autonomia de comunicação e que perfaz a essência dos Novos Movimentos Sociais (NMS). De acordo com Castells (2013, p. 20):

Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidade instantâneas de prática transformadora.

Tanto no estudo de Sales, Fontes e Yasui (2018) quanto de Veiga-Neto (2012) o ativismo é proposto enquanto um tipo de metodologia que produz alternativas táticas e organizativas à militância, por meio de relações horizontalizadas; operando em redes descentralizadas e autônomas; reconhecendo a pluralidade dos interesses de seus atores. As raízes dos movimentos sociais, segundo Castells (2013), germinam confrontadas pelas aspirações humanas de justiça e libertação de uma dada realidade opressiva. Neste sentido, escolher suas categorias analíticas para interpretar fenômenos decorrentes de um movimento social, não é apenas uma questão terminológica para a construção do fazer científico, significa uma tomada de posição com vistas à coerência na práxis educativa.

Assim, de acordo com Sales, Fontes e Yasui (2018) e Veiga-Neto (2012), cada metodologia (ativismo/militância) possui pontos fortes e fracos e ambas coexistem nos distintos modos de ações coletivas no Brasil, não havendo superioridade de uma em relação a outra. No campo dos estudos dos currículos, por exemplo, o pesquisador Veiga-Neto (2012), ao visitar os porões da pedagogia, lembra-nos do permanente cuidado teórico, metodológico e conceitual com relação a tudo o que é pensado e dito, e nesse sentido propõe, com relação aos termos ativismo/militância, que:

Enquanto a militância é da ordem da disciplina, da resistência e da repetição, o ativismo é da ordem da liberdade, da contraconduta e da diferença. [...] Essa diferenciação entre a militância e o ativismo não implica juízo de valor e nem pensar que se trata de funções desempenhadas por pessoas diferentes. Cada um de nós pode se comportar ora mais como um militante, ora mais como um ativista, dependendo das estratégias que queira ou precise adotar em razão de seus propósitos políticos. (VEIGA-NETO, 2012, p. 274)

A proposta destes pesquisadores contribui para nossa análise ao detalhar as diferenças entre militância e ativismo, situadas no tempo-espaço do Antropoceno, na qual a potência das redes de comunicação descentralizadas e autônomas não podem ser desconsideradas. Ademais, no reconhecimento da dimensão política do ato de produzir conhecimento, faz-se necessário dar precisão maior ao cerne do objeto de pesquisa desta tese (ativismo), apresentando-o a partir de seu aspecto metodológico e político, ou seja, seus modos de ação, repertórios de protesto e estratégias de luta que melhor o traduzem. Neste sentido, destacamos a pesquisa de Esteves (2017), acerca da causa animal, a qual traz em sua discussão algumas evidências, nos moldes da *teoria das minorias ativas* de Moscovici, de que o veganismo, por exemplo, pode ser caracterizado como um movimento social ativista. O pesquisador descreve que o conceito de ativismo varia entre as ciências, a mídia e o senso comum:

[...] a mídia considerada *mainstream* tende a figurar o protesto e o ativismo como formas de terrorismo, influenciando negativamente a população a construir um distanciamento desse tipo de prática; nas ciências sociais e políticas, por sua vez, o ativismo possui um caráter interventivo enfático que beira a violência. (ESTEVES, 2017, p.19)

Sobre as caracterizações divergentes do termo, a pesquisa de Esteves (2017, p.19) aponta que:

[..] o ativismo de movimentos sociais é atualmente considerado uma prática de grupos empoderados por suas redes, muitas vezes focados exclusivamente nas ações coletivas, públicas e episódicas, que obedecem a uma organização centralizada e contestam instituições formais, em oposição aos movimentos de estilo de vida – individualizados, privados, contínuos e orientados contra normas e práticas culturais (Haenfler, Johnson, & Jones, 2012). Porém, algumas divergências em relação a essa conceituação têm surgido nas últimas décadas. Estudos recentes ressaltam que o comportamento cotidiano é tão importante para a compreensão das práticas políticas e do ativismo quanto as ações em grupo, colocando o dia-a-dia como central para a produção de espaços de ação social ativista. Diversos autores demonstraram a importância dos espaços privativos na formação do posicionamento político, evidenciando a necessidade de se produzir a ciência do ativismo social a partir de uma perspectiva menos centrada nas ações interventivas e públicas, dando ênfase à forma como se constrói socialmente o indivíduo ativista (Maxey, 1999; Melucci, 1985; Scott, 2000; Véron, 2016). Assim, identifica-se uma tendência à abolição da figura do “militante dedicado à mudança revolucionária e distante da mundanidade da vida cotidiana” (Chatterton & Pickerill, 2010).

Tais pesquisas acerca dos novos movimentos sociais e da educação (CASTELLS, 2013; SALES; FONTES; YASUI, 2018; VEIGA-NETO, 2012), apostam no termo ativismo (e sua variação *ciberativismo*) como um vocábulo, que têm surgido nas últimas décadas, a fim de designar sujeitos em movimentos de contestação da ordem social vigente, envolvendo suas

táticas e repertórios de ação coletiva – correlato às ações que se assentam no paradigma dos NMS, conforme nos explica Gohn (2006, 2011). Para a autora, tal paradigma surge diante às problemáticas experimentadas nas democracias representativas do mundo ocidental, em especial, à crise de representatividade partidária vivenciada no alvorecer do século XXI. Uma das pioneiras nos estudos que surgiram no Brasil sobre os movimentos sociais urbanos é Maria da Glória Gohn. Segundo esta pesquisadora (GOHN, 2006) o paradigma do NMS suprime a centralidade de um sujeito específico, predeterminado, um líder, e vê os participantes das ações coletivas como atores sociais.

Gohn (2006) fala deste ator social como um novo sujeito político em movimentação social e participação cidadã, atuando em espaços híbridos (digital e urbano), ativo nas mais diversas lutas contra discriminações e outras questões da modernidade, ativo na promoção de mudanças sociais (e, concomitantemente, na mudança de si). Este, por sua vez, surge num coletivo difuso, não-hierarquizado, sem, necessariamente, se identificar com alguma demarcação partidária; este sujeito, definido pela teoria dos NMS, é o que denominamos ativista. O ativismo, no aspecto político-metodológico, por sua vez, refere-se ao repertório deste tipo de participação social, de contestação, de protestos, de táticas, ou seja, da ação coletiva na qual participam ativistas.

Vimos anteriormente que Paulo Freire, em sua trajetória de militância pela educação (em sua própria acepção), não hesitou após anos da publicação da *Pedagogia do Oprimido* (2011b) em se retratar, de maneira admirável, na *Pedagogia da Esperança* (2011a), sobre a linguagem machista que empenhou na ocasião da escrita da primeira obra, em um claro movimento de reflexão e ação. Incidindo, concretamente, sobre as estruturas a serem transformadas em sua obra. Vê-se aqui um exemplo de práxis educativa - de um teórico ativo na promoção de mudanças sociais e, concomitantemente, na mudança de si próprio - ao empenhar uma escuta ativa, na ocasião, à feministas que lhe fizeram a crítica. Ao realizar um diagnóstico do presente, Freire muda os termos e, conseqüentemente, faz parte da ação de reinventar o futuro. O educador já não está conosco para esta escuta ativa, seguida de parecer a nossa proposição, mas seu exemplo de teórico ativo na promoção de mudanças sociais nos engaja a ressignificarmos termos e posturas relacionadas à Educação Libertadora.

## **2.2 Estudos Críticos Animais e a virada animalista**

Onde estão os Mounier das máquinas, os Lévinas dos animais, os Ricoeur dos fatos? O humano, como podemos compreender agora, só pode ser captado e

preservado se devolvermos a ele esta outra metade de si mesmo, a parte das coisas. Enquanto o humanismo for feito por contraste com o objeto abandonado à epistemologia, não compreenderemos nem o humano, nem o não humano (LATOURE, 1994, p. 134).

A passagem de Latour em epígrafe, ao trazer inquietudes epistemológicas similares àquelas que carregamos nesta pesquisa, chama-nos atenção às abissalidades epistemológicas que procuramos denunciar ao longo desse texto. O Ser-Animal tem sido, historicamente, pensado/teorizado pela ciência hegemônica a partir de áreas como zootecnia, veterinária e as demais que os têm como objeto de estudos. Nas últimas décadas consolida-se na academia a área dos Estudos Críticos Animais (ECA), a qual organiza-se como um espaço heterogêneo de pesquisadores que discutem a complexidade das relações entre Seres-Humanos e Seres-Animais, atendo-se para além dos aspectos meramente biológicos, a partir de diversas áreas do conhecimento, tais como antropologia, a filosofia, as artes, o direito, o trabalho social e a literatura, entre outras (CASTELANO; SORRENTINO, 2015). Este campo de estudo surge nos Estados Unidos, em 2001, partindo dos Estudos Animais (EA) e um dos principais fundadores do ECA foi Steven Best, professor de filosofia da Universidade do Texas em El Paso.

De acordo com Ávila-Gaitán (2017), membro do *Instituto Latinoamericano de Estudios Críticos Animais*, o ECA surge como movimento de resistência a uma certa tendência apolítica e academicista do EA que, até então, não havia firmado de maneira pública ou privada o compromisso social com o movimento animalista, assim como fizera os estudos feministas, *queer* e chicano, no contexto euro-americano. Assim, o ECA, de acordo com o pesquisador demarca sua posição *crítica* no campo do EA, valendo-se do sentido frankfurtiano do termo, ao unir pesquisadores e ativistas que se fundem nesta nova perspectiva, alimentada pela aceção de que a teoria (pesquisa) surge a partir da prática (ativista) e que (pesquisa) possui implicações práticas (social/política). Para Ávila-Gaitán (2017, p. 343) o sentido crítico que diferencia o ECA do EA está assentado no reconhecimento que:

Los ECA tienen, pues, el mérito inicial de recordarnos la materialidad de la teoría, su corporización en aparatos y su relación directa con fuerzas vivas, y de intentar construir un proyecto institucional, el Icas<sup>52</sup>, consecuente con dicho impulso crítico; una cuestión nada sencilla en la medida que se enfrentan a lo que ellos mismos han llamado el «complejo industrial universitario». Adicionalmente, los ECA pretenden retomar la crítica a la metafísica occidental y el humanismo, impulsada por las perspectivas llamadas «post-estructuralistas», «post-modernas» y, filosóficamente hablando, «continentales», de acuerdo con las cuales la dicotomía jerárquica humano/animal estaría conectada con otros tipos de dicotomías como

<sup>52</sup> Sigla em inglês para *Institutos de estudios críticos animales*

razón/emoción, masculino/femenino, teoría/práctica, público/ privado y, en últimas, ideal/material, uno/múltiple o ser/no-ser.

Dussel (1999), ao explicar sobre a diferença entre as ciências sociais funcionais e as críticas, avalia que a primeira Escola de Frankfurt entendeu muito bem que uma teoria poderia ser crítica, se cumprisse com duas condições: ser negativa e material. Por negatividade o autor entende como o não-poder-viver relegado aos oprimidos, especialmente àqueles vítimas do colonialismo o que denomina de negação originária. Todavia, Dussel pondera que (1999, p.8):

Es em este nível que la ‘negativid’ (alienación) aparece como ‘materialidad’: - (para Marx), represión pulsional (para Freud), pedagogia bancária (para Freire), etc. Graciais a Marx y Freud la primeira Escola de Frankfurt había sido crítica. Desde 1970, aproximadamente, por variados argumentos contra Freud o Marx, desde um valioso y pertinente descubrimiento del paradigma lingüístico y pragmático, como razão discursiva em la comunidade de comunicación, pienso que la segunda Escola de Frankfurt perdió criticidad, em tanto negatividad material (nível en el que se sitúa el ética material que se negó antes por el recurso a la ‘transcendentalid’ formalista kantiana).

Na perspectiva da filosofia da libertação dusseliana, crítica toma uma acepção para além de um posicionamento teórico negativo-material (crítico/dialético), trata-se de um posicionar-se de maneira efetiva e praticamente junto com a vítima (analética), ou nas palavras de Dussel (1999, p.8) “como el co-militante que entra en el horizonte práctico de la víctima (negatividade-material) al que se decide a servir por medio de um programa de investigación científico-crítico (explicativo de las causas de su negatividade)”.

Feita as ponderações entre a perspectiva crítica que demarca o ECA e aquela na qual ancoramos esta pesquisa (transmoderna), observamos que há no ECA um espaço de intercâmbios já consolidado, que a nosso ver configurada como uma possibilidade de comunidade de trabalho (SILVA; ARAÚJO-OLIVEIRA, 2004) em co-presença com a ecologia dos saberes (SANTOS, 2010), isto é, de articulação entre diferentes saberes que combinam as práticas científicas, advindas da heterogeneidade de áreas que compõe o ECA, com os conhecimentos do movimento pela causa animal - já que o que o diferencia do EA é justamente o compromisso social firmado com o movimento animalista.

Neste sentido, nossa opção pelo campo transdisciplinar do ECA dá-se por assentar, inicialmente, as intencionalidades desta pesquisa em, pelo menos, dois aspectos: na abertura a articulação de saberes acadêmicos e populares e confere abertura de espaço para o processo de institucionalização do tema da causa animal em instituições de ensino superior latino-americana.

No que se refere a esta institucionalização, Castelano e Sorrentino (2015) apresentam, como resultado de pesquisa de pós-doutoramento, algumas possibilidades de formação em universidades brasileiras, a partir da análise da experiência de quatro universidades da América do Norte, que já possuem consideráveis disciplinas que abordam os ECA. Discorrem sobre o que chamam de formação de sujeitos animalistas, ou seja, “pessoas que se sensibilizam e se envolvem de forma pró-ativa com a causa animal, informando-se e formando-se de maneira contínua para contribuir com ela” (2015, p. 656). Em nossa concepção, parte dos ativistas pela causa animal.

Ao que destacamos nesta pesquisa, contribuindo com a ideia de *ponto de virada* (turning point) para designar o momento exato em que os/as entrevistados/as compreenderam algumas questões importantes relacionadas à posição político-ideológica do abolicionismo animal, gerando uma mudança paradigmática e pragmática em seu modo de vida (CASTELANO E SORRENTINO, 2015).

Já Ávila-Gaitán (2017) apresenta em seu artigo a consolidação da área, ECA, em uma instituição latino americana e tece uma crítica sobre as diferenças situadas desta para outras instituições do “Norte”. Trata-se do Instituto Latino Americano de Estudos Críticos Animais (ILECA). A perspectiva do ILECA se aproxima da filosofia dusseliana quando em sua missão/visão, põe em cheque aspectos duais da ontologia ocidental, mas vai além a propor o objeto do conhecimento (outrem) ao Ser-Animal. A instituição é responsável pela publicação da *Revista latino-americana de Estudos Animais*, pioneira nas discussões na e a partir da América Latina.

O surgimento do ECA, cresce à medida que promove revistas, congressos, seminários, livros, etc. Desta forma, ao incluir as discussões dos ECA na Educação não se trata apenas de defender a institucionalização para aos temas animalistas no âmbito escolar, mas avivar seu ponto de relevante importância social, epistemológica e moral: questionar o modelo de exploração do projeto colonial-capitalista com enfoque nos aspectos relacionais entre Seres construído pela maneira de pensar esse projeto que perpassa o ensino no âmbito escolar.

Estamos cientes que há diferentes áreas do saber que possuem presença marcante nos ECA mas, é importante lembrar que os questionamentos sobre animalidade, humanidade e distinção entre esses Seres, que nos interessa aqui, ou seja, a questão animal, encontrava-se essencialmente na Antropologia, conforme evidenciado na revisão de literatura. Diante dessa constatação, entendemos relevante abordar (mesmo que brevemente), no tópico a seguir, algumas discussões estruturantes acerca da temática.

### 2.3 A Virada Animalista<sup>53</sup>

O lócus acadêmico dessa pesquisa se insere no contexto dos ECA e procura dialogar com alguns debates atuais da chamada “virada animalista na antropologia”. Esta tem se voltado a pensar o lugar do animal em termos epistemológicos e relacionais. Trata-se de um conjunto de estudos etnográficos que têm se interessado pela presença de animais na constituição de coletivos (SEGATA, 2014). Conforme indica Felipe Vander Velden e Címea Barbato Bevilaqua (2016) as etnografias, até então, preocupavam-se com a presença de Seres-Animais, sobretudo em sua dimensão material e simbólica nas interações entre Seres-Humanos; contudo, o estudos das relações entre Seres-Animais e Seres-Humanos, no campo antropológico, tem experimentado uma profunda renovação, haja vista a emergência de novas perspectivas acerca das articulações entre natureza e cultura e o questionamento do próprio valor heurístico da distinção entre elas.

Entretanto, conforme lembra-nos Perrota (2016) não significa dizer que a presença dos Seres-Animais na antropologia seja uma invenção do século XXI. Apenas para ilustrar alguns autores referência da área, temos Lévi-Strauss, Gilberto Freyre e, mais recentemente, Tim Ingold, Donna Haraway, Bruno Latour e Eduardo Viveiros de Castro que produziram e produzem diferentes teorias e pesquisas etnográficas sobre esta relação, produções que, por sua vez, influenciam teórico-metodologicamente uma série de pesquisadores brasileiros, dentre eles Felipe Sussekind, Felipe Ferreira Vander Velden, Jean Segata, entre outros (PERROTA, 2016). No decorrer desta tese, traremos alguns conceitos e categorias, propostos por alguns destes autores, que abordam dois aspectos antropológicos caros à nossa discussão no campo da Educação: denúncias à rigidez das principais oposições (natureza/cultura, animalidade/humanidade) que balizaram o conhecimento ocidental moderno, bem como os anúncios da constituição de coletivos de humanos e não humanos e suas relações de convívio e reciprocidade.

Coerente a nossa opção teórico-metodológica, optamos de início destacar as discussões que se dão desde o sul. Como um dos mecanismos de decolonização, o trabalho do brasileiro Eduardo Viveiros de Castro (1996) junto a Tania Stolze Lima é pioneiro e merece destaque, pois circunda uma matriz filosófica amazônica, com enfoque aos aspectos relacionais entre Seres. Nesta esteira, apontamos outro trabalho, que vai além da etnologia sobre o engajamento entre Seres-Animais e Seres-Humanos em contextos indígenas. Trata-se da coletânea

---

<sup>53</sup> A Virada animalista foi um colóquio internacional, promovido no Collège de France, em 2011, que reuniu pesquisadores da antropologia, da sociologia e da filosofia para debater como as relações homem-animal passaram a constituir um domínio especializado de pesquisa, nas últimas três décadas (SEGATA, 2014).

organizada também por pesquisador/a brasileiro/a (VANDER VELDEN; BEVILAQUA, 2016) que apresentam uma diversidade de pesquisas etnográficas feitas no Brasil, contudo abarcando etnografias também em contextos urbanos. Nesta obra, encontramos um conjunto heterogêneo de temáticas relevantes à construção de nosso referencial teórico, no que se refere a complexa constituição de coletivos humano-animal, que vai desde etnografias sobre movimentos sociais de defesa de animais, passando pelo relacionamento humano com animais de estimação até a etnografias com animais selvagens.

Considerando o debate no contexto dos povos originários, o perspectivismo ameríndio (VIVEIROS DE CASTRO, 1996) é uma síntese conceitual de concepções indígenas, elaborada a partir de uma série de estudos etnográficos sobre povos ameríndios em torno da ideia de multinaturalismo, faceta característica nas concepções etnografadas. Desde este(s) ponto(s) de vista(s), o/a antropólogo/a nos convida a refletir sobre outro modo (invertido) do pensamento ocidental-moderno, predominante de faceta ontológica mononaturalista.

Tais facetas, destacadas pelo perspectivismo ameríndio, são descritas de maneira bem objetiva na introdução da coletânea *Novas Antropologias* (VANDENBERGHE; WEID, 2016, p. 10-11):

Em vez do mononaturalismo, de uma só natureza (universal) para várias culturas (particulares), os ameríndios nos propõem pensar em um multinaturalismo, múltiplas naturezas para uma só cultura ou espírito. Se, na cosmologia ocidental, a unicidade da natureza é garantida pela universalidade objetiva dos corpos e da substância e a multiplicidade das culturas é gerada pela particularidade subjetiva dos espíritos e dos significados, a concepção ameríndia supõe, ao contrário, uma unidade do espírito entre todos os seres e uma diversidade dos corpos. A “cultura” ou o sujeito é para eles a forma do universal, enquanto a “natureza” ou o objeto, a forma do particular. Se o Espírito é o lugar da comunicação metafísica entre todos os seres existentes, os corpos fazem-se lugar da diferenciação, da singularização, da especiação. Em vez de pensar categorias puras e polares, os ameríndios pensariam em termos de diferenças intensivas, internas.

Trata-se de uma matriz relacional que enfatiza a inversão dos conceitos fundamentais da antropologia clássica: cultura e natureza. Viveiros de Castro (1996, p.116) explica que estas categorias, no pensamento ameríndio, não apenas integram os mesmos conteúdos “como não possuem o mesmo estatuto de seus análogos ocidentais elas não designam províncias ontológicas, mas apontam para contextos relacionais, perspectivas móveis, em suma, pontos de vista”.

O que acontece na modernidade ocidental é que temos o nós (centro de consciência) e os outros. Nada mais é humano exceto o nós. No universo, somos a espécie eleita, a condição humana (consciente), que habita (corpos) apenas humanos. Na matriz filosófica ameríndia, o

referencial comum a todos os Seres não é o Ser-Humano, enquanto espécie, mas a humanidade enquanto condição, portanto a condição original comum (aos humanos e animais) não é a animalidade e sim a humanidade (VIVEIROS DE CASTRO, 1996). Nesta visão, a condição humana não se fecha nas roupas (termo empregado pelo autor), ou seja, nos corpos humanos, ela perpassa todo o universo e, portanto, cada espécie é um centro de consciência próprio (perspectivismo). O corpo animal, por exemplo, é uma veste/roupa que comporta uma essência humana (alma) o que inverte o pensar ocidental de que somos animais (com alma) em roupas humanas (especialmente conscientes). Nas palavras de Viveiros Castro (1996, p. 117):

Em suma, os animais são gente, ou se veem como pessoas. Tal concepção está quase sempre associada à ideia de que a forma manifesta de cada espécie é um mero envelope (uma roupa) a esconder uma forma interna humana, normalmente visível apenas aos olhos da própria espécie ou de certos seres transespecíficos, como os xamãs. Essa forma interna é o espírito do animal: uma intencionalidade ou subjetividade formalmente idêntica à consciência humana, materializável, digamos assim, em um esquema corporal humano oculto sob a máscara animal.

Percebamos que esta afirmação antropológica dá-se, por óbvio, não porque um Ser-Animal enunciou-se: “pois bem, sou gente e me vejo como tal!”, mas desde este ponto de vista epistemológico, a figura do xamã – um sacerdote que transita em outras dimensões do mundo carnal e espiritual – funcionaria como um tradutor da política cósmica. Viveiros de Castro (1996) esclarece que o perspectivismo ameríndio estabelece uma íntima relação com o xamanismo de que é ao mesmo tempo o fundamento teórico e o campo de operação. Nesse sentido, “se o multiculturalismo ocidental é o relativismo como política pública, o xamanismo perspectivista ameríndio é o multinaturalismo como política cósmica” (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 120).

Cabe esclarecer que o perspectivismo não abarca, via de regra, todos os Seres-Animais, tampouco esquematiza uma relação de convívio simétrica e harmônica entre as espécies e seus lugares de percepção. Pelo contrário, “a ênfase parece ser naquelas espécies que desempenham um papel simbólico e prático de destaque, como os grandes predadores, rivais dos humanos, e as presas principais dos humano” (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 118). O foco, basicamente, se dá na relação predador e presa.

Ao ponderar esse foco, observamos que de acordo com Vander Velden (2016), a julgar pelo volume de etnografias sistematizadas que trazem a relação predador e presa (onças, anacondas / porcos-do-mato, cutia, etc.), certamente evidencia-se um notável interesse dos povos indígenas sul-americanos por estes animais e da valorização simbólica da caça atrelada

a este contexto relacional. Contudo, concordamos com o pesquisador quando tece uma crítica a essa vivacidade da etnologia para com os grandes predadores, trazendo um aspecto epistemológico decolonial (VANDER VELDEN, 2016, p. 409):

Que a beleza e a potência dos grandes predadores exercem forte atração ao pensamento social e aos modos de ser ocidentais modernos, sobretudo masculinos – nos quais sobrevivem os mais fortes –, parece claro. Focalizar as presas nada mais é do que o reverso desta mesma moeda, agregadas as tintas de um certo utilitarismo (aquele que os porcos só interessam ao investigador porque interessam aos índios). Mas e tudo aquilo que, para além de comer humanos ou ser comida de humanos, vive e convive cotidianamente com os humanos em suas casas, roças, caçadas, durante virtualmente todo o tempo?

O pesquisador argumenta que há diminutas reflexões antropológicas que tragam a convivência e coexistência de Seres-Humanos com outros seres não considerados pelo sentimentalismo antropomorfizante do ocidente contemporâneo (DESCOLA 1998, *apud* VANDER VELDEN, 2016). No contexto de uma de suas pesquisas com os indígenas Karitiana, enfoca a relação ambígua de *carisma e inimizade* que os Karitiana (povo indígena na Amazônia rondoniense) constroem no convívio com os pequenos espíritos vampiros - mosquitos anofelinos vetores de malária - ou melhor, como designa o antropólogo, os outros desprezados. De maneira situada, Vander Velden (2016) argumenta que ao avaliarmos como diferentes ontologias compreendem a interação entre pessoas e doenças, somos interpelados a (re)pensar nossa relação com os pequenos seres que julgamos deletérios e/ou incômodos, o que conduz a uma fissura na reflexão acerca do posicionamento que atribuímos a essas criaturas em nosso próprio mundo.

Mas como estes (e outros) debates da virada animalista, sejam eles sobre animais grandiosos ou pequenos, contextos indígenas ou urbanos, podem contribuir epistemologicamente com o campo da Educação? Certamente, ao partir dos debates nos mais diversos contextos onto(bio)lógicos, conforme contribui Vander Velden (2016), seus conteúdos e métodos podem vir a provocar uma mudança paradigmática nas práxis educativas, no que se refere aos contextos relacionais que a questão animal demanda.

### **2.3 Ecologizar a práxis educativa no Antropoceno**

Meu pai, quando encontrava um problema na roça, se deitava sobre a terra com o ouvido voltado para o seu interior, para decidir o que usar, o que fazer, onde avançar, onde recuar. Como um médico à procura do coração (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 100).

O derradeiro caminho que valida o paradigma ocidental-moderno é configurado por muitos enfrentamentos sociais e culturais, no contexto europeu em meados do século XVII. De acordo com Santos (2019) esta conjuntura ainda era muito influenciada pela escolástica e tanto Rene Descartes e Francis Bacon se opuseram a ela, cada qual a seu modo; para um o experimento torna-se imprescindível e para o outro o uso da razão torna-se fundamental. Do ponto de vista epistemológico, para ambos o progresso das ciências estava até então inviabilizado, pois as doutrinas antigas eram tomadas como verdades eternas e só serviam para evidenciar o que já estava dado. Para além dos aspectos meramente metafísicos das doutrinas, *decifrar a natureza, controlá-la e usurpá-la a nosso serviço* era o caminho para o progresso científico. Assim nasce a ciência ocidental-moderna que marca a hermenêutica do Antropoceno.

Os séculos que seguem, XVIII e XIX, emerge com o desenvolvimento das ciências, que para além de explicar fenômenos naturais e físicos, passaram também a se ater aos fenômenos humanos. Essa ascensão contribuiu para a implementação e consolidação de políticas de colonização africana, asiática, australiana e americana, tendo respaldo nas Ciências Humanas, entre elas a Antropologia, consolidaram metodologias fundamentadas em atitudes eurocêntricas o que facilitou serem apropriadas pelos colonizadores com o intuito de dominar territórios e pessoas (GONÇALVES JUNIOR *et al.*, 2021).

Passados alguns consideráveis séculos observamos que, na conjuntura política-social-ambiental do século XXI, o enfrentamento dos problemas socioambientais estão visceralmente ligadas ao enfrentamento da crise do modelo civilizatório colonial; este associado ao paradigma ocidental moderno de ciência e à lógica de produção capitalista. Diante disso, entendemos que todas as questões ecológicas, deste século, são eminentemente questões sociais (BOFF, 2015; GADOTTI, 2001).

A época da dominação antrópica, o Antropoceno, é uma era sincrônica à modernidade em sua culminância urbano-industrial-capitalista. Conceito tão recorrente (quanto controverso) em centenas de livros e artigos científicos, como por exemplo nas análises de Krenak (2019, 2020a, 2020b) e com uma multiplicidade de propostas alternativas em Donna Haraway (2016). Muito embora tenha sido cunhado nos anos 1980, esta designação torna-se popularizada na década de 2000 por Paul Crutzen, um cientista atmosférico holandês vencedor do Prêmio Nobel de Química de 1995. O Antropoceno por vezes é considerado uma era geológica real, por vezes tratado apenas uma metáfora mas, o que não se pode negar é que ele desvela sérios problemas ambientais como o da pegada ecológica humana, que já excede em 50% a capacidade de

regeneração e absorção do planeta, sendo que 80% de sua população vive em países cuja biocapacidade já está abaixo de sua pegada ecológica.<sup>54</sup>

Assim, o padrão de apreciação, de explicação e de ação sobre a realidade circundante adotado nesta pesquisa, ou seja, o paradigma científico que ilumina nossa práxis educativa, é planetário. Planetariedade aqui compreendida como uma prática de tratar o planeta como um ser vivo e inteligente (KRENAK, 2019, 2020a b; GADOTTI, 2001; BOFF, 2015) que totaliza uma grande comunidade de vida. Essa percepção de que o planeta Terra é um ser vivo que possui autonomia e identidade não é recente, tampouco inovadora. Apenas para citar alguns exemplos em cosmovisões (ou filosofias originárias), temos a *Gaia* da mitologia grega e a *Pachamama* da cultura andina.

Diante disso, cremos não ser mais lúcido analisar modelos sociais, epistemológicos e de classificações de Seres vivos isoladamente ou em caráter absoluto, mas sempre em relação com o conjunto das relações que o constituem, o equilibram e o autorregulam. Explicamo-nos: ao situar uma pesquisa e posicionar-se em um paradigma, revelamos a interpretação que fazemos do modelo de sociedade que temos e aquele que almejamos ter, como já dissemos anteriormente.

Na perspectiva da ética do cuidado, evocada por Leonardo Boff (2015), o elemento central da planetariedade reside na exigência de que tudo seja ecologizado. A Ecologia, enquanto ciência aplicada, contribui para divulgar como as condições essenciais para a vida podem ser mantidas atualmente. Ainda sobre esta acepção, o autor, aponta que a Ecologia se define no marco das relações entre os diversos saberes acerca da forma como todos os seres dependem uns dos outros, perfazendo uma grande teia de interdependência. Pondera também o autor que a Ecologia não substitui os saberes específicos, paradigmas, métodos e resultados particulares da Física, Biologia, Antropologia, Cosmologia, entre outros, contudo sua característica reside na interdependência que os objetos, por elas estudadas, guardam entre si. De acordo com o autor, a transversalidade dessas áreas pode ser chamada de ecologização de todos os saberes.

Já na esteira das epistemologias pós-abissais, Boaventura de Sousa Santos (2010) propõe a ecologia dos saberes. A injustiça social global, diz o sociólogo português, está imbricada à injustiça cognitiva global e, portanto, a luta pela justiça social global exige um novo pensamento, um pensamento pós-abissal, que esteja alinhado às esferas que estruturam a vida cotidiana.

---

<sup>54</sup> Informações disponíveis em: <https://pt.unesco.org/courier/2018-2/antropoceno-os-desafios-essenciais-um-debate-cientifico>. Acesso em 15 fev. 2021.

Na linha abissal, explica Santos (2010), à ciência moderna é concedido o monopólio da distinção universal entre verdadeiro e falso. Este monopólio está no cerne da disputa epistemológica de validade universal da verdade científica. Ao se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso, outros tipos de formas de conhecer que não se encaixem na sua forma de validade universal, como por exemplo, os conhecimentos plebeus, camponeses, indígenas, constituem-se aqueles que estão do outro lado da linha. Esta cartografia epistemológica é constitutiva do conhecimento moderno, da colonialidade do saber. A zona colonial, nesta visão, é apenas um universo das crenças e mitos, onde habita apenas práticas incompreensíveis, mágicas ou idolátricas, como por exemplo o culto andino à *Pachamama*.

A completa estranheza das cosmovisões ameríndias por parte dos colonizadores europeus, durante as invasões e apropriações da América Latina, foi justificada por meio dos fundamentos do pensamento científico hegemônico da época: “com base nas suas refinadas concepções de humanidade e de dignidade humana, os humanistas dos séculos XV e XVI chegaram à conclusão de que os selvagens eram sub-humanos. A questão era: os índios tem alma?” (SANTOS, 2010, p. 37). Cavoucando um pouco mais a origem de tais concepções, Santos (2019) lembra-nos que esta estrutura dualista binária entre razão e o corpo da alma – característico do etnocentrismo ocidental – tem suas raízes em Platão e Aristóteles; deixando suas marcas na aceção de verdade ocidentalcêntrica.

Questões e provas de humanidade mantêm-se firmes até tempos recentes, muito embora agora buscando afirmar justamente o contrário à conclusão dos humanistas: os indígenas de outrora são tão humanos (e etnocêntricos) quanto nós. Lévi-Strauss, por exemplo, buscou provar que etnocentrismo não seria privilégio apenas dos ocidentais. Viveiros de Castro (1996) lembra-nos que na época dos estudos de Lévi-Strauss, a estratégia da ciência antropológica para se requerer a plena humanidade dos indígenas (questionada outrora, em tempos quinhentistas) era demonstrando que eles faziam as mesmas distinções que os invasores europeus. O antropólogo cita o conhecido texto de Lévi-Strauss (1973a: 384, *apud* CASTRO, 1996 – tradução do autor) para ilustrar:

Nas Grandes Antilhas, alguns anos após a descoberta da América, enquanto os espanhóis enviavam comissões de inquérito para investigar se os indígenas tinham ou não uma alma, estes se dedicavam a afogar os brancos que aprisionavam, a fim de verificar, por uma demorada observação, se seus cadáveres eram ou não sujeitos à putrefação.

Um dos pontos revelados por Lévi-Strauss nesta passagem, segundo Viveiros de Castro (1996), foi que se o invasor europeu recorria às ciências sociais, o indígena recorria às ciências naturais; e se aqueles concluíam que os indígenas eram animais, estes se contentavam em desconfiar que os ocidentais fossem divindades. Portanto, ambos faziam ciência, mas pautados no etnocentrismo e a oposição natureza/cultura.

Por outra via, Viveiros de Castro (1996, p.124) a explorar a construção contemporânea do conceito de perspectivismo ameríndio, segue afirmando que, nos dias atuais:

Agora, tudo mudou. Os selvagens não são mais etnocêntricos, mas cosmocêntricos; em lugar de precisarmos provar que eles são humanos porque se distinguem do animal, trata-se agora de mostrar quão pouco humanos somos nós, que opomos humanos e animais de um modo que eles nunca fizeram: para eles, natureza e cultura são parte de um mesmo campo sociocósmico. Os ameríndios não somente passariam ao largo do Grande Divisor cartesiano que separou a humanidade da animalidade, como sua concepção social do cosmos (e cósmica da sociedade) antecipa as lições fundamentais da ecologia, que apenas agora estamos em condições de assimilar (Reichel-Dolmatoff 1976). Antes se observava a recusa, por parte dos índios, de conceder os predicados da humanidade a outros homens; agora se sublinha que eles estendem tais predicados muito além das fronteiras da espécie, em uma demonstração de sabedoria "ecosófica" (Århem 1993) que devemos emular, tanto quanto permitam os limites de nosso objetivismo.

A apropriação do conhecimento da zona colonial e a violência exercida nela foi justificada na modernidade, produziram abissalidades que resultaram no apagamento de muitas sabedorias ancestrais, a que nos parece, como a sabedoria ecosófica mencionada por Viveiros de Castro (1996).

Não se trata de desqualificar todo o conhecimento produzido pela ciência moderna, observados seus aspectos coloniais. O pensamento pós-abissal, proposto por Boaventura de S. Santos (2010), confronta a monocultura da ciência moderna com a ecologia de saberes. Ecologia de saberes pode ser resumida como um aprender usando epistemologias do Sul e com o Sul, implicando em renunciar a qualquer epistemologia que se julgue detentora da verdade geral/universal. A ideia central reside no conhecimento enquanto interconhecimento.

[...] o Sul anti-imperial, o Sul das epistemologias do Sul, não é a imagem invertida do Norte das epistemologias do Norte. As epistemologias do Sul não têm como objetivo substituir as epistemologias do Norte nem colocar o Sul no lugar do Norte. O objetivo é ultrapassar a dicotomia hierárquica entre Norte e Sul. O Sul que se opõe ao norte não é o sul constituído pelo norte como vítima, e sim o sul que se revolta a fim de ultrapassar o dualismo normativo vigente. [...] Em lugar da universalidade abstrata, promovem a pluriversidade. [...] As epistemologias do sul pretendem mostrar que aquilo que são os critérios

dominantes do conhecimento válido na modernidade ocidental, ao não reconhecerem como válidos outros tipos de conhecimentos para além daqueles que são produzidos pela ciência moderna, deram origem a um epistemicídio. [...] Essa tarefa é tão importante hoje em dia quanto o foi no tempo do colonialismo histórico, uma vez que o desaparecimento deste não implicou o fim do colonialismo como forma de sociabilidade baseada na inferioridade étnico-cultural e, inclusivamente, ontológica do outro – aquilo que Aníbal Quijano (2005) chama de colonialidade. (SANTOS, 2019, p. 26-27)

Visto a característica interrelacional do conhecimento apontada pelos autores (BOFF, 2015; SANTOS, 2010) nas categorias ecologia de saberes e ecologização de todos os saberes, entendemos neste estudo como uma atitude ecologizadora a retomada (ou renovação) das formas de diálogo com a natureza, da qual fomos apartados ou dicotomizados, enquanto humanidade, pela lógica racional do paradigma ocidental-moderno e que está nos conduzindo a um colapso planetário.

No sentido de dialogar com a atitude ecologizadora que propomos, destacamos uma passagem da entrevista de Viveiros de Castro (2019) à Pública<sup>55</sup>, na qual discorre sobre as lições concretas que os povos indígenas ameríndios podem nos dar a respeito dos desdobramentos decorrentes do Antropoceno (ou o tido fim do mundo). O pesquisador traz argumentos e relações que coadunam com o que pretendemos comunicar:

É evidente que os 7 bilhões de pessoas humanas que vivem no planeta Terra não podem viver como vivem, hoje, uma população de 500 pessoas na Amazônia. Mas os povos indígenas, em geral no mundo inteiro, e não só os povos indígenas brasileiros, têm uma relação com o resto da realidade, particularmente com a realidade biológica, viva, outros seres vivos, que é muito diferente daquela que está implícita no nosso modo de vida e explícita em várias doutrinas religiosas, filosóficas etc. Qual é essa relação? Essas populações se veem como parte de um universo no qual elas estão no mesmo nível que os demais seres. Não quer dizer que eles preferem ser outros seres. Eles só se percebem como no mesmo nível, como sujeitos às mesmas condições metafísicas de existência, digamos assim. O que acontece na modernidade ocidental é que o homem se considera como um ser de exceção. Ele é um animal, mas ele tem alguma coisa que os animais não têm. Antigamente chamava de alma, agora é cultura, ciência, tecnologia... Mas é alguma coisa que torna o homem metade animal, metade anjo, alguma coisa assim. E o lado extra-animal, superanimal do homem, compensa, cancela, libera a espécie dessa imanência terrestre — transcende a realidade material. Já os povos tradicionais, porque a história os conduziu a outra direção, não se veem acima das demais criaturas. Eles podem achar que os homens são mais inteligentes do que os jacarés, mas eles não acham que essa diferença é uma diferença de grau, não é uma diferença de natureza. Para nós, é uma diferença de natureza. É uma espécie de hipocrisia. Porque a gente tem essa sensação de que a gente é dotado de alguma coisa que nos tira de qualquer problema,

<sup>55</sup> Entrevista disponível em: <https://apublica.org/2019/10/viveiros-de-castro-estamos-assistindo-a-uma-ofensiva-final-contr-a-os-povos-indigenas/>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

que as outras espécies vão se extinguir, mas a nossa não — quando a gente sabe que vai se extinguir também. É como se a espécie humana fosse o único animal que, porque ela sabe que é um animal, ela não é um animal. Porque, como ela sabe que é um animal, isso a torna diferente de todos os outros animais e, portanto, não é animal. O que é uma contradição em termos. Ao saber que é um animal, devia torná-la mais atenta às condições que a aproximam dos outros animais: da necessidade de um ambiente tolerável pela espécie.

Diante de tais considerações, entendemos que para uma tomada de atitude ecologizadora, que comporte uma percepção da realidade para além do fundamentalismo da cultura ocidental, faz-se necessária uma mudança de paradigma. Leonardo Boff (2015) lembra-nos que foram os físicos quânticos Fritjof Capra e Thomas Kuhn que introduziram no debate científico, na segunda metade do século XX, a questão da mudança de paradigma civilizacional moderno. Boff, por sua vez, parte deste debate para defender a consolidação do que chama de paradigma planetário, o que implica em pensar a partir de uma outra narrativa: a Terra é um sistema complexo e suas dimensões física, vital, mental e espiritual articuladas entre si (BOFF, 2015), portanto todos os Seres-Vivos animados, inanimados, visíveis e invisíveis, cujas relações dinâmicas compõem ecossistemas de vida nestas articulações, são seres interdependentes.

Portanto, com relação aos enfrentamentos à lógica de produção capitalista, que perfaz o modelo civilizatório colonial, primeiramente é preciso compreender que vivemos diante de um colapso planetário: não é possível mais continuar consumindo sem nos preocupar com a exaustão dos elementos da natureza explorados pelos Seres-Humanos; continuar populando<sup>56</sup>, o planeta sem temer uma superpopulação humana, haja vista a pegada ecológica humana; continuar populando o mundo com ‘animais de corte’ por meio do agronegócio, para suprir as necessidades de parte da população (haja vista todos os problemas ambientais decorrentes do processo de ‘produzir corpos matáveis’); não temer que atuais guerras mundiais (por elementos da natureza já escassos) possam dizimar nossa biosfera. Esperançamos que a tradução intercultural dos conhecimentos possa ajudar no enfrentamento desse colapso, ao trazer para o debate, por exemplo, o caráter colonial da ontologia como contribui as pesquisas de Viveiros

---

<sup>56</sup> Assim como temos escutado de Ailton Krenak em algumas recentes *lives*: este posicionamento costuma ser mal interpretado. De antemão esclareço que, por óbvio, não se trata de uma visão eugenista, mas sim coerente às proposições planetárias. Há de se compreender que o ponto de partida é o ‘eco’ e não o ‘ego’ neste posicionamento. Posiciono-me partindo da perspectiva adotada de que Seres-Humanos são interdependentes, espécies simétricas às demais (KRENAK, 2019, 2020a b; DERRIDA, 2002, 2004; HARAWAY, 2008) e assim considero que nas propostas de enfrentamentos às injustiças sociais (ou melhor, sociocósmica) o processo de conscientização sobre a proliferação de nossa própria espécie, seja igualmente um direito de toda a população humana para que assim haja tomada de decisão consciente. Algumas políticas públicas de planejamento familiar e controle de natalidade já atuam neste sentido, ainda que de maneiras desiguais (submetidas às injustiças sociais que as regulam: controle de natalidade aos pobres; planejamento familiar às classes abastadas).

de Castro, bem como Ailton Krenak ao posicionar-se com o conceito indígena (Krenak) de humanidade.

Contudo sabemos que há barreiras conhecidas na academia, mas que os Estudos Decoloniais procuram transpor. Santos (2019) defende que um dos caminhos à descolonização cognitiva, dá-se por meio dos próprios conhecimentos e metodologias nos quais a ciência hegemônica é produzida. Conforme discorre o autor (SANTOS, 2019), saberes e conhecimentos são marcados em lugares distintos pela ciência hegemônica o que dificulta o encontro de fissuras para superar esta dicotomia como, por exemplo, no campo discursivo. Num exercício metalinguístico, poderíamos exemplificar esta marcação de abissalidade nas próprias regras que incidem na produção do gênero do discurso (tese). Algum leitor/a, poderá considerar conhecimentos aqueles advindos de Boff, Santos e Viveiros de Castro, haja vista que os primeiros transitam na dimensão normativa da língua escrita acadêmica, organizando *categorias, conceitos* e afins, exigidas enquanto formas instrumentais na produção escrita de quaisquer tese nos moldes padrão. Já o pensador indígena que transita na dimensão normativa da oralidade (característica dos povos indígenas) e não produz ciência da forma instrumentalizada exigida nos moldes padrão (instrumentalização advinda da própria ciência moderna do discurso) poderá ter a sua discursividade, tão científica quanto a outra, considerada saber (na concepção bancária, não erudito) e não conhecimento (erudito).

No entanto, ao considerarmos que as epistemologias do sul, consoante aos pressupostos dos Estudos Decoloniais, “invocam necessariamente ontologias outras (revelando modos de ser diferentes, os dos povos oprimidos e silenciados, povos que tem sido radicalmente excluídos dos modos dominantes de ser e conhecer)” conforme coloca Santos (2019, p.19), encontramos neste espaço as fissuras que procuramos para esta ocupação ontológica posta por Ailton Krenak em sua acepção da categoria humanidade. Ocupação ontológica mais do que urgente no campo educacional, haja vista a persistência desta em fincar-se em zonas ainda muito egocentradas (no e para o Ser-Humano), produzindo e escondendo linhas abissais criadoras de zonas de não-ser, que apartam perspectivas ecocentradas (KRENAK, 2019, 2020a, 2020b; BOFF 2015).

Sinalizamos ainda, como exemplo de umas das dimensões daquilo que entendemos como atitude ecologizadora na práxis educativa, o diálogo norte-sul presente na obra *Medo e Ousadia* de Paulo Freire e Ira Shor quando abordam aspectos práticos da Educação Libertadora, para além das fronteiras do ‘Terceiro Mundo’, como possibilidades ao enfrentamento (norte-sul) de diversos *temores* lançados no século XXI. Outro exemplo contemporâneo, é o ciclo de estudos *Conversas Selvagens*, que desde 2018 reúne em rodas de conversas pesquisadores de culturas aparentemente distantes entre si, em torno de eixos criados a partir das

correspondências temáticas entre saberes científicos, indígenas, artísticos, acadêmicos e ancestrais.<sup>57</sup> O que nos chama a atenção nestes diálogos é a boniteza da tradução intercultural que se dá no encontro de educadores brasileiros e norte-americanos, neurocientistas, físicos quânticos e indígenas, entre outros.

#### **2.4 Contexto pandêmico: uma problemática em curso**

Em 2009, no México, surge a gripe suína. Em 2014, Guiné, registra o maior surto de Ebola. Mais recentemente, em 2019, na China, tivemos o início e lócus da contaminação da COVID-19. Sete anos após a publicação do relatório da FAO *Pecuária Global 2013: Mudando as Paisagens das Doenças* momento histórico de luta de várias nações contra um único organismo do planeta, o novo coronavírus (SARS-CoV-2)<sup>58</sup>. No tocante às causas estruturais que vinculam essas doenças, que conhecimentos podemos desvelar? Epidemiologistas como Paim e Alonso (2020) apontam que a complexa relação entre Seres-Humanos e Seres-Animais, nas mais diversas esferas da vida social, favorecem o surgimento atual de grande parte das pandemias.<sup>59</sup>

No período em que produzimos esta seção da pesquisa (abril de 2020 a setembro de 2021), considerável parte da população mundial encontra-se suspensa de sua normalidade e muitos pesquisadores estão produzindo ensaios que corroboram com a tessitura argumentativa desta tese. O contexto pandêmico ilustra uma séria nuance da problemática investigada em nossa pesquisa: a relação exploratória e predatória capitalista e colonialista do Ser-Humano para com os Seres-Animais. Nossa conjectura é que a herança colonial-moderna cunha um projeto civilizatório que concede (também) aos Seres-Animais o estatuto da *não-existência*. Compreendemos igualmente que para que esta invisibilização do Ser-Animal saia do campo discursivo e político do não-dito, a produção do conhecimento acadêmico deve buscar por

---

<sup>57</sup> Canal disponível em: <https://www.youtube.com/c/SELVAGEMciclodeestudossobrevida>. O diálogo entre o cientista Antônio Nobre e o pensador indígena Ailton Krenak, traz especialmente a discussão em torno da urgência desta mudança de paradigma científico.

<sup>58</sup> De acordo com o site do Ministério da Saúde “[...] os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente, os coronavírus que infectam animais podem infectar pessoas, como exemplo do MERS-CoV e SARS-CoV. Recentemente, em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan na China e causou a COVID-19, sendo em seguida disseminada e transmitida pessoa a pessoa”. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em 25 jan. 2021.

<sup>59</sup> Atualmente, cerca de três em cada quatro novas doenças são zoonóticas. Um relatório da ONU, publicado em 2013, aponta que 70% das novas doenças em humanos tiveram origem animal. O relatório ainda relaciona que as enfermidades surgiram do aumento do consumo de carne e da expansão das terras agrícolas. (PAIM; ALONSO, 2020). Ainda é muito cedo para afirmar a origem da COVID-19, entretanto há certo consenso entre os pesquisadores quanto à hipótese da origem do vírus ser decorrente de animal selvagem, conforme apontam a pesquisadora e o pesquisador na área de epidemiologia.

outras epistemologias, que foram relegadas a segundo plano pela colonialidade do saber, como nos diz Quijano (2010).

Tomemos este momento histórico-político-econômico, o contexto pandêmico entre os anos de 2020-22, à luz do pensamento decolonial. Boaventura de Sousa Santos (2020), ao teorizar sobre/n-este contexto, traceja uma alegoria usando uma narrativa construída por três reinos. Estes por sua vez, são delineados em duas dimensões invisíveis e uma dimensão visível, a qual propomos imaginar como a metáfora de um grande *iceberg*. O primeiro reino, o mais submerso, é denominado pelo autor como o “reino da glória celestial ou perdição infernal” sendo imperados por invisíveis todo-poderosos.

O sociólogo refere-se aos invisíveis todo-poderosos, como três seres alegóricos que habitam (e regem) o cotidiano do atual projeto civilizatório, operando no dualismo bem e mal: o deus (das instituições), o vírus e os mercados. De acordo com o autor, “apesar de onipresentes, todos estes seres invisíveis têm espaços específicos de acolhimento: o vírus, nos corpos; deus, nos templos; os mercados, nas bolsas de valores” (SANTOS, 2020, p. 11).

No segundo reino o “das causas” (invisível mas, menos submerso que o primeiro), encontramos o lócus que ocorrem às mediações entre o humano e o não humano e onde reinam mais três unicórnios<sup>60</sup>: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Estes unicórnios, por sua vez, são igualmente regidos pelos três todo-poderosos sendo “invisíveis na sua essência e na essencial articulação entre eles. A invisibilidade decorre de um sentido comum inculcado nos Seres-Humanos pela educação e pela doutrinação permanentes” (SANTOS, 2020). Já no terceiro reino o “das consequências”, (visível, ou seja, a ponta do iceberg), pode-se visualizar a paisagem na qual os seres invisíveis mostram sua cara: desigualdade social, riqueza extrema, destruição da vida no planeta e a iminente catástrofe ecológica.

Seguindo esta alegoria, podemos dizer, especificamente, que os desdobramentos antropocêntricos também têm seus espaços de acolhimento. Nos templos, a não-existência do Ser-Animal reside na onipresença da cosmovisão ocidentalocêntrica da modernidade que cultiva o dualismo cartesiano entre entes humanos e natureza e é alimentada, por sua vez, pelos tentáculos do capitalismo histórico, o qual situa estes seres no lugar de ‘recurso natural’: corpos sem alma e matéria-prima à disposição do capitalismo (produção em escala de corpos matáveis). Já os mercados encarregam-se de monetizar estes corpos nos seus mais diversos segmentos (a exemplo o agronegócio), independentemente se a sua monetização - onipresente pela sua mão invisível - implicará no consumo do próprio planeta, onde habitam todos os seres,

---

<sup>60</sup> Santos (2020) utiliza a imagem do unicórnio como metáfora da ferocidade e selvageria dos três sistemas que, assim como unicórnios, têm um ponto fraco, sucumbindo à astúcia de quem o souber identificar.

inclusive os próprios corpos (humanos) que deliberam nas bolsas de valores. E por fim, a onipresença de alguns vírus que habitariam naturalmente determinados Seres-Animais, mas acabaram chegando a nós, Seres-Humanos, mudando a “paisagem das doenças” (FAO, 2013) e desequilibrando estruturas políticas, econômicas e sociais, conforme estamos vivenciando em 2020/21. O Ser-Humano e toda a vida planetária estão sujeitos a esses seres imprevisíveis e se estes continuarem ativos, na perspectiva do atual projeto civilizatório (colonial, patriarcal e capitalista), seremos uma espécie em extinção, muito em breve, precisamente como pronunciam Eduardo Viveiros de Castro (1996) e Ailton Krenak (2019a; 2019b; 2020; 2021) entre outros autores.

Se por um lado a excepcionalidade da conjuntura pandêmica reforça a cautela no tocante a hermenêutica de suas causas (SANTOS, 2020), por outro, face ao caos social decorrente dela, a falsa ideia de que o Ser-Humano possui um status especial torna-se ainda mais visível e nos provoca a reavaliar o que concebemos por nossa própria natureza humana. Ao que nos parece, consoante ao que defende Ailton Krenak (2020a, 2020b), nós, os povos humanos, habituamos-nos demasiadamente com um conceito circular, no sentido ontológico, de humanidade. E, nesse lócus epistêmico reside um problema educacional, uma vez que este conceito atravessa processos educativos hegemônicos, também de maneira onipresente.

O contexto pandêmico apresenta-nos, deste modo, como um termômetro da situação-limite nos revelando um percebido-destacado acerca do atual modelo social de relações interespecies, estas constantemente invisibilizadas pela articulação dos unicórnios no campo educacional, conforme destacado por Santos (2020). Entendemos, portanto, que o tema-problema nesta relação reside no seio de dois conectados assuntos: o modelo estrutural da modernidade, que opera na sujeição da ecologia à economia (conduzido pelos unicórnios) e seus desdobramentos antropocêntricos na dimensão educativa do ser humano, no que se refere a como percebemos outrem na cultura ocidental moderna, com a finalidade de manter o *status quo* das relações.

Neste sentido, quanto a organização das lutas e resistências dos dias de hoje, o pressuposto teórico-prático presente em Freire (2000), a justa raiva, parece-nos também uma importante categoria para descrever alguns atos de rebeldia, promovidos à mobilização conscientemente revolucionária do movimento pela causa animal, frente a forte retomada destes três unicórnios a que nos fala Santos (2020).

Considerando que as sociedades humanas são, por natureza biológica, sociedades animais, há, por conseguinte, uma relação recíproca de constitucionalidade social entre Seres-Humanos e todos os demais seres. Nesta perspectiva, as singularidades humanas no sentido da

auto-eco-organização<sup>61</sup> permite-nos lembrar de que somos nós (Seres-Humanos) a espécie que pergunta (MOSÉ, 2019) e, portanto, os supostos detentores da excepcionalidade de interrogar, concatenar argumentos e definir, no sentido ontológico, o que é ou não é próprio da substância humana. Parece-nos evidente, pois, que na seara da antropologia filosófica, quem delibera sobre a natureza humana - por extensão pragmática, também animal - é o próprio Ser-Humano. E, nesta direção, o campo da Ética Animal tem colaborado significativamente com as discussões.

O que queremos comunicar é que quando reavaliamos a percepção do outro, como nos ensina Dussel (1977) no constante exercício de interpelação das totalidades e da própria ideia de alteridade, acreditamos que as fronteiras entre Seres-Humanos e Seres-Animais tendem a se transformar. Cabe unicamente ao Ser-Humano, capaz de se definir ontologicamente, repensar o seu conceito de humanidade e, ao que defendemos, incluir nesta reformulação sua relação com os demais Seres-Animais (e a natureza por extensão), redefinindo a si próprio nesta inter-relação, sem a insistência em hierarquizá-la.

Assim, vimos que a modernidade, enquanto um estágio do Antropoceno<sup>62</sup>, é persistente na afirmação da colonialidade do Ser-Humano para com os demais seres. Dessa forma, situa-os na exterioridade, ou seja, como não-ser, dada a atribuição de sua condição como recurso (material-capital) que opera na lógica de degradação instaurada pelo modo de produção capitalista e relações instituídas pela modernidade. Frente a esse panorama, o desafio que se coloca no presente estudo é estabelecer um diálogo intercultural transmoderno, conforme nos ensina Dussel (2006), acerca das outras maneiras possíveis de conceber as relações interespécies, ponderando e vivenciando as lições tristes, mas igualmente valiosas que a tragédia epidêmica de 2020/22 ecoa a respeito do ideal de progresso, civilização, desenvolvimento e, sobretudo o mito da sustentabilidade.

## **2.5 As possibilidades da Ecopedagogia**

---

<sup>61</sup> Referência ao conceito de Edgar Morin (2007), que se relaciona com as categorias de tempo e de topografia local de onde se vive, e expressa uma visão de indissociabilidade entre o sujeito e mundo. É uma forma de compreender como o ser humano se relaciona com o mundo, e como esta relação, determina múltiplos fatores o psiquismo/comportamento. Ou seja, a maneira do indivíduo se organizar, conforme se relaciona com o ambiente em que vive, reverbera e afeta (ou até mesmo determina) seu comportamento e estruturas psicológicas. Tal ideia está relacionada ao Paradigma da Complexidade (MORIN, 2007) o qual visa unir ramos do conhecimento que parecem desconectados.

<sup>62</sup> Tomamos aqui por base a discussão lançada pelo líder indígena Ailton Krenak (2019) em “Ideias para adiar o fim do mundo” quando observa viver em uma era denominada Antropoceno, deveria soar como um alarme nas nossas cabeças. Ademais, Introduz no início do livro uma discussão – muito relevante também à nossa discussão – que parte da problematização: somos mesmo uma humanidade?

Alguns pesquisadores/as (FERNANDES, 2019; CASTELLANO; SORRENTINO, 2015) apontam como característica singular do movimento pela causa animal a solidariedade para além dos interesses propriamente humanos, destacando a frente abolicionista. Defendem que tal característica converge, em partes, com os princípios e objetivos contextualizados pela educação ambiental e que a sinergia entre eles pode fortalecer mutuamente suas respectivas agendas.

Ante a um pensamento pós-abissal, que esteja alinhado às esferas que estruturam a vida cotidiana ou concreta (SANTOS, 2010), vislumbramos na Ecopedagogia um lócus prático onde práticas de educação ambiental podem dialogar com os pressupostos da causa animal, no campo da alteridade animal. De acordo com Moacir Gadotti (2001, p. 99) a:

Ecopedagogia não se opõe à educação ambiental. Ao contrário, para a ecopedagogia a educação ambiental é um pressuposto. A ecopedagogia incorpora-a e oferece estratégias, propostas e meios para a sua realização concreta.

Sobre a constituição da Ecopedagogia no Brasil, cabe destacar que em agosto de 1999, foi promovido o I Encontro Internacional da Carta da Terra na Perspectiva da Educação, na cidade de São Paulo, o qual contou com participação de 17 países e 13 estados brasileiros e resultou na criação do Movimento pela Ecopedagogia. Este movimento tece críticas à supremacia neoliberal, portanto ao modelo estrutural da modernidade (operante na sujeição da ecologia à economia) e pensa processos educativos focados na conscientização planetária, entendendo que esta poderá desenvolver uma solidariedade planetária. Neste sentido, defende uma formação para a cidadania planetária, baseada na dignidade e respeito às várias formas de vida e de se viver no planeta em que habitamos.

Em 2001, Moacir Gadotti, diretor do Instituto Paulo Freire, apresenta um documento para o Conselho Latino Americano de ciências sociais (CLACSO) delineando algumas categorias para pensar a educação do futuro. Do ponto de vista metodológico, destaca que:

A educação popular e a pedagogia da práxis, lidas de forma crítica, deverão continuar como paradigmas válidos para além do ano 2000. Contudo, necessitamos de novas categorias explicitadoras da realidade, que não surgem idealisticamente, mas no próprio processo de sua leitura (GADOTTI, 2001, p. 82).

Paulo Freire, teórico mais citado dentro do campo da educação popular, pronunciou<sup>63</sup> certa vez, que gostaria de ser lembrado como um sujeito que amou profundamente as pessoas, os bichos, as árvores: a vida. Ensinou-nos que não basta ler o mundo, precisamos atuar criticamente sobre ele sempre alertas à sombra do opressor que insiste em se projetar continuamente sobre nós, Seres-Humanos. Nesse sentido, concordamos com Gadotti (2001) que os paradigmas e condições metódicas advindas da tradição freiriana são válidas e, mais do que nunca, necessárias para provocar leituras críticas da realidade vivenciada no século XXI e a partir dessas leituras olhar criticamente para as categorias freirianas, atualizá-las ou talvez agregar novas categorias, se assim, for necessário.

Nesta mesma direção, destacamos as contribuições da obra *Ecologia, Grito da Terra, Grito dos Pobres*, na qual Leonardo Boff (2015) alerta-nos sobre o *apartheid* socioambiental que fora construído pela modernidade e encontra seu estágio máximo no Antropoceno. Utilizando uma chave hermenêutica que entende que a opção pelos pobres é, conseqüentemente, a opção pela Terra, o autor explica que o modelo social que cria e explora pessoas pobres e oprimidos é o mesmo que subjuga a natureza e seus elementos naturais, pois sustenta uma lógica que segrega seres e cerceia seus direitos (Humanos e da Terra).

Logo, Moacir Gadotti (2001) partindo das premissas destacadas por Leonardo Boff para organizar as categorias da Ecopedagogia, afirma que um dos princípios fundantes desta é fazer justiça sociocósmica, ou seja, defender a Terra enquanto o maior de todos os pobres e oprimidos. Diante disso, encontramos na Ecopedagogia algumas coordenadas conceituais que se mostram articuladoras no sentido de pensar uma escuta e interpretação de outros gritos (BOFF, 2015) que emanam para além dos Seres-humanos, tomando como um exercício filosófico analítico, na busca do Ser-Humano que se quer formar, por meio de processos de conscientização (FREIRE, 2011b).

Contudo, os limites de tomar o Planeta Terra como o novo paradigma esbarram-se numa questão de vida cotidiana: pensando em termos práticos pedagógicos. Em sua preleção, o próprio autor discorre sobre a dificuldade prática em destituir esse *apartheid*, muito embora sinalize prioridades para o processo de libertação global e integral, sugerindo a seguinte ordem de importância (BOFF, 2015): no primeiro plano a libertação da Terra a partir da negação do paradigma da modernidade, no segundo a garantia da continuidade dos Seres-Humanos na Terra, no terceiro o enfrentamento do empobrecimento de povos a partir do resgate de tradições de solidariedade (aqui o autor destaca o bem viver) que visem outros modelos sociais, no quarto

---

<sup>63</sup> PAULO Freire - Dia do Meio Ambiente - 5 de junho. Publicado pelo canal Instituto Paulo Freire em jun. 2015. 1 vídeo (22 seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J170pf5e5No>. Acesso em: 11 abr. 2020.

salvar as espécies não humanas em extinção (os Seres-animais, entre eles) e no último plano garantir o bem viver (vida de qualidade) a toda a comunidade de vida (Seres-Humanos e demais seres).

Acreditamos que existe uma dificuldade posta na aplicabilidade da ética do cuidado com aquilo que não se conhece. Quem é *Gaia/Pachamama*? Qual é seu rosto? Posso ver seus olhos? Posso ouvir seu grito? Quem sabe seja cedo para interpretar o contexto pandêmico (SANTOS, 2020), mas nos soa aqui como um estridente grito, ou melhor, um sermão planetário. E neste sentido, Ailton Krenak (2020 b, p. 9) adverte-nos que:

A nossa mãe, a Terra, nos dá de graça o oxigênio, nos põe para dormir, nos desperta de manhã com o sol, deixa os pássaros cantar, as correntezas e as brisas se moverem, cria esse mundo maravilhoso para compartilhar, e o que a gente faz com ele? O que estamos vivendo pode ser a obra de uma mãe amorosa que decidiu fazer o filho calar a boca pelo menos por um instante. Não porque não goste dele, mas por querer lhe ensinar alguma coisa. “Filho, silêncio.” A Terra está falando isso para a humanidade. E ela é tão maravilhosa que não dá uma ordem. Ela simplesmente está pedindo: “Silêncio”. Esse é também o significado do recolhimento.

Pensando em condições práticas para a Ecopedagogia, concordamos com Gadotti (2001, p.84) quando defende que carecemos ampliar as categorias “ligadas à esfera da subjetividade, da cotidianidade e do mundo vivido, categorias que estruturam a vida cotidiana, levando em consideração as práticas individuais e coletivas e as experiências pessoais”. À base dessa projeção no campo educacional, reforçamos a importância de adotar um paradigma planetário e uma perspectiva ecologizadora, ampliando as categorias humanização e conscientização para ensaiar outras possíveis proposições ligadas à vida cotidiana.

### SEÇÃO III – O QUE DIZEM OS/AS ATIVISTAS PELA CAUSA ANIMAL

Esta seção apresento a construção de minha própria trajetória metodológica, a qual foi orientada por procedimentos qualitativos participativos sob a ótica fenomenológica e buscou apreender o fenômeno que interrogo nesta investigação. Esclareço que neste momento (de busca de resposta a uma interrogação) será empregado o uso da primeira pessoa do singular coerente às questões metodológicas discursivas do trabalho com fenômeno situado, já que o eu da pesquisadora “precisa ser assumido enquanto pessoa que está inquieta com o fenômeno e que está interrogando este fenômeno” (MARTINS; BOEMER; FERRAZ, 1990, p. 147).

Assim, início com a apresentação dos aspectos daquilo que entendo como postura fenomenológica, no enfoque qualitativo de pesquisa em educação. Ou seja, partindo da compreensão de que a fenomenologia é para além de uma teoria, uma vez que consiste em um modo - exercício constante de posicionar-se frente ao fenômeno – tendo em vista a suspensão de ideias prematuras do/a pesquisadora para que possa acolher as manifestações singulares do que chega à percepção deste/a.

Em seguida, apresento os dados coletados, as categorias de análise, a interpretação e discussão dos resultados.

#### **3.1 Convivência metodológica: horizonte teórico-metodológico, aproximações e escolhas**

O/a pesquisador/a, não é externo/a ao fenômeno estudado, uma vez que o que move seu processo de pesquisar advém do engajamento ao objeto de estudo, buscando inquirir na realidade e ampliar compreensões acerca da prática social (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Entendemos que as pesquisas junto a pessoas e grupo, principalmente os socialmente “marginalizados”, devem ser realizadas após cuidadosa e paciente inserção dos pesquisadores na comunidade, na instituição, no espaço social, num conviver, realizada em interação e confiança. Essa inserção deve se dar na tentativa de assumir o lugar de um integrante, procurando olhar, identificar e compreender os processos educativos que se encontram naquela prática social (OLIVEIRA *et al.*, 2014, p. 39).

Tendo em vista este horizonte de pesquisa, para conhecer os saberes de experiência de feito<sup>64</sup> dos sujeitos de pesquisa, três momentos foram imprescindíveis para o desenvolvimento

---

<sup>64</sup> Coerente com sua opção política, Freire (2011a) sustenta a valorização do saber imediato, que brota das vivências cotidianas, para então superá-lo. Exploraremos o conceito de *saber* a frente, em diálogo direto com os próprios saberes do/as entrevistado/as.

desta pesquisa, como nos indica Oliveira *et al.* (2014): a aproximação, a inserção dialógica e a convivência metodológica junto a grupos com ações voltadas ao ativismo pela Causa Animal.

Considerando que é no bojo dos mais diversos tipos de relações sociais que desencadeiam os processos educativos observados e vivenciados no processo de pesquisar, Oliveira *et al.* (2014) e Silva (1990) chamam atenção à pesquisa a partir da experiência vivida, sinalizando que o cerne do investigar está no conviver.

Vale destacar que entendemos, consoante a Oliveira *et al.* (2014), que a busca pelo convívio metodológico honesto, pelo olhar *junto e com* é um processo que exige tempo e paciência, construído paulatinamente e que pode ser tanto circunscrito ao trabalho particular que está sendo desenvolvido, quanto em outros espaços e ocasiões, como atividades/eventos na comunidade, na instituição. Ademais, a convivência, como a arte de se relacionar - pressupondo a entrega das pesquisadoras em uma realidade concreta - não se configura apenas como um momento do processo de pesquisar, mas como o próprio processo de pesquisa, enquanto luta política pela transformação de uma dada realidade de opressão (OLIVEIRA *et al.*, 2014; SILVA, 1990).

Sem dúvidas a inserção e convivência, ou seja, a experiência vivida da pesquisadora no tempo-espaço social de ativismo<sup>65</sup> deu-se anteriormente ao início do processo efetivo de elaboração desta pesquisa. A curiosidade ingênua frente à prática social de ativismo foi dando lugar, paulatinamente, à curiosidade epistemológica (FREIRE, 2011b) culminando no corpus deste processo investigativo. Contudo, para atribuir um marco a minha inserção neste espaço social, tendo em vista o horizonte teórico-metodológico adotado (três momentos), considero o ano de 2018, ocasião em que participei de uma experiência concreta de seguidas inserções em espaços de feiras veganas, com a finalidade de colocar em prática uma proposta de atividade investigativa, vinculada à disciplina de Práticas Sociais e Processos Educativos I (PSPE I); além da participação em dois encontros nacionais de ativismo: o Encontro Nacional de Direitos Animais (ENDA) e o VII Congresso Vegetariano promovido pela Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB- VEGfest 2018).

Especificamente com relação à experiência nas feiras, ocorrida no primeiro semestre de 2018, a postura fenomenológica ansiada pela pesquisadora, bem como as percepções advindas por meio da convivência com alguns ativistas (da região de Piracicaba/SP) que se relacionavam

---

<sup>65</sup> Entendemos como espaço social de ativismo pela causa animal as diversas maneiras/locais, nas quais o movimento se organiza e que a pesquisadora já teve alguma experiência de convívio metodológico: tanto no ciberespaço, quanto nos espaços urbanos concretos e de acolhimento de animais. Exemplos: encontros de ativistas, performances urbanas, feiras veganas, mobilização de protestos pelas redes sociais etc.

nesses espaços e mostravam-se mediadores e articuladores entre os subgrupos da causa animal (PADILHA, 2018) que ali circulavam, desvelou as primeiras compreensões acerca da delimitação da questão de pesquisa e do foco de análise deste estudo.

A participação como pesquisadora neste espaço/tempo foi para além de um recorte para o trabalho de uma disciplina curricular do processo de doutoramento. Considero um dos dois primeiros (e início do terceiro) momentos metodológicos da pesquisa. Sobre estes dois momentos, Oliveira *et al.* (2014) afirmam que são fundamentais na busca de um conhecimento científico que reverbere em objetivos comuns de que envolvam solidariedade, sobrevivência e transformação. Destacam que a aproximação pressupõe proceder a uma leitura do mundo, junto com as pessoas que estão imersas e que a inserção não pode ser arbitrária, mas outorgada pelo grupo.

A opção em focar a análise da prática social em questão nos discursos de ativistas da causa animal, que seja indicado entre seus pares, deu-se no movimento desta experiência preliminar de convivência metodológica e de leitura de mundo junto aos participantes, neste espaço social de ativismo. Especificamente nas feiras que vivenciei, pude observar metodologicamente que as pessoas educam-se praticando o ativismo de diversos jeitos: organizando o evento a partir de critérios e princípios mais coerentes possíveis à adjetivação da feira, promovendo ações educativas (como palestras, vivências, oficinas etc.), comercializando produtos como opções de consumo consciente à causa, recebendo e fazendo doações de Seres-Animais vulneráveis, entre outros. E, muito embora tenha confirmado que há vários graus de comprometimento com a causa animal e que nem sempre as ações coletivas são organizadas por uma liderança (ligada a alguma estrutura hierárquica), no tempo-espaço de ativismo das feiras conhecemos pessoas de referência (que inspiram ações individuais de ativismo), as quais eram citadas constantemente nas conversas no coletivo (feira), que coordenam, e defendem com algum tipo de ação na causa, com representatividade, reconhecida entre os pares.

Assim, procurei realizar aproximações, priorizando uma postura, um modo de compreensão em movimento, em devir, em intersubjetividade com aqueles/as que vivenciam o fenômeno e, portanto, podem adequadamente descrevê-lo.

### **3.2 A investigação sob a ótica fenomenológica**

Façam o exercício de olhar para o seu gato e perguntar como é que vocês sabem de que maneira ele é, na frente, atrás, em cima e embaixo, quando, naquele momento, vocês só o percebem de frente. Foi preciso que sua consciência, sintetizando, sem que vocês sequer se deem conta, as múltiplas percepções do gato de todos os ângulos

possíveis, tenha acabado por criar essa imagem completa do gato que a sua visão atual jamais lhe fornece (A elegância do ouriço, BARBERY, 2008, p. 64).

Se fosse possível explicar, em palavras simples, o cerne da fenomenologia, arriscaríamos dizer que se trata de apreender o sentido que as coisas, habitantes deste mundo, fazem para um determinado sujeito: a ciência que aparece à consciência, conforme Barbery (2008) descreve em seu romance literário, no momento em que a protagonista depara-se com a fenomenologia de Husserl (e logo em seguida, com seu gato). É explorar um fenômeno, ciente que este é olhado de uma, dentre as várias perspectivas, possíveis.

A fenomenologia, enquanto atitude ou método de conhecimento, nasce no início do século XX, e aos poucos vai se tornando um movimento filosófico que confrontava os fundamentos teóricos clássicos de sua época. Enquanto filosofia e ciência, ela surge e se desenvolve a partir dos estudos de Edmund Husserl (1859 – 1938), com o interesse de estudar procedimentos conscientes dependentes de objetivos universais, tais como aqueles existentes na Matemática e na Lógica (MARTINS; BICUDO, 2005) mas, opondo-se de modo direto e crítico ao positivismo de Augusto Comte (1798 – 1857).

O positivismo concebe que o rigor da ciência é edificado, basicamente, pela objetividade na quantificação e na neutralidade entre pesquisador/a e objeto de pesquisa; a rigor ele “explica fatos conhecidos e prediz os ainda não conhecidos” (BICUDO, 1997, p. 16). Conforme posicionamento nas seções anteriores, compreendo a práxis educativa e o ato de pesquisa como constituintes de ações políticas, assim sendo não há neutralidade possível na relação pesquisador/a e objeto de pesquisa. Quanto à questão da quantificação, sabe-se que (desde o círculo de Viena) a mensuração nem sempre é possível e que há outras formas de critério de validação (MARTINS, 1990).

O critério de validação da produção de conhecimento preconizado pela fenomenologia, contrapõe-se, metodologicamente, aos critérios do positivismo. Este, por sua vez, nasce do modelo das ciências naturais, destacado pela inspiração no método experimental que marca um dualismo entre sujeito e objeto de conhecimento. A fenomenologia rompe com esta oposição sujeito e objeto, tomando-os numa relação sujeito-objeto. Portanto, consoante ao que explica Joel Martins (1990), na abordagem fenomenológica os Seres-Humanos não são meramente objetos<sup>66</sup> e suas atitudes não podem ser vistas como simples reações. Assim, entendemos que

---

<sup>66</sup> Consoante a concepção de mundo da pesquisadora, não só Seres-Humanos, mas também o Ser-Animal não são meros objetos do conhecimento. Entretanto, neste contexto de investigação, atemo-nos aos Seres-Humanos em relação intersubjetiva com outros Seres-Humanos no movimento de elaboração conceitual (significados científicos), que procuramos desvelar.

conceitos como ativismo, processos educativos, Ser-Animal não são desprovidos de significados científicos, uma vez que “antes da realidade objetiva há um sujeito conhecedor, antes da objetividade há o horizonte do mundo e antes do sujeito da teoria do conhecimento, há uma vida ‘operante’” (MARTINS; BOEMER; FERRAZ, 1990, p. 141).

Edmund Husserl, considerado o pai da fenomenologia contemporânea, definiu-a como um tipo de ciência descritiva das essências da consciência e seus atos (MARTINS; BOEMER; FERRAZ, 1990). Nesta direção, o que Husserl passa a defender, de acordo com Martins, Boemer e Ferraz (1990, p. 141) é:

[...] a construção de uma ciência para as experiências vividas; do vivido enquanto tal, e esse projeto não consiste em erguer uma ciência exata, pois estas já têm seu modelo na matemática. A fenomenologia irá preocupar-se com a essência através do fenômeno. E o que é fenômeno? É aquilo que surge para uma consciência, o que se manifesta para essa consciência, como resultado de uma interrogação. Do grego "phainomenon" significa discurso esclarecedor a respeito daquilo que se mostra para o sujeito interrogador. Do verbo "phainesthai" como mostrar-se, desvelar-se. Fenômeno é, então, tudo o que se mostra, se manifesta, se desvela ao sujeito que o interroga.

Desde Husserl, a fenomenologia tem-se modificado de maneira constante, até porque a contínua interrogação do próprio método (ou trajetória), parece-nos fazer parte das proposições metodológicas viscerais da área, na qual falar em padrão fenomenológico é algo impensável, uma vez que ela não é, está sendo e assim cada pensador que a interroga atribui novas significações.

Trata-se, então, de uma abordagem qualitativa que distingue fenômeno de fato; enquanto este se refere a uma dada realidade objetiva, a um dado empírico observável, mensurável, sistematizado e apreensível pela experiência, aquele é compreendido como um lócus, onde algo pode tornar-se manifesto, visível em si mesmo (GARNICA, 1997). Esta primeira distinção é imprescindível para compreender a natureza da perspectiva fenomenológica que “[...] ao se concentrar nos significados, o pesquisador não está preocupado com fatos, mas com o que os eventos significam para os sujeitos de pesquisa” (MARTINS; BICUDO, 2005, p. 93).

Este é o primeiro aspecto da postura que procuramos seguir: não adotamos uma preocupação quantitativa com os dados e com os fatos em si, mas, a priori, com o rigor no procedimento construído para interpelar e descrever os discursos esclarecedores a respeito do fenômeno de educar e educar-se a partir da experiência de quem vivencia o ativismo pela causa animal, já que se trata de uma ciência descritiva na qual “[...] a descrição prevê ou supõe um

rigor, pois, através da rigorosa descrição é que se pode chegar à essência do fenômeno” (MARTINS; BOEMER; FERRAZ, 1990, p. 141). Compreendendo o significado da palavra *rigor* enquanto um processo crítico de aprender, como um desejo de saber expresso por meio de uma construção sistemática da interrogação de pesquisa e da descrição dos dados (FREIRE; SHOR, 1986).

Conforme sinaliza Fini (1997), à primeira vista esta opção metodológica pode sugerir uma maneira mais fácil de conduzir uma pesquisa, visto que não se compromete com os modelos convencionais de pesquisar em Educação, pautados na perspectiva positivista de ciência, “[...] entretanto, pressupõe que o pesquisador conheça a fenomenologia e dê sua adesão a ela, atentamente, antes de tentar praticá-la” (FINI, 1997, p. 23). O comprometimento com a nossa opção, justifica um pouco de nossa insistência em compartilhar com o/a leitor/a as ideias iniciais do campo, antes de apresentar o procedimento de coleta de dados e, posteriormente, a análise dos dados.

[...] a proposição da fenomenologia como método alternativo de pesquisa, entendendo aqui a palavra alternativa no seu sentido verdadeiro, ou seja, não se pode pretender que este seja o único método, ou o melhor ou, ainda, o pior. Trata-se de um caminho selecionado pelo pesquisador e que tem significado para ele. Isto é fundamental quer para a fenomenologia, quer para o positivismo ou para o materialismo histórico dialético. São opções de caminhos que precisam ser bem percorridos e que atendam às propostas de postura do pesquisador, com sua visão de mundo, com o seu eu situado no mundo (MARTINS; BOEMER; FERRAZ, 1990, p. 143).

Há uma diversidade de modalidades fenomenológicas, no campo da filosofia, a exemplo das linhas husserliana, heideggeriana, sartriana e merleau-pontiniana que se diferem entre si e nos dá um leque de possibilidades neste tipo de pesquisa qualitativa. Todavia, isto não anula a possibilidade de diálogo entre elas. O contexto fenomenológico conceitual de Paulo Freire, por exemplo, está encharcado de Edmund Husserl (1859 – 1938), Jean-Paul Sartre (1905 – 1980) e Maurice Merleau-Ponty (1908 – 1961), como se vê em algumas obras, em especial nas passagens de *Pedagogia da Esperança* (2011a) quando o educador sinaliza certa afinidade com alguns dos autores destacados, para a elaboração de sua obra.

Dentro do leque de possibilidades, adotamos para esta pesquisa a modalidade fenômeno situado, enraizada na fenomenologia enquanto escola filosófica e elaborada pelo pesquisador brasileiro Joel Martins junto a sua, na ocasião, orientanda Maria Aparecida Viggiani Bicudo. Sistemáticamente falando, o método inicia-se interrogando aqueles/as que vivenciam o fenômeno, segue respeitando as dúvidas existentes acerca desta interrogação para que os

próprios sujeitos de pesquisa tragam a luz o sentido por eles/as percebidos, cuidando para que os dados obtidos sejam, conscientemente, experienciado e tematizado por eles/as (MARTINS; BICUDO, 2005).

Ao destacar aos/às novos pesquisadores/as alguns componentes de postura e operações ativas na condução fenomenológica, Martins e Bicudo (2005) apontam, metodologicamente, alguns passos para a construção da rigorosidade fenomenológica que buscamos como recursos metodológicos práticos à descrição das situações vividas pelos/as ativistas, vislumbrando, assim, uma maneira mais assertiva de acesso às suas mundaneidades<sup>67</sup>. A rigor, para esta modalidade, os dados da pesquisa são as descrições das falas dos sujeitos.

Quando falamos em método, consideramos toda a trajetória do encontro da pesquisadora com o tema, não pressupondo um problema, mas uma interrogação, algo que se busca junto aqueles/as que experienciam o fenômeno ativismo pela causa animal, ou seja, um caminho em construção. A trajetória da pesquisa atravessa o seu movimento de existência da própria pesquisadora em seu convívio e diálogo com os/as ativistas, primando por intersubjetividade.

Já o segundo aspecto da postura fenomenológica, diz respeito ao como acessar essas falas de maneira dialógica, coerente a concepção de pesquisar com (OLIVEIRA *et al.*, 2014) e suspendendo crenças, teorias ou explicações que se tenha a priori acerca do fenômeno investigado (MARTINS; BOEMER; FERRAZ, 1990; RODRIGUES; LEMOS; GONÇALVES JUNIOR, 2010). Consciente de que a pesquisadora participa de grupos de ativistas, com os quais compartilha conceitos prévios (crenças e proposições decorrentes) e que poderia facilmente chegar aos dados (cessão de entrevistas), ponderei que precisaria buscar um procedimento que não viesasse a abordagem de sujeitos a serem entrevistados/as. Aproximei-me, então, da técnica denominada bola de neve (VINUTO, 2014; BALDIN; MUNHOZ, 2011; COSTA, 2018).

Busquei um caminho que provocasse um contato direto com o fenômeno vivido por ativistas mas que, não necessariamente, compartilhassem da minha própria visão de mundo. Essa opção deu-se como uma maneira de iniciar a coleta de dados suspendendo o fenômeno diante aos olhos, afastando-se ao máximo daquilo que a pesquisadora está encharcada, provocando-a e procurando aproximar-se naquilo que Husserl (*apud* MARTINS; BOEMER; FERRAZ, 1990) denominou de epoché, ou seja, colocar entre parênteses as crenças acerca do

---

<sup>67</sup> Martin Heidegger (1889 - 1976) emprega o termo para designar a característica existencial do viver, na qual se fundamenta as maneiras específicas de viver (as relações humanas no e com o mundo) como por exemplo aquilo que chamamos de “mundo do cientista”, “mundo do ativista”, “mundo do educador” etc. Neste sentido, de múltiplas existências, fazer ciência, ou seja, “existir” no “modo de ser ciência” já seria um exercício de ontologia.

fenômeno e, principalmente, que as proposições decorrentes destas crenças possam ser verdadeiras. Na perspectiva fenomenológica, a epoché é uma operação fundamental para que a investigação, de acordo com Rodrigues, Lemos e Gonçalves Junior (2010), aponte as operações da consciência do/a colaborador/a entrevistado/a, e não teorias, a *prioris* ou pré-conceitos do/a pesquisador/a.

Vimos que rigor e diálogo são aspectos essenciais daquilo que concebemos como postura fenomenológica, no enfoque qualitativo de pesquisa em educação. Tais conceitos são caros à educação na perspectiva freiriana e às pesquisas que adotam essa ancoragem. Shor e Freire (1986) entrelaçam uma relação estreita entre diálogo e rigor e destacam que “[...] talvez o rigor seja, também, uma forma de comunicação que provoca o outro a participar, ou inclui o outro numa busca ativa” (SHOR, 1986, p. 11). Os educadores concordam que, muito embora o rigor não seja algo permanente - uma vez que existe na história e através dela, portanto, por conseguinte, o que é rigoroso hoje, pode não sê-lo amanhã - trata-se de uma necessidade universal e que pressupõe uma provocação do outro (o *eu* ou *tu*). Freire ao dialogar com Shor sobre a experiência de produzir um livro falado, dialogado, *Medo e ousadia* (1986), diz ao seu interlocutor que “[...] se formos capazes de criar algum mal-estar entre nossos leitores, de lhes propiciar algumas incertezas, então o livro terá sido importante. Se pudermos fazer isso, o livro terá rigor. Seremos rigorosos” (p. 11).

O diálogo sela o ato de aprender - “eu me sinto rigoroso se provoco você a ser rigoroso” diz Freire a Shor (1986, p. 11) - e neste sentido quando interpelamos os/as ativistas com a interrogação do fenômeno, ao interagir com esta, talvez estes/as também recriem ou reaprendam aquilo que pensava saber outrora, assim como a pesquisadora em sua trajetória de pesquisa.

Diante de tais considerações preliminares, esclareço que o material analisado nesta pesquisa consiste, essencialmente, em entrevistas cedidas por pessoas envolvidas na causa animal, as quais se consideram ativistas na concepção adotada nesta pesquisa (descrições das falas dos sujeitos). Nosso intuito é voltar às coisas mesmas<sup>68</sup>, ou seja, ao fenômeno situado, por meio do acesso às distintas visões de mundo de pessoas imersas em pautas e ações de luta em prol à Seres-Animais, que podem desvelar posicionamentos acerca da compreensão do ativismo pela causa animal, bem como os processos educativos decorrentes deste fenômeno. No entanto,

---

<sup>68</sup> Voltar às coisas mesmas, ou seja, ao mundo das experiências, é uma alternativa proposta por Husserl, entre o discurso especulativo da metafísica e o raciocínio das ciências positivas, como uma possibilidade de olhar as coisas como elas se manifestam. Se todo o fenômeno possui uma essência isto significa que não se pode reduzi-lo a sua única dimensão de fato. Consciência é sempre *consciência de* algo. Voltar à coisa mesma é, a rigor, buscar a intencionalidade da consciência (MARTINS; BOEMER; FERRAZ, 1990).

como obter a indicação dessas pessoas cuidando da coerência metodológica e da postura dialógica de pesquisar com, situada num contexto pandêmico que exige o isolamento social?

### 3.3 De onde partem as vozes? Os três movimentos para a coleta de dados

Diante o momento atípico pelo qual todas as nações estão passando devido a COVID-19, bem como as alterações comportamentais emergenciais decorrentes deste, busquei a (re)invenção da coleta de dados, consoantes às medidas de proteção sinalizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e adaptei as ações presenciais da investigação para ações remotas. Muito embora não haja fórmula ou passos na pesquisa fenomenológica, para chegar efetivamente na coleta de dados, a trajetória metodológica foi organizada em três movimentos, cada qual com seu objetivos e fundamentos. São eles:

#### **1º movimento para convivência metodológica na comunidade virtual *Instagram*:**

como minha opção metodológica toma a intersubjetividade como constitutiva ao ato de pesquisar, o próprio caminho para alcançar às falas dos/as ativistas e acessar a região de inquérito<sup>69</sup>, já configura-se como um problema de investigação. Que tipo de procedimento utilizar em um contexto pandêmico, em que é recomendável que as pessoas mantenham-se isoladas e, diante disso encontros e convívio presencial com sujeitos ativistas, ações de ativismos de rua foram inviabilizados? Diante desse questão, foi necessário articular diversos procedimentos para nos aproximar experiencialmente da região de inquérito, sem se descuidar da relação dialógica.

O caminho escolhido foi a busca de um espaço onde a presença física não fosse imperativa à constituição de relacionamento e diálogo. Recorri então à internet, optando por uma comunidade presente no *ciberespaço*. Internet aqui concebida, consoante ao que defende Christine Hine, pesquisadora referência em etnografia virtual (CAMPANELLA, 2015.), como um fenômeno permeado, incorporado e cotidiano, bem como cultura e artefato cultural inserido, completamente, nos aspectos centrais da vida diária de grande parte da população - certamente nem toda – mas, presente na mundaneidade desta pesquisadora e das pessoas envolvidas com o fenômeno interrogado. Deste modo, o canal de interação escolhido para o movimento de aproximação e convívio, sucedeu da minha própria experiência em comunidades no *ciberespaço*, especificamente, na rede social *Instagram*.

---

<sup>69</sup> De acordo com a perspectiva fenomenológica, o lugar ontológico no qual se inserem conhecimentos específicos e se pode resgatar as essências do fenômeno estudado (MARTINS; BICUDO, 2005).

De acordo com Casttels (2013) e Costa (2018) as redes sociais virtuais (RSV) configuram-se como espaços vivos que conectam dimensões da vida cotidiana (entretenimento, educação, amizades, *e-commerce*, entre outros e, ao que nos interessa, ativismos sociopolíticos) trata-se de um local de interação contemporâneo. Alguns pesquisadores (CAMPELA, 2015; MERCADO, 2012) entendem esses espaços também como campo de pesquisa, onde é possível coletar dados divulgados na rede, observar comportamentos sociais e estabelecer diálogos, observando princípios de ética em pesquisa e rigor teórico metodológico.

Na perspectiva de pesquisar com, o diálogo é compreendido como o encontro de Seres-Humanos que visam a pronunciar e a transformar o mundo percebido (OLIVEIRA *et al.*, 2014). O *Instagram*, enquanto uma RSV, é classificado nesta pesquisa como um lugar potencial de enunciação, de encontro com outro, já que ações de sujeitos envolvidos na causa animal, como seguir um determinado perfil, *curtir*, comentar, compartilhar imagens e pequenos vídeos, ao se tornarem constantes, fazem com que se ocorra uma aproximação e certa confiança entre os usuários/ativistas que estabelecem uma relação de interação.

A trajetória de coleta iniciou-se a partir da comunidade *Instagram*, com uma aproximação de inspiração na etnografia virtual, também conhecida como webnográfica ou netnográfica (CAMPELA, 2015; MERCADO, 2012). A etnografia virtual (CAMPELA, 2015; MERCADO, 2012) estuda as práticas sociais na internet e o significado destas para os/as participantes, adotando procedimentos para coleta de dados tais como: observação participante, entrevistas, questionários online, entre outros, que exploram diferentes aspectos da vida social na internet. Algumas características deste tipo de etnografia, segundo Mercado (2012), é o emprego de variedade de métodos e técnicas qualitativas, a elaboração dos resultados da pesquisa de forma descritiva e a presença constante do/a pesquisador/a na comunidade virtual.

Cabe destacar que proposições teórico-conceituais, decorrentes do método etnográfico, já são incorporadas por diversas áreas, tais como a Educação na elaboração de suas próprias metodologias, especialmente entre aquelas que tomam como ponto de partida a interação intersubjetiva como elemento essencial da pesquisa, a exemplo das metodologias dialógicas educacionais (GODOY; POLIZEL; VASCONCELOS, 2020), já que a etnografia consiste numa abordagem participante, que pressupõe a vivência prolongada num lugar onde o/a pesquisador/a compartilhará plenamente a vida de uma dada comunidade.

Neste sentido, em todos os momentos da pesquisa (aproximação, inserção dialógica, convivência metodológica e posterior descrição das falas dos/as ativistas) procurei adotar uma postura fenomenológica combinada à orientação etnográfica virtual, esta última a que se refere

à adoção de procedimentos para coleta de dados, coerentes a concepção de pesquisar adota e buscando uma adequação ao ciberespaço.

Oliveira *et al.* (2014) lembra-nos que a inserir-se em uma prática social e construir um processo de pesquisa junto aos grupos, significa dialogar, vivenciar, conviver, compartilhar angústias e esperanças. Considerando que os dados coletados para análise são, unicamente, as descrições das falas dos sujeitos envolvidos na causa animal (entrevistado/as), cabe reiterar que parto da convivência em uma comunidade virtual, mas não a tomando como campo de pesquisa. Isso quer dizer que não se trata propriamente de uma pesquisa etnográfica em rede social, mas que a trajetória para a coleta de dados inicia-se a partir da RSV *Instagram* e que os procedimentos e técnicas de orientação etnográfica adotados orientaram-se pela: observação participante da pesquisadora com perfis relacionados à temática da causa animal; aplicação de questionário online (após seleção de perfis da RSV) e; posterior entrevista remota, via WhatsApp.

Possuo um perfil no *Instagram* desde o ano de 2018, quando iniciei o processo de doutoramento. Trata-se de uma conta pessoal, que foi criada, a princípio, para acompanhar publicações acerca da causa animal, páginas de ativistas e *posts*, com o intuito de ampliar os conhecimentos em torno da temática e aproximar-se da prática social de *ciberativismo*. Entretanto, atualmente utilizo não apenas para fins acadêmicos, mas também pessoais, já que a RSV desvelou-se também como um canal de comunicação que viabiliza recursos para interação e convívio entre amigos/as e família, sobretudo no período de isolamento social. Este foi o primeiro critério para a escolha desta comunidade virtual, já que esta RSV é um artefato cultural que está permeado em minha cotidianidade.

O *Instagram* é um aplicativo de RSV, criado em 2010, por um brasileiro e um estadunidense. Em 2012, foi comprada pelo Facebook e atualmente conta com cerca de 1 bilhão de usuários ativos por mês. É a quinta RSV mais popular do mundo. Como são poucos os dados oficiais divulgados pela empresa que gerencia o aplicativo, não se sabe ao certo os critérios para a seleção do conteúdo para cada usuário, sabe-se apenas que é operacionalizada com base em algoritmos.<sup>70</sup> A possibilidade da interatividade dá-se por ser um aplicativo gratuito, que permite o acesso facilitado ao usuário para postar fotos e conteúdo, ter acesso a outros perfis e assim participar da comunidade virtual.

---

<sup>70</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/10/06/instagram-faz-10-anos-como-uma-das-maiores-redes-sociais-do-mundo-e-de-olho-no-tiktok-para-nao-envelhecer.ghtml> – Acesso em: 10 de março de 2021

Visando, propriamente, a observação participante para esta pesquisa, a inserção dialógica e convivência metodológica teve início em setembro de 2020. Inicialmente, fiz uma seleção de perfis da RSV que tivessem relação com a temática, a fim de que eu pudesse iniciar a interação. Para tal, o procedimento adotado foi acessar o campo de busca/contas do aplicativo e fazer um levantamento de páginas/perfis aplicando os mesmos descritores utilizados na revisão de literatura para esta tese; cuidando assim da heterogeneidade de termos que designam a causa animal, conforme justificamos na seção I. A tabela a seguir traz os resultados direcionados pela busca na RSV:

Tabela 3 - Relação descritores e perfis selecionados

DESCRITOR	PERFIS DIRECIONADOS PELO APP	PERFIS SELECIONADOS (SP)
ANIMAL	62	12
ATIVISMO	61	0
CAUSA ANIMAL	61	2
QUESTÃO ANIMAL	10	2
PROTEÇÃO ANIMAL	60	9
LIBERTAÇÃO ANIMAL	15	1
VEGAN*	63	24
TOTAL DE PERFIS	332	<b>50</b>

Um aspecto a se destacar é que há um limite de resultados, com um teto de não mais que 60 perfis localizados, em média. Como a busca direcionou a um total significativo de perfis, foi adotado um recorte para a seleção e posterior envio de convite para *seguir-los*. A opção de recorte considerou apenas os perfis que indicassem, no campo de descrição da página, a localização dentro do Estado de São Paulo, já que resido neste estado e, caso houvesse alguma retomada das atividades presenciais em 2021, durante o período da coleta de dados, possivelmente facilitaria uma readequação metodológica. Cinquenta perfis coadunaram o recorte e, então, comecei a segui-los na RSV. A maior parte eram páginas abertas, portanto não houve problemas com o aceite das páginas. A busca direcionou a perfis de diversas ordens: ONGs de proteção animal e abolicionistas, restaurantes veganos, perfis de políticos (pela causa animal), perfis de ativistas independentes, entre outros. Mantive uma observação sistemática e interação online com os perfis selecionados até fevereiro de 2021, momento que observamos que não haveria possibilidade alguma de retomada presencial, haja vista o agravamento do

contexto pandêmico, resultando na segunda onda de contaminação ainda mais severa que a primeira em 2020. Passei então para a segunda fase do movimento para coleta de dados.

**2º movimento para indicação de ativistas entre pares:** a observação participante no *Instagram*, foi descortinando o modo como a causa animal é representada ao perfil desta pesquisadora na RSV. É conveniente lembrar que as RSVs seguem padrões de *big data*, assim o algoritmo de determinada rede analisa os perfis com os quais o usuário se conecta para compreender e proporcionar certa experiência na comunidade virtual. O *Instagram* segue tais padrões, assim podemos dizer que os cinquenta perfis selecionados no primeiro movimento, pertencem a uma determinada bolha de conteúdo (utilizando a nomenclatura usual das redes sociais) direcionado ao meu perfil.

Os cinquenta perfis que acompanhei produzem conteúdos em torno de temas como proteção/resgate animal, pautas políticas abolicionistas e bem-estaristas, alimentação vegana, boicote, compras etc. Informam, conscientizam, sensibilizam e descontraem, porém, não necessariamente, os/as administradores/as de tais perfis podem se considerar atores na promoção de mudanças sociais, ou seja, ativistas. Dessa maneira, seria inviável enviar diretamente a todos o convite para cessão de entrevistas, por outro lado estes perfis anuíam potenciais colaboradores/as iniciais da pesquisa.

Partindo da premissa de que os ativistas estão imersos em coletivos difusos, estabelecemos alguns critérios para chegar ao recorte analítico dos sujeitos de pesquisa e futura cessão de entrevistas.

Consoante a Castells (2013), parto da compreensão de que vivemos uma época híbrida e que os NMS vieram à luz neste contexto, compartilhando indignação, esperança e luta em ativismos diversos, bem como possuindo uma íntima conexão entre as redes virtuais e as redes da vida em geral. Diante desse entendimento, foi definido que o/a entrevistado/a fosse autodeclarado/a ativista e/ou *ciberativista* e que, necessariamente, fosse indicado entre seus pares, visando dessa forma assegurar que a leitura de mundo seja feita de maneira dialógica junto aos grupos/movimentos de pesquisa, ainda que no mundo online.

O segundo critério, por uma questão prática, foi adotar o lócus de ativismo (virtual ou urbano) com sede no Estado de São Paulo, conforme justificado anteriormente. O terceiro, refere-se a um critério de vivência no fenômeno. Fizemos um recorte temporal de atuação na causa animal – pautando-se nos resultados da revisão de literatura que aponta para um interesse maior de pesquisas relacionadas às temáticas da causa, desde 2013/14 – o/a ativista precisa ter, no mínimo, sete anos de atuação na causa animal e, preferencialmente, adotar uma abordagem

interseccional, visto que parte das pesquisas consultadas apontam para o diálogo da causa animal com o combate a outras formas de opressão.

Estabelecido os critérios anteriormente citados, fazia-se necessário um procedimento para acessar membros desta comunidade, com o perfil estabelecido. Conforme Martins e Bicudo (2005) quando se busca uma compreensão do fenômeno situado, a tarefa principal na fase de coleta de dados é permitir que os próprios sujeitos investigados constituam a situação de pesquisa. Visando esta constituição dialógica do estudo e articulação de formas para o *epoché*, busquei orientação na técnica de amostragem bola de neve (VINUTO, 2014; BALDIN; MUNHOZ, 2011; COSTA, 2018).

Trata-se de um procedimento, de natureza não probabilística, apropriado para acessar pessoas ou grupos organizados em redes ou coletivos complexos, populações escondidas ou difíceis de encontrar, no qual os/as colaboradores/as iniciais de determinada investigação indicam novos participantes, que por sua vez indicam novos/as colaboradores/as e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto ou o ponto de saturação (VINUTO, 2014; BALDIN; MUNHOZ, 2011; COSTA, 2018).

Este tipo de abordagem é geralmente utilizado quando o objeto de pesquisa não estiver ligado à probabilidade, como é o caso desta pesquisa, com base teórica ancorada na fenomenologia, sendo um tipo de pesquisa qualitativa mais heterodoxa<sup>71</sup> no que se refere a não buscar representatividade e generalização de resultados. Nesse sentido, consoante aos esclarecimentos de José Machado Pais (2001, *apud* RODRIGUES, LEMOS, GONÇALVES JUNIOR, 2010, p.85), na perspectiva fenomenológica:

Os critérios de seleção dos sujeitos são de vivência, compreensão e pertinência no fenômeno e não de representatividade estatística, sendo assim, a amostra de modo algum tem a pretensão de generalização dos dados, mas um aprofundamento no conhecimento dessa realidade [...]

Vinuto (2014) esclarece que o uso da bola neve pode ser aplicado visando a execução de outras técnicas de caráter qualitativo, como a entrevista, e adverte que no Brasil é quase nula a produção de artigos referentes à aplicação dessa forma de amostragem<sup>72</sup>, muito embora haja

---

<sup>71</sup> Afirmação pautada num paralelo com às normas ou às regras preestabelecidas pelo positivismo, conforme explanado anteriormente.

<sup>72</sup> Acreditamos que o termo *técnica de pesquisa* representa melhor o significado que atribuímos a esse procedimento. Todavia, vale esclarecer, que os termos amostra/amostragem, característicos do campo semântico qualitativo, por vezes serão empregados na redação, apenas para sermos fidedignos a terminologia usual encontrada nos materiais consultados/as para esta pesquisa. Reitero, trata-se de uma técnica não probabilística que não visa generalizações (VINUTO, 2014; BALDIN; MUNHOZ, 2011; COSTA, 2018). Ainda sobre esta discussão terminológica, Handcock e Gile (2011 *apud* VINUTO, 2014, p.202) esclarecem que “a confusão sobre a definição

registro de diversos casos em que se desenvolve trabalhos parecidos com o desse tipo de técnica nas Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, mas não se nomeie dessa forma. Ainda de acordo com a pesquisadora, isto se dá pelo fato da técnica estar situada “numa linha tênue entre os critérios de uma pesquisa que se preocupa com a representatividade do objeto e as técnicas de amostragem mais heterodoxas da pesquisa qualitativa.” (VINUTO, 2014, p.202). Em termos práticos, a técnica se constrói da seguinte maneira:

[...] para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como *sementes*, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. [...]. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise (VINUTO, 2014, p.203).

Para ilustrar melhor esta técnica de pesquisa, como exemplo de sua operacionalização, vejamos o trabalho de Baldin e Munhoz (2011) no campo da Educação Ambiental Comunitária, que concebem a técnica como uma via para a execução de investigações socioculturais em comunidades. Trata-se de uma investigação sobre a percepção de moradores, de duas comunidades de áreas de Bacias Hidrográficas, acerca de questões ambientais. Os pesquisadores (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 49) aplicam entrevistas no formato bola neve, com intuito de identificar e acessar “[...] atores sociais reconhecidos por seus pares em decorrência de seu papel de lideranças nas comunidades estudadas”.

Para chegar às indicações reconhecidas, entre pares da comunidade, e com o perfil desejado pelos pesquisadores (líderes comunitários), realizaram contatos iniciais com três diretoras de escola das comunidades (escolhidas pela prática da Educação Ambiental no ambiente escolar), as quais foram as informantes iniciais (as “sementes”) da cadeia de referências. Embora não entrevistadas, essas colaboradoras (diretoras) foram igualmente consideradas sujeitos da pesquisa, uma vez que a partir delas geraram-se contextos e encontros que resultaram nos ‘frutos’ gerados em função das indicações das sementes.

---

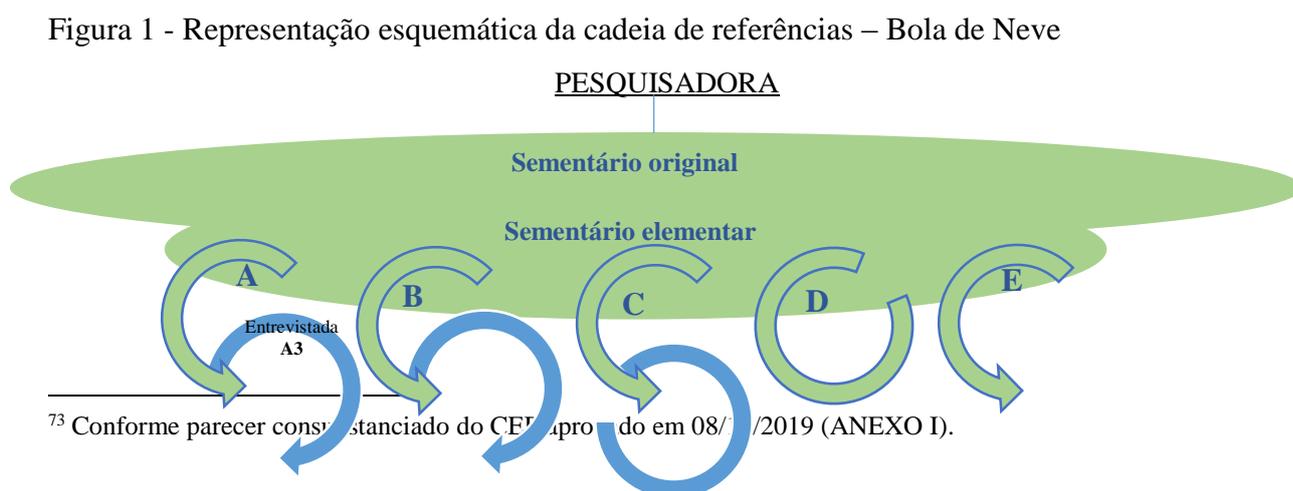
de ‘amostragem bola de neve’, reflete um fenômeno em sociologia da ciência: a de que os campos multidisciplinares tendem a produzir uma infinidade de terminologia inconsistente. Muitas vezes, o significado de um termo evolui ao longo do tempo, ou termos diferentes são usados para o mesmo conceito. Mais confuso é a utilização de um mesmo conceito para diferentes conceitos. O termo ‘amostragem bola de neve’ sofre com esse tratamento”.

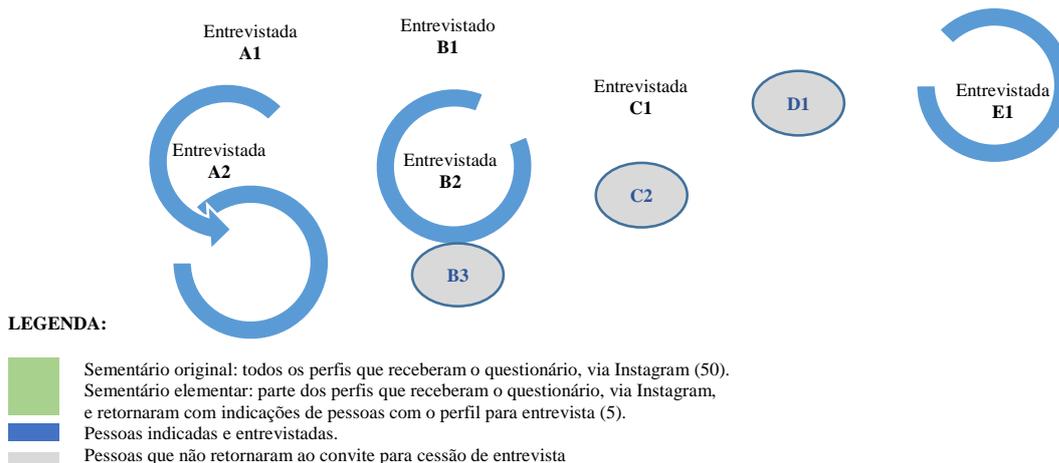
No caso específico deste estudo, contextos e encontros ocorreram no ciberespaço, especificamente por meio da comunidade virtual *Instagram*. Os potenciais informantes-chaves (chamarei de sementário original, considerando que nem todas sementes vingaram) constituem-se, inicialmente, nos cinquenta perfis do *Instagram*, com os quais mantive a observação participante, anteriormente descrita.

Tais potenciais informantes-chaves, receberam entre os dias 27 e 28 de fevereiro de 2021, via ferramenta de mensagem direta da RSV (*Instagram Direct*), uma carta convite à participação da pesquisa contendo um *link* para o questionário *Google Forms* (consultar apêndice II). Trata-se um instrumento preliminar de coleta de dados que foi organizado da seguinte forma: aceite do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), respeitando-se, assim, as especificações da ética em pesquisa<sup>73</sup>; caracterização do/a colaborador/a de pesquisa; identidade na causa animal e, por fim, indicação de ativista para posterior convite à cessão de entrevista, com o perfil que eu procurava.

Considerando o cronograma para esta etapa de pesquisa, foi estabelecido um período de 45 dias para aguardar os retornos do questionário. Durante este período, enviei sutis mensagens relembando da pesquisa e reforçando seus objetivos, bem como a importância da contribuição de cada semente. Responderam ao formulário, 10% das páginas que receberam o convite, ou seja, obtivemos cinco retornos deste sementário original (que vingaram efetivamente como informantes-chaves) até o dia 13 de abril de 2021.

Estas cinco sementes que vingaram, chamarei de sementário elementar. Estas deram início a indicação das primeiras pessoas a serem entrevistadas, consoante ao perfil que eu estava procurando. Desta forma, dei início a formação da cadeia de referências para cessão de entrevistas. No período de 50 dias, subsequentes foram feitas sete entrevistas, partindo das cinco indicações iniciais (perfis do *Instagram* de A a E, os quais responderam ao questionário), conforme representação esquemática abaixo:





Quanto ao critério para o ponto de saturação dos/as colaboradores/as do estudo, segundo Costa (2018, p. 19) “[...] dentre as particularidades que diferenciam o método Bola de Neve dos demais métodos de coleta de dados, está a formação da amostra, a qual se dá ao longo do processo e não é determinada previamente”. Por outro lado, Vinuto (2014) faz um alerta para que o/a pesquisador/a esteja atento/a às sutilezas da pesquisa de campo para não finalizar a pesquisa mais cedo do que poderia. Complementamos com Baldin e Munhoz (2011, p.50) que esclarecem que “o *ponto de saturação* é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa”.

Cabe destacar que, segundo Martins e Bicudo (2005), em pesquisas com base na fenomenologia, o número de sujeitos não segue uma normatividade, assim como ocorre na pesquisa empírica quantitativa; pode-se, por exemplo, contatar apenas um sujeito, todavia, quanto maior for o número de sujeitos, maior será a variabilidade, de acordo com o autor e a autora. No caso desta investigação, consoante tanto às sutilezas da pesquisa fenomenológica quanto ao procedimento de coleta em bola de neve, encerrei as entrevistas quando notamos que os entrevistados/as começaram a apresentar variabilidade argumentativa semelhante.

**3º movimento para o processo de entrevistas:** O processo de coleta de dados, lançando mão do recurso da entrevista, inicia-se com o pontapé inicial do sementário elementar, dados pelos/as colaboradores/as da pesquisa, os quais se autodeclararam ativistas e aceitaram contribuir com a pesquisa indicando ativistas que contemplassem o perfil, via questionário Google Forms. Deste modo, os sujeitos de A a E, não foram entrevistados, contudo como deram início à cadeias de referência são considerados colaboradores/as desta pesquisa. Assim, A indicou A1, que por sua vez foi entrevistada e indicou A2 e assim sucessivamente em bola de

neve, conforme ilustra a Figura 1, observando que a semente D indicou um/a ativista, porém este/a não retornou ao convite à entrevista, não gerando cadeia para D.

Na pesquisa com fenômeno situado o acesso ao sentido atribuído ao fenômeno investigado (identificar e compreender os processos educativos decorrentes) é realizado através das falas daqueles/as que vivenciam a região de inquérito (a prática social do ativismo pela causa animal). A entrevista fenomenológica é um meio que permite a narração das experiências vividas e inicia-se a partir de questão/ões aberta/s, implicadas ao objetivo da pesquisa. Assim, de acordo com Martins, Boemer e Ferraz (1990) este recurso deve ser aplicado com muita cautela para não induzir as respostas, nesse sentido os/as pesquisadores/as sugerem que a entrevista inicie-se situada numa relação de estranheza àquilo que se quer investigar. Isto quer dizer, elaborar roteiros semiestruturados, utilizando elementos discursivos que remetam a vivência da pessoa usando, por exemplo: o que é ‘isto’ para você; o que ‘isto’ que significa para você; como foi/é isto para você; entre outras.

Conforme propõe Martins, Boemer e Ferraz (1990), a organização da entrevista semiestruturada, aplicada aos participantes desta pesquisa, tomou por base o “isto” enquanto um lugar a ser habitado pelas falas dos/as ativistas. Neste sentido, visando responder à interrogação de pesquisa, as questões foram tateando o como esta pessoa se vê no espectro ativista pela causa animal, na atuação da prática social no contexto pandêmico e como apreende os significados do Ser-Animal e de educar e de educar-se na prática social (ativismo pela causa animal), procurando uma condução que permitisse que os/as entrevistados/as pudessem discorrer à vontade sem serem interrompidas pela pesquisadora.

As entrevistas foram feitas (e gravadas) via aplicativo *WhatsApp*, utilizando o recurso disponível de áudio das falas dos/as colaboradores/as, combinada com algumas mensagens de texto. Todas as entrevistas foram conduzidas de maneira síncrona e transcritas posteriormente na íntegra.

### **3.4 Análise dos dados, interpretação e discussão dos resultados**

Para a análise dos dados, em acordo com Martins e Bicudo (2005) adotamos os momentos previstos na abordagem fenomenológica, modalidade fenômeno situado: ideográfico e nomotético.

Primeiramente, fiz a leitura das descrições ingênuas (no sentido de genuína, original, já transcritas, mas ainda não interpretadas), observando, cuidadosamente, as experiências manifestadas em primeira pessoa nas narrativas dos/as ativistas (transcrição literal dos

discursos). Em seguida, depois de repetidas releituras de tais descrições, procurei identificar as unidades de significado sublinhando e numerando-as (captar a essência ou estrutura do fenômeno, sob a perspectiva do/a colaborador/a entrevistada). Este primeiro enfoque de análise individual do fenômeno é denominada de análise ideográfica que, nas palavras de Rodrigues, Lemos e Gonçalves Junior (2010, p.86) “refere-se ao emprego de ideogramas ou representações por meio de símbolos. Ideogramas expressam ideias, buscam tornar visível a ideologia que permeia as descrições ingênuas (genuínas, espontâneas) dos colaboradores entrevistados”.

Como a análise ideográfica procura dar enfoque às ideologias, a ideia foi mobilizar esforços para acessar (transcender) as mundaneidades dos sujeitos, articulando alguns momentos de reflexão, sugeridos por Martins e Bicudo (2005). Para tal, procurei fazer uma imersão empática no mundo das descrições ingênuas; reduzir o ritmo de análise e permanecer na descrição o tempo necessário para a ampliação das situações vividas e narradas pelos/as ativistas e; suspender crenças e (pré)conceitos, buscando um distanciamento entre o que é dito pelo/a colaborador/a e pelo/a pesquisador/a, para a passagem das narrativas para os significados.

O próximo momento foi recorrer ao enfoque nomotético, ou seja, a passagem da análise individual para a análise geral do fenômeno, consoante à maneira proposta por Rodrigues, Lemos e Gonçalves Junior (2010). Comparei as proposições presentes nas estruturas psicológicas individuais, procurando convergências, divergências e idiosincrasias e, em seguida, estabeleci categorias estruturais, agrupando-as as unidades de significado e as organizei em uma ilustração nomotética (matriz da estrutura geral do fenômeno), como segue no próximo tópico.

### **3.4.1 Caracterização dos/as colaboradores/as da pesquisa**

Nove entre doze ativistas identificam-se no gênero feminino e possuem idade acima de 30 anos. Onze entre doze, autodeclaram-se brancas/os e nove entre doze possuem ensino superior completo, sendo quatro pós-graduados. Uma ativista declara-se preta, três identificam-se com o gênero masculino e três tem a idade abaixo de 30 anos e duas possuem ensino médio completo. Apenas um dos entrevistados não reside atualmente no Estado de São Paulo (está a trabalho em Mullingar, Irlanda), entretanto, por ser natural da cidade de Limeira/SP e atuar com ciberativismo, produzindo conteúdo na língua materna (português) e tendo a maioria de seguidores brasileiros, validamos a entrevista. Os/as demais participantes, onze de doze, residem no Estado de São Paulo, sendo cinco no interior do estado (Piracicaba e Rio Claro) e seis na grande São Paulo.

Com o intuito que o/a leitor/a possa situar algumas características específicas dos/as participantes desta pesquisa, organizamos a tabela abaixo:

Tabela 4 - Caracterização dos/as participantes da pesquisa

Cadeia de referências (bola de neve)	Colaboradores/as da pesquisa <sup>74</sup>	Caracterização pessoal	Caracterização na causa animal
A	Amanda	Identifica-se com o gênero <u>feminino</u> , autodeclara-se <u>branca</u> com idade entre <u>40 a 49 anos</u> . Possui ensino <u>superior completo</u> e faixa salarial entre <u>6 a 10 salários mínimos</u> .	Lócus presencial de ativismo na cidade de <u>Piracicaba/SP</u> . A principal frente de atuação reside no <u>Resgate e assistência a animais abandonados</u> . Autodeclara-se na causa animal como ativista pela <u>Orientação, reabilitação, resgate, lar temporário até o processo de adoção de animais abandonados</u> .
A1	Luna	Identifica-se com o gênero <u>feminino</u> , autodeclara-se <u>branca</u> com idade entre <u>50 a 59 anos</u> . Possui ensino <u>superior completo</u> e faixa salarial entre <u>6 a 10 salários mínimos</u> .	Lócus presencial de ativismo na cidade de <u>Piracicaba/SP</u> . A principal frente de atuação reside no <u>Resgate e assistência a animais abandonados e no ativismo escrito/cobrança/publicidade/protesto...</u> Autodeclara-se na causa animal como ativista <u>Socorrista de pets</u> .
A2	Maria Luiza	Identifica-se com o gênero <u>feminino</u> , autodeclara-se <u>branca</u> com idade <u>acima de 60 anos</u> . Possui <u>ensino médio completo</u> e faixa salarial de <u>até 1 salário mínimo</u> .	Lócus presencial de ativismo na cidade de <u>Piracicaba/SP</u> . A principal frente de atuação reside no <u>Resgate e assistência a animais abandonados e no ativismo escrito e Ações bem-estaristas</u> . Autodeclara-se na causa animal como ativista <u>Bem-estarista</u> .
A3	Alisha	Identifica-se com o gênero <u>feminino</u> , autodeclara-se <u>branca</u> com idade entre <u>40 a 49 anos</u> . Possui ensino <u>superior completo</u> e faixa salarial entre <u>6 a 10 salários mínimos</u> .	Lócus presencial de ativismo na cidade de <u>Piracicaba/SP</u> . A principal frente de atuação reside no <u>Resgate e assistência a animais abandonados</u> Autodeclara-se na causa animal como ativista <u>Bem-estarista</u> .
B	Benício	Identifica-se com o gênero <u>masculino</u> , autodeclara-se <u>branco</u> com idade entre <u>40 a 49 anos</u> . Possui <u>pós-graduação completa</u> e faixa salarial entre <u>6 a 10 salários mínimos</u> .	Lócus presencial de ativismo na cidade de <u>Rio Claro/SP</u> . As principais frentes de atuação são: <u>Orientações e ações jurídicas (direito animal)</u> , <u>Produções de materiais educativos/informativos e Veganismo abolicionista</u> . Autodeclara-se na causa animal como ativista <u>Vegano abolicionista</u> .

<sup>74</sup> Os nomes das/os colaboradoras são fictícios, bem como as Associações/ONGs mencionadas por eles/as.

B1	Beto	Identifica-se com o gênero <u>masculino</u> , autodeclara-se <u>branco</u> com idade <u>entre 30 a 39 anos</u> . Possui <u>superior completo</u> e faixa salarial <u>entre 3 a 6 salários mínimos</u> .	Atualmente o lócus presencial de ativismo é na cidade de <u>Mullingar/IRLANDA</u> , onde, nos últimos três anos está residindo. Todavia, é natural de <u>Limeira/SP</u> , tendo outrora este município como lócus de ativismo. As principais frentes de atuação são: <u>Resgate e assistência a animais abandonados</u> , <u>Produções de materiais educativos/informativos</u> , <u>Organização de protestos performáticos e/ou manifestos</u> . Autodeclara-se na causa animal como ativista <u>Vegano abolicionista</u> .
B2	Bianca	Identifica-se com o gênero <u>feminino</u> , autodeclara-se <u>branca</u> com idade <u>entre 40 a 49 anos</u> . Possui <u>ensino médio completo</u> e faixa salarial <u>entre 1 a 3 salários mínimos</u> .	Lócus presencial de ativismo na cidade de <u>São Paulo/SP</u> . As principais frentes de atuação são: <u>Orientações e ações gastronômicas (vegetarianismos)</u> , <u>Produções de materiais educativos/informativos</u> , <u>Organização de protestos performáticos e/ou manifestos diversos</u> . Autodeclara-se na causa animal como ativista <u>Vegana abolicionista</u> .
C	Cíntia	Identifica-se com o gênero <u>feminino</u> , autodeclara-se <u>branca</u> com idade <u>entre 30 a 39 anos</u> . Possui <u>ensino superior completo</u> e faixa salarial <u>entre acima de 10 salários mínimos</u> .	Lócus presencial de ativismo na cidade de <u>São Paulo/SP</u> . A principal frente de atuação reside no <u>Resgate e assistência a animais abandonados</u> . Autodeclara-se na causa animal como ativista <u>Protetora de animais</u> .
C1	Carla	Identifica-se com o gênero <u>feminino</u> , autodeclara-se <u>branca</u> com idade <u>entre 40 a 49 anos</u> . Possui <u>pós-graduação completa</u> e faixa salarial <u>entre 6 a 10 salários mínimos</u> .	Lócus presencial de ativismo na cidade de <u>São Paulo/SP</u> . A principal frente de atuação reside no <u>Resgate e assistência a animais abandonados</u> , <u>Orientações e ações gastronômicas (vegetarianismos)</u> , <u>Produções de materiais educativos/informativos</u> , <u>Festivais culturais para disseminar a informação</u> . A princípio indicou que <u>talvez se considere ativista</u> , autodeclarando-se como <u>Educadora</u> na causa animal.
D	Denise	Identifica-se com o gênero <u>feminino</u> , autodeclara-se <u>branca</u> com idade <u>entre 20 a 29 anos</u> . Possui <u>pós-graduação completa</u> e faixa salarial <u>entre 1 a 3 salários mínimos</u> .	Lócus presencial de ativismo na cidade de <u>São Paulo/SP</u> . A principal frente de atuação reside no <u>Orientações e ações gastronômicas (vegetarianismos)</u> , <u>Produções de materiais educativos/informativos</u> , <u>Veganismo abolicionista e comercialização de produtos veganos</u> . Autodeclara-se na causa animal como ativista <u>Vegana abolicionista</u> .

E	Enrique	Identifica-se com o gênero <u>masculino</u> , autodeclara-se <u>branco</u> com idade <u>entre 20 a 29 anos</u> . Possui <u>ensino médio completo</u> e faixa salarial entre <u>1 a 3 salários mínimos</u> .	Lócus presencial de ativismo na cidade de <u>São Paulo/SP</u> . A principal frente de atuação reside no <u>Orientações e ações gastronômicas (vegetarianismos)</u> , <u>Produções de materiais educativos/informativos</u> e <u>Veganismo abolicionista</u> . Autodeclara-se na causa animal como ativista <u>Vegano abolicionista</u> .
E1	Elis	Identifica-se com o gênero <u>feminino</u> , autodeclara-se <u>preta</u> com idade <u>entre 30 a 39 anos</u> . Possui <u>superior completo</u> e faixa salarial entre <u>3 a 6 salários mínimos</u> .	Lócus presencial de ativismo na cidade de <u>São Paulo/SP</u> . A principal frente de atuação reside em <u>Produções de materiais educativos/informativos</u> , <u>Organização de protestos performáticos e/ou manifestos diversos</u> , <u>Veganismo abolicionista</u> e <u>Ações afirmativas interseccionais</u> . Autodeclara-se na causa animal como ativista <u>antiespecista</u> .

**LEGENDA:**
 Não Entrevistados/as (sementes)

 Entrevistados/as (frutos)
**3.4.2 Matriz nomotética**

No quadro a seguir, Matriz Nomotética, apresentamos na parte superior em uma sequência horizontal os sete discursos/entrevistas coletados, numerados de I a VII em algarismos romanos; na primeira coluna à esquerda expomos as quatro categorias com letras maiúsculas de “A” a “D” organizadas com base nas asserções dos discursos coletados; já abaixo da sequência dos discursos e do lado direito das categorias, dispomos nas caselas a unidade de redução fenomenológica correspondente àquela categoria e discurso, através de números arábicos (1, 2, 3 e assim por diante conforme cada unidade identificada em cada uma das sete entrevistas), não se perdendo assim a origem da referida unidade; no caso de haver ocorrência de divergência em alguma/s unidade de significado será anotada a letra “d” minúscula ao lado do número daquela unidade, por exemplo, 3d (GONÇALVES JUNIOR, 2008). As categorias foram elaboradas a partir de excertos de falas das próprias ativistas. Como a maioria das entrevistadas são mulheres (e 1 ativista do gênero masculino) a opção discursiva, utilizada no decorrer dos itens a seguir, foi empregar o feminino para as designações mais generalistas e ao se referir, especificamente ao ativista, usando o masculino.

A fim de complementar a compreensão da matriz nomotética, ao término da explanação de cada item abaixo, apresento há uma representação esquemática, resumindo os pontos fulcrais de cada categoria.

Tabela 5 - Matriz nomotética

Discursos	I. Luna	II. Maria Luiza	III. Alisha	IV. Beto	V. Bianca	VI. Carla	VII. Elis
A) <i>“Lutar para ser a voz dos que não falam”</i>	1, 2, 3, 4, 8, 11	1, 2, 5d	3, 4, 8, 10, 11	1, 2, 4,	1, 2, 12	1, 2, 3, 6	1, 9
B) <i>“Se o sofrimento aumenta o trabalho tem que aumentar”</i>	7	3, 7, 8 4	1, 2, 6d, 7, 9	3, 5, 7, 8, 9, 13	3,4,6,7, 8, 9, 11	5,7	2,5,6,7
C) <i>“Me educar para aprender como me comunicar com as pessoas”</i>	5, 6, 9, 10	6	5,12	10,11,12	5,10	4	3,4

### 3.4.3 Lutar para ser a voz dos que não falam

Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.  
Paulo Freire (2011b)

Esta categoria desvela as experiências vivenciadas pelas ativistas entrevistadas, no que se refere ao movimento existencial de luta pelos Seres-Animais. O excerto que intitula esta categoria, “Lutar para ser a voz dos que não falam” (II, 2) possui significado metonímico das unidades de significado que a compõem, marcados pela ação de vivenciar a luta de maneira sensível em prol daqueles que não tem essa voz. Lutar é, portanto, uma opção política e existencial de atuação prática na causa animal, pronunciando o mundo com os Seres-Animais. Esta ação combina as dimensões pública e privada do engajamento individual em favor dos Seres-Animais; sendo desvelada nos discursos analisados como principiadas pelo gatilho<sup>75</sup> da sensibilidade ao sofrimento.

Destaco que o entendimento do termo sensível não se reduz a um estado emotivo de êxtase passional, mas sim como a expressão do universo de sensibilidade (sentir e produzir sentidos) traduzido na classificação afetiva que cada ativista traça, a partir de sua leitura de mundo, em torno dos rostos dos Seres-Animais que orientam o foco de sua luta. Isso significa, nesta análise, que a alteridade animal na causa revela-se no espaço de hibridização discursiva deste sensível, ou seja, na pluralidade de mundaneidades dos sujeitos.

Neste sentido, as descrições também desvelam um processo de identificação com o Ser-Animal, como afirmação de que há uma situação-limite a ser superada para com esse outrem,

<sup>75</sup> Expressão está empregada como referência à expressão recorrente na Psicologia, que se refere aos vários tipos de gatilhos mentais, os quais funcionam como uma espécie de despertador de emoções, dado um determinado contexto social e emocional.

que se mostra pela via da desnaturalização da percepção antropocêntrico-hierárquica, que ocorrem na alteridade animal. “Eu sou animal, você é animal” (VI, 6). Todavia, são notadas também divergências neste processo de desnaturalização, quando algumas entrevistadas caem em contradições internas (entre os sementários), especialmente quando se aborda a questões que envolvem o consumo humano de produtos de origem animal.

Na fala de Luna, a alteridade desvela-se no momento da interpelação do olhar do Ser-Animal em sofrimento que, no caso desta ativista, reverbera na ação prática de resgate e reabilitação de cães e gatos:

O animal é o ser senciente que tem dor, fome, sede medo, alegria, tristeza, como nós temos né? É um ser que não tem como pedir socorro, verbalmente, ele só pode expressar os pedidos de socorro pelo olhar... é assim uma coisa que marca muito, porque você tem até como comparar a olhar do animal que tá sofrendo e depois reparar o olhar dele após ser resgatado, alimentado e tratado, você vê pelo olhar como ele muda (I, 10)

Luna, 57 anos, autodeclara-se na causa animal como socorrista de pets e nos mostra que seu despertar à causa começou quando ela encontrou uma cadela atropelada e, segundo ela, “não sabia o que fazer com a cachorrinha, fiquei desesperada e socorri, primeira coisa que eu fiz, foi socorrer” (I, 1) e que começou a “mexer mesmo com a proteção animal” (I, 1) quando na adolescência, diante da indignação de ter contato com “o que era tourada, o que era farra do boi” (I, 1) começou a se posicionar de maneira pública contra esses eventos. Neste sentido, diz fazer aquilo que chama de ativismo de pressão e ação: quando jovem enviando cartas para revistas e jornais e, atualmente “pressionando Câmara dos Deputados, Câmara de Vereadores local” (I, 4). Maria Luiza, também ratifica o despertar à causa via gatilho da sensibilidade ao sofrimento de outrem “minha participação na causa animal, se intensificou há oito anos e meio atrás, quando eu fui trabalhar como coordenadora de um centro cultural e passei a perceber que havia gatos com muita fome no entorno todo do prédio.” (II, 1)

As ativistas são interpeladas por processos de sensibilidade ao sofrimento animal (a fome, o abandono, a violência nas ruas) que as levam a engajamentos específicos e tomada de ações concretas de cuidado ou retirada das ruas Seres-Animais, partindo da leitura de que estes não deveriam estar ali.

Muito embora mencionem diversos animais domesticados, as situações vivenciadas por elas em suas práticas de ativismo, concentram-se, sobretudo, naqueles classificados como de estimação; nos discursos analisados, de modo geral: os gatos. Na apreensão da essência de suas falas “as vozes”, ou melhor, os rostos na exterioridade (foco de suas lutas) são estes Seres-

Animais. Assim, a amálgama da alteridade animal que agrega os sentidos perceptivos dos significados de “lutar para dar a voz”, especialmente nas falas das ativistas decorrentes do sementário A, revela-se na tendência de uma classificação afetiva que, na perspectiva do abolicionismo animal, perfaz o especismo eletivo, aludido por Sônia Felipe (2003). Entretanto, destaco que a percepção de que os Seres-Humanos detêm uma responsabilidade sobre esse sofrimento, tanto na sua causa quanto na sua solução, é presente nas falas de todas as seis entrevistadas e entrevistado (todos sementários), ainda que não necessariamente perfaça suas esferas específicas de atuação na causa.

Outro ponto latente passa pela questão contemporânea da incorporação de Seres-Animais ao universo familiar, sobretudo no meio urbano ocidental moderno. Esta faz oscilar um status moral do Ser-Animal que, ora se baseia na ideia de propriedade ora na ideia de parentesco (OSORIO, 2020). Maria Luiza, ao se referir aos gatos que habitavam o entorno do centro cultural, onde atuava como coordenadora, comenta que:

[...] eles eram invisíveis para todo mundo e eu comecei a alimentá-los para poder me aproximar e a castrar, que eu acho que é um trabalho muito necessário nos dias de hoje eh... porque quanto menos animais nascerem nessas condições de uma vida urbana melhor (II, 1).

Tal oscilação cerceia a presente discussão jurídica entorno da família multiespécie, ou seja, aquela onde os componentes humanos consideram seus animais de estimação como membros ou, até mesmo, filhos. Na leitura e defesa das protetoras, cuidar pela família multiespécies, ou melhor, como diz a ativista Alisha “encontrar o lar...o melhor lar possível para o animal... o melhor humano para animal e o melhor animal para humano. Esse é o nosso grande objetivo” (III, 10) e “aí, nesses anos, passaram pela minha mão mais 400 animais que foram colocados, em lares efetivos e também castrados, a gente não doava nenhum animal que não estivesse cadastrado (III, 8). E, nesta seara de significações envolvendo percepções de abandono urbano e propriedade/parentesco, ainda temos outra questão delicada que fica latente nos discursos das ativistas: a castração.

Há 12 anos eu fundei uma ONG de defesa animal, com foco educacional, que tem princípios em vocação educacional pra gente mudar as coisas na raiz e não na causa e como função reparatória a gente faz mutirões de castração. Até hoje, em 12 anos de percurso, a gente tem 12.066 castrações realizadas. Nesse ano foram 97 castrações. Faço isso porque, castrando um, a gente tira milhões de abandonados na rua (VI,1).

Carla, autodeclara-se como educadora na causa animal e sua frente de atuação é conduzir as ações de uma ONG que ela fundou e que, atualmente, conta com cerca de 108.000 seguidores na rede social pesquisada (sementário C). Carla é vegana e atua em resgate e assistência a animais abandonados. Sua fala desvela que para as ativistas a castração é percebida como uma ação de luta pela minimização do sofrimento presente e das futuras gerações de animais domesticados e não como uma mutilação que não deveria ser incentivada.

Na significação de tal leitura/defesa o animal de estimação, possuindo um status de parentesco animal ou propriedade privada, não poderia nascer na rua. Se nasceu e permaneceu, configurar-se-ia como responsabilidade do Estado já que sua natureza jurídica configura-se como “bem móvel” (mas neste caso, seria propriedade de quem? Ou filho/tutoriado de quem?) e, portanto, emerge a necessidade do Estado e sociedade (protetoras/es) cuidarem de suas condições e não propagar o sofrimento de outras gerações. Neste sentido, as relações de parentesco estabelecidas pelas protetoras são também baseadas em ideias de propriedade características do mundo ocidental, não sendo compreendidos como criaturas da natureza, mas como da cultura (OSÓRIO, 2016). Na leitura das ativistas estes seres, portanto, estão em condição de abandono e nesta concepção de luta, combate-se a noção de que eles existam nestas condições.

Importante também explanar, nesta categoria, sobre a estereotipação que as mulheres ativistas enfrentam em suas lutas. Nesta pesquisa, a maioria declara-se do gênero feminino. Outras pesquisas que também apontam para uma predominância feminina (OSÓRIO, 2016; 2017; 2018; ALBUQUERQUE, 2016; CARMO, 2019) ajudam a compreender a marca sexista que as ativistas carregam, especialmente aquelas mães e/ou proprietárias de gatos: solteirona excêntrica, destinada a viver em isolamento, acumuladora, mau humorada, entre tantas outras.

Luna, revolta-se por muitas pessoas julgarem seu trabalho como algo alienado das emergentes necessidades sociais: “o protetor animal, ele não é um alienado social que para ele só importa animal, não! Ele é uma pessoa que se importa com todo e qualquer ser vivente que está sofrendo, tanto humano quanto o animal” (I, 11). A protetora narra uma situação vivida durante uma passeata em prol à causa, quando alguém gritou “vai cuidar de criança abandonada!” (I, 11). Neste caso, diferente do sentido estendido aos Seres-Animais (estimação), atribuídos pelas ativistas, a noção de abandono e invisibilidade é unicamente humana e, portanto, a reivindicação da passeata parece inócua e fútil, desde o comentário proferido, pois o Ser-Animal não é invisibilizado, mas simplesmente não existe enquanto sujeito-sofrente e digno de uma pauta com seriedade e relevância social.

[...] tô fazendo o meu melhor, que eu sei que é pouco perto do que...tem gente que às vezes desmerece, não precisa desmerecer não eu tenho plena consciência de que meu melhor, pouco, pouco...causa no todo, mas causa sim alguma coisa. Eu influencio uma ou outra pessoa e aí a gente vai se multiplicando e eu sou parte de muita coisa boa e isso é... não vou desistir... pelo meu compromisso (VI, 6).

Nos relatos os rótulos negativos relacionados ao ativismo pela causa animal aparecem com frequência. Ainda neste sentido, Luna argumenta que “as pessoas precisam perder essa mania de achar que as pessoas, que estão na causa animal, elas só têm o olhar voltado para os animais” (I, 11).

No que se refere as ações mobilizadas para luta, voltando agora o olhar aos sementários B e E, vejamos que as asserções das participantes de pesquisa revelam um estado sensível de estar-sendo-no-mundo-com-os-outros, que vai para além dos Seres-Animais, com recorte específico aos de estimação. Bianca é uma ativista que trabalha com alimentação de Seres-Humanos e Seres-Animais em estado de vulnerabilidade social, segundo ela trata-se de uma ONG abolicionista e interseccional que atua a partir do lema que, segundo ela, “é a resistência pacífica, antiespecista, pelo direito de todos os seres, todos os seres sencientes, então humanos e não humanos a gente abarca aí” (V, 2). Sua prática social de ativismo ratifica também a indignação de Luna e ilustra muito bem que nem todas as pessoas que estão na causa animal “só tem o olhar voltado para os animais”:

[...] eu trabalhava na área social de uma casa espírita, na qual minha mãe é trabalhadora há muitos anos e a gente servia comida para pessoas em situação de rua. Mas, para mim, como vegana, era um problema porque tinha essa questão de coisas com carne, né, com pedaços de corpos de animais e para mim era bem difícil isso. Então, eu sempre pedi para ficar na parte eu não teria que mexer, então eu fazer o arroz, feijão, enfim. E aí, eu comecei a pensar: poxa, porque não servir uma comida vegana para essa galera? Porque é tão nutritivo, além de ser mais barato, é mais nutritivo, é mais saudável e assim também eu não vou machucar nenhum ser para servir outro ser que está em sofrimento, né? (V, 1)

A pontualidade do argumento desta ativista, é de não resolver a fome de um ser, sacrificando a vida de outro: “nós alimentamos humanos e não humanos. A gente leva tanto ração para os animais, como alimento para os humanos” (V, 2). Com a expansão global do veganismo (e sua apropriação pelas grandes corporações) vem surgindo também alimentos veganos e *cruelty free*<sup>76</sup> específicos para os animais domesticados. Ocorre que se tratam de alimentos de alto custo, inviabilizando uma prática de distribuição de ração para os Seres-

---

<sup>76</sup> A única exigência para que produtos sejam considerados *cruelty free* é que não seja realizado nenhum tipo de teste de qualidade em Seres-Animais de quaisquer espécies, diferentemente dos produtos considerados veganos. Estes na sua composição além de não serem testados, não contém matéria-prima animal em sua composição.

Animais em situação de rua, seguindo a mesma isonomia moral (de não-sofrimento) e de recursos (mais barato) na distribuição dos alimentos para os Seres-Humanos na mesma condição (marmitas veganas). Alguns dos limites e contradições dentro do movimento vegano (por exemplo, neste caso, a marmita do Ser-Humano é vegana, mas não necessariamente a do Ser-Animal), são enfrentados com clareza e equilíbrio por esta ativista:

[...] o veganismo parece algo utópico, mas na verdade eu enxergo ele como futuro da nossa humanidade, porque é um futuro compassivo, um futuro de paz, um futuro equilibrado, um futuro onde nós não vamos gerar sofrimento para outros seres, por causa da nossa existência eh... ainda não é algo perfeito, mas... vou deixar a citação do mestre budista *Thich Nhat Hanh*, que fala sobre o veganismo... ser vegano não é perfeito, mas pode ter certeza que você vai deixar de causar muito sofrimento a outros seres sencientes (V, 12).

Vejam agora o depoimento de Elis, que se autodeclara na causa animal como ativista antiespecista e, assim como Bianca, constrói a ideia de ser “voz” do Ser-Animal, ampliado a todos os Seres-Animais. Elis atua em ações de *ciberativismo*, performances de ativismos de rua, com foco no veganismo abolicionista:

Eu me tornei ativista em defesa dos animais, ativista antiespecista após a transição do vegetarianismo ovolacto para vegetarianismo estrito e depois... inconformada com as violências a que os animais não humanos são submetidos, eu me engajei nessa luta. Nessa luta antiespecista (VII, 1).

É salutar retomar que todas entrevistadas e entrevistado dessa categoria atribuem seu processo de conscientização à causa iniciado no gatilho da sensibilidade. Entretanto, por exemplo, distinto à Luna, em Elis a percepção e compreensão do engajamento individual à causa parte do movimento privado-público (estendido), ou seja, da adoção da dieta para a indignação com as violências aos Seres-Animais, que a levou adotar o veganismo como posição existencial e política. Já em Luna vê-se mais latente o movimento público-privado (eletivo) na ação do socorrer “o que eu faço: se ele tá no meu caminho eu resgato, levo para o veterinário, presto socorro e depois passo o chapéu, faço rifa, me viro, vendo coisas para poder ajudar” (I, 2). Beto, já nos conta que iniciou na causa quando conheceu um santuário que recebe animais vítimas de maus-tratos “acabei me tornando vegano em 2009 quando eu fui fazer uma matéria no Rancho dos encantados” (IV, 1).

Ressalto que a causa animal, entendida como um espectro de luta, coaduna sujeitos com distintas percepções de outrem (Ser-Animal) e de práxis de libertação e, portanto, as expressões originárias da sensibilidade partem do lugar existencial em que cada ativista circunscreve no espectro não podendo ser homogeneizada de modo grotesco, por isso insisto em demarcar o

espaço de hibridização discursiva do sensível observada nas asserções que compõem esta categoria.

Estes engajamentos individuais, embora perfaçam totalidades ontológicas distintas (classificações afetivas), desvelam nos discursos das ativistas a convergência a um determinado estado sensível reverberado a partir de momentos específicos, pontos de viradas (CASTELANO; SORRENTINO, 2015), que levam a afirmação da alteridade animal, ao serem interpeladas pelo princípio de senciência.

O que pretendo frisar é que neste espectro de luta, o movimento existencial das ativistas que passa da sensibilidade ao sofrimento, desvela-se frente às diversas ações de lutas pela causa animal. Ativistas engajam-se nesta transformação pessoal. Neste engajamento transformativo pessoal, Elis ressalta resultados quantitativos que percebe em sua mundaneidade:

Cada avanço é ... é um passo a mais na libertação, e essa é uma convicção que eu tenho, que os grupos que eu... que eu abri...que eu mantenho ativos, as pessoas que se aproximam ... que todas têm essa convicção de que os nossos esforços é... conduzem cada vez mais, muitas pessoas ao entendimento de que a libertação deve ser para todos os animais, de todas as espécies, até...até não...para o meio ambiente, o meio ambiente que é o nosso lar, né, nosso planeta que deve ser zelado, tanto quanto as nossas coisas materiais, que muitas pessoas são apegadas? Então... é nada disso estaria aqui, se não fosse resultado de um processo de exploração é ter esse entendimento de que tudo que está nossa volta é resultado de um processo de exploração e essa sociedade que ainda é baseada no especismo, ela pode sim passar por uma transição com uma base antiespecista. A gente passou por uma transição, essa maior das evidências? Eu digo a gente, pessoas veganas, de carnistas para veganas. Essa é a maior comprovação de que é possível. Então, as pessoas acreditarem e se dedicarem, não indo além dos seus limites para que tenham condições de continuar de maneira segura, saudável emocionalmente e fisicamente? (VII,8)

Os depoimentos de Elis e Bianca coadunam com o que Castells (2013) defende como o necessário elo entre a revolução cultural e ação ambiental rumo a transformações sociais. Neste sentido, superar a base estrutural especista, passa por uma mudança cultural conectada em práticas com maior consciência ambiental, a princípio não tão perfeitas, mas necessariamente transitórias, simultaneamente globais, locais e em redes.

Acerca desta transitoriedade, vale retomar a etnografia de Ferrigno (2016), quando reforça em seus resultados que parte dos veganos está ciente dos limites práticos do veganismo a curto e médio prazo. A autora argumenta que enquanto é possível para muitos abster-se de comer uma bolacha, supostamente vegana em sua composição, deixar de utilizar um transporte com pneu (que utiliza ácido esteárico, extraído da gordura de animais), torna-se impraticável para muitos e, por conta de situações como essa, muitos afirmam que a postura vegana seria apenas um ponto de partida para uma mudança cultural e ambiental.

Na leitura de Elis, a sua transição alimentar e “das as pessoas que se aproximam” desvela-se como uma evidência (ou um exemplo) de que a consciência ingênua da realidade pode ser educada para uma consciência crítica por meio da aproximação das pessoas e afetamentos ao veganismo. Por outro lado, Luna, durante a entrevista, embora manifeste assimilar a questão conceitual que sustenta o ativismo de Elis, não necessariamente adota em sua cotidianidade algo que, em seu mundo-vivido, não configura “saudável emocionalmente e fisicamente” o que nos sugere que estar predisposto à consciência crítica não leva, necessariamente, a um engajamento em determinada ação, pois pode esbarrar em condições muito particulares e subjetivas de cada sujeito. Durante a entrevista com a pesquisadora, Luna coloca:

Até você falou em bem-estarismo falou veganismo, eu até tentei, para essa linha de tentar ser vegetariana, porque vegana para mim é impossível. Tentei ser vegetariana. Um ano e meio fiquei longe de carne, longe de coisas animais, mas acabei retornando por causa da família, eu tenho que preparar a alimentação tudo... acabei voltando. (I, 3)

Através do processo de conscientização conhecemos o meio social e histórico que nos rodeia e nos faz humanos. Freire (2011c) diz que quanto mais refletirmos sobre a realidade, sobre uma situação concreta, mais teremos subsídios para fazermos escolhas comprometidas para intervir (ou não) na realidade a fim de mudá-la. Neste espectro de luta, o sentido atribuído à conscientização toma vários tons e significações, assim como ilustra a fala de Luna ao dizer que “até tentou” estender sua prática de luta pelos Seres-Animais ao considerar o vegetarianismo em seu cotidiano.

Outro exemplo de construção de sentidos à conscientização, emerge da fala de Alisha, após comentar sobre seu trabalho de aconselhamento acerca da importância de um veterinário, de uma boa alimentação para os Seres-Animais e participação política no Conselho de Proteção Animal da cidade:

[...] prefiro me manter como protetora independente e multiplicadora, realmente, desse trabalho mais livre de conscientização? Então é dessa maneira aí que eu acabei conhecendo, por exemplo, a Maria Luiza que me indicou. A gente já fez vários trabalhos juntas e devemos continuar fazendo, eu acredito. Esse ano eu fui indicada, né, e acabei sendo votada como uma das conselheiras do Conselho de proteção animal de Piracicaba, que tá se formando (III, 11)

[...] ser ativista, nessa causa é ter um olhar para o sofrimento alheio e contribuir da melhor forma, realmente possível, e ajudar outros seres humanos a terem este despertar também? Seja através de apoio financeiro, de apoio conhecimento, em explicação, em tempo. (III, 4)

As asserções do/as ativista/s, mostra-nos a conexão que vai sendo construída entre as/os ativistas, por meio dos encontros, e um entendimento da importância de ocupar espaços de política institucionalizada a fim de “lutar para ser a voz dos que não falam”, como o caso dos conselhos municipais. O processo educativo de conscientização, nesta significação, reside nos encontros e ajuda mútua entre protetoras e suas respectivas ações (alimentação, resgate, cuidado etc.). A aceção de “trabalho mais livre de conscientização” parece indicar um distanciamento a ideia de institucionalização de suas ações e de suas ideologias.

Por fim, destaco também as aceções que emergem acerca da prática social investigada: o termo ativismo e a designação atribuída à causa (ação de luta). Vejamos a fala de Carla frente ao questionamento levantado pela pesquisadora “você se considera ativista de qual causa?”:

Eu não sei o que é ativismo mais. Na verdade, quando você me pergunta se eu sou uma ativista da causa animal... eu sei que eu sou uma pessoa a serviço disso...da causa animal. Se ser ativista é gritar, espernear, segurar cartaz, xingar...eu não sou, né. Mas, eu sou uma pessoa que eh... ativamente, participa de câmaras, assembleias, câmaras dos vereadores, dos deputados, assembleia legislativa, partidos políticos, rodo prefeituras e seus cargos e secretarias e coordenações do município, rodo a... as do governo também, do governo federal não tanto, mas tentando argumentar e defender a causa animal. Se isso é ser ativista, eu sou uma ativista. Se ser ativista é lutar por programa educacional, participar de programa educacional, criar festivais eu sou, senão eu sou uma colaboradora (VI, 2).

Podemos interpretar que Carla procura distanciar a raivosidade da noção de rebeldia como deflagração da justa raiva. Paulo Freire (2000) reforça a importância da justa raiva na educação, mas nos alerta sobre o perigo da raivosidade. O educador defende que a justa raiva vem do pensar certo, pois se deflagra em atos-limites, enquanto a raiva desmedida é fruto de um pensar falso que acarreta a incoerência entre as falas e atos que não nos guiam à superação da opressão vigente.

No meu conceito ativismo é ser ativo, participativo na causa, então se você abraça o veganismo você já é um ativista da causa animal, se você fala sobre o veganismo você é, se você recolhe um animal da rua e você, equivocadamente ainda está lá preso na cultura especista...e você come carne, você também é um ativista da causa animal. Então, mas isso é um entendimento muito particular meu, e eu sei que não é de todo mundo (VI, 3).

Carla desvela uma visão em espectro da causa animal, de *unidade na diversidade*, enfatizando um entendimento de tolerância e respeito ao pensar diferente dentro do próprio movimento (há várias maneiras de ser ativo na causa, segundo ela). Para Carla, *ser a voz*, é atuar ora na dimensão pública (resgate), ora na privada (adotar uma alimentação específica)

lutar para ocupar os espaços de poder da política institucionalizada. Atua na frente de proteção animal, mas com uma visão política vegana.

Retomando as designação atribuída ao termo ativismo, Alisha, assim como Carla, também invoca o termo colaboradora em sua fala, demonstrando, no primeiro momento, alguma aversão ao vocábulo ativista:

Eu não gosto muito da palavra ativista, da minha vida e das minhas...do meu processo de despertar consciência. Eu que prefiro me identificar como... um ser colaborador com outro ser, que, no caso são os animais. Mas, se...nós vamos entender no sentido do dicionário, aí eu diria que sim, né? Porque eu busco ter uma prática de vida, de maneira ativa de trabalhar no interesse coletivo. (III, 3)

Com exceção de Alisha e Carla, as demais entrevistadas e entrevistado afirmaram-se prontamente como ativistas. Beto, apenas questiona-se ao empregar o termo militar na causa, mas segue afirmando-se ativista:

[...] eu comecei a militar na área de proteção animal. Eu não sei se militar é a palavra correta, ou adequada, vamos dizer assim, mas a partir de 2009 que eu comecei a me engajar mais na causa animal. (IV, 2).

Me considero um ativista de uma causa... eu não consigo identificar muito o nome, eu tenho uma certa dificuldade em...como eu posso dizer... em rotular, né, você é um ativista vegano! Então parece como que a gente, dentro daquela bolha, a gente não seria capaz de somar a outras causas, a ser ativista de outras maneiras, de outras formas, de outros formatos, porque existe esse rótulo: você é um ativista vegano! Ou: você é um ativista de trabalho... sei lá...você consegue entender essa rotulagem? Então para ser direto, eu acredito que sou um ativista de uma causa que se opõe a essa forma de opressão, a essa naturalização da violência que a gente vive hoje (IV, 4).

Nesta categoria, destaco que essas pessoas desenvolvem distintos processos educativos que as impelem ao comprometimento com a causa, tais como: a) questionar-se sobre a herança cultural antropocêntrica de superioridade; b) sensibilizar-se com outrem no convívio interespecie e; c) considerar o veganismo como orientação político-filosófica para enfrentamento da exploração animal.

Figura 2 – Representação esquemática da categoria A



### 3.4.4 Se o sofrimento aumenta o trabalho tem que aumentar

[...] se eu vejo um ser humano ou não humano que está em estado de vulnerabilidade, que está em algum tipo de sofrimento e que eu tenho a possibilidade de ajudar de alguma forma e aliviar aquele sofrimento, né, ou extinguir aquele sofrimento, sendo ele a fome ou frio... então, se eu consigo organizar doações, pessoas, enfim, para que isso aconteça, eu tenho... eu vou dizer até obrigação fazer isso – Bianca (V, 6).

Deveríamos ser capazes de recusar-nos a viver se o preço da vida é a tortura de seres sensíveis – Mahatma Gandhi

Quem tem fome tem pressa! Esta frase, pronunciada há décadas por Betinho (1935-1997)<sup>77</sup>, mostrou-se atualíssima na onda de neoliberalismo atrelada ao contexto pandêmico, em 2020/22. A Covid-19 descortinou a condição de vulnerabilidade tanto de Seres-Humanos quanto de Seres-Animais. Apesar dessa afirmação e as relações interespecíes, trago a voz de Elis que ecoa muitas outras vozes:

Então... e a gente fala muito dessas pandemias também e tudo que tem relação com esse momento que tem relação com animais não humanos e com animais humanos, não pode ser diferente. Então, a gente... é o nosso papel fundamental neste momento. Em todas as áreas da vida, política, religião, ciência, cotidiano, hábitos comuns de

<sup>77</sup> O sociólogo e militante de causas sociais Herbert de Souza, o Betinho tornou-se símbolo de solidariedade e de luta pela transformação social, ao liderar a Ação da Cidadania contra a Fome. Fundou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), durante a década de 1980. Trata-se de uma organização ligada à democratização do Brasil, de muito impacto neste período.

nosso cotidiano. Enfim, tudo...tudo tem relação com a causa animal e nós não perdemos nenhuma oportunidade de falar por todos os animais (VII, 6).

Nesta categoria, articulei os depoimentos que aludem que “falar por todos os animais” também é apresentar disponibilidade de tempo, cessão de força de trabalho (e muitas vezes de recursos financeiros) para vivenciar o ativismo. Faço alusão às unidades de significado presentes nas asserções do/as entrevistado/as, que perpassam pelo processo de denúncia dos inúmeros problemas sociais, políticos e econômicos nos quais se encontra inserido a atuação da causa animal e, ao mesmo tempo, de anúncio de ações, que tem em seu cerne a ideia de cuidado em conexão com outras causas sociais, considerando limites e alcances, para enfrentamento a estes problemas, em um movimento de práxis transformadora e solidária.

Práticas sociais geram interações entre indivíduos e entre eles e o ambiente, mobilizando conhecimentos no interior de grupos, instituições etc. (OLIVEIRA et al., 2014). As asserções a seguir, enfatizam que para esta prática social efetivar-se, ou enraizar-se, há uma mobilização em redes, sejam elas de construção de conhecimentos técnicos, (médicos veterinários), materiais (donos de *pet shop*) e/ou relacional-afetiva (“auxiliando uns aos outros”):

[...] eu tenho um grupo, totalmente voluntário, de proteção animal. Eu sou registrada na cidade como protetora independente, aqui em Piracicaba (III, 2).

Todo trabalho voluntariado. Nós não questionamos a atitude das outras pessoas, né? A gente faz o nosso melhor, naquele momento. Nós não temos nada... assim...do grupo. Então, nós auxiliamos, uns aos outros, na questão de um resgate, quando a gente consegue, quando é possível... auxiliamos também no empréstimo de caixas de transporte, auxiliamos na informação de como proceder adaptação do gato quando é adotado. Hoje como eu estudo também fito-energética e eu também indico algum tratamento para os animaizinhos, tratamento emocional, né, de como lidar com animal numa casa nova. Porque os gatos têm mais dificuldade de adaptação do que os cachorros. Então, nesse grupo tem veterinários, tem donos de pet shop, tem pessoas que atuam em outros grupos, como é o caso da Andarilhos felinos (III, 9).

[...] na ONG a gente não tem ajuda governamental, nada, então depende 100% de trabalho voluntário e de doações. Mas, a gente consegue. Tá conseguindo fazer. Então, eu vejo que na questão da pandemia intensificou muito isso e só deveria intensificar mesmo, porque se o sofrimento aumenta o trabalho tem que aumentar (V, 8).

[...] trabalho com conscientização e voluntariado. Sou voluntário de algumas...alguns grupos...a gente não fala ONG porque, enfim...algumas entidades que lidam com animais, desde a parte da conscientização, cursos, palestras é... o próprio ativismo de rua, tanto na parte de manejo e acabo trazendo algumas reflexões para as mídias sociais (IV, 3).

Nas descrições, tais conhecimentos enredam-se em grupos de voluntariado. Adotamos o excerto “se o sofrimento aumenta o trabalho tem que aumentar” (V, 8), como categoria, pois

a ideia do ativismo enquanto trabalho, essencialmente voluntariado, coletivo, e intensificado durante o contexto pandêmico, está presente implicitamente e/ou explicitamente nas falas das demais entrevistadas, como veremos abaixo. Há apenas uma divergência na fala de Alisha, ao que se refere especificamente ao aumento deste trabalho no contexto pandêmico, já que:

[...] quando você passa a atuar nessa causa é um trabalho que não tem férias. É o tempo todo. Mesmo que você esteja em viagem, em outro país, em outra cidade, em outro estado... porque é um posicionamento de olhar e de sentir diferente. Então, nesse aspecto eu não vejo mudança, né?” (III,6d).

Cabe esclarecer que para esta categoria, o termo trabalho é entendido em sentido estrito, como conjunto de ações de interesse social e comunitário, neste caso, especificamente não remuneradas, exercidas pelas entrevistadas, para atingir determinado fim em prol da causa animal. Definido como “um trabalho que não tem férias” (III, 6d). Na perspectiva freiriana, o trabalho possui duas dimensões: ontológica (ser em relação e de transformação do mundo natural e cultural) e histórica (em suas diferentes manifestações nas sociedades, no decorrer do tempo), tendo em seu cerne o conceito-chave de práxis, enquanto expressão fundamental da condição do Ser-Humano em agir e refletir, ontologicamente e historicamente, no movimento do trabalho. Todavia, essa práxis “não garante por si só, um entendimento das complexas relações que fazem a realidade ser o que ela é e orientar o ser humano a agir na perspectiva de sua humanização” (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2016, p. 402).

De forma muito clara o voluntariado aparece como ação central na práxis das ativistas: “todo trabalho voluntariado” que “não tem ajuda governamental” e que, diante o contexto pandêmico, “a gente não podia colocar voluntários dentro da cozinha”:

Então... quando começou a pandemia, obviamente, nós intensificamos muito, muito o trabalho da ONG, né? É... então quando a gente fazia rango uma vez por mês, num domingo por mês, que a gente fazia marmita de comida; quando eu vi que, com a questão da pandemia, a gente não podia colocar voluntários dentro da cozinha, eu pensei: como eu vou alimentar as pessoas? Bom, vamos ter que comprar pão, frutas, suco, né? Vamos distribuir máscaras e a ração para os animais. Então, é isso que está fazendo desde o dia 22 de março do ano passado, todos os domingos, em São Paulo e em Fortaleza. Em São Paulo, a gente atende uma média de 1000 pessoas e Fortaleza uma média de 300 e os animais de todas as pessoas de situação de rua também. Então...eh...a gente está aliviando o sofrimento dessas pessoas e, também, a gente entrega roupas, né, e agora vai começar o frio a gente também faz campanha do cobertor, do agasalho (V, 7)

Na prática de Bianca, descortina-se a potência de ação interseccionalizada ao, em sua ação, alargar a fronteira do voluntariado: a fome, o frio, o abandono, intensificados no contexto

pandêmico, é intolerável tanto para pessoas em situação de rua quanto para seus companheiros não humanos. Em uma dimensão histórica, ambos estão à margem da sociedade, desassistidos pelo Estado em suas necessidades básicas, em grande medida, contando com iniciativas de voluntariado para “aliviar o sofrimento”, como observa-se na fala de Luna ao discorrer sobre o sentimento das protetoras diante a notícia de isolamento social:

(...) a reação de muitas protetoras, nesse primeiro momento, foi de desespero porque, bem ou mal, a gente sabe que sempre tem alguém tá lá na rua, na porta de um bar, de um restaurante e sobrou alguma coisa e sabe que dá alguma coisa para um animal, né, uma água e... por exemplo, na praça aqui tem os taxistas, eles deixam pote de água para os animais, que na praça tem muitos animais eh... tem que fazem isso, que fazem essa ronda e alimentam e, de repente, não podia mais sair na rua, não sabia gravidade da doença e eles ficaram abandonados. (I, 9).

Não obstante a desqualificação e precariedade desse trabalho, conforme discorri na categoria anterior sobre os estereótipos, as ativistas ainda têm que lidar com percepções equivocadas que confundem a prática de voluntariado com profissão exercida por elas. Neste sentido, Maria Luiza compartilha algumas inquietações:

[...] existem várias ideias equivocadas, inclusive a minha era sobre o que é uma ONG, o que é uma associação que luta pelos animais, muitas vezes com muita dificuldade. As pessoas têm uma ideia equivocada, eu inclusive tinha de que você liga numa Associação e eles vão te socorrer. Nem sempre uma associação de pessoas que lutam pela mesma causa pode socorrer. Às vezes essas associações estão precisando também de socorro (II, 3).

[...] existe uma crueldade muito grande por parte de quem não entende o trabalho da proteção animal, que é despejar animais na porta da casa dos outros que gostam e que são pela causa. E começou acontecer isso não só na minha casa (II, 7).

Faz.... acho que um mês, mais ou menos, uma amiga... grande amiga... também que é protetora independente, que é dona de um *pet shop*, aqui bem perto da minha casa, uma pessoa entrou lá e deixou um cachorro para tomar banho e nunca mais foi buscar. Esse cachorro foi adotado pela família da minha filha, que é casada e mora num sítio e meu genro, graças a Deus adotou um cachorro de quase um ano (II, 8).

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo e a pandemia de Covid-19 acentuou isso. O voluntariado (seja ele inserido no terceiro setor ou independente), neste contexto, é fundamental para ajudar os grupos em situação de crise humanitária/animalitária. Quando Maria Luiza diz que as “associações estão precisando também de socorro” e que há um “despejo de animais” descortina-se o território de precariedade, onde se encontra inserido o trabalho delas/e.

Os depoimentos de Maria Luíza dialogam com os dados de uma pesquisa encomendada pela ONG Ampara Animal<sup>78</sup>. A pesquisa ouviu 530 abrigos distribuídos pelo Brasil e revelou um aumento de 61% no índice de abandono de animais domésticos, entre julho de 2020 até o terceiro trimestre de 2021. Na legislação brasileira, o abandono é enquadrado como uma forma de maus-tratos.

Por outro lado, segundo uma reportagem publicada pela revista Forbs<sup>79</sup>, em outubro de 2022, o Brasil é o terceiro país com mais animais de estimação (*pets*) e com a Pandemia o mercado brasileiro de *pets*, cresceu quase 50% em faturamento nos últimos dois anos. De acordo com a mesma reportagem, atualmente há cerca de 149,6 milhões de animais de estimação, segundo o censo do IPB (Instituto Pet Brasil) de 2021. Outro dado interessante foi o registro de aumento de adoção de animais de estimação no mesmo período. Só a UIPA<sup>80</sup> registrou um aumento de 400% na procura por cães e gatos. Assim, podemos inferir que: na medida que cresceu a adoção, aumentaram os lucros e, curiosamente, o abandono também.

Vale destacar que no mesmo período da execução da pesquisa da ONG Ampara Animal, a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605 de 1998) que prevê o abandono de animais enquanto crime, foi alterada a fim de aumentar as penas conferidas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato: de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda (Lei 14.064/2020). O texto anterior definia punição de 3 (três) meses a 1 (um) ano de prisão, além de multa. Atualmente há muitas discussões acerca da Lei 14.064/2020 entre os/as ativistas pela causa animal; muitos/as veem como uma política pública bem-estarista que pouco contribui com os Seres-Animais, enquanto outros/as veem como uma grande conquista no presente, decorrente das ações de luta, que possibilitará outras no futuro.

Sabemos que no Brasil, criar ou modificar uma lei não é algo simples e nem rápido. Destaca-se, nesse avanço, o suporte governamental por meio de políticas públicas – com resultados, no mínimo, contraditórios. De um lado, demonstra que a mobilização ativista pode mudar cenários macropolíticos, mas também traz outra reflexão sobre a apropriação das pautas animalistas em políticas públicas punitivistas e situacionais (bem como pelo mercado capitalista neoliberal), desvinculadas ao trabalho de educação de base e redução de apoio financeiro às ONGs, especialmente vinculadas às questões ambientais. E, quando o Estado deixa de cumprir a sua função básica de gerar políticas públicas educacionais, acaba transferindo

---

<sup>78</sup> Sobre a instituição e seu trabalho de suporte aos ativistas: <https://amparanimal.org.br/institucional/>

<sup>79</sup> Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/10/brasil-e-o-terceiro-pais-com-mais-pets-setor-fatura-r-52-bilhoes/>. Acesso em: out. de 2022

<sup>80</sup> Trata-se da União Internacional Protetora dos animais (UIPA), associação civil brasileira mais antiga de proteção animal. Disponível em: <http://www.uipa.org.br/> Acesso em: out. de 2022

responsabilidades para a sociedade civil, reiterando o apelo ao voluntariado assistencialista, para o enfrentamento das questões sociais, como a questão animal. Portanto, aumentando o trabalho das ativistas no mote educativo.

De acordo com o mapa das organizações da sociedade civil (OSC), atualmente há 815.676<sup>81</sup> OSCs em atividade no Brasil, cerca de 400 são vinculadas à causa animal. No aspecto jurídico as ONGs são identificadas como associações ou fundações, regidas por estatutos. Vale destacar, que atualmente há muitas organizações que se afirmam combater a dominação, mas que de fato, consciente ou inconsciente colocam-se como agentes dessa própria dominação, perfazendo o fenômeno da ONGuização das lutas (SANTOS, 2019).

Nota-se que algumas protetoras procuram desvencilhar suas atuações destas organizações, consciente ou inconscientemente, enfatizando que atuam de “forma independente”:

Eu não tenho uma ONG tá? É muitas pessoas... eu mesmo sempre dizendo que eu não tenho ONG as pessoas acreditam que eu tenho ONG e repetem isso, mas eu não tenho ONG. Eu coordeno um grupo... eu falo coordeno, lidero, nem sei exatamente a palavra que usar, mas eu sou eu diria que eu sou mais uma multiplicadora, né, desse desejo de auxiliar na causa do Ser-Animal. (III, 7)

Ainda sobre a proteção animal e a ausência de políticas educacionais que atendam largamente às pautas animalistas, Elis enfatiza a desinformação que permeou o contexto pandêmico, levando algumas pessoas a abandonarem cães e gatos por compreenderem que poderiam ser vetores de transmissão do vírus que causa a Covid-19:

E falando diferentes espécies agora, por exemplo, a parte da proteção animal, cujas espécies em maior destaque são cães e gatos, muitos abandonos, muitas pessoas com falta de informação entendendo que alguns animais podem ser transmissores, alguns cães e gatos podem ser transmissores. É... muita situação também de...de abuso contra animais, que naturalmente já são usados em testes e muitos deles foram, ou estão sendo, inclusive, usados para viabilizar essas vacinas, que não salvarão de óbitos, ou minimizariam os óbitos, é e em tudo isso a gente, nós estamos ativas, a gente vai informando, né, quem ainda não teve acesso a essas informações (VII, 5).

A conscientização, nesse momento, é muito importante, a gente fala muito, né, divulga informações científicas, técnicas, bem embasadas? Trazendo essas pessoas que estão na abandonando, motivadas pelo entendimento de que os animais domesticados transmitem, de que não é que não é esse caso, que elas podem ficar tranquilas. A gente fala também sobre os testes em animais, que no momento, como pessoas veganas, se nós pudéssemos escolher, nós não financiaríamos os testes em animais, mas que, nesse momento, a ciência não evoluiu no sentido de viabilizar vacinas que não sejam testadas, mas que é importante a gente ter essa consciência e

<sup>81</sup> Mapa das OSCs disponível em: <https://mapaosoc.ipea.gov.br/mapa>. Acesso em: 02 de out. de 2022

cobrar da comunidade científica que se aperfeiçoe e dedique esforços e estudos para que viabilizem vacinas, medicamentos e fármacos, enfim, tudo sem testes em animais (VII, 7).

Elis fala enfatiza que o trabalho de “conscientização, nesse momento, é muito importante”. Nesta linha, observo que já nos primeiros meses de isolamento social, muitas foram as publicações<sup>82</sup>, em diversas áreas do conhecimento, que reiteraram as possíveis relações entre causas estruturais que favorecem o surgimento de grande parte das pandemias, como a ausência de cuidado com a maior de todos os esfarrapados do mundo, a própria Terra (BOFF, 2015). Tais produções engrossaram ainda mais a pontualidade argumentativa, de que “temos uma base científica”, presente há tempos nos discursos ativistas. Nesta direção, Beto cita o relatório *Pecuária Global 2013: Mudando as Paisagens das Doenças*, publicado em 2013:

Não é de hoje que a gente tem informação que elas são de origem animal. A própria ONU...desculpa a OMS... já mostrou, né, que 70% das novas pandemias são...essas novas pandemias que vão aparecer, elas são de causa animal. Então, isso mostra para pra gente uma determinada falha de comunicação, uma vez que nós temos todas essas informações na mesa, que nós temos uma base científica, que nós temos aí dados para mostrar isso, o que tá faltando, o que tá faltando para que a gente consiga imprimir... imprimir nas pessoas esse entendimento de que se a gente não mudar, radicalmente, a forma com que a gente se relaciona com os animais e com a natureza, essas problemáticas... elas não vão desaparecer (IV, 8).

Bianca reitera:

(...) o veganismo também vem para educar as pessoas sobre a questão: se nós continuarmos comendo animais...e criando animais para serem comidas, nós vamos continuar tendo essas pandemias. Eh... já tem cientista avisando das próximas que virão de outros tipos de animais aí que estão sendo criados, né, então isso também é importante, educar o pessoal com relação a isso: de onde que vem essas pandemias (V, 9).

Carla, reforça que a principal atuação neste contexto é “disseminar a informação de que essa pandemia está ligada a exploração animal essa e todas as outras” (VI, 5) e interpreta como uma ocasião propícia para que as/os ativistas sejam ouvidas/os com seriedade em seus argumentos:

Esse contexto de pandemia, faz que muitos amigos meus, que não são veganos, que não entenderam ainda gravidade do que a gente pratica, como espécie humana, parassem pra me ouvir sobre criação de confinamento, a criação extensiva, a

---

<sup>82</sup> Conforme explanado no item 3.2, destaque Paim e Alonso (2020), Santos (2020) e Krenak (2020), entre outros.

industrialização da produção da carne, a industrialização da produção de leite, de ovos, então, dos oceanos... dos peixes, dos criadores de peixe. Eu acho que é uma oportunidade, absoluta, da gente explicar a gravidade do que é a ausência do veganismo ou que o veganismo não estando no caminho das pessoas para gente... onde a gente chegou e a gente vai chegar em lugares piores assim. É ... essa é a oportunidade (VI, 6).

As circunstâncias especiais que estamos vivendo decorrentes da pandemia viabiliza a percepção da dimensão ontológica do trabalho enquanto cuidado do ser. Na ética do cuidado de Leonardo Boff (2015), a crise que afeta a humanidade (de descaso e abandono de outrem) dá-se, essencialmente, pela falta de cuidado.

No trabalho destas ativistas observo que o cuidado encontra-se no *ethos* fundamental do voluntariado desempenhado por elas/ele: trata-se aqui de um modo de ser-no-mundo. Relaciona-se, pois, também com a alteridade animal. Para Boff (2015), desde uma leitura teológica, trata-se da virtude que tem mais urgência em ser (re)descoberta entre os Seres Humanos: cuidar das pessoas, do planeta, da convivência. Neste sentido, sendo a voz dos que não falam se o sofrimento aumenta o cuidado também aumenta, seja numa acepção macro (planetária) ou micro (material, moral e afetiva).

Cuidar implica aprender a cuidar de si e de outrem (humano ou não humano), tendo sempre informações sólidas de nossa realidade. Neste sentido, apropriar-se de conhecimentos legais e científicos acerca das consequências das inter-relações exploratórias humano-animal e posicionar-se, configura-se também como um cuidado:

[...] conscientizar as pessoas do poder das escolhas delas como consumidoras, como isso impacta vidas e como é uma responsabilidade grande que nós temos. Impacta tanto a vida de seres sencientes, como os animais né, e também seres humanos que estão nessa linha de produção e também o planeta. Então a questão do meio ambiente é totalmente linkada a questão. Hoje a gente fala muito disso, né? A produção de carne, ela é insustentável, né, ela já está colapsando o planeta. Para você ter uma ideia nós temos mais cabeça de boi no Brasil do que pessoas. Então a gente tem que rever isso, porque isso está devastando floresta... é plantação de soja para alimentar os bois, porque 80% da soja produzida vira ração para boi de corte, fora questão do gás metano, animais produzem, porque eles estão sendo criados em excesso, para alimentar uma população (V, 4).

Interessante observar que o senso de urgência da atuação na causa ganha várias significações dentro da pluralidade da região de inquérito investigada. Nas falas advindas dos sementários B, C e D, o cuidado desvela-se mais preponderante, como um elemento racional e cognitivo (que necessita de acesso a dados concretos para conformá-lo), ou seja, da ordem epistemológica. Assim, a ideia do cuidar, carrega uma acepção de mudança/transformação que aproxima à atitude ecologizadora que ensaiamos no capítulo II, enquanto necessária à mudança

do paradigma civilizacional moderno. O cuidar é desvelado como antítese da exploração planetária, e a mudança para este cenário (exploração) estaria atrelado ao “poder das escolhas” mais biocentradas:

É mudar para ser... para sermos seres mais compassivos, mais justos, mais benevolentes e aprendermos a conviver com os outros seres de uma forma respeitosa, né, e não de uma forma eh... utilitária, onde eu vou utilizar os outros, eu tenho esse direito por ser humano. E não! A gente tem que se lembrar que nós somos apenas mais uma espécie nesse planeta, e se nós somos, como dizem, a mais inteligente, então nós temos uma responsabilidade muito maior que é de cuidar, proteger e preservar as outras espécies (V, 11).

[...] Essa nossa estada, nesse plano terreno, deve ser compartilhada e os meios que nos garantem estar aqui, os meios... os ecossistemas, enfim, todos eles devem ser preservados. Sem isso nós não somos animais na nossa plenitude. Então, qualquer espécie que é violada nas suas características, da sua plenitude animal, atinge outras espécies, né, nos atinge como seres humanos. A gente tá vendo isso agora na pandemia. Então violações devem ser combatidas, né? Porque trazem uma ideia de violência, mas violações é... não devem fazer parte da nossa existência, muito pelo contrário, o trabalho de cuidar, de regenerar, de preservar e defender e...zelar. Esse cuidar é o zelar, para que possamos manter essa integridade, das nossas características não violadas (VII, 7).

(...) A gente não tem mais tempo...vamos mudar um pouquinho aqui, um pouquinho lá, daqui uns anos a gente muda mais um pouquinho! Não, a gente não tem mais tempo! Nós estamos vivendo um colapso ambiental, nós estamos aí com aparecimento de superbactérias, novos vírus, tudo decorrente da forma com que a gente se relaciona com os animais e com a natureza (IV, 9).

Por outro lado, nas falas advindas do sementário A, o cuidado não toma uma acepção tão ampliada, biocentrada (FELIPE, 2009) e/ou planetária (BOFF, 2015), mas desvela-se como antítese do abandono. Observamos essa acepção na fala Maria Luiza, sobre a disponibilidade em angariar recursos financeiros para atender às necessidades básicas dos gatos que mantém a tutoria:

Eu cuido hoje de 20 a 22 animais, eu não tenho o número exato, porque são gatos de rua, que moram no local onde eu trabalhei esses nove anos eu fui demitida. Então, eu vou até lá eu tenho acesso, não muito... eu não sou muito bem-vinda, para falar bem a verdade, e nem os gatos são bem-vindos no local. O atual secretário da cultura, inclusive, e a diretora do programa movimentação cultural que onde eu era a coordenadora, já disseram, com todas as letras, que os gatos precisam sair de lá e eu não tenho para onde leva-los. Então, acredito que muita gente tá passando por situação parecida, mas nem por isso a gente eh... esmorece. Eu acho que esse amor, que move quem defende eh... nem que eu tenha que vender bala, de verdade, no farol, eu deixo de alimentá-los (II, 4).

Ou na fala de Alisha sobre sua trajetória com o cuidar, enquanto constitutiva de sua própria identidade:

Então, a minha trajetória, com cuidado animal, ela passou por várias fases. Então, quando mais jovem, minha... meu olhar era mais de alimentação. Então... eu procurava fazer doações para as pessoas que trabalhavam com cuidado de animal. A minha mãe queria me matar, porque eu acordava de manhã, antes de trabalhar e colocava porções de ração fora do portão da minha mãe. Minha mãe mora numa casa de esquina e vinha muitos gatinhos e minha mão ficava muito brava... eles comiam e depois iam embora (III, 1).

Luna, também discorre sobre este cuidado no contexto de isolamento social, para ela enquanto ato de transgressão:

[...] Então assim, a proteção animal, ela não deixa de socorrer, não... não tinha fluxo das pessoas na rua, estava proibido sair, mas muitas protetoras cuidam de núcleos de gato, de cachorro e elas saíram colocar essa água, saíram colocar o alimento do jeito que dava. Claro que muitas devem ter feito isso escondidas porque tinha proibição de circular (I, 9).

Para estas ativistas, estes felinos carecem de abrigo, comida e medicação, mas, especialmente, precisam de amor, de afago, de afeto, de uma família. O cuidado é, neste recorte, simultaneamente, material, moral e afetivo (OSÓRIO, 2018).

Então educar-se é isso: é fazer com que as pessoas entendam que os animais precisam de cuidados e, as pessoas que se agrupam em associações em ONGs para cuidar precisam também de...de ajuda então tem muita... eu acho que educar na causa é isso: em primeiro lugar, conscientizar as pessoas de que são vidas e que o animal não é pra... para você usar como seu empregado, cuidando de um estacionamento, de um ferro-velho e... só para guardar a tua casa, ele pode até, com muito amor, fazer isso, mas ele não é um objeto de escravização seu né? (II, 3)

Vale destacar que Maria Luíza diverge em sua própria fala, quando diz sobre a relação destes animais com tratamentos para Seres-Humanos:

Eles fazem até o papel de profissionais da área psicológica, porque muita gente que... que se sente só eh... muita gente que tem problema de relacionamento, a gente sabe de relatos maravilhosos, assim, de tratamento de pessoas com necessidades especiais com cavalos, não só gato cachorro? (5d).

O último ponto a ser explorado nesta categoria é a percepção, de parte das ativistas, de que a luta contra exploração animal é também uma luta contra a exploração humana. Neste

sentido, a ideia de escravidão toma uma dimensão que extrapola os limites humanos “não é um objeto de escravização”.

Quando a gente fala de educação é, realmente, este trabalho de base, onde nós vamos sim rever nossos conceitos, nós vamos repensar os nossos hábitos, nós vamos aplicar aquilo que a nossa sociedade – hoje - tem um entendimento com as práticas, por exemplo, que a gente vem desenvolvendo, do tipo: olha, sempre foi errado! Sempre foi errado escravizar pessoas, porém a gente só teve, entre aspas, este entendimento, a partir de um certo ano. Mas, não quer dizer que antes disso, escravizar pessoas era certo. Não. Sempre foi errado. E para que a gente mude esses paradigmas e reconstrua, os nossos moldes como sociedade, nós temos sim que mexer na base. E a base passa sim pela educação (IV, 7).

É interessante notar a interseção entre racismo e especismo nas descrições. Há uma recorrência na comparação da condição de naturalização-normalização a que muitos Seres-Humanos foram submetidos: escravizados, torturados e vendidos como meras mercadorias com a condição de muitos Seres-Animais na atualidade, que poderia ser ilustrada pelas condições em que dezenas de milhares de bovinos vivos foram (ainda são) exportados, por vias marítimas, para Turquia, por exemplo<sup>83</sup>. Primeiro há de se destacar o sofrimento extremo a que estes Seres-Animais são submetidos até chegarem ao destino para serem engordados e abatidos, e também “como podemos imaginar, a aglomeração de animais de várias origens em ambientes pequenos, mal ventilados e estressantes por longos períodos cria as condições ideais para a propagação de doenças infecciosas (PAIM; ALONSO, 2020, p.38), sendo um ambiente propício para multiplicação de novos patógenos nocivos aos Seres-Animais e aos Seres-Humanos.

Todavia, há de se destacar que esta relação da condição de muitos animais como análogas à escravização histórica de Seres-Humanos, tem gerado um compreensível desconforto no seio do ativismo, pois pode denotar que a causa da igualdade racial já estaria vencida, e assim poderíamos seguir para uma próxima pauta (animal). Nesta interpretação, há uma contradição em termos, uma vez que pressuporia uma ordem de prioridades de ‘libertação’, na qual o Ser-Humano estaria, novamente, no primeiro plano (portanto, uma interpretação antropocêntrica e especista), desconsiderando a perspectiva interseccional, trazida por parte das ativistas entrevistadas.

Elis, Bianca, Beto, autodeclarados como veganos abolicionistas, reiteradas vezes em seus depoimentos desvelam essa percepção de libertação estendida a todos os Seres. Bianca, ao explicar sobre o que é ser ativista nesta causa, diz que é:

---

<sup>83</sup> Sobre o caso dos bovinos do porto de Santos e a atuação ativista. Ver: <http://www.uipa.org.br/da-exportacao-de-gado-vivo-desmandos-de-uma-republica-cruel-com-seus-animais/>

Não sei se é certo falar eu falar desse jeito, mas que a gente não se limite também a enxergar essa causa, a causa vegana, dos animais, como algo que não deveria ser somada a outras causas. Afinal, toda forma de opressão está ligada de alguma maneira (IV, 5).

[...] conscientizar as pessoas que através do seu consumo, você decide a vida de seres, humanos e não humanos, porque a gente tem que lembrar que... por isso que a gente conversa muito sobre essa questão interseccional no veganismo, porque, por exemplo, a indústria agropecuária é onde se encontra mais problemas com trabalho escravo. Então, automaticamente, quando a gente está boicotando a indústria da carne, por exemplo, a gente também está boicotando e dizendo que somos contra o trabalho escravo (V, 3).

A “questão interseccional no veganismo”, a qual surge no depoimento de Bianca possui uma correspondência direta com o excerto inicial de Elis (VII, 6), quando afirma que “tudo tem relação com a causa animal”, que tem “feito ativismo virtual muito forte, interseccionando com outras lutas por justiça, dignidade e libertação” (VII, 2) e Beto “toda forma de opressão está ligada de alguma maneira”, no sentido de entenderem suas práticas concretas de ativismo como um potencial dialético de lutas por direitos (humanos e não humanos).

De tal modo, quando Bianca empenha o exercício crítico de leitura do mundo, estabelecendo uma relação direta do boicote à “indústria da carne” (pecuária latifundiária) ao boicote ao trabalho escravo (camponeses afligidos por grileiros, indígenas assolados pelo terrorismo ruralista, animais coisificados, etc.), denuncia em seu discurso toda uma estrutura comum de dominação lograda nas raízes mais profundas do colonialismo: a questão agrária brasileira. Dada as devidas proporções ao que se refere a uma direta e inequívoca relação, há alguns pontos a se considerar na afirmação de Bianca.

Sobre o mapeamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, Girardi *et al.* (2014) afirmam que o trabalho escravo é encontrado, predominantemente, nas zonas rurais atrelado, sobretudo, às atividades agropecuárias, baseado em dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT):

[...] 59,6% dos trabalhadores escravizados que são libertados almejam o trabalho na terra. Esta informação evidencia a origem desses trabalhadores, com raízes rurais, e principalmente a forma como trabalho escravo rural contemporâneo está ligado duplamente à questão agrária no Brasil. Duplamente porque, além do trabalho escravo em si ser um crime predominante no campo, também sua causa estrutural está ligada à questão agrária, ou seja, a pobreza dos trabalhadores de origem rural (sem terra ou desintegrados), como mostra o estudo da OIT, e o poder político econômico e mentalidade feudal dos fazendeiros que empregam a prática. (GIRARDI *et al.*, 2014, p.1)

Ainda no sentido das pessoas escravizadas e libertas almejarem um trabalho na terra, o pesquisador Sorrentino *et al.* (2017, p.113), ao discorrer sobre educação, agroecossistemas e reforma agrária e aprimoramento de técnicas mais sustentáveis, no que se refere as dimensões territoriais brasileiras aponta que:

O Brasil possui aproximadamente 850 milhões de hectares, dos quais 80 milhões estão destinados à agricultura e 200 milhões à pecuária bovina, com baixa produtividade média. Se houver o simples aprimoramento de técnicas de pastagem, pode-se dobrar a produtividade bovina, liberando 100 milhões de hectares sem diminuir a produção atual. Ainda que não questionemos a necessidade de uma alimentação exageradamente carnívora, o que é importante de ser feito, e ainda que não questionemos que a maior parte dos 80 milhões de hectares estejam destinados à agricultura industrial e empresarial, pode-se facilmente perceber que não haveria dificuldades de liberar terras para uma reforma agrária que atenda todas as demandas atuais de agricultores e agricultoras sem-terra.

A pesquisa sugere soluções que não cabem na discussão desta tese. Ao que destacamos aqui é territorialidade ocupada por latifundiários para produzir, escraviza e matar Seres-Animais e que limita o direito à moradia a tantos Seres-Humanos, escravizando também muitos deles. Assim, as duas citações anteriores ajuda-nos apreender alguns outros sentidos que também emergem da fala de Bianca: a luta por reforma agrária, por soberania alimentar e contra o capitalismo, como uma dos mais potentes instrumentos de descolonização. Como enfatiza Beto, em uma crítica direta ao veganismo liberal (muitas vezes financiado por estes mesmos latifundiários) “não adianta a gente ficar só falando de produtos de prateleiras de supermercado, enquanto existem pessoas que não têm o privilégio de escolher o que põe no prato” (IV, 13)

A conscientização, inerente à ação voluntária descortina-se como uma tarefa articulada à busca pela humanização, ou da vocação de Ser Mais. Freire (2011b) ensina-nos que a denúncia é o primeiro passo para a construção de outra sociedade; Bianca que esse passo pode ser interseccional, popular, em um lócus conjunto de luta; Beto que se faz necessário ser pragmático na luta e que o “poder de escolha”, pode ser também um privilégio. Neste sentido, Carla frisa que:

[...] a gente está vivendo tempos de perturbação humanitária e eu acho uma pena que pautas tão nobres e importantes, como a questão do racismo, da homofobia, a questão do machismo e a questão animal, que anda paralela, mas porque não convém para quem vem fazendo escândalo incluir a nossa pauta animal com a dignidade que ela merece (VI, 7).

Por meio de seus saberes de experiência, as ativistas denunciam problemas sociais (descaso, abandono), políticos (ausência de políticas públicas educacionais voltadas a proteção

e direitos animais) e econômicos (exploração de força de trabalho humana e não humana, concentração de terra e capital na mão de poucos a custo de muitos) e anunciam possibilidades de trabalhos interseccionais (como a ONG de Bianca), reforçando a compreensão de que cuidar é também incluir as “diversidades na unidade” de luta, pois há de se “considerar as inúmeras realidades com que o veganismo alcança”, como disse-me Beto ao término da entrevista, ao propor um possível encontro presencial<sup>84</sup>, pós pandemia, entre pesquisadora e entrevistado:

Espero um dia que a gente tiver aí no Brasil, a gente puder sentar, conversar e...conversar um pouco mais né? E... estreitar um pouco mais, porque é muito bom quando a gente vai agregando, somando, né? Com causas, com pessoas, para que a gente faça com que esse movimento realmente, né, seja inclusivo. Acho que essa... essa é a palavra, né? Incluir...incluir. Para fazer a gente fazer esse trabalho de inclusão, nós temos que levar em consideração as inúmeras realidades com que o veganismo alcança (IV,13).

Procuramos trazer à tona os processos educativos que atravessam ações práticas-teóricas, tais como: a) promover ações de voluntariado; b) repertoriar-se de informações legais e científicas acerca das consequências das inter-relações exploratórias humano-animal e; c) estabelecer a inclusão-conexão com outras pautas sociais.

Figura 3 – Representação esquemática da categoria B



<sup>84</sup> As entrevistas foram feitas remotamente, durante o período de isolamento. Beto, na ocasião, residia em Mullinga/Irlanda.

### 3.4.5 Me educar para aprender como me comunicar com as pessoas

A gente tem que pensar que há um tempo atrás, por exemplo, a escravidão era uma coisa normal, né, então pensar que há um tempo atrás mulheres não tinham direito de votar e era normal, então... a gente tem que sempre mudar, tem que evoluir! E o educar-se é que eu tenho sempre que estudar muito e aprender formas de passar isso para as pessoas, de uma forma que eu consiga alcançar as pessoas – Bianca (V, 5).

Não aprendo e não ensino sem a curiosidade que me move, inquieta e me insere na busca, nos lembra Paulo Freire (2011c) em sua *Pedagogia da Autonomia*. “Me educar para aprender como me comunicar com as pessoas” é uma categoria que resulta da percepção das ativistas acerca da importância de se ter disponibilidade para suspender suas mundaneidades e aprender sobre (e com) os mais diversos contextos relacionais e culturais que envolvem animal-humano, construindo seus entendimentos acerca da concepção de educar para comunicar, perfazendo um processo educativo em que a aprendizagem se realiza em função dos esforços das/o próprias/o ativistas.

Para elaboração desta categoria, retomo metodologicamente algumas reflexões inerentes a pesquisa fenomenológica, que não se pretende neutra e que também envolve o processo educativa da própria pesquisadora. Ao adotar uma postura fenomenológica, coerente a concepção de pesquisar com (OLIVERA *et al.*, 2014) educando e me educando na prática de pesquisar, relembro que uma postura coerentemente crítica e rigorosamente científica, pressupõe estar alerta a ver/escutar quando o “norte” está introjetado no “sul”, em outras palavras, a “sombra do opressor” que molda percepções e comportamentos da vítima. Comunidades científicas de trabalho, nas quais estamos inseridas enquanto pesquisadoras/es, situadas/os na América Latina, não estão imune a esta sombra (ARAÚJO-OLIVEIRA, 2014), tampouco ativistas das mais diversas causa. E como é de se esperar, a superação desta condição não é uma tarefa simples. O caminho, cremos, é o cultivo permanente da pedagogia da pergunta, como também nos fala Freire e Faunez (2014). Afinal, como diz a filósofa Viviane Mosé (2019), se somos a espécie que pergunta, será que estamos fazendo as perguntas adequadas? Conjeturando sobre as interrogações que mediatizaram o meu encontro com as/o ativista, dou início a descrição desta última categoria, que tem em seu cerne aprender a como me/se comunicar, ou seja, a dialogicidade, considerando a importância e o poder que a palavra tem, palavra essa que, na prática, pode ser utilizada para libertar ou oprimir.

Ativistas reconhecem que para a ampliação da visão de mundo e, conseqüentemente, a (re)significação constante de sua prática social de ativismo, faz-se necessário educar a si, entre

si, mediatizados pelo mundo, impregnando de sentido cada momento da vida, cada ato cotidiano (FREIRE, 2011b). Chamou-me atenção alguns comentários das ativistas acerca da pesquisa e perguntas. A finalização da entrevista com Beto, por exemplo, ilustra um pouco o que procuro desvelar:

Foram assim perguntas que, você sabe, eu nunca parei para pensar... assim, para refletir no cerne sobre essas perguntas. É tão esquisito isso? Às vezes a gente até passa aí por conceitos que fazem parte da base de conhecimento comum, mas a gente nunca parou para refletir a importância deles, na nossa...na nossa construção da bagagem que a gente vem trazendo, durante a vida (IV, 12).

A entrevista fenomenológica é desenvolvida como um encontro, singularmente estabelecido entre o sujeito pesquisador/a e cada sujeito pesquisado, situada numa relação de estranheza (MARTINS; BOEMER; FERRAZ, 1990). Neste encontro intersubjetivo, o “isto” enquanto um lugar a ser habitado na condução fenomenológica, é ocupado quando Beto afirma “nunca parei para pensar... assim, para refletir no cerne sobre essas perguntas” (IV, 12). Beto impregna de sentido o fenômeno investigado: sua própria significação conceitual na prática social que exerce.

Ao conceber, fenomenologicamente, que não sou elemento externo às circunstâncias que se encontra o fenômeno que anseio compreender, e que o objeto de conhecimento não é passivo a mim (pesquisadora) que está-sendo, no-mundo, na e com a teia de relações planetária, ele (objeto) é lançado e se apresenta a igualmente a minha percepção. As ativistas ao agradecerem pela oportunidade em ceder a entrevista, reforçarem a importância de se abordar a pauta desde os tenros anos e /ou afirmarem, que envolver-se com a causa “não é só sair a campo” e que “traz resultados para os animais” desvelam, em alguma medida, um reconhecimento de que o envolvimento acadêmico do campo educacional, produz um compromisso social (ativo) dialógico com o movimento animalista:

[...] agradeço o privilégio de poder falar para uma pessoa que se dedica a causa da educação, porque não é fácil nesse país. A gente sabe o quanto professor sofre, quantas pessoas ligadas à educação sofrem e é um privilégio poder falar, expressar o que eu sinto [...] bem importante que alguém pense em inserir na educação os animais né, que tenha um campo a mais, que tenha um foco a mais? A educação não é só você ensinar o beabá para crianças, ensinar a escrever, a contar? Passa por muitas outras coisas (I, 10)

[...] talvez se conversasse desde pequenininho, mais indivíduos, mais indivíduos fizessem opção de se tornar veganos ou vegetarianos (I, 5)

[...] eu acho que seria muito importante que as escolas estaduais, municipais e particulares tivessem dentro da grade delas alguma matéria de educação? A educação

ambiental, educação animal, que passasse por isso: pela proteção animal, pela importância deles na nossa vida, no planeta (I, 6).

Retomo aqui a proposição de que o diálogo sela o ato de aprender “eu me sinto rigoroso se provoco você a ser rigoroso” (FREIRE; SHOR, 1986, p. 11). Outro ponto a destacar, nos excertos acima, é sobre a percepção de Luna quando nos diz que não é “só você ensinar o beabá”, ou seja, aprender a ler/escrever mecanicamente, a educação “passa por muitas coisas”, pelo contexto social, o que reforça a validade do pensamento de Paulo Freire. Aprender é um ato revolucionário e, neste sentido, “inserir na educação os animais” demonstra a preocupação de muitos ativistas em que a pauta animal seja incluída na escolarização das crianças brasileiras, já que “ninguém luta contra forças que não entende; ninguém transforma o que não conhece” (FREIRE, 2011b).

Ao que destaco, enquanto pesquisadora-educadora, essa preocupação posta, reitera a compreensão de que é necessário a resignificação de categorias da educação com leituras críticas da realidade vivenciada no século XXI (GADOTTI, 2001), o que passa por consolidar saberes científicos na área, conforme enfatiza Maria Luiza: “muito importante saber que uma pesquisadora tá fazendo um trabalho nessa área”:

[...] para mim é muito importante saber que uma pesquisadora tá fazendo um trabalho nessa área, né? E quanto mais pessoas se envolverem com a causa...às vezes a gente acha que se envolver com a causa é sair a campo, literalmente, pegando cachorro e gato na rua e nem... e nem sempre é isso (II, 6).

Se você quiser que eu indique também outras pessoas que trabalham [...] posso passar também, caso você precise e... queria só comentar que assim, esse trabalho, me deixa muito feliz, porque não traz holofote, né, para nenhum de nós. Ele realmente traz resultados para os animais [...] E... caso você goste desse trabalho também e, caso queira conhecer mais o nosso grupo, está convidada, tá bom? (III, 12).

Ainda sobre a relação teoria e prática, Alisha compartilha como percebe os sentidos atribuídos a “experiência acadêmica” e “experiência vivida”:

E, educar-se é estar aberto a esse feedback, porque quando você leva para outro a sua experiência, a sua vivência e também estando aberto, seja sua experiência acadêmica, né, ou realmente de experiência vivida...e também estando aberto para ouvir a experiência do outro criando assim um novo aprendizado é ciclo maravilhoso! Então, para mim educar e educar-se eles não...não tem como deixar de existir, a não ser em conjunto... É estar em busca, né, sempre em busca de entender melhor o outro. Seja ele o ser humano ou o animal (III, 5).

Larrosa-Bondia (2002) propõe pensar a educação desde a experiência/sentido, enquanto um lugar de encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova, que se apodera de nós, que nos tomba e nos transforma. Para o autor, o saber de experiência seria uma espécie de mediação que se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana, portanto não havendo dicotomia entre termos saber (acadêmico ou vivido) e experiência (da vida humana/animal), uma vez que só existem a partir do momento que caminham juntos. No sentido atribuído por Alisha, o educar seria o saber de experiência que “busca de entender melhor o outro” para além das fronteiras humanas, congregando saberes “acadêmicos” e/ou “vividos”.

Vale também retomar a experiência no sentido freiriano. Paulo Freire (2011a) utiliza a expressão saber de experiência feito como uma afirmação crítica do que há de bom senso no lugar do senso comum. Os autores coincidem em que toda a forma de saber é elaborada na experiência existencial, vivida cotidianamente. Sobre o lugar do senso comum, destaco aqui uma inquietação de Beto acerca do significado de ser radical enquanto uma estratégia da ideologia opressora que desqualificar o discurso ativista (abolicionista):

Eu não queria acrescentar, só queria reforçar mesmo... essa necessidade, de que a gente traga, novamente, para o movimento vegano abolicionista a radicalidade, né, a radicalidade ela não é, de forma alguma, a mesma coisa que ser impaciente, ser desrespeitoso, ser chato... ser babaca. A radicalidade ela defende uma ruptura total do sistema...total do sistema, com diálogo, com reflexão, com coerência, com ética e sem essa plasticidade de se negociar pseudos passos para o avanço da libertação dos animais, porque não existe passo, né, esses passos quem inventa somos nós? (IV, 10).

Eu acredito muito que esta demonização...desse termo ‘radical’ ele faz parte da estratégia da própria indústria animal (IV, 11).

E reflete sobre o lugar de bom senso que habita seu saber:

Você...todo mundo é radical para alguma coisa. Radical contra o estupro, radical contra a violência doméstica...então ser radical não, necessariamente, significa algo ruim. Então eu acredito muito que isso é uma estratégia, sabe? Um estratégia de... de...desconstrução, né, dessa...da radicalidade dentro do próprio movimento (IV, 11).

Santos (2019) defende que todo o conhecimento é corpóreo e, assim, a experiência não pode ter um estatuto inferior à teoria. Ela está tanto na vida subjetiva da objetividade como na vida objetiva da subjetividade. Isso quer dizer que a experiência como experiência vivida pode ser vivida de duas formas: em si mesmo (independente da escolha) ou por substituição (opção por vivê-la ou afastar-se dela). A experiência de ser mulher em uma sociedade sexista, ser preto em uma sociedade racista, não humano em uma sociedade especista é ter a experiência vivida

em si mesmo. Enquanto, por substituição, um Ser-Humano, do gênero masculino, branco ao se colocar “radical” neste sentido, procura viver a experiência vivida por substituição.

Em outro sentido, Carla defende que educar seria “compartilhar o máximo de informação científica que a gente aprende sobre a causa e também das informações subjetivas que estão na sociologia, na filosofia, sobre ética, sobre responsabilidade, sobre coletividade...” (VI, 4), tecendo uma significação de educar com foco mais no saber científico.

Ampliando a leitura sobre como as ativistas se educam para comunicar, outro ponto descortinado, foi a forma como se estabelecem as leituras do outros nas interações pessoais:

Educar e educar-se na causa para mim é estabelecer constante de diálogos com pessoas que já são causa, pessoas que estão há muito tempo na causa, entender as motivações, entender por que permanecem, de que modo desenvolvem as atividades em defesa dos animais não humanos e humanos e... as pessoas que estão chegando também, né, o que as motiva a se engajarem (VII, 3).

Elis enfatiza o exercício de saber compreender a motivação que leva alguém a se envolver e permanecer na causa é um dos aspectos essenciais que devem ser levados em consideração quando falamos de educação. Segundo uma pesquisa, realizada em janeiro de 2021 pela ONG britânica *Vegan Society*<sup>85</sup>, as pessoas se tornam veganas, sobretudo, por influência de ativistas e das informações apresentadas por estes/as. Na seara do que nos traz a pesquisa, Elis, complementa que no movimento de apreensão do que move as pessoas “com isso também, a gente passa a perceber o que nós estamos fazendo de modo a contribuir e também a atrapalhar um pouco as atividades, né, (risos)” (VII,3).

Este sentimento que envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer (práxis) no qual “a gente passa a perceber o que nós estamos fazendo”, é também expresso na narrativa de Beto, quando afirma que educar significa responsabilidade em questionar-se, como exercício de validação das informações que compartilha:

[...] a partir do momento que você se dispõe a compartilhar informação, se dispõe a ser um ativista, você tem que ter a responsabilidade de sempre estar ali, né, não só se aprofundando nos temas mas, principalmente, questionando a si mesmo. Toda a vez que eu vou fazer um conteúdo, por exemplo, que é um pouco mais polêmico, eu faço esse... eu escrevo todo o roteiro, eu faço essa pesquisa e depois eu me coloco como um *hater* do próprio conteúdo. Então, eu tento me contestar em cada parágrafo daquele conteúdo que eu vou produzir, para ver se, realmente, as minhas convicções...elas se... se mantém, mesmo com esse confronto de ideias. Eu acho que é essa responsabilidade que a gente tem que ter. A partir do momento que você está

<sup>85</sup> Outros impactos também são descritos no relatório:

[https://www.vegansociety.com/sites/default/files/uploads/downloads/Impact\\_Report.pdf](https://www.vegansociety.com/sites/default/files/uploads/downloads/Impact_Report.pdf)

se colocando para conversar, você está passando informação, você precisa? Você precisa ser responsável naquilo que você está compartilhando (IV, 6).

Como Beto que atua, sobretudo, com ciberativismo, destaca que esta autorreflexão passa por um exercício subjetivo de colocar-se como um crítico (*hater*) de seu próprio conteúdo. O ciberespaço possui uma forma particular de convivência na comunidade virtual. *Haters* são pessoas ou grupos que praticam, diretamente ou indiretamente, discursos de ódio neste espaço. Estes, buscam através da violência extinguir outrem, simplesmente por ser outrem da alteridade que lhe é inerente, seja em virtude de sua opção política, religiosa, raça, sexualidade, entre tantas outras, sendo atualmente uma tática muito usada pelo neoconservadorismo. Considerando este espaço de odiosidade, não é incomum encontrar o terreno propício para a propagação de *fake news*, inclusive sobre a causa animal.

Sousa e Vasconcelos (2021) ao refletirem sobre a educação popular em tempos neoconservadores, ponderam que o cenário atual de adesão a falsas notícias decorre da ausência de consciência crítica e politizada. Na contramão deste estratagema da onda neoconservadora, muitos sujeitos, a não se satisfazerem com as aparências e a pretensa verdade das *fake news*, procuram conhecer as razões de ser dos fatos e acontecimentos, indagando e problematizando da realidade, com intenção de transformá-la. As pesquisadoras ainda enfatizam que o desprezo pelo saber científico e a tentativa de invalidá-lo têm ganhado ênfase no discurso do atual governo federal e exemplificam esse movimento de ódio/mentiras quando o atual presidente diz que a questão ambientalista é importante somente para os “veganos que comem só vegetais”.

Para Dussel (1977) responsabilidade tem relação não com a resposta a uma pergunta, mas responder por uma pessoa: ser responsável-diante-de. O tomar-se sobre si, diz o autor, é fazer-se responsável. Ao se dispor a pesquisar e contrapor-se aos próprios dispositivos que tentam relegá-lo à invisibilidade de sua fala, Beto torna-se responsável-diante-deste outro a quem defende na causa.

Na causa, tornar-se responsável é também ter consciência da situacionalidade geográfica e das contradições de classes. Carla frisa que para atingir os objetivos comunicativos é preciso considerar que:

É diferente eu falar com uma pessoa que mora na comunidade e uma pessoa que mora no Morumbi, por exemplo. São realidades diferentes, né? Então eu tenho que me educar também para aprender como me comunicar com as pessoas, com os vááários tipos de pessoas que existem no mundo, de vááárias classes sociais, de várias realidades. (V, 5)

Luna, aponta os contextos:

[...] poxa, mas os esquimós que estão lá no fim do mundo e não tem nada supermercado, eles tem que caçar a foca para comer, é uma outra coisa sabe? A gente não vai ter como interferir numa coisa dessa? Não tem como fazer uma intervenção nisso aí, porque eles estão ali no fim do mundo e realmente vão precisar se alimentar de alguma forma mas, a gente tá aqui na cidade com os mercados com tanta fartura de comida, de outras coisas e eles não precisam ser massacrados aos montes para nossa alimentação, eles não precisam ser explorados nos rodeios, eles não precisam ser sangrados e assassinados nas pistas de touradas? (I, 9)

É certo que há uma elitização do movimento pela causa, a partir da apropriação da pauta realizada pelo capitalismo de consumo. A retórica publicitária, reforça a imagem de que, por exemplo, a vertente vegana é algo somente para pessoas ricas e que não considera a realidade da maioria dos brasileiros. Outro ponto recai sobre a tendência à humanização capitalista dos animais de estimação, que tem preço e não é pequeno: produtos especializados, creches para *pets*, tratamentos com medicina chinesa, estética, fitoterápicos, festas de aniversário, são inúmeros os segmentos de atendimento a tendência. E esta celeuma em torno da causa animal é bem antiga.

Karl Marx (2015) em seu Manifesto Comunista, ao discorrer sobre os socialistas burgueses, os que ele definiu como aqueles que querem as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e os perigos que dela decorrem, cita os/as protetores/as dos animais como parte desta categoria. Na direção desta crítica, Thomas (1988) aponta que a primeira associação de proteção animal, organizada na Inglaterra em 1824, a SPCA (*Society for the Prevention of Cruelty to Animals*) pode ser interpretada como uma campanha da classe burguesa para civilizar o proletariado, pois em seus primeiros anos de atuação aqueles que a SPCA processava por crueldade aos animais provinham, quase que na totalidade, das classes trabalhadoras.

Bianca, em sua atuação, procura desconstruir a crença de que para ser vegano é preciso fazer parte de uma elite “eu tenho que entender a realidade que aquela pessoa está inserida, para poder falar sobre veganismo”. Seu ativismo aproxima-se muito da vertente do veganismo popular (anticapitalista ou interseccional) procurando libertar desse legado originário desvinculado a luta de classes, infelizmente, ainda propagado por parte das protetoras e pelo veganismo liberal.

Como coloca Elis (VII, 4), educar na causa é isso “escutar, aplicar, retroceder ou avançar. E aí seguir, mas sempre seguir, dando o nosso melhor, na medida das forças, das nossas possibilidades, da nossa saúde, enfim, de inúmeros fatores que interferem muito na luta pela pelos animais, dentro da causa animal”.

Por fim, destaco que nesta categoria emerge um processo educativo que considera a metacognição como processo de aprendizagem, ou seja, um constante: *me educar para aprender como me comunicar com as pessoas*.

Figura 4 – Representação esquemática da categoria C



## IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

E assim já ninguém chora mais  
 Ninguém tira o pão de ninguém  
 O chão onde pisava o boi, é feijão e arroz  
 Capim já não convém  
 (Música de José Pinto *Assim já ninguém chora mais*)

Nesta última seção busco apresentar algumas considerações acerca do fenômeno investigado e as significações que emergiram deste, indicando no que os resultados se aproximam a conclusões de pesquisas anteriores e no que se diferem. Em seguida apresento os processos educativos desvelados nas descrições analisadas e discorro sobre as possibilidades de incorporação à formação inicial e continuada de professores/as, que passe por uma ecopedagogia, bem como na elaboração propositiva de práticas pedagógicas escolares, com vistas a sensibilização no convívio interespecie.

### 4.1 O Ser-Animal e a prática social: os significados apreendidos

Pode parecer trivial afirmar, como fizeram anteriormente alguns pesquisadores (FERNANDES, 2019; CASTELLANO; SORRENTINO, 2015), que uma das características peculiares desta prática social é ter a solidariedade para além dos interesses propriamente humanos como cerne de suas ações. A interpretação que faço acerca do fenômeno investigado, valida esta afirmação acerca da prática social e sugere que os significados atribuídos pelo/as ativistas ao Ser-Animal desvelam-se como: um ser que merece respeito, direito à vida em sua plenitude, que deve ser reconhecido em seus interesses próprios e, ao que destacamos, para parte das entrevistadas, enquanto possuidor de pureza de alma ou de caráter metafísico. Estas falas sugerem que as significações possuem um elemento sensível na constituição do eu e do outro: algo que passa pela ordem da epifania.

Em uma leitura com Dussel, para além de Dussel (COSTA, 2017), interpreto que a partilha do sofrimento com os Seres-Animais produz um processo de identificação, em proximidade, a partir da capacidade de se transpor ao lugar do outro, desvelada nas falas do/as entrevistado/as. Uma relação de irmandade, materializada em ações de solidariedade.

A epifania é, segundo Dussel (1977), o começo da libertação real. É revelação transcendente de outrem, que sempre conserva uma exterioridade metafísica. Entre o mesmo e o outro há a proximidade. Assim, para além do fenômeno ou mera aparência, daquilo que salta aos olhos no horizonte de mundo-vida dos sujeitos, a libertação dá-se no espaço da proximidade

ao que é anterior a toda tematização da consciência: aquilo que exprime e essência do humano, sua plenitude primeira. A proximidade é então “o início do discurso filosófico da libertação, a metafísica em seu sentido estrito, real e reflexo, pensado” (DUSSEL, 1977, p.27).

Como se *lutar para ser a voz dos que não falam*, fosse originária da proximidade metafísica que se realiza diante do rosto sofrente (Ser-Animal), que é exterior ao sistema humano. Os significados apreendidos acerca desta proximidade desvelam-se nas recorrentes falas que trazem as sensibilidades que acompanham o/as ativistas desde a infância em contato com Seres-Animais ou, em alguns casos, no momento de súbito realinhamento a novos valores e identidades a partir da adoção do veganismo. A leitura que faço sobre o fenômeno, aproxima-se ao que apresenta os/as entrevistados/as da pesquisa de Castelano e Sorrentino (2015), acerca do momento exato de uma percepção intuitiva do ponto de virada, que designa a mudança paradigmática e pragmática em seus modos de vida, mas difere no que se refere a percepção metafísica do fenômeno de virada, em um tempo particular das entrevistadas.

No caso das entrevistas que se declaram protetoras, a epifania manifesta-se, especificamente nos encontros interespécies com animais de estimação. Neste sentido, as sensibilidades consolidam-se em ações de proteção e cuidado de animais de rua, todavia, observa-se que não são quaisquer animais, pois a ênfase em cães e gatos é preponderante, que formam uma categoria especial mais próxima dos Seres-Humanos e à qual se estende a própria humanidade (OSÓRIO, 2017). No caso do/as ativistas autodeclarado/as vegano/as, os pontos de viradas e a ideia de formação de sujeitos animalistas (CASTELANO; SORRENTINO, 2015), consolidam-se nas descrições que ampliam a empatia para além dos animais de estimação.

Por um lado, estamos diante de significações que corroboram com o senso de alteridade animal, alvitado por esta tese ao construir argumentação teórico-conceitual sobre o Ser-Animal enquanto outrem, por outro lado, esta dimensão metafísica reitera as representações sociais de autotranscendência humana construídas sobre si na construção cotidiana do indivíduo ativista (ESTEVEVES, 2017), o que pode forjar um aspecto dogmático que o senso comum atribui a causa.

Ocorre que o desvelado nas falas do/as ativistas, a luz da argumentação teórico-conceitual construída nas discussões teóricas, aponta que nosso comportamento ecológico é regulado pelas concepções da relação homem-natureza que engendram o mundo-vida de cada um. No *modus operandi* da modernidade, esta regularização se faz presente, por exemplo, na maneira como a ciência do Antropoceno tem reiterado um sentido ontológico circular de humanidade (KRENAK, 2020a, 2020b). A pandemia trouxe-nos um dilúvio de evidências do colapso ambiental proveniente do modelo econômico hegemônico discricionário ao qual

estamos submetidos. As populações mais afetadas foram aquelas com menor poder financeiro e os grupos étnicos-raciais subjugados pela lógica deste modelo. Em dois anos os mais pobres, empobreceram ainda mais e os mais ricos enriqueceram obscenamente.

Neste contexto, emergem na práxis transformadora e solidária de ativistas descritas a intensificação de ações de voluntariado, pois *se o sofrimento aumenta o trabalho tem que aumentar*. Vê-se que nem mais a ciência e nem mais a tecnologia podem nos salvar da atual crise ecológica, até que encontremos novas formas de resgate de tradições de solidariedade planetária (BOFF, 2015). Faz-se necessário uma mudança de paradigma que passe pela adoção de uma *atitude ecologizadora*, ou seja, uma urgente retomada das formas de diálogo com a natureza, enfrentando, cotidianamente, a lógica racional do paradigma ocidental-moderno e sua concepção circular e hierárquica de humanidade. Neste sentido, temos muito a aprender com os povos originários.

Por outro lado, buscando um diálogo intercultural, seguindo a esteira argumentativa de Leonardo Boff (2015), desde a teologia da libertação, é educativo lembrar como os relatos sobre a vida de São Francisco de Assis, conhecido como padroeiro dos animais e da ecologia, podem nos ensinar sobre o caráter sensível e solidário que vem do senso de alteridade animal. Na história do santo cristão “por considerar também a primeira origem de todas as coisas, chamava com o nome de irmão e irmã, as criaturas, por mais módicas que fossem, como oriundas todas, junto com ele, de um mesmo princípio” (BOAVENTURA *apud* GONÇALVES, 2016, p. 61). Todavia, embora tais relatos sugiram uma horizontalidade rodeada de cuidado e ternura, isso não significou uma equalização conceitual entre o estatuto do Ser-Humano e o dos Seres-Animais, tampouco uma crítica à sujeição que os Seres-Humanos impunham a outras espécies mas, fez emergir sensibilidades específicas (proximidade metafísica) com o não humano deixando marcas históricas na leitura cristã, no que se refere à proximidade Ser-Humano/Ser-Animal.

Conforme discutimos nos capítulos teóricos, não podemos esquecer que no pensamento judaico-cristão reside um antropocentrismo visceral e a ciência moderna, por sua vez, está assentada epistemologicamente nesta tradição. Um conceito de humanidade estendida dificilmente encontrará fissuras em tradições ontológicas arraigadas nos dogmas cristãos. No entanto, tomando como exemplo o ativismo de São Francisco que, em seu sistema-mundo, buscou igualdade entre todas as criaturas sendo um revolucionário a propor uma visão alternativa da relação homem-natureza, adotar uma atitude ativa e pacífica em relação à irmandade estabelecida com os Seres-Animais, os processos educativos anunciados por ativistas podem ser um caminho contemporâneo para (re)construir alternativas democráticas

interespecies. Do ponto de vista educacional, a alternativa reside na dialogicidade em *nos educarmos para aprendermos como nos comunicar com as pessoas*, de maneira intercultural, em prol desta causa.

#### **4.2 Ativismo pela causa animal e as contribuições para pensar práticas educativas escolares/formativas**

A escolarização ocidental é uma das principais engrenagens do Antropoceno. Os currículos brasileiros, tanto para a formação de professores/as, quanto para o ensino básico são baseados em reproduções antrópicas, o que não têm contribuído para a superação da dicotomia Seres-Humano versus Seres-Animais. Ensinamos nossas crianças a analisarem modelos sociais, epistemológicos e de classificações de Seres vivos, reiteradamente colocando o Ser-Humano como ser de exceção “ele é um animal, mas ele tem alguma coisa que os animais não têm. Antigamente chamava de alma, agora é cultura, ciência, tecnologia... Mas é alguma coisa que torna o homem metade animal, metade anjo, alguma coisa assim” (VIVEIROS DE CASTRO, 2019), deixando em último plano o trabalho de conscientização do sentido de ser Ser-Humano-em relação.

Com todos os dados e informações acumulados pela ciência, acerca de temas como a pegada ecológica, zoonoses, maus tratos, entre outros que perpassam pelas pautas da causa animal, parece-nos que insistir nestes currículos não é um defeito do sistema e sim um projeto de era; um amplo projeto que passa pelo negacionismo climático e pela necropolítica: um projeto colonial. Diante o exposto, como os resultados desta pesquisa podem contribuir nos caminhos de superação da problemática anunciada?

No recorte feito para esta pesquisa, foi possível elencar alguns processos educativos que emergem da prática social de ativismo pela causa animal e podem contribuir na elaboração de práticas formativas/escolares, conforme exemplos que seguem em parênteses: questionar a herança cultural antropocêntrica de superioridade (em especial, nos componentes de sociais e humanas, conforme construímos em nossa argumentação teórica-conceitual); sensibilizar com outrem no convívio interespecie (adotando programas como o projeto *Meu Cão no Sesi/Senai*<sup>86</sup>); considerar o veganismo como alternativa político-filosófica para enfrentamento da exploração animal (conhecendo, discutindo os fundamentos e divulgando a *Nota Técnica n°*

---

<sup>86</sup> O projeto da rede Sesi-SP visa combater o abandono e maus tratos de animais domésticos. Disponível em: <https://www.sesisp.org.br/noticia/sesi-e-senai-sp-ja-adotaram-149-caes>. Acesso em: 13 set 2022.

8/2019 do Programa Nacional de Alimentação Escolar<sup>87</sup>); promover ações de voluntariado (implementar projetos educativos aderentes às pautas da causa animal, como as ações empenhadas pela ativista Bianca); repertoriar de informações legais e científicas, acerca das consequências das inter-relações exploratórias humano-animal (*re-elaboração* de materiais didáticos melhores repertoriados); estabelecer a inclusão-conexão com outras pautas sociais (ecologia dos saberes: intensificar o diálogo entre movimentos sociais e escolas; o emergente *veganismo popular* pode ser um caminho) e; considerar a metacognição como processo de aprendizagem.

A experiência desta pesquisadora como docente e gestora educacional, que interroga o fenômeno, reforça a percepção de que estes processos educativos podem também corroborar com: a desnaturalização atividades extracurriculares que envolvam a visita em zoológicos, aquários e outros espaços nos quais os animais são submetidos a exploração; não adoção de práticas em laboratórios que envolvam vivissecção (assegurando o disposto na Lei Arouca nº 11.794/2008); problematização de práticas culturais de entretenimento como rodeios e pesca esportiva, entre outras.

Ademais, busquei nesta tese, ler criticamente como a ciência significa o Ser-Animal e ratificamos a presença de reproduções antrópicas ainda muito viscerais nas Ciências Humanas e Sociais. Procurei também construir argumentação teórico-conceitual visando negar esta legitimação anunciando o reconhecimento da diversidade epistemológica (outras leituras que emergem de povos indígenas ameríndios) para pensar-escrever o Ser-Animal enquanto outrem. Acredito que os resultados podem contribuir nas discussão sobre currículo e processos culturais ao contemplar a alteridade animal, a visão estendida de humanidade e a atitude ecologizadora. Pensar currículo, enquanto política pública, desde um paradigma planetário pode cooperar na descolonização cognitiva e justiça social interespecies.

Assim, há uma emergência na incorporação da temática na elaboração de currículos de formação de docentes-educadores/as e de currículos de educação básica nas escolas, pois esta discussão está longe de se efetivar em larga escala, enquanto não avançarmos para uma consciência crítica acerca de que as pequenas e grandes violências contra os Seres-Animais, como parte de um modelo/projeto colonial-capitalista de exploração, tem relação direta a violência contra nosso próprio planeta/vida.

---

<sup>87</sup> A Nota Técnica nº 8/2019 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gera diretrizes para alimentação das escolas públicas de todo o país e trata de alimentação vegetariana assegurando, em seu item 8.8, que "os estudantes que estão inseridos em hábitos alimentares vegetarianos, por opção pessoal ou familiar ou outras condições especiais, têm assegurado, no âmbito do PNAE, o fornecimento de alimento adequado à sua opção/condição"

Arroyo (2015) afirma que a educação, na medida em que perfaz um processo intencional, político em construção histórica, precisa que o currículo de formação de docentes-educadores/as e de escolas igualmente assumam sua condição de construção histórica política intencional a ser adotada pelos movimentos sociais, bem como pelos intelectuais que analisam e teorizam a categoria analítica consciência de mudança, presentes naqueles. Neste sentido, observo a relevância e necessidade da realização de mais pesquisas que traduzam a consciência de mudança animalista, em especial, na área de currículo e políticas públicas, incorporando pragmaticamente as concepções, os conhecimentos advindos da virada animalista e saberes advindos de ativistas pela causa animal.

Todavia, de imediato, penso que adotar uma pedagogia ecológica, ou seja no resgate teórico-prático da ecopedagogia sistematizada por Moacir Gadotti - enraizada na Educação Libertadora freiriana - pode ser um passo que já pode ser dado por docentes e gestores comprometidos na promoção de práticas e problematizações no âmbito da conscientização ambiental cotidiana.

Santos (2019) nos diz que a incerteza é o modo como experienciamos as relações entre o medo e a esperança. Encerro, as minhas considerações, retirando que esta é uma pesquisa ativista que coexiste em um tempo-espaço e que, entre o medo e a esperança, posiciona-se na dimensão política na qual se insere a causa. No momento em que esta tese está sendo finalizada, estamos seguindo para o segundo turno das eleições para o poder executivo 2023 e, diante disso (sem intencionalizar causar algum tipo de sectarismo no movimento pela causa animal) é válido ressaltar que ao analisar as agendas políticas de ambos candidatos, evidenciamos o que temos como incertezas postas, neste momento atual: de um lado temos uma diretriz de governo que destaca seu compromisso com a afirmação da “proteção e a garantia dos direitos dos animais por meio de campanhas educativas e o apoio a iniciativas públicas e da sociedade que tenham eficácia no cuidado animal”<sup>88</sup> e de outro, temos apenas a propaganda da ação executada em mandato visando a “promoção da saúde animal” ao destacar a “alteração da Lei de Proteção dos Animais, *animais domésticos*” (grifo constante no plano)<sup>89</sup>, sem nenhuma proposição prática, ecoando o que já tínhamos no plano apresentado em 2018. Entretanto, embora não indicado no documento, não podemos deixar de citar que o Partido Liberal (PL), que hoje tem

---

<sup>88</sup> Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil Lula Alckmin 2023-2026. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/893498/5\\_1659820284477.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/893498/5_1659820284477.pdf). Acesso em: 13 out 2022.

<sup>89</sup> Plano de governo – Jair Bolsonaro 2023-2026. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/08/plano-de-governo-bolsonaro-definitivo.pdf>. Acesso em: 13 out 2022.

como principal nome o presidente em exercício, sancionou em 2019 a Lei 13.873<sup>90</sup>, reconhecendo o laço “como expressão esportivo-cultural da vaquejada” entre outros legados de sua gestão para os Seres-Animais, que podem ser facilmente acompanhados pela mídia<sup>91</sup>, como a atual tramitação do Projeto de Lei que prevê a regulamentação da caça esportiva no Brasil, já pautado na Comissão de Meio Ambiente.

Chego à conclusão que a causa animal, sem o horizonte de proteção e garantia de direitos interseccionada a todos os Seres (na diversidade de seus contextos: de espécie, gênero, etnia, entre outras tantas), continuará sendo jardinagem pop, regada de muito veneno agro *pela e para* a burguesia, como já nos alertava Karl Marx, em seu *Manifesto do Partido Comunista* ao citar a proteção animal como um tipo de socialismo conservador burguês, o qual deseja apenas deseja remediar os males sociais para assegurar sua própria existência. E, como enunciou Mahatma Gandhi, em contexto de luta não-violenta, nunca se sabe que resultados virão de nossas ações, o que se sabe é que se não fizermos nada em meio às incertezas, não existirá nenhum resultado. Que possamos esperar conscientes e na luta. Sigamos juntos/as!

---

<sup>90</sup> Lei nº 13.873/19. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/113873.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113873.htm). Acesso em: 13 out 2022.

<sup>91</sup> Partido de Bolsonaro se destaca em prejudicar os animais. Disponível em: <https://vegazeta.com.br/partido-de-bolsonaro-se-destaca-em-prejudicar-os-animais/>. Acesso em: 13 out 2022.

## REFERÊNCIAS

- AGUILERA, L F. Feminismos e libertação animal: alianças para a justiça social e interespecie, **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 32, p. 17-37, dez. 2019. Disponível em <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1794-24892019000300017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892019000300017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 26 mar. 2020.
- ALMEIDA, S. F. de. *et al.* Comunidade é tudo. **Anais 4o. Seminário de Pesquisas em Práticas Sociais e Processos Educativos**: contribuições de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. 2013. Disponível em: [http://www.processoseducativos.ufscar.br/comunidade\\_e\\_tudo.pdf](http://www.processoseducativos.ufscar.br/comunidade_e_tudo.pdf)
- ARAÚJO-OLIVERA, S. S. Exterioridade: o outro como critério. *In*: OLIVEIRA, M. W.; SOUSA, F. R. (org.). **Processos educativos em práticas sociais**: pesquisas em educação. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 47-112.
- ARROYO, G. M. Dossiê - Educação do Campo e Movimentos Sociais: Saberes, Práticas e Políticas. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 47-68, jan./mar. 2015. Editora UFPR. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.39832>. Acesso em: 02 nov. 2022.
- ÁVILA-GAITÁN, I. D. El Instituto Latinoamericano de Estudios Críticos Animales como proyecto decolonial. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, n. 27, p. 339-351, julio-diciembre, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892017000200339&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892017000200339&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 10 fev. 2019.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 27, 2011.
- BEVILAQUA, C. B.; VANDER VELDEN, F. F. (org.). **Parentes, vítimas, sujeitos**: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais. São Carlos: EdUFSCar, 2016.
- BICUDO, M. A. V.; ESPOSITO, V. H. C. (org.). **Pesquisa qualitativa em educação**: um enfoque fenomenológico. Piracicaba: UNIMEP, 1994.
- BRANDÃO, C. A educação como cultura. Memórias dos anos sessenta. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 23, n. 49, p. 377-407, set./dez. 2017.
- BOAVENTURA. Legenda Menor de São Francisco. FONTES Franciscanas, Op. cit., cap. III, sent. 6 *apud* GONÇALVES, Rafael Afonso. Francisco de Assis: mestre dos animais, exemplo dos homens. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 53-67, 2016.
- BONDIA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.** 2002, n.19. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2022.
- CAMPANELLA, B. Por uma etnografia para a internet: transformações e novos desafios. **MATRIZES**, v. 9, n. 2, p. 167-173, 2015.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da Internet. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLANO, M.; SORRENTINO, M. A inserção de estudos críticos animais em instituições de educação superior. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 10, n. 2, p. 654-680, 2015.

CASTRO, E. V. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndico. In: **MANA**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, 1996, p.115-144. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131996000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CASTRO, E. V. **Estamos assistindo a uma ofensiva final contra os povos indígenas**: entrevista à Pública, Rio de Janeiro: 10 out. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/10/viveiros-de-castro-estamos-assistindo-a-uma-ofensiva-final-contr-a-os-povos-indigenas/>. Acesso em: 20 maio 2021.

CARMO, Í. N. do. Feminista e vegana: gastropolíticas e convenções de gênero, sexualidade e espécie entre feministas jovens. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 27, n. 1, 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2019000100212&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000100212&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 mar. 2020.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

COSTA, E. F.; MATOS, J. C. O pensamento de Enrique Dussel: um olhar crítico pelo prisma arendtiano. **Perspectiva Filosófica**, vol. 44, n. 2, p.14-36, 2017.

COSTA, B. R. L. Bola de neve virtual: O uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 7, n. 1, 2018.

DE WAAL, F. **A era da empatia**: lições da natureza para uma sociedade mais gentil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DERRIDA, J. **De que amanhã**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. **O animal que logo sou**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DUSSEL, E. **Filosofia da libertação na América Latina**. São Paulo: Loyola; Piracicaba: Unimep, 1977.

\_\_\_\_\_. **1492: o encobrimento do outro**: a origem do Mito da modernidade. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. **Método para uma filosofia da libertação**. São Paulo: Loyola, 1986.

\_\_\_\_\_. Cultura imperial, cultura ilustrada e libertação da cultura popular. In: DUSSEL, E. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação**. São Paulo: Paulinas, 1997.

\_\_\_\_\_. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Soc. estado.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 51-73, Abr. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010269922016000100051&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922016000100051&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 09 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. El programa científico de investigación de Carlos Marx (Ciencia social funcional y crítica). **Herramienta**, v. 9, p. 1-24, 1999.

FELIPE, S. T. **Antropocentrismo, sencientismo e biocentrismo**: perspectivas éticas abolicionistas, bem-estaristas e conservadoras e o estatuto de animais não-humanos. Páginas de Filosofia, v. 1, n. 1, p. 2-30, 2009.

\_\_\_\_\_. **Por uma questão de princípios**: alcances e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.

\_\_\_\_\_. **Acertos abolicionistas**: a vez dos animais. São José: Ecoânima, 2014.

FERNANDES, K. G. **Diálogos a partir do veganismo**: a questão animal e sua abordagem em documentos oficiais para a educação infantil. 2019. 265 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Educação, Juiz de Fora, 2019.

FERREIRO, S. S. **Ativismo vegano em Natal**: uma etnografia de mobilização política, alimentação ética e identidades. 2013. 162 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Natal, 2013.

FERRIGNO, M. V. Etnografia de uma manifestação – animais: os novos sujeitos do direito. *In*: BEVILAQUA, C. B.; VANDER, F. (org.). **Parentes, vítimas, sujeitos: perspectivas antropológicas sobre as relações entre humanos e animais**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

\_\_\_\_\_. **Veganismo e libertação animal**: um estudo etnográfico. 2012. 294 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Campinas, 2012.

FINI, M. I. Sobre a pesquisa qualitativa em educação, que tem a fenomenologia como suporte. *In*: BICUDO, M. A. V; ESPÓSITO, V.H. C. (orgs). **A pesquisa qualitativa em educação**: um enfoque fenomenológico. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

FRANCIONE, G. L. **Introdução aos direitos animais**. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Aprendendo com a própria história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011c.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Política e educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, F.; FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GARNICA, A. V. M. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 1, p. 109-122, 1997.

GIRARDI, E.P. *et. al.* Mapeamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil: dinâmicas recentes. **Espaço e Economia**. 2014, Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/804>. Acesso em: 13 jul. 2022.

GODOY, L. C. **Desvelando olhares**: especismo nos discursos de livros didáticos destinados aos 4º e 5º anos do ensino fundamental. 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, 2016.

\_\_\_\_\_. Bem-viver-interespécies: reflexões iniciais. **MOTRICIDADES**: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana, v. 3, n. 1, p. 57-68, 2019. Disponível em: <https://motricidades.org/journal/index.php/journal/article/view/2594-6463-2019-v3-n1-p57-68>. Acesso em: 5 ago. 2019a.

\_\_\_\_\_. A prática social de ativismo pela causa animal: revisando a temática. In: **COLÓQUIO DE PESQUISA QUALITATIVA EM MOTRICIDADE HUMANA**, v. 8 (2019), Maputo/Moçambique. Anais. 2019b. p.106. Disponível em: <https://motricidades.org/conference/index.php/cpqmh/issue/view/8cpqmh/8>. Acesso em: 1 set. 2020.

GODOY, L.C.; SOUSA, F. R. Educação popular e movimentos antiespecistas: desvelando o especismo em livros didáticos. **Revista Cocar**. v. 13., n.26, 2019. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/2513>. Acesso em: 14 ago. 2019.

GODOY, L.C.; POLIZEL, G. Z.; VASCONCELOS, V.O. Vozes ocultas: entre a invisibilidade social e os direitos humanos. **Rev. Cienc. Educ.**, Americana, ano XXII, n. 46, p. 205-224, jan./jun. 2020

GONÇALVES JUNIOR, L. Lazer e trabalho: a perspectiva dos líderes das centrais sindicais do Brasil e de Portugal em tempos de globalização. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Interfaces do lazer: educação, trabalho e urbanização**. São Paulo: Casa do Novo Autor, 2008. p. 54-109.

GONÇALVES JUNIOR, L. *et al.* Aprender a investigar: la postura y el método soportado por la fenomenología. In: TORO-ARÉVALO, Sergio A.; VEGA-RAMÍREZ, Javier. (org.). **Manifestaciones de la motricidad humana**: brotes desde el sur. Valdivia: Ediciones UCh, 2021. p. 59-80.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio-ago. 2011. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782011000200005&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782011000200005&script=sci_arttext&tlng=pt)  
Acesso em: 20 jul. 2020.

JOY, M. **Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas**: uma introdução ao carnismo o sistema de crença que nos faz comer alguns animais e outros não. São Paulo: Cultriz, 2014.

HARAWAY, D. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. **Clima Com Cultura Científica** - pesquisa, jornalismo e arte I v. 3, n. 5, Abril de 2016.

\_\_\_\_\_. **When species meet**. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2008.

INGOLD, T. Humanidade e animalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 10, p. 39-53, 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/rbcs/209-rbcs-28>. Acesso em: 10 set. 2019.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia da Letras, 2019a.

\_\_\_\_\_. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia da Letras, 2020b.

\_\_\_\_\_. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia da Letras, 2020b.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para a cultura do bem-viver**. Disponível em: <http://www.culturadobemviver.org/> Acesso em: 10 jun. 20.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LÉVINAS, E. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LOW, P. *et al.* The Cambridge declaration on consciousness. *In: Francis crick memorial conference*. Cambridge: England. 2012. p. 1-2. Disponível em: <https://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf> .Acesso em: 14 jul. 2021.

LONDERO, D. S. **“Você é aquilo que você come”**: o veganismo enquanto estilo de vida e ativismo político. 113 f. 2019. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Santa Maria, 2019.

MACIEL, M. E. **Pensar/escrever animal**: ensaios de zoopoética e biopolítica. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

MALDONADO-TORRES, N. Modernidade, colonialidade e a colonialidade do ser. *In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P (org.). Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-127.

\_\_\_\_\_. A topografia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria P (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p.396-443.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria A. V. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

MARTINS, J.; BOEMER, M.R.; FERRAZ, C.A. A fenomenologia como alternativa metodológica para pesquisa: algumas considerações. **Rev. Esc. Enf. USP**, São Paulo, 24(1):139-147, abr. 1990

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MATOS, L. G. **Quando a "ajuda é animalitária"**: um estudo antropológico sobre sensibilidades e moralidades envolvidas no cuidado e proteção de animais abandonados a partir de Porto Alegre-RS. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2012.

MATURANA, H.; DÁVILA, X. **El arbol del vivir**. Santiago: Escuela Matriztica/ MVP Editores, 2015.

MERCADO, L.P.L. Pesquisa qualitativa on-line utilizando a etnografia virtual. **Revista Teias** v. 13, n. 30, p. 169-183, set./dez. 2012.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MEDEIROS, F. L. F. de; ALBUQUERQUE, L. Proteção Jurídica dos Cães de Guarda no Sul do Brasil: uma questão de empatia nascida nos Movimentos de Proteção do Animal não Humano. **Sequência (Florianópolis)**, Florianópolis, n. 72, p. 217-242, Abr. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-70552016000100217&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552016000100217&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 25 abr. 2020.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 3ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MOSÉ, V. **A espécie que sabe: do homo sapiens à crise da razão**. Petrópolis: Vozes, 2019.

MONTEIRO, L. L. C. **Feminismo animalista: a interseção entre discursos e práticas feministas e de libertação animal**. 2014. 79 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Sociologia, João Pessoa, 2014.

MUNDURUKU, D. **Das coisas que aprendi: ensaios sobre o bem-viver**. 2. ed. Lorena: DM Projetos Especiais, 2019.

NACONECY, C. **Ética e animais: um guia de argumentação filosófica**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2014.

NACONECY, C. Bem-estar animal ou libertação animal? Uma análise crítica da argumentação antibem-estarista de Gary Francione. **Revista brasileira de direito animal**, v.

4, n. 5, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Luciana/Downloads/10633-Texto%20do%20Artigo-30293-1-10-20140602.pdf> Acesso em: 20 fev. 2022.

NUNES, E. L. M. **Vegetarianismo além da dieta:** ativismo vegano em São Paulo. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

NUNES, B. O animal e o primitivo: os outros de nossa cultura. *In:* MACIEL, M. E. **Pensar/escrever animal:** ensaios de zoopoética e biopolítica. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.p.13-23.

OLIVEIRA, M. W. *et al.* Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. *In:* OLIVEIRA, M. W.; SOUSA, F. R. (org.). **Processos educativos em práticas sociais:** pesquisas em educação. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

OLIVEIRA, M. W. Lugares e intencionalidades no quefazer da pesquisa. *In:* CARNEIRO RUZ, P. J. S.(org.). **Educação popular em saúde:** desafios atuais. São Paulo: Hucitec, 2018.

OLIVEIRA, G. A. **Pensar nos bichos:** afetos e políticas da proteção animal. 2012. 205 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, São Carlos, 2012.

ORSINI, A. C. R. **Marketing para organizações sociais voltadas à causa animal:** análise de fatores antecedentes a comportamentos pró-animal. 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado). Programa de pós Graduação em Administração, João Pessoa, 2016.

CARVALHO DE OSTOS, N. S. A luta em defesa dos animais no Brasil: uma perspectiva histórica. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 2, p. 54-57, abr. 2017.

OSÓRIO, A. Ecofeminismo, teorias do care e as críticas a protetoras de animais de rua. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 26, n. 3, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2018000300217&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000300217&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 mar. 2020.

OSÓRIO, A. B. Conversões e predisposições à proteção de animais de rua: vocações, sensibilidades e moralidades. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 23, n. 48, p.253-274, Aug. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832017000200253&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832017000200253&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Mãe de gato? Reflexões sobre o parentesco ente humanos e animais de estimação. *In:* BEVILAQUA, C. B.; VANDER VELDEN, F. F. (org.). **Parentes, vítimas, sujeitos:** perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

PADILHA, M. S. B. **O ativismo animal em São Paulo:** Uma interpretação sócio-antropológica de sua prática e subjetividade. 2018. 277 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação Humanidades, Direitos e outras Legitimidades, São Paulo, 2018.

PAIM, C. S.; ALONSO, W. J. **Pandemias: saúde global e escolhas pessoais**. Alfenas: Cria editora, 2020.

PERROTA, A. P. **Humanidade estendida: a construção dos animais como sujeitos de direitos**. Tese (DOUTORADO) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), 2015.

\_\_\_\_\_. Pode o animal falar? *In*: VANDENBERGHE, F.; WEID, O.(orgs.) **Novas antropologias**. Rio de Janeiro: Terceiro ponto, 2016.

PINTO, J. Música: Assim já ninguém chora mais. Disponível em: <https://soundcloud.com/movimentosemterra/05-assim-ja-ninguem-chora-mais>. Acesso em: 29 out. 2022.

QUIJANO, A. "Bem viver": entre o "desenvolvimento" e a "des/colonialidade" do poder. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 37, n. 1, p. 46-57, 2013.

\_\_\_\_\_. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p.84-127.

REIS, P. C. **O onirismo ativo da libertação animal: contribuições para olhares não especistas na Educação Ambiental**. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental). Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande, 2013.

REGAN, T. **Jaulas vazias: encarando os desafios dos direitos animais**. Porto Alegre: Lugano, 2006.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

RIBEIRO, D. **Carta: falas reflexões memórias**. Brasília, Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, v. 16, 1991. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes.virtual.bibliotecas:revista:1991;000453946> . Acesso em: dez/2022.

RIOS, Maria Galvão; GOMES, Isabel Cristina. Casamento contemporâneo: revisão de literatura acerca da opção por não ter filhos. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 26, p. 215-225, 2009.

RIVERA, A. Humanos y no humanos, naturaleza y cultura. El «ciclo maldito» del pensamiento occidental moderno. **Revista Latinoamericana de Estudios Críticos Animales**, año III v. II, p. 320 -325, dez/2016.

RODRIGUES, C.; LEMOS, F. R. M.; GONÇALVES JUNIOR, L. Teorias do lazer: contribuições da fenomenologia. *In*: PIMENTEL, G. G. de A. (org.). **Teorias do lazer**. Maringá: EDUEM, 2010. p.73-102.

SANTANA, H. J. S. **Abolicionismo animal**. 2006. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SANTOS, M. D. P. O ideal de ciência na modernidade: Bacon e Descartes. **Investigação Filosófica**, v. 10, n. 1, p. 63-73, 2019.

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do sul. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

\_\_\_\_\_. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2010.

SALES, A. L. L. de F.; FONTES, F. F.; YASUI, S. Para (re) colocar um problema: a militância em questão. **Trends in Psychology**, v. 26, n. 2, p. 565-592, 2018.

SEGATA, J. SÜSSEKIND, F. O rastro da onça: relações entre humanos e animais no Pantanal. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. 203 p. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 21, n. 44, p. 415-421. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832015000200415](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832015000200415) Acesso em: 25 jan. 2021.

SILVA, P. B. G. Pesquisa em educação com base na fenomenologia. *In: Pesquisas em Serviço Social*: seminário sobre pesquisa fenomenológica nas Ciências Humanas e Sociais. ANPESS. Rio de Janeiro: ano 1, n. 1, 1990. p.109-132.

SINGER, P. **Libertação animal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SOUSA, F. R.; VASCONCELOS, V. O. Paulo Freire e Educação Popular: práxis descolonizadoras em tempos neoconservadores. **Reflexão e Ação**, v. 30, n. 1, 2022. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/15894>. Acesso em: 02 out. 2022.

SOUZA, J. M. **O fim do antropocentrismo?**: propostas para repensar o não humano a partir de militâncias em defesa dos animais na cidade de Florianópolis – SC. 2013 . 122f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2013.

SORRENTINO, M. *et. al.* Agroecologia, biodiversidade, reforma agrária e educação ambiental. *In: SORRENTINO, M. et al. Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis*. São Paulo: MH-Ambiente Natural, 2017.

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 3a. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

VANDENBERGHE, F.; WEID, O. (org.) **Novas antropologias**. Rio de Janeiro: Terceiro ponto, 2016.

VARELA, F. J.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. **De cuerpo presente**: las ciencias cognitivas y la experiencia humana. Barcelona: Gedisa, 1997.

VEIGA-NETO, A. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 50, p. 267-282, 2012.

VINUTO, J.A. Amostragem em bola de neve a pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. **Temáticas**, v.22, p. 203-220, 2014.

VIVEIROS-DE- CASTRO, Eduardo. “Prefácio: O recado da mata”. *In*: KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 11-41.

**APÊNDICE I - Teses e dissertações publicadas no portal BDTD e Scielo**

<b>REVISÃO DE LITERATURA - BDTD (JAN 2020)</b>						
<b>Palavras-chaves</b>	<b>Tipo / Área do programa de pós</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Assuntos</b>
Abolicionismo, Ativismo animal, Ideologia, Movimentos sociais	Tese/ Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades	O ativismo animal em São Paulo: Uma interpretação sócio-antropológica de sua prática e subjetividade	PADILHA, Monica Soares Botelho.	2019	Pesquisa Participante	Aborda as várias identidades dentro do movimento: teóricos, bem-estaristas, abolicionistas e socorristas. De caráter interdisciplinar, adota teorias antropológicas e sociológica dos novos movimentos sociais.
Abolicionismo pragmático, Liberação Animal, Especismo, Dissonância cognitiva, Veganismo eficaz.	Dissertação/ Filosofia	Ao abolicionismo pragmático como instrumento de liberação animal	PEREIRA, Fernando Schell.	2019	Abordagem Pragmática	Trabalha com o movimento pragmático, com fins abolicionistas e avalia possíveis caminhos acerca dos fenômenos que orientam o chamado especismo eletivo, buscando qualificar e dar uma orientação à percepção dos filósofos e ativistas animalistas ao tratar de questões éticas e dos direitos voltados aos animais não humanos.
Causa animal, Marketing, Ongs	Dissertação/ Administração	Marketing para organizações sociais voltadas à causa animal: análise de fatores antecedentes a comportamentos pró-animal.	ORSINI, Anna Carolina Rodrigues.	2016	Estudo exploratório, adotando procedimentos relacionados à pesquisa quantitativa	Considerando o papel do marketing no contexto das organizações sociais, analisa o cenário de engajamento pela causa animal na cidade de João Pessoa.
Antropologia; Animais, Sensibilidades, Moralidades, Abandono, Adoção.	Dissertação/ Antropologia Social	Quando a "ajuda é animalitária" : um estudo antropológico sobre sensibilidades e moralidades envolvidas no cuidado e proteção de animais abandonados a partir de Porto Alegre-RS	MATOS, Liziane Gonçalves de	2012	Estudo etnográfico	A pesquisa revela a "ajuda animalitária" como uma modalidade de militância de envolvimento a causa animal. A investigação ocorre no contexto de Porto Alegre/RS e busca analisar as mudanças de atitudes em relação aos animais, em particular os domésticos e abandonados.

Educação Infantil, Ideologia, Questão Animal, Veganismo, Valores.	Dissertação/ Educação	Diálogos a partir do veganismo: a questão animal e sua abordagem em documentos oficiais para a educação infantil	FERNANDES, Karine Gabrielle.	2019	Análise documental	Analisa documentos oficiais da Educação Infantil com vistas a compreensão de possíveis diálogos com a questão animal.
Kierkegaard, Lévinas, Próximo, Outro, Animais	Dissertação/ Filosofia	O próximo de Kierkegaard, o outro de Lévinas e a condição animal	FERREIRA, Sandro de Souza	2006	Estudo bibliográfico	Analisa as perspectivas de debate acerca da condição animal a partir das reflexões éticas desenvolvidas por Kierkegaard e por Lévinas
Discurso vegano, movimentos sociais, mobilização política	Dissertação/ ANTROPOLOGIA SOCIAL	Ativismo Vegano em Natal: uma etnografia de mobilização política, alimentação ética e identidades	VILELA, Diego Breno Leal.	2013	Estudo etnográfico	Procura investigar como o discurso vegano (de caráter abolicionista) ganha forma e se materializa em ações, manifestações e mobilização política. Tem por interlocutores grupos de veganos na cidade de Natal.
Antropologia; Hábitos alimentares; Alimentos - Consumo; Vegetarianismo ; Veganismo	Tese/ Antropologia	Limites e paradoxos da moralidade vegan: um estudo sobre as bases simbólicas e morais do vegetarianismo	LIRA, Luciana Campelo de	2013	Estudo etnográfico	Analisa concepções e práticas alimentares de sujeitos adeptos do vegetarianismo, veganismo e da alimentação viva, investigando as bases morais e simbólicas da alimentação nesses grupos, incluindo seus limites, ambiguidades e paradoxos.
Vegetarianismo , veganismo, consumo, estilo de vida, violência simbólica, Pierre Bourdieu	Dissertação/ Ciências Sociais	Vegetarianismo além da dieta: ativismo vegano em São Paulo	NUNES, Ernesto Luiz Marques	2010	Observação etnográfica e a etnografia virtual	Investiga o ativismo vegano como se constitui, como se organizam os grupos e coletivos que o formam, como atuam e difundem sua causa na Região Metropolitana de São Paulo.
Representações sociais, minorias ativas, veganismo, movimentos sociais, estilo de vida.	Dissertação/ Psicologia Social	“Eles querem nos converter”: representações sociais sobre a minoria ativa vegan	ESTEVES, Luiz Otávio Bastos	2017	Representações sociais	Acessa, descreve e analisa as representações sociais construídas por veganos e não veganos acerca do veganismo. Sugere-se que o veganismo ainda é compreendido globalmente mais como estilo de vida do que como um movimento social.

Gastropolítica. Gênero. Sexualidade. Geração. Espécie.	Dissertação/ ESTUDOS INTERDISCIPLI NARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO	"Viva o feminismo vegano!": gastropolíticas e convenções de gênero, sexualidade e espécie entre feministas jovens	CARMO, Íris Nery do.	2013	Pesquisa qualitativa	Compreende alimentação estritamente vegetariana, ou vegana, em um contexto de ativismo feminista, lançando- se mão da categoria analítica "gastropolítica" (APPADURAI,1981). Argumenta-se que a politização do que se ingere está imbricada numa rede de ativismo que utiliza a música, os zines e as oficinas para construir uma prática política centrada no cotidiano, na autonomia e no prazer.
veganismo, estilo de vida, engajamento político, movimento social, ética animalista	Dissertação/ Ciências Sociais	"Você é aquilo que você come": o veganismo enquanto estilo de vida e ativismo político	LONDERO , Debora Santos	2019	Pesquisa qualitativa	Busca construir os pontos de convergência do veganismo tanto como um estilo de vida baseado em práticas de consumo ético, quanto um movimento que se coloca para além de uma dieta alimentar, mas sim como um movimento que baseia suas ações e escolhas pelo cunho ético e político.
vegetarianismo, veganismo, direito animal, domesticação.	Dissertação/ Antropologia Social	Veganismo e libertação animal: um estudo etnográfico	FERRIGN O, Mayra Vergotti.	2012	Estudo etnográfico	Descreve a formação e a dinâmica de um movimento político em território brasileiro, expondo as principais discussões que mobilizam os ativistas na busca da emancipação dos animais na sociedade.
causa animal; relações interespecíficas ; veganismo; senciência.	Dissertação/ Antropologia Social	O fim do antropocentris mo?: propostas para repensar o não humano a partir de militâncias em defesa dos animais na cidade de Florianópolis - SC	SOUZA, Júlia Machado	2013	Estudo etnográfico	Apresenta e reflete sobre <u>formas de militâncias</u> que propõem que alteremos nossa maneira de lidar com os animais não humanos, questionando, dessa forma, o antropocentrismo. U ma pesquisa com interlocutores que pensam e militam em Florianópolis.
Veganismo, feminismo,	Dissertação/ Sociologia	Feminismo animalista: a interseção entre discursos e práticas feministas e de libertação animal	MONTEIR O, Lorena Lúcia Cardoso	2014	Estudo etnográfico	Apresenta uma interpretação dos discursos e aspectos simbólicos envolvidos na prática do veganismo entre jovens feministas.

Movimento social do consumidores, vegetarianismo, exclusão de mercado, realistic conflict theory, etnografia, videografia	Tese/ Administração de empresas	Vive la révolution animale!: an ethnography of the social consumer movement of vegetarianism	BARBOZA, Renata Andreoni.	2017	Estudo etnográfico	Analisa o movimento social de consumidores vegetarianos e veganos, e sintetiza os resultados de três estudos que, juntos, cumprem o duplo objetivo de analisar a revolução na videografia e a exclusão de mercado
Animais (não-humanos); antropologia das relações interespecíficas; cultura e natureza; domesticação; direitos e proteção animal	Dissertação/ Antropologia Social	Pensar nos bichos: afetos e políticas da proteção animal	OLIVEIRA, Guilherme Antunes de.	2012	Estudo etnográfico	Reflete sobre as ações envolvidas na gestão e tutela da vida animal no âmbito institucional e doméstico. Trata-se de uma etnografia acerca de relações interespecíficas – entre humanos e animais – em contextos urbanos.
Abolicionismo animal, Especismo, Direito Animal, Sujeito de Direito, Personalidade Jurídica, Entes jurídicos despersonalizados	Tese/ Direito	Abolicionismo animal	GORDILHO, Heron José de Santana.	2006	Pesquisa documental	Promove uma revisão da jurisprudência nacional e estrangeira sobre o tema, enfatizando a importância da participação dos juristas no reconhecimento e definição dos limites do direito animal.
Educação Ambiental. Libertação Animal. Micro-intervenções. Produção de material didático. Vídeo.	Dissertação/ Educação Ambiental	O onirismo ativo da libertação animal - contribuições para olhares não-especistas na Educação Ambiental	REIS, Priscila Camargo	2013	Pesquisa qualitativa participativa e de cunho experimental	Aponta a importância do movimento de Libertação Animal para o contexto da Educação Ambiental, enquadrando-se nos estudos que relacionam ética, estética, saúde e educação. Foram feitas micro-intervenções urbanas que foram realizadas em diversos espaços, a partir de material didático elaborado com a intenção de contribuir com a Educação Ambiental Não-Formal acerca do especismo e como ele se reflete em nosso corpus social, individual e educacional.

REVISÃO DE LITERATURA - SCIELO (JAN 2020)					
Palavras-chaves	Revista/ Área do conhecimento	Título	Autor	Ano	Assuntos
Brasil; animais; imprensa; sociedades protetoras	História Crítica / Multidisciplinar: Sociais e Humanidades	“Por que devemos ser bons para com os animais?” A formação prática e moral dos brasileiros por meio dos discursos de proteção aos animais (1930-1939)	CARVALHO DE OSTOS, Natascha Stefania.	2019	O estudo investiga a atuação de grupos protetores dos animais lançando mão da <i>Amigo dos Animais</i> , uma revista infantil brasileira na década de 1930. Demonstra que os enunciados da sociedade protetora, ao lidarem com as categorias de homem e de animal, eram perpassados por contradições que a todo o momento deixavam a descoberto o caráter instável desses conceitos.
Movimentos Sociais; Feminismo; Veganismo; Gastropolíticas	Revista Estudos Feministas / Multidisciplinar: Sociais e Humanidades	Feminista e vegana: gastropolíticas e convenções de gênero, sexualidade e espécie entre feministas jovens	CARMO, Íris Nery do.	2019	O estudo investiga a atuação de grupos protetores dos animais lançando mão da <i>Amigo dos Animais</i> , uma revista infantil brasileira na década de 1930. Demonstra que os enunciados da sociedade protetora, ao lidarem com as categorias de homem e de animal, eram perpassados por contradições que a todo o momento deixavam a descoberto o caráter instável desses conceitos.
Preditores de empatia; empatia para com animais; empatia para com humanos; animais de estimação; escala de empatia para com animais; escala de empatia para com humanos.	Psicologia/ Ciências Humanas	Preditores da empatia dirigida a humanos e outros animais em portugueses e anglo-saxónicos	EMAUZ, Ana; GASPAR, Augusta; ESTEVES, Francisco.	2018	Examina os potenciais variáveis predictoras da relação entre empatia dirigida a humanos e empatia dirigida a outros animais destas e compararam-se participantes lusófonos e anglo-saxónicos, inspecionando possíveis especificidades culturais.
Protetoras de animais de rua; ecofeminismo; teoria do care; misantropia	Revista Estudos Feministas/ Multidisciplinar: Sociais e Humanidades	Ecofeminismo, teorias do care e as críticas a protetoras de animais de rua	OSÓRIO, Andréa.	2018	Analisa algumas das críticas recebidas por protetoras de animais de rua, a saber, acusações de irracionalidade, misantropia e sentimentalismo; estas são lidas à luz do ecofeminismo e das teorias do <i>care</i> .

Conversões; predisposições; protetores; sensibilidades	Horizontes Antropológicos/ Ciências Humanas	Conversões e predisposições à proteção de animais de rua: vocações, sensibilidades e moralidades	OSÓRIO, Andréa.	2017	Discute algumas narrativas sobre predisposições e conversões à proteção animal, a partir de entrevistas com protetores fluminenses.
Movimentos sociais; política; estudos animais	Revista Brasileira de Ciência Política/ CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	O peso dos animais nas urnas: uma reflexão sobre o papel dos animais na política contemporânea	BAPTISTELLA, Eveline; ABONIZIO, Juliana.	2017	Discute como a ascensão de novas sensibilidades e a pressão da população têm exercido influência no poder público, com a instituição do voto pró- animais.
Movimentos Sociais; Direitos Animais; Dignidade	Sequência /Ciências Sociais Aplicadas (Direito)	Proteção Jurídica dos Cães de Guarda no Sul do Brasil: uma questão de empatia nascida nos Movimentos de Proteção do Animal não Humano	MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; ALBUQUERQUE, Leticia.	2016	Discute a locação de cães de guarda, sob o argumento que fere o princípio constitucional da dignidade da vida, pois os animais são mantidos em situações degradantes, lançando luz sob a atuação do movimento de proteção animal.
Antiespecismo; feminismo; ética no cuidado; animais não humanos	Tabula Rasa/ Multidisciplinar: Sociais e Humanidades	Feminismos y liberación animal: alianzas para la justicia social e interespecie	AGUILERA, Laura Fernández.	2019	Problematiza a sobreposição de opressão entre os sistemas de heteropatriarcal e especista e sua co-constituição.
*Não foram encontrados resultados empregando os descritores Ativismo e Questão animal					

## APÊNDICE II – Questionário e TCLE

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

\*Obrigatório

#### I - DADOS E EXPLICAÇÕES DA PESQUISADORA SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA

**1. Título do Projeto de Pesquisa:** Prática social de ativismo pela causa animal: processos educativos emergentes

**2. Avaliação do risco desta etapa:** o preenchimento deste questionário representa baixo risco, podendo gerar apenas algum desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações. Diante dessas situações, os/as participantes terão garantida a liberdade de não responder as perguntas, caso as considerarem constrangedoras, podendo interromper o preenchimento a qualquer momento.

**3. Esta pesquisa almeja:** contribuir para o conhecimento sobre a temática abordada aos/às ativistas pela causa animal, bem como à comunidade acadêmica, na esfera educacional.

**4. Duração da Pesquisa:** Aproximadamente 10 minutos

#### II - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO/A COLABORADOR/A DA PESQUISA OU RESPONSÁVEL LEGAL

1. Após o preenchimento de todos os campos obrigatórios seguido de seu envio, serão armazenadas, em banco de dados digital (*Google Docs*), as informações pessoais e respostas dadas pelos/as participantes no questionário.

#### III - ESCLARECIMENTOS DADOS PELA PESQUISADORA SOBRE GARANTIAS DO/A COLABORADOR/A DE PESQUISA

**1. Sua participação é voluntária** e não haverá compensação em dinheiro pela sua colaboração com a pesquisa. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação à pesquisadora, à instituição em que atua ou à Universidade Federal de São Carlos.

**2. A pesquisa foi aprovada** (parecer no: 3.629.784): pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

**3. Confidencialidade:** garantimos sigilo e privacidade das informações pessoais.

#### IV - CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro ter compreendido os esclarecimentos, feitos anteriormente, e consinto em colaborar com a presente pesquisa.

Escolha uma das seguintes respostas para consentir uso dos dados da pesquisa com sigilo absoluto de seu nome para prosseguir:

( ) SIM

( ) NÃO

## A. Identificação do/a colaborador/a de pesquisa

Trata-se da caracterização do/a respondente do questionário, ou seja, o/a colaborador/a de pesquisa.

### 1. Nome completo:

\_\_\_\_\_

### 2. Com qual gênero se identifica?

Feminino /  Masculino /  Outros \_\_\_\_\_

### 3. Idade:

Até 19 anos /  Entre 20 a 29 anos /  Entre 30 a 39 anos /  Entre 40 a 49 anos /  Entre 50 a 59 /  Acima de 60 anos

### 4. Nível de escolaridade:

Ensino Fundamental  incompleto  completo / Ensino Médio  incompleto  completo  / Ensino Superior  incompleto  completo / Pós-graduação  incompleto  completo

### 5. De acordo com a classificação do IBGE, com qual cor/raça você se autodeclara?

Branca /  Parda /  Preta /  Amarela /  Indígena /  Outro: \_\_\_\_\_

### 6. Faixa Salarial (valor Salário Mínimo– SM: R\$1.045,00):

Até 1 SM /  De 1,01 a 3 SM /  De 3,01 a 6 SM /  De 6,01 a 10 SM /  Acima de 10 SM

### 7. Cidade/Estado onde é o lócus presencial de ativismo pela causa animal do/da colaborador/a da pesquisa:

\_\_\_\_\_ (Ex.: Campinas/SP)

### 8. O perfil do *Instagram* que recebeu este formulário declara-se como:

Resgate e assistência a animais abandonados (abrigos/santuários) / Orientações e ações jurídicas (direito animal) / Orientações e ações gastronômicas (vegetarianismos) / Produções de materiais educativos/ Produções de materiais informativos/ protestos performáticos e/ou manifestos diversos (ex: contra comércio de pets, peles, alimentação a base de proteína animal etc. / veganismo abolicionista / ações bem-estaristas / atividades vinculadas à produção científica (ações vinculadas à Academia)/ Ações afirmativas interseccionais (articulando a causa animal com os múltiplos sistemas de opressão, tais como o racismo, o sexismo, classismo, homofobia, entre outros) Outras \_\_\_\_\_

## B. Ativismo pela Causa Animal

### 9. Você (colaborador/a da pesquisa) considera-se ativista pela causa animal?

SIM  NÃO  TALVEZ

### 10. Se sim, quais são suas principais frentes de ativismo pela causa animal (assinale uma ou mais alternativas):

Resgate e assistência a animais abandonados (abrigos/santuários) / Orientações e ações jurídicas (direito animal) / Orientações e ações gastronômicas (vegetarianismos) / Produções de materiais educativos/ Produções de materiais informativos/ protestos performáticos e/ou

manifestos diversos (ex: contra comércio de pets, peles, alimentação a base de proteína animal etc. / veganismo abolicionista / ações bem-estaristas / atividades vinculadas à produção científica (ações vinculadas à Academia)/ Ações afirmativas interseccionais (articulando a causa animal com os múltiplos sistemas de opressão, tais como o racismo, o sexismo, classismo, homofobia, entre outros) Outras\_\_\_\_\_

**11. Como você (colaborador/a da pesquisa) autodeclara-se na causa animal?**

Socorrista de pets / Bem estarista / Vegano abolicionista / Teórico/a acadêmico/a/  
Outros\_\_\_\_\_

**C. Indicação de ativista para posterior convite à cessão de entrevista**

**12.** Que ativista, de tua rede de contatos, você considera representativo/a da causa e que você gostaria de indicar para ser entrevistado/a, considerando o seguinte perfil:

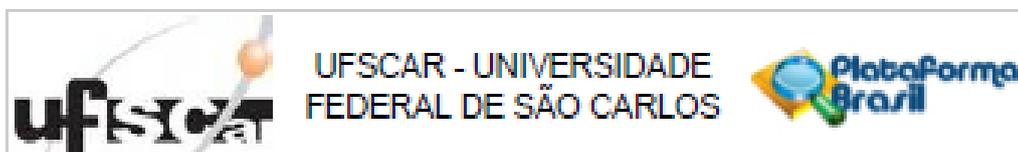
- a) Envolvido com *ciberativismo* e/ou *ativismo urbano*, pelo menos nos últimos sete anos.
- b) Com atuação na causa animal, preferencialmente, com abordagem interseccional (ex: com articulação com outras causas como: feminista, negra, entre outros).
- c) Que desempenhe ações ativistas na região do Estado de São Paulo.

Indicar nome completo:\_\_\_\_\_

**13. Contato(s) da indicação (ex: e-mail, redes sociais, telefone):**

\_\_\_\_\_

## ANEXO I – Aprovação no Comitê Ética em Pesquisa (UFSCar)



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Prática Social de Ativismo pela Causa Animal: processos educativos emergentes

**Pesquisador:** LUCIANA CRISTINA GODOY ZOTELLI

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 18906419.3.0000.5904

**Instituição Proponente:** CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.629.784

#### Apresentação do Projeto:

Estudo de caráter qualitativo, envolvendo a participação de ativistas da causa animal, com notável liderança/representatividade em diferentes

Associações, Grupos, ONGs. Utiliza-se da técnica de entrevistas semiestruturadas pautadas abordagem fenomenológica do Fenômeno Situado,

utilizando gravação em áudio das entrevistas e posterior transcrição mantendo-a fidedigna. A coleta de dados será realizada mediante

consentimento dos/as ativistas em ceder as entrevistas; estas, por sua vez, serão individuais e realizadas em local e horário previamente

combinado, conforme disponibilidade dos/as entrevistados. A área de inquérito de pesquisa, fecha-se nos sujeitos ativistas e, portanto, não haverá

pesquisas dentro das instituições a eles vinculados.

#### Objetivo da Pesquisa:

Identificar e compreender os processos educativos emergentes da prática social de ativistas que militam pela Causa Animal.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora aponta para os seguintes riscos:

\*A participação na pesquisa pode gerar estresse ou desconforto como resultado da exposição de

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

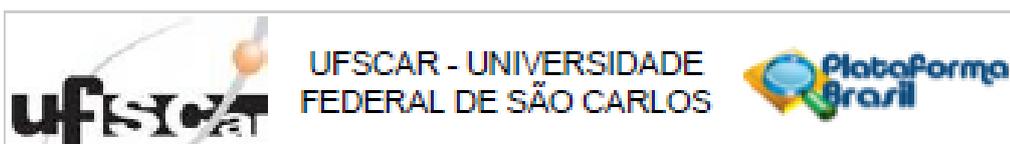
CEP: 13.505-908

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3251-9285

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 3.029.704

opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações. Diante dessas situações, os/as participantes terão garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito acima, a pesquisadora irá orientar e encaminhar para profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos/as os/as participantes”

–

#### **PARECER**

Os mesmos são coerentes com o tipo de pesquisa a ser desenvolvida e apresenta estratégias a serem utilizadas pela pesquisadora para amenizar os riscos no desenvolvimento da pesquisa. Portanto, são coerentes e atendem aos aspectos éticos em pesquisas com seres humanos.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de uma pesquisa que apresenta boa fundamentação teórica e metodológica, apresentando e esclarecendo todas as etapas necessárias à apreciação ética no desenvolvimento de pesquisas com seres humanos. Possui boa articulação com literatura científica, respaldando o processo de coleta de dados e atendendo os direcionamentos apresentados na Resolução 466/12.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

A pesquisadora apresentou os seguintes termos:

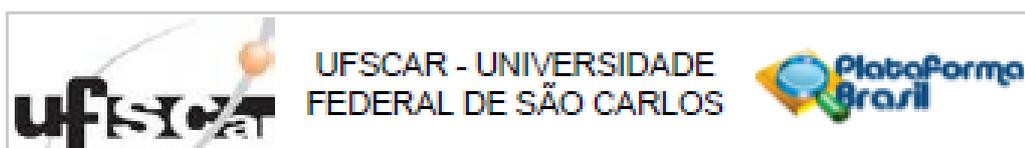
- . PB com informações básicas do projeto
- . TCLE em conformidade com os aspectos éticos no desenvolvimento de pesquisas com seres humanos
- . Projeto na íntegra
- . Folha de rosto assinada pela Diretora do CECH

–

#### **PARECER**

Todos os documentos apresentados são coerentes com aqueles exigidos para apreciação ética, não necessitando de outros documentos para avaliar os aspectos éticos no desenvolvimento da pesquisa citada, sendo suficientes, portanto.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235  
 Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905  
 UF: SP Município: SÃO CARLOS  
 Telefone: (16)3261-0825 E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 34084.794

**Recomendações:**

**APROVAÇÃO**

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Aprovação do projeto sem necessidade de readequações, pois atende todas as questões éticas contidas nas resoluções específicas para o desenvolvimento de pesquisas com seres humanos.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_14084933.pdf	12/08/2019 13:27:57		Aceito
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCE_Ativismo_Causa_Animal.pdf	12/08/2019 13:27:04	LUCIANA CRISTINA GODOY ZOTELLI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_Luciana_Godoy_PLATAFORMA BRASILEIRA_2019.pdf	12/08/2019 13:26:43	LUCIANA CRISTINA GODOY ZOTELLI	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_PlataformaBrasil_Luciana.pdf	12/08/2019 12:25:45	LUCIANA CRISTINA GODOY ZOTELLI	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SÃO CARLOS, 08 de Outubro de 2019

Assinado por:  
Priscilla Hortense  
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235  
Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-908  
UF: SP Município: SÃO CARLOS  
Telefone: (16)3351-0925 E-mail: cephumanos@ufscar.br